

COLECCIÓN GRUPOS DE TRABAJO



Serie Teoría social crítica

**MÉTODOS Y TÉCNICAS DE  
INVESTIGACIÓN EN CONTEXTOS  
DE ALTA VULNERABILIDAD  
POLÍTICO-SOCIAL  
VALIDEZ, CONFIABILIDAD, Y  
PERTINENCIA  
(VOL. II)**

*Carlos Federico Domínguez Avila  
Amaral Arévalo  
[Orgs.]*





**MÉTODOS Y TÉCNICAS DE  
INVESTIGACIÓN EN CONTEXTOS  
DE ALTA VULNERABILIDAD  
POLÍTICO-SOCIAL**

**— VOLUMEN II —**

### **Comité científico**

Jimena de Garay Hernández (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Roberto López (Universidad Centroamericana “José Simeón Cañas”)

Suely Deslandes (Instituto Fernandes Figueira/Fundação Oswaldo Cruz)

Yosahandi Navarrete (Universidad Autónoma de México)

Métodos y técnicas de investigación en contextos de alta vulnerabilidad político-social / José Manuel Luque Rojas... [et al.]; editado por Carlos Federico Domínguez Ávila; Arévalo Amaral; prefacio de Simone Rodrigues Pinto; Heliana Faria Mettig Rocha - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2024.

Libro digital, PDF

Archivo digital: descarga y online

ISBN 978-987-813-677-6

1. Psicología Social. 2. Ciencia Política. 3. Estudios de Casos. I. Luque Rojas, José Manuel. II. Domínguez Ávila, Carlos Federico, ed. III. Amaral, Arévalo, ed. IV. Rodrigues Pinto, Simone, pref. V. Mettig Rocha, Heliana Faria, pref. CDD 301.072

Otros descriptores asignados por CLACSO:

Investigación / Métodos / Técnicas / Epistemología / Revisión bibliográfica / Vulnerabilidad social / Salud colectiva / Cartografías / Psicología Social / América Latina

Los trabajos que integran este libro fueron sometidos a una evaluación por pares.

**MÉTODOS Y TÉCNICAS DE  
INVESTIGACIÓN EN CONTEXTOS  
DE ALTA VULNERABILIDAD  
POLÍTICO-SOCIAL**

**VALIDEZ, CONFIABILIDAD, Y PERTINENCIA**

**— VOLUMEN II —**

**Carlos Federico Domínguez Avila  
Amaral Arévalo  
(Eds.)**

Grupo de Trabajo CLACSO

El Istmo Centroamericano: Perspectivas Epistemológicas Periféricas



## CLACSO

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais

### **Colección Grupos de Trabajo**

**Pablo Vommaro** - Director

**Rodolfo Gómez** - Coordinador

### **CLACSO - Secretaría Ejecutiva**

**Karina Batthyány** - Directora Ejecutiva

**María Fernanda Pampín** - Directora de Publicaciones

**Pablo Vommaro** - Director de Investigación

### **CLACSO - Equipo Editorial**

**Lucas Sablich** - Coordinador Editorial

**Solange Victory y Marcela Alemanni** - Producción Editorial

### **Área de investigación**

**Natalia Gianatelli** - Coordinadora de Investigación

**Cecilia Gofman, Marta Paredes, Rodolfo Gómez, Sofía Torres, Teresa Arteaga y Ulises Rubinschik** -  
Equipo de Gestión Académica



LIBRERÍA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIALES

CONOCIMIENTO ABIERTO, CONOCIMIENTO LIBRE

Los libros de CLACSO pueden descargarse libremente en formato digital o adquirirse en versión impresa desde cualquier lugar del mundo ingresando a [www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana](http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana)

1ª edición: *Métodos y técnicas de investigación en contextos de alta vulnerabilidad político-social: Validez, confiabilidad, y pertinencia, Volumen 2* (Buenos Aires: CLACSO, mayo de 2024).

ISBN 978-987-813-677-6



CC BY-NC-ND 4.0

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

### **CLACSO**

**Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais**

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875 | <[clacso@clacsoinst.edu.ar](mailto:clacso@clacsoinst.edu.ar)> | <[www.clacso.org](http://www.clacso.org)>



Este material/producción ha sido financiado por la Agencia Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Asdi. La responsabilidad del contenido recae enteramente sobre el creador. Asdi no comparte necesariamente las opiniones e interpretaciones expresadas.

# ÍNDICE

## **Heliana Faria Mettig Rocha**

Prefacio | 9

## **Carlos Federico Domínguez Ávila y Amaral Arévalo**

Introducción | 13

## **María Cristina Tamariz Estrada**

La entrevista a profundidad. Su diseño metodológico en contextos de violencia y vulnerabilidad social | 21

## **José Fredman Mendoza Ibarra y Alfonso Myers-Gallardo**

Entrevista semiestructurada: apuntes para América Latina | 51

## **Jennifer Cyr**

Hablando con la gente: los grupos focales como manera de generar conocimiento | 77

## **Viviane Vieira**

Estudos críticos do discurso na agenda decolonial latino-americana | 93

## **Leonardo Morlino**

El método comparativo | 123

## **Rodrigo Stumpf González**

O uso do método comparativo na ciência política | 161

## **Gisselle de la Cruz Hermida y Juan Carlos O'Farrill**

Dimensiones de análisis y conjuntos difusos fsQCA | 181



<b>Alfredo Edmundo Fernández de Lara Gaitán y Juan Bautista Lucca</b>	
Los estudios de caso y la política latinoamericana comparada	199
<b>Josset Sánchez Olarte, Erik Tapia Mejía y José Arturo Méndez Espinoza</b>	
El estudio de caso como método de investigación cualitativa	215
<b>Luiz Paulo Ferreira Nogueiról</b>	
Estaturas de populações e preços de pessoas escravizadas. Elementos de análise de regressão	233
<b>Sobre las autoras, autores y editores</b>	263

# PREFACIO

Heliana Faria Mettig Rocha

A RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA da obra “Métodos e técnicas de pesquisa em contextos de alta vulnerabilidade político-social: validade, confiabilidade e pertinência” se expressa no conjunto de trabalhos apresentados sobre a pluralidade de metodologias (qualitativa e quantitativa) aplicadas na pesquisa social. A obra em tela dialoga com a promoção da participação, mobilização cidadã e fortalecimento da democracia, com vistas ao acesso aberto e democratização do conhecimento, alguns dos eixos centrais do CLACSO, além de estar alinhado ao objetivo de expandir a cooperação Sul-Sul no diálogo acadêmico.

Com ênfase no contexto político-social de alta vulnerabilidade presente em formatos diferentes em toda América Latina e Caribe, contribui para a promoção da pesquisa social para combater a pobreza e a desigualdade, fortalecer os direitos humanos e a participação democrática, contribuindo a partir da investigação acadêmica e do pensamento crítico, levantando diretrizes para a promoção de políticas de desenvolvimento sustentável nas vertentes econômica, social e ambiental. Na busca pela construção de pontes entre a pesquisa social e as políticas públicas, os capítulos apresentam ações inovadoras, criativas e viáveis diante dos grandes desafios sociais, educacionais, culturais e ambientais, além de apoiar a formação de redes de pesquisadores e instituições que atuam no campo das ciências sociais e hu-

manas, fortalecendo os processos de internacionalização acadêmica na perspectiva latino-americana no âmbito do Sul Global.

A contribuição da obra para pesquisadores do campo social, cada vez mais, exige transdisciplinaridade, troca de conhecimentos entre disciplinas (antes estanques) e entre campos do saber (antes separados), mas essencialmente, entre saberes técnicos e locais. Atualmente, ou já há algum tempo, nota-se que o meio acadêmico precisa acompanhar a evolução constante da busca de conhecimento sem deixar de lado a sabedoria do campo propositivo de ação local, indo além do campo de ação técnica.

Nos dias atuais, um campo propositivo de ação integrada é desejável para a ampliação do alcance da ciência e, principalmente, para a efetividade das necessárias transformações socioespaciais que as populações carecem. Nesse contexto, o saber do cidadão, ou mesmo de iniciativas de base comunitária são tão relevantes quanto o conhecimento construído na academia. Esse diálogo, quando bem coordenado por um conjunto de técnicas sensíveis, compõem metodologias adequadas a cada situação, considerando a conjuntura sociopolítica, econômica e ambiental, de forma dinâmica e coerente com a realidade do território. Sendo estas replicáveis ou não, são sem dúvida, inspiradoras para muitos trabalhos que envolvem o campo das Ciências Sociais Aplicadas, em sua interrelação com os campos da Saúde Coletiva, Psicologia Social, Sociologia, Antropologia, Medicina, Direito, Economia, Administração, Comunicação Social, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, entre outras.

As experiências aqui apresentadas carregam o potencial de dar suporte ao público acadêmico, orientandos de pós-graduação, pesquisadores, bem como o público em geral. Acima de tudo, no intuito de inspirá-los, mostrando à luz da teoria, as características de cada uma das técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa, suas formas de aplicação, bem como as vantagens e desvantagens, com base em experiências de pesquisa vivenciadas em territórios vulnerabilizados.

Acerca dos contextos de alta vulnerabilidade político-social, é de extrema relevância assegurar a validade, a confiabilidade e a pertinência dos métodos e técnicas aventados em um projeto de pesquisa. A produção de conhecimento sobre fenômenos complexos, como os político-sociais e os socioecológicos, exige acuidade e discernimento para escolhas assertivas no percurso metodológico.

É nesse sentido que o conjunto de capítulos desta obra se torna um convite para desbravar este mundo da investigação com qualidade e segurança, visando que uma *pergunta de partida* possa conduzir o pesquisador a um mundo desconhecido e incerto, mas, no entanto,

em posse de um leme que o direciona no oceano de conhecimentos acessados durante o processo de pesquisa.

Acerca da aplicação dos métodos e técnicas de pesquisa aqui aprofundados, se destacam aqueles que interagem na escala local de comunidades em territórios socioambientalmente vulnerabilizados. Nesse contexto, contribuem com o suporte à assessoria sociotécnica dessas populações, utilizando tecnologias sociais que estimulam a interação entre técnicos e moradores locais.

No que diz respeito à investigação social, Quivy e Campenhoudt (1998) alertam sobre a importância de que o investigador seja capaz de conceber e pôr em prática um dispositivo para elucidação do real, ou seja, um método de trabalho. Este nunca se apresentará como uma soma de técnicas que se aplicam exatamente como se apresentam, mas como um percurso global que exige ser reinventado a cada trabalho. Para os autores, a exposição de técnicas isoladas da reflexão teórica e da concepção de conjunto da pesquisa torna impossível justificar a escolha dessas técnicas e dar-lhes um sentido.

Nesse sentido, recomenda-se que o campo de possibilidades apresentado aqui não deva restringir nem mesmo limitar o leitor, mas que possa colaborar com a construção do seu percurso particular de pesquisa, ou seja, contribuindo como um dos componentes do seu método de trabalho, que previamente ter passado pela formulação de um projeto de investigação, contendo as fases de trabalho exploratório, plano de pesquisa, além de critérios para escolha das técnicas de coleta, tratamento e análise de dados.

Deste modo, esta obra convida cada leitor a explorar, compreender, refletir e fazer uso de um ou outro dos numerosos métodos e técnicas de investigação para, posteriormente, elaborar por si próprio os procedimentos de trabalho correspondentes ao seu projeto de pesquisa.

Desfrute a leitura!

## **BIBLIOGRAFIA**

Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van (1998 [1995]). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* [Trad. de João Mineoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho, 2ª ed.]. Lisboa: Editora Gradiva.



# INTRODUCCIÓN

Carlos Federico Domínguez Ávila y Amaral Arévalo

LA SITUACIÓN POLÍTICA CONTEMPORÁNEA en América Latina y el Caribe es un mosaico complejo de realidades y dinámicas que abarca una amplia gama de circunstancias políticas, económicas y sociales en los diferentes países de la región. A medida que ingresamos al siglo XXI, América Latina ha experimentado una serie de cambios significativos que han moldeado la dirección política de la región. La lucha continua por la consolidación y fortalecimiento de la democracia es una temática central en muchos países latinoamericanos y caribeños. Aunque gran parte de la región ha avanzado hacia sistemas democráticos en las últimas décadas, la calidad de estas democracias es cuestionable. En la época reciente se ha observado el incremento de la concentración de poder, una corrupción sistémica, la debilidad de las instituciones y los derechos humanos en riesgo en varios países.

La desigualdad económica y social sigue siendo una preocupación central en muchos países latinoamericanos. A pesar de los avances en la reducción de la pobreza en algunos lugares, la inequidad se amplía en gran parte de la región. Esta desigualdad a menudo se refleja en las agendas políticas, sobre negación de la redistribución de la riqueza, privatización del acceso a servicios básicos y denegación de oportunidades económicas. Este contexto da como resultado visible la persistencia de desafíos estructurales como la violencia, el crimen or-

ganizado y los flujos migratorios. Los problemas de seguridad interna a menudo están relacionados con la falta de oportunidades económicas, la debilidad institucional y la presencia de grupos ilegales.

La investigación en los países de América Latina y el Caribe enfrenta diversos desafíos debido al contexto sociopolítico contemporáneo. La inversión en investigación y desarrollo en la región suele ser limitada, lo que dificulta la realización de proyectos de investigación a gran escala y la formación de equipos de investigación sólidos. La falta de infraestructuras adecuadas, como laboratorios equipados con tecnología avanzada, dificulta la realización de investigaciones complejas y de alta calidad. Muchos investigadores talentosos emigran hacia países con mejores oportunidades y condiciones para la investigación, lo que debilita la capacidad científica y tecnológica de la región.

Ejecutar procesos de investigación social en contextos políticos y sociales marcados por la inequidad, inestabilidad política y las arremetidas neoliberales en los sistemas de educación superior es un desafío considerable debido a la posibilidad de enfrentar obstáculos, resistencia e incluso riesgos para la seguridad de los investigadores. Las investigaciones científicas en contextos de alta vulnerabilidad político-social frecuentemente colocan desafíos teórico-metodológicos y empíricos sumamente complejos, trascendentes y hasta abrumadores a sus practicantes. En lo concerniente a la dimensión metodológica del oficio de los científicos sociales, se coloca como eje de la discusión a la continuidad, el cambio y la ruptura en las estrategias de intervención, principalmente de las técnicas de investigación.

Realizar investigación social en contextos de alta vulnerabilidad político-social requiere de una planificación cuidadosa, sensibilidad y atención a la seguridad de los investigadores y participantes. La investigación social ética y bien fundamentada puede proporcionar información valiosa para comprender y abordar los desafíos sociales y políticos presentes en estos. Se sabe que la metodología es el conjunto de procedimientos empleados en la investigación, con el propósito de constituir un conocimiento científico válido, confiable y pertinente. En paralelo, las técnicas de investigación son estrategias prácticas que, previa preparación y riguroso cumplimiento de procedimientos estandarizados y replicables, permite a los científicos sociales avanzar en la recolección de datos (trabajo de campo), en el análisis de informaciones, y en la especificación/divulgación de problemas-objetos previamente establecidos. Ciertamente, todo ello incide de forma directa en el entendimiento, la explicación y la demostración de los fenómenos en cuestión.

*Grosso modo*, en las ciencias sociales y humanidades predominan métodos y técnicas cualitativas y cuantitativas. Jerárquicamente, los

métodos (comparativo, histórico, sociológico, hermenéutico, hipotético-deductivo, dialéctico, entre otros) son ascendentes en relación con las técnicas. Asimismo, las técnicas de investigación precisan ser entendidas en el marco de su evolución natural, bien como a las teorías en boga, y hasta en el contexto de realidades nacionales y locales específicas. Esto debe ser considerado por los investigadores, principalmente cuando se trata de intervenciones en contextos de alta vulnerabilidad político-social, como los predominantes en el Sur Global, como América Latina y el Caribe. Sin embargo, es importante que la investigación social se realice para comprender y abordar adecuadamente los fenómenos sociales y políticos que puedan surgir en estos contextos.

Con el propósito de contribuir en el proceso de formación, capacitación y perfeccionamiento de las habilidades y competencias metodológicas de los investigadores sociales, tanto centroamericanos como de otras latitudes, e inspirados en el pluralismo epistemológico, como Grupo de Trabajo, “El Istmo Centroamericano: perspectivas epistemológicas periféricas” se propuso organizar un libro colectivo para tratar asunto de considerable impacto, relevancia y trascendencia. Esto es, examinar el devenir de los diseños de investigación, instrumentos, procedimientos y otras herramientas disponibles para obtener información con vistas a la formulación y divulgación de conocimiento basado en evidencia.

En términos operativos, la convocatoria lanzada solicitaba que cada autor/a especializado/a podría asumir la tarea de reflexionar sobre alguna técnica de investigación que ya utiliza y conoce con familiaridad. Ello incluyó: a) analizar la naturaleza y el propósito de la técnica seleccionada, b) caracterización de la técnica elegida (ventajas y desventajas), c) destacar los procedimientos necesarios para el uso correcto de la técnica (preparación del trabajo de campo, recolección de datos, codificación, análisis de informaciones, y redacción de texto científico), y d) identificar aspectos correlacionados (ética, validez, confiabilidad).

La respuesta de investigadores e investigadoras de América Latina y el Caribe fue encomiable a la convocatoria. Se recibieron más de veinte propuestas de textos, las cuales, después de un proceso de evaluación, se integraron en dos tomos. El segundo tomo, que el lector tiene en sus manos, reúne textos que abordan la aplicación de encuestas, discusiones sobre el método comparativo, el estudio de caso y la aplicación del análisis de regresión.

Cristina Tamariz abre este segundo tomo reflexionando sobre la caracterización, alcances y propósitos de la entrevista a profundidad aplicada a la investigación social y su uso documental como fuente



secundaria de información. Retoma las premisas centrales de la literatura especializada y de los manuales más citados para identificar los alcances y límites de la técnica. A partir de ejemplos de investigaciones propias se muestra cómo la entrevista a profundidad se inscribe en el campo de las metodologías cualitativas con alcances específicos. Tamariz comparte experiencias de investigación que asumieron en su diseño metodológico a la entrevista a profundidad como técnica principal. La particularidad del capítulo es discutir la pertinencia e implicaciones éticas de su aplicación en contextos de violencia y vulnerabilidad.

Dando continuidad a las reflexiones sobre las diferentes modalidades de entrevista, José Fredman Mendoza Ibarra y Alfonso Myers-Gallardo abordan la entrevista semiestructurada orientada a su aplicación en contextos de alta vulnerabilidad social y violencias. Por medio de ejemplos de trabajos de campo realizados con personas de comunidades y pueblos indígenas en contextos urbanos de México, pretenden brindar algunos apuntes que sirvan de guía para futuros trabajos de investigación relacionados con la entrevista semiestructurada y personas pertenecientes a pueblos indígenas en América Latina.

Por su parte, Jennifer Cyr nos introduce a una discusión sobre la ejecución de grupos focales. Cyr parte de la premisa de que los grupos focales, son útiles para obtener distintos tipos de información, y como todos los métodos de recolección de datos, los grupos focales se adaptan bien a determinados tipos de preguntas de investigación. Por medio de una narrativa dialógica, Jennifer muestra qué tipo de grupos focales se adaptan para diferentes proyectos de investigación. También contribuye con consejos sobre cómo ejecutarlos, haciendo hincapié en la moderación y el protocolo de preguntas; y aborda críticamente algunos de los problemas que suelen plantear los grupos focales.

En los textos anteriores se presentaron herramientas metodológicas para recolectar información, y el texto de Viviane Vieira se centra en el estudio crítico del discurso. Establece como premisa inicial que los estudios críticos del discurso son un campo heterogéneo y transdisciplinario de la lingüística que interactúa con los estudios sociales críticos. Su texto se enfoca en presentar el proceso de análisis del discurso, que incluye el análisis estructural e interaccional-textual, de interés para la comunidad académica, y que complementa el análisis social. Sus reflexiones proceden del proyecto “Discurso e sistema colonial-moderno de género: letramentos críticos”, de la Universidad de Brasilia, Brasil.

Leonardo Morlino, en un texto de largo aliento, reflexiona sobre el Método Comparativo. Este método, establece Morlino, tiene una larga tradición que se remonta a Aristóteles y su análisis empírico

pionero sobre los regímenes políticos de su época. Sobre la base de la literatura, después de la Segunda Guerra Mundial y el desarrollo de las ciencias sociales, una definición general ampliamente aceptada de comparación es la de ser un método para probar relaciones empíricas hipotéticas entre variables en diferentes casos. Morlino indica que, en este método, se deben abordar tres preguntas: por qué comparar, qué comparar y cómo comparar. Expone que la pregunta más relevante es la tercera, donde entendemos el contenido real del método. Por lo tanto, aunque presenta una breve respuesta a las dos primeras preguntas, dedica la mayor parte del texto a dar una respuesta más exhaustiva a la tercera pregunta, siendo la principal contribución de su texto para el estudio de métodos y técnicas de investigación que hemos propuesto.

Rodrigo Stumpf González da continuidad a las discusiones sobre el método comparativo iniciadas en el texto anterior por Morlino. Su texto analiza el método comparativo como una de las opciones metodológicas en las ciencias sociales y las ciencias políticas, presentando en términos generales sus presupuestos y desarrollo, con la discusión de su uso en el pasado reciente y sus límites y posibilidades. Analiza la evolución del estudio de la política comparada en la ciencia política, presenta los orígenes metodológicos de la comparación y cómo se incorporó a la ciencia política. Se discute el método comparativo y su aplicación, sus limitaciones y evolución reciente. Se presentan los enfoques tradicionales, basados en casos y variables, cualitativos y cuantitativos, y el surgimiento del enfoque QCA (*Qualitative Comparative Analysis*), finalizando con un balance de las posibilidades que abre la estrategia metodológica comparada para el futuro.

Gisselle de la Cruz Hermida y Juan Carlos O'Farril Jiménez presentan un texto para discutir la pertinencia del análisis de configuraciones causales con conjuntos difusos en los estudios de acción colectiva. Su estudio muestra la utilidad de esta herramienta al tratarse de un modelo integrador en el que, las variables de estudio siguen una lógica configurativa que explican el desarrollo de los procesos inherentes a un episodio de acción colectiva. A través de este modelo metodológico pueden incorporarse variables cuya medición puede ser cuantitativa y cualitativa. Las variables integran configuraciones causales que explican el desarrollo de un episodio de acción colectiva desde la multicausalidad y la diversidad del fenómeno. La aplicación del método se expone tomando como referente tres movimientos sociales en América Latina: la guerra del agua, la rebelión de los forajidos y el Caracazo en Venezuela.

En el texto anterior se discutió el fenómeno de los movimientos sociales, Alfredo Edmundo Fernández de Lara Gaitán y Juan Bautista

Lucca nos presenta un análisis de los estudios de caso y la política latinoamericana comparada. En su capítulo se sopesa qué es un caso en perspectiva comparada; cuáles son sus diferentes variantes, sus usos y tradiciones, y los retos y perspectiva que este tipo de aproximación con un  $N=1$  abre a los estudios comparados. En contextos como el latinoamericano, es posible apelar al estudio de caso en clave comparativa como una aproximación en profundidad empírica y en extensión analítica, que permitiría salvar los obstáculos y límites.

Josset Sánchez Olarte, Erik Tapia Mejía y José Arturo Méndez Espinoza en su texto nos presentan un análisis del estudio de caso como método de investigación cualitativa. Su capítulo tiene como propósito general mostrar a la luz de la teoría las características de esta técnica de investigación cualitativa, su forma de aplicación, así como las ventajas y desventajas del estudio de caso tomando como base el documento denominado “Cuadernos Metodológicos” de Coller, complementado con otros estudios relacionados al objeto de análisis y citado durante el desarrollo del presente estudio un caso empírico para mostrar la pertinencia de la teoría en la práctica.

Por su parte, Luiz Paulo Ferreira Nogueiról, ilustra en su capítulo, a través de diferentes ejemplos como el tráfico y precios de personas esclavizadas, la evolución de la altura en diferentes sociedades e incluso excavaciones arqueológicas, cómo el uso de técnicas estadísticas puede ser útil para el estudio de la historia, conservando la forma en la que los historiadores suelen contarla, es decir, a través de narraciones. Además, aboga por la posibilidad de la neutralidad política de los enfoques cuantitativos y destaca algunos de los impactos que produjeron en la producción historiográfica.

Queremos dejar explícito nuestro agradecimiento a cada una de las autoras y autores, por la confianza depositada en este proyecto editorial, demostrada con el envío de su producción intelectual. También reconocemos con gratitud el trabajo realizado por los integrantes del comité científico: Jimena de Garay, Suely Deslandes, Roberto López y Yosahandi Navarrete, ya que, sin su compromiso para abrir espacios entre sus actividades laborales y otras demandas contextuales en cada uno de sus países para hacer la revisión de cada uno de los tomos de esta colección, sin todo ese sobre esfuerzo, esta publicación no hubiera sido posible.

Por último, si bien esta colección fue incentivada para proporcionar documentos y material de análisis contemporáneos sobre métodos y técnicas de investigación a estudiantes y académicos universitarios en América Latina y El Caribe, no dejamos de lado que este también es un proyecto político que visibiliza, por una lado, la falta de políticas públicas sólidas y a largo plazo para la ciencia y la tec-

nología que generan incertidumbre en la comunidad científica; y por otro, la comprobación de que el compromiso con la verdad científica coloca en riesgo de vida a estudiantes, administrativos y profesionales universitarios en diversos contextos latinoamericanos y caribeños. La vulnerabilidad política y social no es retórica en nuestra región, sino que es una práctica concreta que se expande y que impacta negativamente en el desarrollo de las ciencias y la tecnología.

Brasília/Río de Janeiro, 25 de septiembre de 2023



# **LA ENTREVISTA A PROFUNDIDAD**

## **SU DISEÑO METODOLÓGICO EN CONTEXTOS DE VIOLENCIA Y VULNERABILIDAD SOCIAL**

María Cristina Tamariz Estrada

### **INTRODUCCIÓN**

Este capítulo expone en la primera parte, la caracterización, alcances y propósitos de la entrevista a profundidad. Recopila de la literatura especializada y de los manuales más consultados los alcances y límites de la técnica. Es importante aclarar que el capítulo no es una síntesis de los manuales sobre metodologías cualitativas, más bien se sitúa en las particularidades de la entrevista a profundidad para compartir experiencias propias y colectivas de proyectos de investigación que asumieron en su diseño metodológico a la entrevista a profundidad como la técnica principal para la recolección y análisis de datos en contextos de violencia o vulnerabilidad.

En mi experiencia como investigadora y docente, una de las maneras más efectivas de comunicar los alcances de una metodología de investigación social, es a partir de ejemplos preferentemente propios o muy cercanos, en los que se discuta la coherencia del diseño metodológico con respecto a la pregunta de investigación y de su marco teórico. De los cursos de metodologías cualitativas impartidos, rescató inquietudes en común que los estudiantes y los colegas comparten y que, por lo general, aparecen en los manuales con menciones mínimas. Por lo anterior, se reitera que lo que podrán encontrar en los

apartados siguientes, es la sistematización de experiencias de investigación cuyo eje metodológico fue la entrevista a profundidad.

En el desarrollo del presente capítulo, los lectores podrán seguir paso a paso la resolución metodológica de algunos proyectos de investigación que suelo retomar en mis cursos, con el propósito no de que se replique al pie de la letra el procedimiento, sino de que ayuden a establecer un diálogo y balance crítico para estimular la creatividad e imaginación de quienes en este momento se enfrentan a la etapa del diseño metodológico de su proyecto.

Por último, la particularidad del texto radica en situar los ejemplos y la reflexión teórico-metodológica en contextos de violencia y vulnerabilidad. Los proyectos que se incluyen a manera de ejemplo están situados sin excepción en estos contextos. De lo anterior se deriva una reflexión más que pertinente en los tiempos actuales, se trata del papel activo y dialógico del investigador en los contextos que interviene con observaciones y preguntas. Por lo anterior, en sentido ético valdría cuestionarnos cómo se verán afectados los grupos, comunidades y colectivos con los que trabajamos, así como con la difusión de los resultados de la respectiva investigación. Situarnos desde un compromiso ético con la realidad social de los grupos vulnerables es una de las premisas que definen los ejemplos que aquí se presentan.

Finalmente, se propone replantear la relación objetividad-distanciamiento del investigador en las metodologías cualitativas por la tensión entre la reflexividad y el tratamiento como sujetos de quienes asumen un papel activo en la investigación. En correspondencia, se espera que el investigador en su papel de entrevistador reconozca en sus entrevistados una subjetividad con competencia narrativa, como señala Valles (2002), en una conversación con fundamento metodológico que tiene lugar al momento de la entrevista a profundidad.

## **PRESENTACIÓN DE LA TÉCNICA**

El lugar de la entrevista a profundidad, como instrumento e investigación en campos disciplinares como la sociología o la antropología, ha sido relegado por los métodos estadísticos en el primer caso y por la etnografía en el segundo. Ninguna de las disciplinas mencionadas reconoce a la entrevista como emblema metodológico. Asociada a la psicología estadounidense, la entrevista a profundidad es vista con recelo por algunos sociólogos por una fuerte sospecha de subjetivismo (Beaud, 2018). La sospecha que en realidad cuestiona el distanciamiento y la supuesta objetividad del investigador frente a los sujetos, tiene, no obstante, implicaciones en sus prescripciones de validez. En parte, porque se replican los criterios cuantitativos como el de la re-

presentatividad y se relega el posicionamiento ético como una parte periférica y complementaria.

En la lógica de estos criterios, es común encontrar trabajos de investigación con metodologías cualitativas, que sin mayor reflexión concentran la validez de sus hallazgos en la cantidad de entrevistas aplicadas. O bien, se limitan a ilustrar algunas de las premisas iniciales en la investigación con los testimonios recopilados, cuando una de las potencialidades de estas metodologías radica en mostrar la complejidad de dinámicas sociales, procesos y el sentido de las prácticas de los sujetos, lo cual difícilmente se puede enmarcar en un diseño a priori, aunque se cuente con una guía pautada en la estructura del protocolo de investigación. Esta discusión es pertinente, en tanto los ejemplos que se comparten a continuación se enmarcan en el campo disciplinar de la sociología, uno de los más críticos, acaso escépticos con los alcances y potencialidades de las metodologías cualitativas.

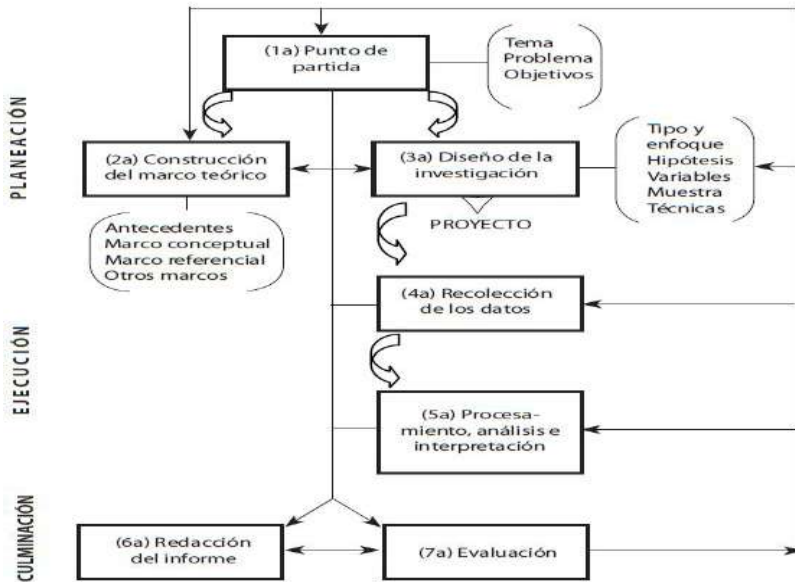
Sin caer en la falsa dicotomía del ataque de una perspectiva metodológica en detrimento de la otra, nuestro propósito es definir los alcances y pertinencia de la entrevista a profundidad, por ello hay un posicionamiento explícito que renuncia al dilema de jerarquizar lo cualitativo sobre lo cuantitativo o viceversa. Esa distinción se desdibuja sobre todo cuando se trabaja en proyectos interdisciplinarios.

En tanto metodología, la entrevista a profundidad es considerada como una herramienta de indagación social. Como práctica, se define como un ejercicio intelectual que relaciona elementos históricos, biográficos y de la estructura social. En sus alcances, las inferencias derivadas del análisis de las entrevistas a profundidad permiten articular la relación sociedad y cultura, ante el reconocimiento de una subjetividad con competencia narrativa. En su fundamentación metodológica, Valles (2002) parte del reconocimiento de las conversaciones cotidianas como el principio de la entrevista cualitativa, pero la distingue por su fundamentación metodológica, es decir como técnica de conversación y escucha, la entrevista se orienta por objetivos específicos de investigación.

La pertinencia en la elección de un enfoque metodológico se sitúa justo como parte de un proceso más amplio (Ver imagen 1). En ese proceso, el diseño metodológico es una de las etapas más importantes en las que se soporta la calidad de la evidencia empírica que respalda el estudio o investigación. En las metodologías cualitativas la etapa de ejecución se corresponde con el trabajo de campo a través del cual se recabará evidencia empírica y se perfilará la construcción del dato cualitativo.



Imagen 1. Fases del proceso de investigación



Fuente: Niño (2011, p. 45).

La fase de trabajo de campo de los proyectos de investigación no se traduce en el uso exclusivo de una técnica o metodología, sino al papel central que esta adquiere en el planteamiento general del problema y la pregunta de investigación. Por lo anterior, aun cuando el estudio recurra a la entrevista a profundidad para recolectar la información, será necesario situar las trayectorias de los entrevistados en coordenadas espacio temporales específicas con el respaldo de estudios de sobre la temática y fuentes documentales sobre el caso.

En los manuales sobre la enseñanza de las metodologías cualitativas, los autores suelen incluir listados donde se resumen los alcances y limitaciones de la técnica en cuestión. Valles (2002) incluye las siguientes ventajas de la entrevista profundidad, pero aplica en general para los enfoques de tipo cualitativo como se comenta a continuación:

- La riqueza informativa: intensiva, holística, contextualizada y personalizada. Esta cualidad se confirma cuando hay un trabajo sólido en el diseño del guion de entrevista y cuando se trabajó en la contextualización de las trayectorias de los entrevistados.

- Posibilidad de indagación por derroteros no considerados. Cuando dominan los enfoques cualitativos es común que la flexibilidad del proceso de investigación no minimice aspectos que no fueron considerados en el diseño de investigación, pero que aportan en términos explicativos al problema de estudio.
- Accesibilidad a información difícil. Algunos procesos y dinámicas sociales únicamente son accesibles a partir del contacto directo con los sujetos, de ahí que la entrevista a profundidad conlleve, bajo ciertos lineamientos, la posibilidad de generar fuentes secundarias susceptibles de ser consultadas por otros colegas que compartan la temática de estudio.
- Contrapunto cualitativo de resultados cuantitativos. La tensión entre las perspectivas metodológicas cuantitativas y cualitativas se expresa en la escala de lo macro y lo micro, por eso las perspectivas cualitativas permiten cerrar el lente de observación y situarnos en contextos y casos particulares que previamente se pudieron advertir después de un acercamiento macro al fenómeno de estudio.

En un ejercicio de reflexión sobre los límites de la entrevista a profundidad, Kvale (2011) identifica situaciones en las que sería preferible optar por otras técnicas de investigación. Para el autor, algunos indicios para saber cuándo no es recomendable elegir a la entrevista como metodología dominante en el estudio o investigación son los siguientes:

- Cuando en el planteamiento de la investigación el objetivo es predecir el comportamiento de grupos sociales, lo cual obliga a trabajar con muestras seleccionadas con criterios estadísticos.
- Cuando se tiene un tiempo limitado para realizar trabajo de campo. Las metodologías cualitativas exigen un periodo de familiarización para gestionar la presencia y aceptación del investigador en el colectivo. Se trata de un periodo de reconocimiento en el que es necesario exponer con claridad las implicaciones de nuestro trabajo de investigación. Este periodo puede ser más breve, cuando el acceso se pacta por medio de alguna organización o bien cuando nuestros propios contactos facilitan los primeros acercamientos con los potenciales sujetos a entrevistar.
- Cuando la pregunta de investigación se concentra en estudiar comportamientos de las personas en interacción con su entorno, la opción metodológica más recomendable sería la ob-

servación participante y las entrevistas informales. Lo mismo cuando en los objetivos se busca explorar significados de prácticas culturales específicas.

- Si la centralidad del estudio se concentra en una trayectoria personal, lo recomendable sería trabajar con enfoques biográficos, que permitan un acercamiento emocional más íntimo.

En conclusión, para Kvale la decisión metodológica que inclina la balanza a favor de la entrevista a profundidad tiene lugar cuando se busca comprender los significados del mundo vivido de las personas, describir sus experiencias y la manera en la que comprenden y elaboran la perspectiva de su realidad social.

### **EL DISEÑO METODOLÓGICO DE LA ENTREVISTA A PROFUNDIDAD**

A pesar de la naturaleza dialógica de la entrevista a profundidad, su fundamentación metodológica es el punto clave que la distingue de nuestras conversaciones cotidianas. Desde una definición operativa que habilita el campo metodológico, la entrevista es una técnica de conversación y escucha orientada por objetivos específicos de investigación. Para fines expositivos, las fases del diseño metodológico de la entrevista a profundidad que se desarrollarán en los siguientes apartados contemplan 1) planeación, 2) ejecución, 3) la construcción del dato cualitativo y 4) el reporte de investigación o presentación de resultados.

#### **FASE 1: PLANEACIÓN: PREPARACIÓN DEL TRABAJO DE CAMPO, PREMISAS ÉTICAS, SELECCIÓN DE LA MUESTRA Y GUIÓN DE ENTREVISTA**

En la investigación cualitativa las implicaciones éticas atraviesan todo el proceso desde el planteamiento, justificación y pertinencia del tema elegido. Al realizar el trabajo de campo para la recopilación de información por medio de entrevistas cualitativas se presentan tensiones vinculadas a la negociación de las condiciones y tratamiento que los entrevistados proporcionarán. Resultan particularmente sensibles en contextos de riesgo, vulnerabilidad y violencia. Cuando la investigación en curso se enmarca en estos contextos, es indispensable evaluar desde criterios éticos el desarrollo de cada etapa del estudio.

#### *PREMISAS ÉTICAS*

La primera ocasión que me enfrenté a los criterios éticos en una investigación fue durante mis estudios de maestría en sociología política. Entre los años 2008 y 2010 trabajaba como tema de tesis a una organización político-militar de corte clandestino cuyos orígenes se situaban

en la década de los años setenta y continuaba vigente al momento de la investigación. El planteamiento inicial era reconstruir la trayectoria histórica de la organización a partir del seguimiento de la dirigencia política para identificar continuidades y rupturas inscritas en las coyunturas político-sociales entre 1970 y el año 2000. En aquellos años, los exmilitantes de la guerrilla en México habían ganado visibilidad luego de la apertura de los llamados archivos de la “guerra sucia”, el momento de mayor represión política que tuvo lugar en contra de disidentes políticos y organizaciones clandestinas.

El primer planteamiento de la investigación tuvo que reformularse luego de una búsqueda infructuosa de entrevistados potenciales que pudieran aportar información sobre la trayectoria de la organización. Mi contacto se limitaba a ex militantes que en un primer momento también mostraron cierto recelo para acceder a una entrevista, una actitud comprensible si se retoman algunos de los inhibidores reconocidos por Valles (1999), tales como la amenaza que implica compartir información delicada o rememorar alguna experiencia traumática. La reserva a la que me enfrentaba como investigadora tenía que ver con el temor de revelar información sensible que pudiera poner en riesgo a los actuales militantes, inclusive a los propios ex guerrilleros. Para continuar con el tema fue necesario reorientar el propósito de la investigación, así es como se expresa en estudios específicos la premisa de flexibilidad en los diseños de investigación cualitativa.

El foco cambió hacia las trayectorias de los ex militantes y a cómo resignificaban en el presente su paso por la clandestinidad. Retomando como marco teórico la sociología de las militancias clandestinas, los guiones de entrevista recuperaban desde las trayectorias individuales, los primeros acercamientos al activismo político hasta llegar al punto en que se incorporaron a la clandestinidad. Ese cambio en los alcances y propósitos de la investigación abrió la posibilidad de continuar con el tema desde otro enfoque. En el planteamiento inicial había un descuido total en lo referente a las implicaciones éticas, a los posibles efectos de los resultados del estudio y el riesgo que podría suponer para los participantes, incluso para mí como investigadora. La importancia de los primeros acercamientos, la manifestación de las intenciones y alcances de la investigación con los posibles entrevistados juegan un factor de primer orden que puede derivar en una gestión que garantice el acceso a los informantes o bien, en un fracaso rotundo que nos cierre la posibilidad de recopilar los datos de nuestra investigación.

A manera de ejemplo, la experiencia anterior reafirma que la revisión de los proyectos de investigación con una perspectiva ética llega a ser un tanto laxa en universidades y centros de investigación, donde

estos aspectos se relegan a un papel secundario o definitivamente pasan inadvertidos. En el caso de México, en años recientes, estos temas adquirieron relevancia en el contexto de violencia que se vive en el país, en territorios dominados por grupos del crimen organizado y la crisis de desaparecidos que articuló la conformación de colectivos de madres buscadoras. En ese clima de inseguridad e incertidumbre es impostergable la reflexión sobre las directrices éticas en la investigación social. El seguimiento de estas pautas éticas garantiza que durante el desarrollo de la investigación no se vulneren los derechos del participante, se le dé un trato justo y equitativo con respeto a su dignidad (Hall, 2016).

La discusión por la evaluación ética en los proyectos de investigación tiene su origen en la investigación médica, con experimentos que a la distancia expresan un desprecio absoluto por la dignidad humana. Extrapolar estos lineamientos que surgieron en otro contexto disciplinar ha complicado su traducción y aplicación en la investigación social. Sin embargo, hay puntos irrenunciables en las premisas éticas en disciplinas sociales, como son los que rescata Hall (2016, p. 6) como pautas que acreditan la validez científica cuando trabajamos directamente con personas:

1. Respeto a la integridad de los participantes, para no poner en riesgo la salud física o mental innecesariamente.
2. Protección a la dignidad de los participantes, a través de un proceso de consentimiento informado.
3. Salvaguardia de la privacidad de los participantes y no divulgar información confidencial.
4. Respeto al bienestar social para no hacer daño a la sociedad en general ni a sus comunidades.

En la discusión sobre las consideraciones éticas de la investigación social, es necesario que las universidades y los centros de investigación se involucren y expresen su posicionamiento por medio de comités de ética y protocolos de seguimiento, para garantizar el consentimiento informado de los participantes y el carácter confidencial de la información si así lo solicita el entrevistado. Resulta pertinente apuntar que la existencia de los comités de ética en instituciones dedicadas a la investigación en Reino Unido y Estados Unidos suele aplicar un control burocrático del seguimiento de protocolos éticos, lo cual limita el uso de metodologías cualitativas o de corte participativo (Parker 2005 y Lincoln 2005, citado por Kvale, 2011). Otro de los cuestionamientos a los códigos éticos es que reproducen sin mediación los criterios de

investigación biomédica a la social sin atender problemáticas propias de la investigación cualitativa y de las interacciones a que da lugar la investigación de campo o bien la investigación acción participativa.

Como ya se apuntó en otro momento, la entrevista a profundidad está relacionada en sus inicios con el campo disciplinario de la psicología, por lo cual no es de sorprender que, desde inicios de los ochenta del siglo pasado, la *American Psychological Association* (APA), haya definido algunas orientaciones para los estudios con entrevistas, como recoge Kvale (2011, p. 59):

- Organización temática. Considerar si además de la contribución al saber científico, el conocimiento que se genere puede contribuir a mejorar la problemática estudiada.
- Diseño. Una de las premisas en la etapa del diseño tiene que ver con obtener el consentimiento informado de los sujetos para participar en el estudio, asegurar la confidencialidad y evaluar las posibles consecuencias del estudio para los sujetos.
- Situación de entrevista. Al momento de realizar la entrevista es necesario tomar en consideración las consecuencias de la interacción para los sujetos, como el estrés durante la entrevista y los cambios en la comprensión de sí mismo. En este punto, el entrevistador debe tener la preparación para contener situaciones límite que se pueden presentar cuando se comparten testimonios relacionados con trauma y violencia.
- Transcripción. La transcripción debe garantizar fidelidad a las declaraciones del entrevistado. Este momento es muy importante, ya que, como parte del consentimiento informado, el investigador se compromete a mostrar la transcripción de la entrevista para tener la aprobación final y el documento firmado del consentimiento para el uso de la información con los fines previstos.
- Análisis. En el análisis, es necesario contar con una guía teórica para enmarcar y sistematizar la información que se obtiene de las entrevistas.
- Verificación. Es responsabilidad ética del investigador informar del conocimiento lo más seguro y verificado posible, esto incluye el grado de crítica con que se puede interrogar a un entrevistado. En este punto se debe acotar que el entrevistador no busca calificar o evaluar el comportamiento del entrevistado, sino comprender el sentido de sus prácticas, es un científico social no es un juez.

- Informe. Otro de los momentos más delicados llega con la escritura del informe, en el cual se retoma el tema de la confidencialidad, así como las consideraciones de hacer públicas ciertas informaciones por el riesgo que podría implicar hacia los informantes.

Cuando se discute el tema de las implicaciones éticas en la investigación social, hay un consenso general en lo que se refiere al consentimiento informado. El consentimiento exige por parte del investigador, gestionar el acercamiento a los entrevistados, dar claridad sobre los alcances e implicaciones del estudio, es decir, mostrar qué es lo que se pretende hacer con la información que se genere en situación de entrevista. El investigador realiza una labor de convencimiento al dar cuenta ante los sujetos cuál es su interés principal, así como los riesgos y beneficios de su participación en el proyecto. En este proceso, el investigador debe garantizar a los sujetos que pueden desistir de participar en el estudio en el momento que así lo decidan (Kvale, 2011). Si bien el consentimiento informado va más allá de obtener un formulario legal y este representa la conclusión exitosa de todo un proceso de acercamiento y certidumbre del investigador hacia los entrevistados, es necesario ese documento. La importancia de contar con la evidencia del consentimiento informado contribuye a la validez, en cuanto a los criterios éticos, de la información recolectada. Por otra parte, si en otro momento se quisiera trabajar la entrevista como fuente secundaria, es necesario contar con todos los detalles del tipo de gestión y condiciones en las que se generó la información. Lo anterior es relevante cuando la temática que se aborda en la entrevista puede contribuir a documentar ciertos procesos y dinámicas sociales, o cuando se trabaja en proyectos interdisciplinarios.

A propósito del consentimiento informado comparto una de las experiencias de investigación más enriquecedoras en las que he colaborado. En el 2018, durante mi estancia posdoctoral en el Instituto Mora, dirigí una tesis de grado que resultó por demás desafiante en términos éticos, sobre un colectivo de madres buscadoras en el sur del país. El maestrante, José Luis Soto (2018), gestionó los primeros acercamientos con las madres a través de una organización civil, y de esa manera logró acceder al colectivo. El lugar donde Soto realizaría su trabajo de campo, desde una perspectiva cualitativa (entrevistas a profundidad, grupos de discusión y observación participante), era una zona insegura, el tema estaba activo y las amenazas potenciales provenían además de los grupos del crimen organizado, de algunas autoridades locales. Realizar trabajo de campo en contextos de violencia representa todo un desafío para el investigador y para la institución

que lo respalda. En este caso, los representantes académicos estaban alerta y en contacto por cualquier contratiempo que se pudiera presentar, no sin antes evaluar la pertinencia en cuanto a seguridad personal, para aprobar la realización la investigación.

El acierto del estudiante fue documentar sus prácticas de investigación en campo, algunas de las cuales comparto a continuación y que en su conjunto expresan el trabajo de investigación cualitativa como una relación cercana y ética hacia los sujetos que accedieron a participar. Entre sus apuntes clave, rescato su posicionamiento ético en todo el proceso de investigación, donde se comprometía a regirse por esos criterios de manera transversal en las fases de recopilación de información, redacción del documento y presentación de los hallazgos, priorizando la integridad y el respeto de los participantes, evitando hacer apología de la violencia. En su entrada al campo gestionó los primeros contactos a través de quien estaba al frente del colectivo de madres buscadoras, de redes personales, académicas y profesionales. Al entrar en contacto con los sujetos de la investigación el compromiso era explicar con toda claridad los objetivos de la investigación, el plan de trabajo de campo y los resultados esperados.

El trabajo de campo en contextos de violencia supone además de las implicaciones y exigencias de carácter académico, otro tipo de previsiones, las relacionadas con la seguridad del entrevistador y de los sujetos. Al respecto, Soto reconocía que, durante el trabajo de campo, al estar en los territorios de las personas entrevistadas se compartía también una condición de riesgo, por lo cual era necesario aplicar medidas adicionales de seguridad. El trabajo de acercamiento, así como el compromiso ético del investigador frente al colectivo permitieron la apertura y colaboración de las madres buscadoras, quienes en lo individual compartieron sus testimonios. El consentimiento informado elaborado para los fines de esta investigación se presenta a continuación, en el cual se reflejan las directrices éticas que asume el investigador y el compromiso hacia el entrevistado (ver Imagen N° 2).



## Imagen 2. Formato de consentimiento informado

Orizaba, Veracruz a (fecha)

La presente entrevista se inscribe en el proyecto (Título del proyecto), mismo que será presentado como proyecto de tesis a fin de obtener el grado de (programa e institución).

El entrevistador, (nombre), inscrito en el programa de dicha institución, se compromete a mantener la información recabada en la entrevista en secrecía y a manejarla sólo con fines académicos, por lo cual, en caso de ser susceptible a publicación en revistas especializadas, la entrevistada será previamente notificada y únicamente aparecerá la información aquí recabada bajo su consentimiento expreso.

Para la documentación de la entrevista se hará uso de la grabación de audio, el registro en un diario de campo y si la entrevistada lo autoriza, también se hará uso de fotografías.

La entrevistada, \_\_\_\_\_, cuenta en todo momento con el derecho de omitir parcial o totalmente la información recabada mediante esta entrevista, únicamente se le solicita notificar oportunamente al entrevistador. Si la entrevistada lo requiere se hará entrega de una copia de la transcripción de la entrevista y del producto final de este proyecto.

Entrevistador (a) Entrevistado (a)

\_\_\_\_\_

Fuente: Soto (2018).

### SELECCIÓN DE LA MUESTRA

El trabajo con entrevistas a profundidad contempla la selección de una muestra, la cual se perfila desde el diseño del protocolo de investigación y se define una vez que inicia el trabajo de campo y con este, el proceso de acercamiento y negociación con los sujetos. En este primer acercamiento es usual localizar a las personas que estén dispuestas a compartir información a partir de la entrevista y que estos contactos a su vez faciliten el contacto con otros entrevistados. Este criterio de la selección de entrevistados es conocido como bola de nieve.

Entre las recomendaciones para facilitar el acceso a informantes es importante seleccionar a las personas con la disposición de compartir su experiencia y además que tenga cierta empatía con el entrevistador, pues este ejercicio es relacional y este tipo de factores suelen ser determinantes en la calidad de la información que se recopila.

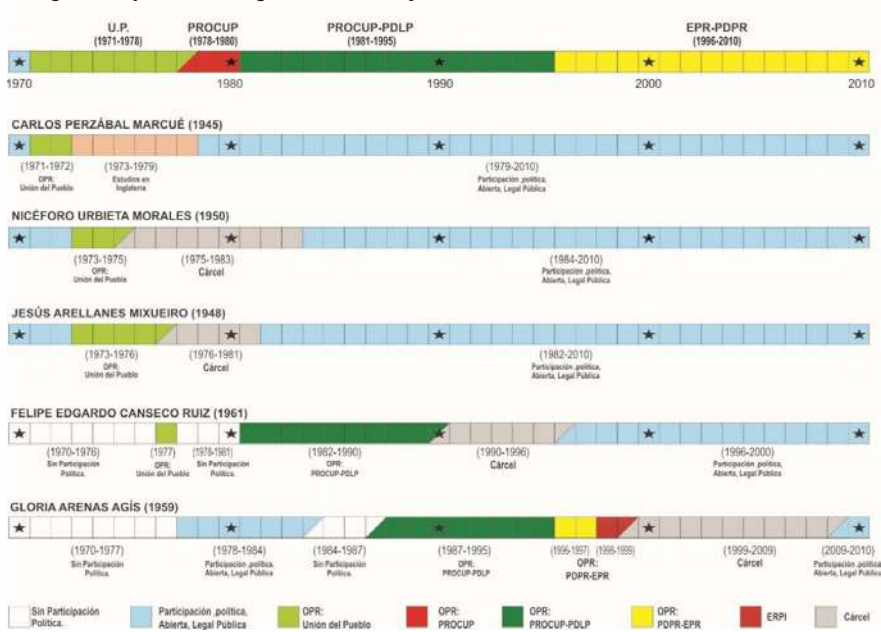
Para el muestreo cualitativo, que tiene una lógica por completo distinta al cuantitativo, orientado por criterios estadísticos, Valles (2002) recomienda lo siguiente:

- Identificar a los sujetos con competencia narrativa y reconocer que hay personas que a aun cuando conozcan del tema no están dispuestos a expresarlo oralmente.
- El llamado punto de saturación teórica es lo que equivale a validar que las entrevistas realizadas son suficientes para sustentar los hallazgos de la investigación. Esto ocurre cuando los

tópicos que se desarrollan a partir del guion se empiezan a repetir al momento de realizar el ejercicio con otras personas.

Para ejemplificar que el número de entrevistas cualitativas no valida en sí el estudio sino los criterios de selección, retomo de nuevo la investigación con exguerrilleros que realicé para mi tesis de maestría. La muestra cualitativa se conformó con cinco entrevistas a profundidad, más que el número, el criterio que validó la muestra es que en su conjunto las trayectorias cubrían el periodo temporal de la investigación que iba de 1970 al año 2000, es decir, tres décadas. De esta manera logré reconstruir a partir del contexto político, los cambios en la organización que enmarcaban a su vez las trayectorias de los ex militantes. En el siguiente esquema (Ver Imagen N° 3) se presenta la correspondencia temporal de las entrevistas en el contexto de la organización clandestina y del contexto político social.

**Imagen 3. Representación gráfica de las trayectorias de vida de ex militantes clandestinos**



Fuente: Tamariz, Cristina. (2010).

Sobre el número de entrevistados, es importante dejar de lado las pretensiones de alcance estadístico. Si en la investigación cualitativa se busca describir procesos, comprender ciertas prácticas y sus significa-

dos, las entrevistas requeridas serán las que el investigador considere pertinente en función de los objetivos planteados.

#### *EL GUIÓN DE ENTREVISTA*

A la par de los primeros acercamientos, de la labor de convencimiento para pactar los primeros encuentros, se diseña el instrumento del cual depende que la entrevista sea una conversación con un propósito teórico metodológico definido. El guion en la entrevista a profundidad se caracteriza por su carácter flexible, es decir, no se parte de preguntas estandarizadas que se realizan en un orden específico y sin variaciones como en el caso de la encuesta. El guion permite orientar el diálogo entre entrevistador y entrevistado sobre una problemática particular. Seguir los ejes temáticos permite organizar y sistematizar mejor la información de las entrevistas al momento del análisis, como se verá en el apartado respectivo.

El ejemplo que se comparte sobre el guion de entrevista corresponde a un estudio exploratorio que tenía como finalidad conocer la experiencia de los periodistas en la ciudad fronteriza de Juárez, México ante la cobertura informativa en el contexto de la pandemia. El caso aporta además elementos para problematizar el ejercicio de la investigación cualitativa en contextos de emergencia. La selección de la muestra cualitativa se orientó primero por la elección de dos periódicos, uno impreso y otro digital. En cada caso se buscó entrevistar a un responsable editorial para conocer cómo se reestructuraron las rutinas de trabajo y a un par de reporteros que compartieran su experiencia frente a la cobertura, como se muestra el en siguiente cuadro (Ver Imagen No. 4).

### Imagen 4. Muestra de entrevistados y lógica de la selección

Entrevistados cobertura Covid-19 en Juárez (abril-mayo 2020)	
Medio	Entrevistado
El Heraldo de Juárez	<p><b>Francisco Cabrera</b> (<u>Subdirector</u> editorial)</p> <p>Entrevista: 28/04/2020 Presidió en 2015 la mesa directiva de la sociedad de Periodistas y Comunicadores de ciudad Juárez. Ingresó a El Heraldo de Juárez en 2018.</p>
	<p><b>Paola Gamboa</b> (Reportera salud)</p> <p>Entrevista: 09/05/2020 Reportera con 8 años de experiencia. Actualmente trabaja para el periódico El Heraldo de Juárez. Desde los últimos cinco años dedicada a cubrir salud, tema migrante. Actualmente en El Heraldo cubre al cien por ciento COVID-19.</p>
Norte Digital	<p><b>Guadalupe Salcido</b> (<u>Responsable</u> editorial)</p> <p>Entrevista: 26/04/2020 23 años de trayectoria en el periódico El Norte, hasta el cierre de la edición impresa en 2017. Regresa como colaboradora de El Norte Digital, contratada para trabajar el tema de la Pandemia del COVID – 19, 2020.</p>
	<p><b>Carlos Barranco</b> (Reportero)</p> <p>Entrevista: 09/05/2020 1993 egresado de la Universidad Veracruzana. Actualmente en Norte digital desde 2015. Ganador Columna de plata y mención honorífica en el premio <u>Brazo</u> Valdez de 2019.</p>
	<p><b>Luis Villagrana</b> (Reportero)</p> <p>Entrevista: 20/05/2020 Estudió Trabajo social y sociología en la Universidad Autónoma de Ciudad Juárez. Entró al Diario de Juárez en 1987. Ha trabajado en varias etapas en Norte, en total ocho años. Reingreso a Norte Digital hace siete meses.</p>

Fuente: Tamariz (2020).

Sin excepción cada una de las entrevistas del estudio se realizó por medio de la plataforma Zoom para atender las recomendaciones de las autoridades en la materia. El propósito del estudio era recuperar la experiencia de los periodistas en su ejercicio profesional en el contexto de la emergencia sanitaria. La selección temática del guion que se comparte a continuación está sustentada en la revisión de literatura sobre periodismo de desastres (Ver Imagen N° 5). Por el carácter emergente del fenómeno, el estudio exploratorio tenía como propósito conocer cómo la pandemia estaba modificando las rutinas de trabajo en dos periódicos, uno impreso y otro digital. Al situarse en la experiencia de los periodistas, el otro objetivo era conocer los impactos laborales y emocionales de la cobertura de la Covid-19.

### Imagen 5. Guion de entrevista cobertura informativa en contexto de la pandemia

#### Guion de entrevista cobertura Covid-19

##### La experiencia de los reporter@s

###### *Breve semblanza del entrevistado*

Trayectoria profesional en medios

Medio para el cual trabaja actualmente en la cobertura Covid-19

Antes de la cobertura informativa sobre Covid-19, ¿cuáles eran tus percepciones sobre los riesgos de la epidemia? (Posicionamiento personal sobre las implicaciones sociales, políticas, económicas)

###### *Preparación de la cobertura*

¿Existió una capacitación previa en términos de contenido periodístico y de medidas de protección y cuidado para los periodistas durante la cobertura?

¿Qué tipo de recursos les proporcionó el medio para el que trabajan como apoyo adicional?

¿Qué tipo de fuente cubrías antes de la pandemia del COVID-19?

¿En qué momento empiezas a cubrir temas relacionados con el Covid-19?

En caso de resultar contagiado, ¿el medio cubriría tu licencia con goce de sueldo y los gastos de hospitalización en caso de ser necesario?

###### *La cobertura*

¿Cómo es ahora un día de trabajo “normal”?

¿Cómo se ha modificado tu rutina diaria de trabajo?

Las fuentes relevantes en este caso van de las autoridades, el personal de salud, pacientes y familiares. ¿Cuál te resulta más complicada en términos de acceso y seguimiento? ¿Cómo lo has abordado/resuelto?

¿Cómo seleccionas las historias que cuentas sobre el Covid-19?

En términos éticos, ¿cómo te conduces en las historias de los pacientes, familiares o personal médico?

###### *Los impactos de la cobertura*

Como periodista, ¿cuál es el mayor desafío que enfrentas en la cobertura informativa del Covid-19?

A manera de autocrítica, ¿qué tipo de habilidades consideras que debes fortalecer y qué tipo de conocimientos debes adquirir?

Hasta el momento, ¿cómo te ha impactado la cobertura informativa en los siguientes aspectos?:

Laboral / económico

Personal / emocional

¿Cuál es el papel que debe jugar el periodismo en una emergencia como la que enfrentamos actualmente?

Fuente: Elaboración propia.

En la siguiente fase conocida como de ejecución se discutirán los roles del investigador en la situación de entrevista y el registro del material empírico.

#### **FASE 2: EJECUCIÓN: REALIZACIÓN DE LA ENTREVISTA, REGISTRO EN AUDIO O EN VIDEO, LOS ROLES DEL INVESTIGADOR**

La realización de la entrevista representa un punto clave en el proceso general de la investigación porque con él se consolida una etapa

de acercamiento, gestiones y acuerdos previos entre el investigador y los entrevistados. Durante esta etapa se materializan las premisas de investigación en un diseño muestral con justificación teórica. Por lo general es recomendable hacer un ejercicio piloto para evaluar la efectividad del guion de entrevista y realizar los ajustes necesarios. Kvale define a un buen entrevistador como “[...] un experto en el tema de la entrevista tanto como interacción humana [...] debe hacer continuamente selecciones rápidas de qué preguntar y cómo; qué aspectos de la respuesta de un sujeto seguir y cuáles no; qué respuestas interpretar [...] debiera tener un sexto sentido para los buenos relatos y ser capaz de asistir a los sujetos en el despliegue de sus narrativas” (2011, p. 147). Sin embargo, cada temática abordada desde la perspectiva de las entrevistas a profundidad, incluso cada perfil de los entrevistados con quien establecemos una relación al momento de la entrevista representa un desafío único en el proceso de recopilación de información en campo.

La situación de la entrevista supone para el entrevistador estar en alerta permanente. El potencial de la técnica y su relevancia para aportar evidencia al proyecto de investigación dependerá de las habilidades en el campo de la comunicación oral para orientar el diálogo con el entrevistado. La pericia y destreza se irán refinando a medida que se realizan más ejercicios de este tipo. Es común que en las primeras entrevistas domina la incertidumbre y el temor de no estar a la altura. Lograr el manejo de la conversación es complicado cuando se inicia en el oficio de entrevistador, más cuando se trata de temas delicados que exigen además otro tipo de involucramiento y escucha. Las cualidades que según Kvale definen al entrevistador incluyen un manejo puntual del tema de la entrevista, la capacidad de estructurar el inicio, desarrollo y cierre del diálogo, así como la claridad, para no utilizar un lenguaje académico que pueda desconcertar al entrevistado.

Estas premisas se pueden asumir con mayor o menor dificultad de acuerdo con el potencial en la comunicación oral por parte del entrevistador. En mi experiencia, más allá de ser una conversadora activa, por cuestiones de estrategia y de personalidad suelo centrar mi atención en la escucha del entrevistado e intervenir de manera discreta y respetuosa para orientar los temas del guion. Los estilos de entrevistar tienen relación con el carácter y la personalidad del entrevistador; en ese sentido la posibilidad de lograr una buena entrevista a profundidad depende de identificar nuestros talentos y debilidades en situación de entrevista.

Para Valles (2002), los roles del entrevistador no se limitan a habilidades comunicativas sino a cuestiones de tipo ético y de familiarización con el contexto socio-cultural del entrevistado (Ver Imagen

No. 6). En el siguiente cuadro se presentan los puntos sugeridos por el autor.

**Imagen 6. Los roles del entrevistador**



Fuente: Elaboración propia a partir de Valles, Miguel (2002) Entrevistas cualitativas. Cuadernos metodológicos. 32. Madrid: CIS.

En mis cursos sobre metodologías cualitativas retomo una entrevista que la antropóloga Rossana Reguillo realizó con un “niño sicario” para ejemplificar el rol del investigador. Conocí el material luego de asistir en mayo de 2016 a un seminario donde Reguillo leyó esa entrevista como parte de sus avances de investigación de un proyecto sobre violencia y juventud en México. La particularidad del material es que en los diálogos y la presentación escrita de la entrevista no desaparece la presencia de ella como entrevistadora, tampoco oculta los momentos más difíciles de conducir la conversación, generar la confianza en el entrevistado y seguir el ritmo de la narración. En la trayectoria de un niño involucrado en actividades del crimen organizado se pueden identificar desde un ejercicio práctico los roles del investigador (ver Tabla 1).

**Imagen 7. Los roles del entrevistador en contextos de violencia  
(Entrevista de Rossana Reguillo a un niño sicario, 6 de octubre de 2010)**

1. Tratamiento del entrevistado como sujeto	Localicé a “Beto” por casualidad. Llevaba algunos meses buscando a los llamados “niños soldados” de Michoacán, mencionados un par de veces en la prensa [...]. Las circunstancias de mi encuentro con él, no son, por ahora, revelables. Tuvimos tres encuentros, cada uno de tres horas.
2. Conocer el vocabulario de la gente, símbolos y metáforas	- Ah, dijo (Beto). Y guardó silencio durante un par de minutos que parecieron interminables. Me equivoqué, pensé, ahora voy a tener que empezar de nuevo, desde otro lugar. Pero de manera súbita, saco de su pantalón una medalla de la Virgen de Guadalupe, vieja y carcomida. Me la extendió, era de mi mamá, -me dijo.
3. Entrevistador con intensidad en la escucha	Entonces apareció “Beto”. Tenía ganas de hablar, de contar su historia y de mirar en los ojos de otra persona que había sentido en su corta vida de 16 años. Mi silencio debe haber sido incómodo, porque “Beto” buscaba mis ojos con sus ojos; en busca de entendimiento, no de perdón. Y así se fueron desgranando, dos cuerpos, tres cabezas, una pierna, una lengua, hasta completar diez y ocho vidas de la “gente mala”, en su expediente secreto.
4. Atención en el lenguaje verbal y no verbal	“Beto” nació en Turicato, municipio de Tierra Caliente en Michoacán un 15 de febrero de 1994. —Un buen acuario, le dije. Como mi hijo mayor. (No estoy segura ahora de si hice ese comentario para romper la tensión o porque <i>me conmovía su cuerpo frágil y sus ojos asustados</i> ). Cuando me contó que su “apá” —como le llamaba cuando hablaba de él como una figura admirada—, era oriundo de Los Espinos y conoció a su mamá, nacida en Turicato, <i>sus ojos se nublaron un poco y hablaba de ellos como en un pasado remoto que no coincidía con su cara de niño</i> .
5. Focalizar la discusión	Por qué hablas de ellos en pasado, le pregunte: —¿Están muertos? —No, no, están vivos, jalaron para rumbos de Morelia, porque en el pueblo ya no se puede vivir. —¿Y qué pasó el día de la camioneta? ¿Me quieres contar? “Beto” me mira con tristeza y desde un lugar inalcanzable. —No, pus ya qué, en estas estamos y usted es a todo dar. Me quebré a mis primeros tres; me rafaguea a una velocidad para la que no estoy preparada.
6. Obtener mayor detalle de los tópicos de interés	—¿Por qué en tu pueblo ya no se puede vivir?, interrumpo el curso de sus pensamientos para darle un poco de espacio y unos minutos para que se reconstruya. Explicame, no entiendo. Y “Beto” me miraba con ojos de “si serás pendeja, pinche vieja”, que aguanté en silencio y no abandoné mi condición de “torpe alumna”. Se sintió fuerte, poseedor de un saber que yo no tenía [...]
7. Empatía y acercamiento	Fumamos juntos un último cigarro mentolado (“Beto” opinaba que eran de puto, pero ante la carencia, se conformaba). Nos miramos un larguísimo rato en medio del humo.

Fuente: Elaboración propia a partir de Reguillo, Rossana (2010).

En la entrevista a profundidad el involucramiento emocional del investigador ha quedado velado por la defensa acrílica de la supuesta



“neutralidad”. Si bien la entrevista es una conversación guiada metodológicamente es imposible ignorar la conexión emocional con los entrevistados, en algunas situaciones es gracias a esa conexión que las personas acceden a compartir sus experiencias. Al seguir cada respuesta del entrevistado, recreamos episodios, sensaciones que generan empatía. En el caso de José Luis Soto como entrevistador de las madres buscadoras reconocía que en parte el acceso para compartir sus historias de pérdida y sufrimiento se debió que lo llegaron a ver como un hijo. Por otra parte, él no podía ignorar la carga emotiva de tratar con mujeres que evocaban la figura de la “madre” en sentido amplio. Soto recuperó en sus bitácoras metodológicas algunas de las estrategias frente a la situación de entrevista:

- Llegar con puntualidad al lugar de la entrevista.
- Presentarse y establecer un primer contacto amable y respetuoso.
- Prepararse física y emocionalmente para la escucha, enviar mensaje de seguridad y ubicación.
- Presentar el plan de la entrevista con el/la entrevistado/a: objetivos y actividad, código ético (contrato), resultados esperados.
- Historia de vida previa ¿para qué? (generar un espacio de confianza antes de llegar al relato doloroso).
- Aprender a usar el diario de campo (ver-escuchar-escribir, apuntar sensaciones propias que alteran la escucha, apuntar tiempo de grabación y señalar cambios en los temas, identificar elementos de importancia, establecer en la parte inferior un espacio para ideas y reflexiones más generales sobre la investigación).
- Refuerzos positivos por medio del lenguaje no verbal (asentir con la cabeza, indignarse, llorar, pero no más que el/la testificante).
- Leer los silencios (pueden expresar que se requiere un poco más de tiempo para contestar, que necesita cambiar de tema, que espera una respuesta de quien entrevista, etc.).
- Cerrar la entrevista con una idea positiva sobre su trayectoria y la importancia de su labor, generar reconocimiento y gratitud.
- Hablar un poco más sin grabación, la post entrevista (se obtiene nueva información y refuerza la confianza).

Al concluir la entrevista, el investigador debe atender los impactos emocionales de la escucha del relato. Es importante aprovechar la situación para recuperar anotaciones sobre los momentos clave de la entrevista, pero también para escribir sobre la propia carga emocional del entrevistador. Después del registro de la entrevista a profundidad, el investigador moviliza los criterios éticos que fueron transversales a todo su proyecto para discernir el tipo de información que, a pesar de revelarse con consentimiento informado de por medio podría suponer riesgos a la integridad del entrevistado. Kvale reconoce además que cuando se trata de “entrevistas largas y repetidas sobre temas personales pueden llevar a relaciones casi terapéuticas” (2011, p. 67), por lo que hay una demanda hacia la sensibilidad ética y el respeto del investigador.

### **FASE 3: CONSTRUYENDO EL DATO CUALITATIVO: TRANSCRIPCIÓN DE LA ENTREVISTA, DE LA CALIFICACIÓN TEMÁTICA A LA CATEGORIZACIÓN TEÓRICA, USO DE ENTREVISTAS COMO FUENTE SECUNDARIA**

Cada una de las fases del diseño de la entrevista a profundidad tiene su grado de complicación. En la fase de la construcción del dato cualitativo se operacionaliza el vínculo entre el marco teórico y la evidencia empírica. Sin embargo, al seguir la secuencia lógica de las fases anteriores, la sistematización y análisis de las entrevistas será un proceso ordenado y con hallazgos sobresalientes. Valles (2002) recomienda el uso de los ficheros de observaciones sobre la dinámica en la que tuvo lugar la situación de entrevista. Otro aspecto relevante es familiarizarnos con el contenido y los temas abordados, para esto se recomienda escuchar de nueva cuenta la entrevista en audio y tomar las notas necesarias que complementen las observaciones iniciales, como una primera calificación del material.

En algunos manuales se desestima el trabajo de transcripción de las entrevistas completas, usualmente por el tiempo que demanda. En mi experiencia, cuando la transcripción la realiza el propio entrevistador, la riqueza en las líneas de interpretación es mayor, porque nos sitúa a detalle en el universo discursivo del ejercicio de la entrevista. Beaud apunta que “transcribir una entrevista grabada es traducir el habla en texto, es realizar esta fase fundamental que consiste en pasar de lo oral a lo escrito, pero también es correr el riesgo de perder lo que hace la especificidad y la riqueza del habla, no son solo las palabras, el vocabulario, las formas sintácticas, sino también el tono, el timbre, el ritmo de la voz, sus diferentes entonaciones y modulaciones, los cambios de ritmo y de ánimo; todos los sutiles matices de las emociones que pasan a través de la voz, lo que luego permite adivinar o reconstituir los gestos, las mímicas del actor” (2018, p. 208). Si se tiene

previsto generar un archivo con las entrevistas realizadas, también es preferible contar con las transcripciones completas, acompañadas de sus respectivos ficheros de observaciones.

La etapa de sistematización del análisis puede ser muy ágil cuando se realizaron los esfuerzos necesarios en la estructuración del guion de entrevista y quedaron identificados los ejes temáticos comunes a todas las entrevistas del estudio. El primer paso es la categorización temática de las entrevistas realizadas. Si el número de entrevistas es manejable, este trabajo de selección temática de los fragmentos se puede realizar en hojas de cálculo, incluso en tablas de procesadores de texto. En las tablas 1 a la 5 se presenta los archivos de calificación de las entrevistas del proyecto de la cobertura periodística de la Covid-19 en Ciudad Juárez, México, del cual se compartió el guion de entrevista. Si se revisa la categorización de las entrevistas por ejes temáticos, se puede comprobar que se mantuvo de la lógica planteada en el guion (Ver tablas 1 a la 5). La organización temática de un estudio con entrevistas incluye desarrollar la comprensión conceptual y teórica de la problemática de estudio para identificar los hallazgos de la investigación.

**Tabla 1. Sistematización del eje temático: Inicio de la cobertura**

**Tabla 1. Inicio de la cobertura Covid-19**

Entrevistado	Planeación e inicio de cobertura
Guadalupe Salcido (26 de abril)	Nuestro equipo decidió de manera muy temprana organizar el trabajo a distancia por los compañeros que somos parte de grupos vulnerables, en mi caso, padeczo hipertensión. Elegimos trabajar en la plataforma de Zoom para comunicarnos y organizar el trabajo. Para el 27 de marzo ya estábamos funcionando en esta modalidad.
Carlos Barranco (9 de mayo)	Lo primero que hicimos fue poner una sección especial en NorteDigital.mx, una sección que se llama justamente así, "Coronavirus" y la empezamos a alimentar con todas las notas que tienen que ver con el tema hasta que llegó el día. El día 17 de marzo de este año cuando se presenta la confirmación del primer caso en Ciudad Juárez, un caso importado, una persona que viajó a Europa, vino al El Paso y luego llegó a Ciudad Juárez, masculino. Pero también hubo un momento que ocurrió aproximadamente hace mes y medio (27 de marzo) que fue el momento en que la empresa nos planteó el cómo si poder continuar la cobertura sin poner en riesgo la salud del equipo. Entonces lo que hicimos fue cada uno de los reporteros, editor, el <i>community manager</i> , la directora editorial y todos los que participamos en la cobertura informativa y en el diseño de los contenidos nos llevamos el equipo a casa.
Francisco Cabrera (28 de abril)	A partir... ya tenemos un mes, tenemos 29 días y lo veíamos ahorita en la reunión virtual para la asignación de las ordenes de trabajo diarias, estamos viendo precisamente que ya tenemos 29 días trabajando así. Pero nosotros ya veníamos preparándonos desde antes, como 15 días antes porque ya lo veíamos venir y estuvimos haciendo ejercicios los fines de semana. Fueron dos fines de semana, dos domingos que lo hicimos, hasta que ya nos dieron ya arrancó la fase dos. Prácticamente fue cuando arrancó la fase dos. Ahorita la verdad es que ninguno de nuestros reporteros va a las oficinas, no va a las editoras para nada. Excepto cuando se requiere una fotografía de archivo o algo, va el jefe de fotografía, la saca y ya la comparte. Ahorita no está yendo nadie a las oficinas. Como te digo, nos reunimos a las 8 de la mañana a través de Google, Hangouts. Con esto nosotros hacemos los videollamadas y ahí damos los órdenes como si estuvieras en la oficina, pero es virtual. Ahí cada uno aporta, haces sus comentarios, revisamos la edición, etc. Luego a la 1 de la tarde tenemos otra reunión que es una mesa que hacemos regional con los directivos, editores de Chihuahua, de Parral, para ver los temas nacionales y ahí pedimos información. Luego a las 2 ya tenemos otra reunión para planear nuestra edición, la edición de El Heraldo y ya de ahí nada más estamos chequeando la plataforma que te comentaba.
Paola Gamboa (9 de mayo)	Desde el mes de enero, finales de enero, todo febrero en Chihuahua se empezaron a llevar conferencias de prensa preventivas con relación al tema. Entonces, fue una suerte de introducción para nosotros como medios para saber que iba a llegar. Nunca se nos dijo no va a llegar al estado, no va a haber casos. Cuando llega el primer caso a México el 27 de febrero, el primer caso de COVID, la empresa nos empieza a decir que probablemente se van a ir tomando decisiones como el Home Office y darle cobertura a todo lo que tiene que ver con el COVID. Así fue como yo, al cubrir la fuente directamente yo ya estaba adentrada al tema. Aquí el Juárez el primer caso llegó el 15 de marzo. A la semana la empresa nos manda a la casa a trabajar, pero literalmente la cobertura es completa. Ni un solo día se deja de dar cobertura o seguimiento a las estadísticas, absolutamente a nada. Desde que empezó el tema le hemos dado un seguimiento y eso ha permitido a la empresa y a mí por donde nos vamos a ir, dependiendo del avance que ya llevando la enfermedad.

Fuente: Elaboración propia a partir del trabajo de análisis y sistematización de entrevistas para Tamariz, Cristina. (2020).

Tabla 2. Sistematización del eje temático: Las fuentes de información

Entrevistado	Fuentes de información	Notas
Guadalupe Salcido	Definitivamente la fuente más complicada y hostil es la fuente oficial. En Chihuahua el gobierno estatal centralizó la información y tiene el control de las cifras muy a modo. Organiza conferencias virtuales en las cuales las preguntas pasan por un filtro de manera que, si hay un cuestionamiento fuerte, esa pregunta no va a pasar. El gobernador Carral se ha dedicado puntualmente a descalificar a los medios en la cobertura de la pandemia. El ataque y la descalificación va directamente al medio. Asimismo, es frecuente el uso de <i>tags</i> para hacer comentarios que descalifican nuestras publicaciones, tanto en redes sociales, como en las plataformas del medio. Algo revisador es que el personal de salud contesta esos comentarios para ratificar la veracidad de nuestras publicaciones.	
Carlos Barranco	A partir de este momento, nuestra cobertura se centra en Coronavirus y empezamos a presentarle a la audiencia distintas maneras, con distintos formatos, nuestras actualizaciones de información, tanto a través del NorteDigital.mx, como en la plataforma de FB, que hoy por hoy Norte Digital es líder de seguidores en FB con 1.2 millones de seguidores. Así seguimos adelante con los retos que nos está imponiendo esta nueva forma de trabajar, esto en cuanto a la cuestión informativa, editorial. Hay una en particular que es la rueda de prensa homónima del gobierno del estado, contera la que hace López Gattel a las 7 o a las 8, depende de donde estés. Aquí hacen las conferencias de prensa a las 8:45 de la mañana. Las autoridades movieron a las doce del día, pero yo las regresaron a las 8:45 de la mañana. Acabo de terminar por cierto la del día de hoy, donde ellos actualizan la estadística del Covid 19 y nosotros, con esa actualización de datos, informamos a la comunidad.	
Luis Villagrana	El gobierno del estado, que es quien controla todo a la pandemia, tenido un cerco informativo a todo, de tal manera que nadie puede entrevistar a ningún funcionario de manera directa. Filtran preguntas de los medios, como estamos hablando ahora, pero no en directo, si uno tecldea una pregunta, dos preguntas máximo, las manda al secretario de Salud en el Estado y el coordinador de Comunicación Social, que se llama... ahórrate te digo el nombre, filtra las preguntas y publica las preguntas que él quiere. Entonces, hay un cerco informativo que, de tal manera que, si uno se cruza de brazos, solamente tendríamos que escribir la verdad oficial, lo que ellos quieren y esos sería terrible. Una vez que se recoge esa información, es oficial encarrar al funcionario en turno, al Secretario de Salud que se llama Arturo Valenzuela, porque simplemente no están en la calle, no se pueden ver personalmente. No hay manera. Entonces no hay manera en preguntas "esto está pasando, qué dice, qué opina", tenemos estos casos que necesitamos confirmarlos o negarlos. Simplemente no hay información.	
Francisco Cabrera	Oblivamente se cerraron a partir de la fase dos. Ellos se cerraron y el contacto con ellos ha sido solamente vía teléfono y el grupo de expertos que están llevando esto de los cifras y el tema. Pues ellos están ofreciendo una conferencia todos los días a las 5 de la mañana. Los reporteros interactúan por ellos a través de la plataforma de Zoom y a través de ellos se hacen las preguntas, previamente a través de un chat de WhatsApp y ellos tienen como interlocutores a los que llevan la conferencia de prensa, así les han llamado, conferencias de prensa virtuales.	
Paola Gamboa	Si ha habido una limitación de información bastante fuerte a mi sentir, desde la Secretaría de Salud, nos tienen muy limitadas las cifras. Las conferencias de prensa son virtuales, entonces literalmente tu pregunta o tu duda está al criterio del vocero de Comunicación Social del Estado. Si él considera que tu pregunta no es buena, que no abona, es un golpe o lo que pueda ser, no la pasa a los epidemiólogos y médicos. Este es un límite muy importante que se presente desde que se presentó el primer caso.	

Fuente: Elaboración propia a partir del trabajo de análisis y sistematización de entrevistas para Tamariz, Cristina. (2020).

Tabla 3. Sistematización del eje temático: El trabajo periodístico frente a la pandemia

Entrevistado	Trabajo periodístico	Notas
Guadalupe Salcido	El trabajo para un medio digital y a distancia ha sido una experiencia muy gratificante, porque puedo apoyar a mis compañeros que están en campo a través de la verificación en tiempo real y poder guiarlos a ellos a que acudan con cierta autoridad o personal. El papel del periodismo con y sin pandemia es el de informar y de hacerlo de manera eficiente depende que las personas puedan actuar. En este caso para las autoridades es más fácil ocultar la gravedad de la situación, por eso muchas personas minimizan el riesgo de la epidemia, están en juego miles de vidas cuando se le da un manejo político a este tipo de situaciones.	
Carlos Barranco	Hemos tenido que echar mano de todos nuestros contactos, de todas nuestras relaciones. Yo he encontrado mucha solidaridad en el premio, mucho apoyo en compañeros y compañeras de otros medios de comunicación, incluso medios de comunicación que estamos compitiendo y lo que he visto es que nos pasamos el tip, por ejemplo, va a haber rueda de prensa en tal lado. Antes, te llegaban los convocatorios de los ruedas de prensa, a veces te llegaban, a veces no te llegaban. Ahora los compañeros están muy solidarios compartiendo todo esta información, especialmente aquella que tiene que ver con el coronavirus. Creo que la información verificada. Creo que la información completa, la información contrastada. Creo también que el lenguaje sencillo. Traducir los términos epidemiológicos o los términos médicos, el lenguaje que cualquiera de las personas puede entender.	
Luis Villagrana	Nosotros comencamos en dos polos en esta pandemia: la información oficial, cerrada, ténica, que nosotros tenemos que creer porque nos la están diciendo a distancia y sin fundamento, y entre lo que se dice afuera, también descabellado. Es muy difícil ponerse en el centro, pero hay que hacerlo, pero que la información que nosotros producamos sea útil, para que tenga un sentido para la vida de las personas que reciben esta información. Y cuando digo útil, me refiero a que cada vez que la recibas y la proceses, les truve a tomar medidas para ser cautos para respetar lo que dicen los especialistas: en medicina, para prevenir el COVID y al mismo tiempo para que esa información les sirva a ellos para que no dejen de ejercer ciudadanía.	
Francisco Cabrera	No sé si te enteraste, aquí sucedió un caso que llegó hasta la Ciudad de México de un periódico local que publicó fotografías que no correspondían a un hospital de aquí de la Ciudad y lo quisieron hacer pasar como eso. Entonces nosotros estamos con el ojo muy abierto para cuidar estos detalles porque no nos podemos equivocar así, porque tú sabes, los medios tienen una gran influencia en la comunidad y no queremos ser un medio que contribuya a la generación del pánico, la paranoia y no creo que eso sea conveniente.	
Paola Gamboa	Para mí ha sido muy frustrante, más que desafío por el tema que te comentaba de la información. Hay mucha limitación de la información y como reportero, no te vas a ir con la cifra oficial todo el tiempo. Para mí ha sido muy limitante porque yo he cubierto salud durante todos estos años que tengo como reportera y cuando me reportaban un hecho en algún hospital, obviamente vas y te metes como si fueras paciente para traer información más fresca, cubrir bien el hecho. En esa ocasión no lo he podido hacer y ha sido una limitación para poder informar. No sé si yo me estoy limitando o a estoy siendo objetiva o no, porque no puedo creer todo lo que se sube a redes sociales. La vez, lo analizó y trató de contactar a la gente para verificar que sea real lo que está pasando, que me cuenten bien lo que está pasando fuera de los hospitales y es la forma en que he tratado de llevar la información. Si ha sido pesada la cobertura, pesada por la limitación de la información oficial y porque es constante, todos los días, todos los días.	

Fuente: Elaboración propia a partir del trabajo de análisis y sistematización de entrevistas para Tamariz, Cristina. (2020).

**Tabla 4. Sistematización del eje temático: Percepción de la vulnerabilidad**

Entrevistado	Vulnerabilidad	Notas
Guadalupe Salcido	Los compañeros que quedaron en campo se hicieron cargo de la compra de equipos de protección y las medidas las siguieron según lo que ellos sabían. La situación en ese sentido es complicada en el gremio, por ahí hay versiones de que en un periódico y en un canal de televisión ya hay contagios. [El medio no proporcionó ningún protocolo ni insumos]. Ella no tiene esa prestación por ser colaboradora [tipo de contratación]. Algunos compañeros, si cuentan con IMSS, pero tampoco sabe cuántos de los trabajadores lo tienen. Sin embargo, considera que asistir al IMSS no es una buena opción en este momento	
Carlos Barranco	Si tenemos el Seguro Social, es el servicio médico que nos da la empresa. Yo creo que las empresas periódicas deberían hacer un esfuerzo extra, para dárles un servicio mejor que el del Seguro Social a sus trabajadores. Creo que nuestra profesión está subvaluada, no estoy de acuerdo, ni en los bajos salarios ni en las prestaciones tan limitadas. Yo creo que los dueños de los medios deberían ponerse a pensar más en el aporte que les estamos dando a sus empresas, porque ellos están ganando muy bien, y entonces deberían de darle a los periodistas todas estas, las mejores condiciones posibles para el desempeño de su trabajo.	
Luis Villagrana	Nosotros como gremio y la población en general tenemos bastante experiencia en enfrentar la violencia, venga de donde venga, del narco, cualquier tipo de crimen organizado y si tenemos experiencia en rolar en funerarias, áreas médicas, urgencias, tenemos esa experiencia. Tenemos el calor para hacerlo, porque ya tenemos como quince años haciéndolo. El problema ahora es que va de por medio nuestra vida, eso lo cambia todo. Ok, ahora el riesgo es mayor, porque tenemos la necesidad de ir a hablar con médicos, con agentes funerarios, con personas contagiadas. Tenemos esa necesidad, no porque no lo exijan, sino porque estamos acostumbrados a tener el testimonio directo, al menos yo. No puedo hacer el comentario generalizado. Pero el captar el gesto, las emociones, etc. Y eso solamente estando ahí. Entonces, el riesgo es mayor. Pero hay un problema, ya no se puede hacer tan fácil como en las anteriores crisis. Si hay un seguro, pero de vida, en caso de fallecimiento. Pero no hay un seguro de atención médica, tenemos la seguridad social reglamentaria, que es el Seguro Social, todo lo que indica la ley, pero más allá de eso no hay más. Y los equipos, la mascarilla, los lentes y ese tipo de cosas, nosotros mismos los conseguimos	
Francisco Cabrera	Obviamente los estamos cuidando y los estamos diciendo que traten de acercarse lo menos posible a los lugares donde están los focos de infección como pueden ser los hospitales o los lugares muy concurridos. Muchos de ellos, sabes cómo funcionan, tienen sus contactos y muchos de ellos lo hacen a través de videollamadas, por teléfono, utilizando los chats como redes sociales, el WhatsApp, son las herramientas que utilizamos para poder conseguir la información y hacer las noticias.	
Paola Gamboa	He tratado de salir, salgo solo a hacer la cobertura necesaria. Trato de hacer muchas entrevistas por teléfono, cuando se trata de algún funcionario de alguna fuente. Si salgo a diario a trabajar a la calle. Si me da miedo enfermarme, sobre todo cuando me toca ir a los hospitales como a este COVID. Pero cuando estás ahí se te quita el miedo porque te gana el instinto periodístico ce quieres llevar la historia, de querer hablar, de acercarte. Pero en esta ocasión si he tomado medidas, he tratado de estar más en la casa, he tratado de hacer más llamadas telefónicas, incluso testimonios de doctores y demás. Algunos si los he tenido que hacer por teléfono por seguridad y protección mía.	

Fuente: Elaboración propia a partir del trabajo de análisis y sistematización de entrevistas para Tamariz, Cristina. (2020).

**Tabla 5. Sistematización del eje temático: Impactos y estrategias**

Entrevistado	Impacto y estrategias	Notas
Guadalupe Salcido	Lo laboral y económico es algo que me preocupa porque no tenemos certeza de que el medio pueda sobrevivir a causa de que el gobierno ha retrado publicidad de manera paulatina y ahora con la crisis del COVID – 19 se acentúan las condiciones críticas. No sabemos si vengán reducciones de sueldo o recorte de personal. Adicional a ello, mi esposo tuvo que cerrar su restaurante a la segunda semana del inicio de la cuarentena porque se volvió incosteable	
Carlos Barranco	Bueno yo te quiero decir que hay tres elementos que han sido fundamentales en mi caso particular. Tres elementos fundamentales para mantener el equilibrio emocional, como bien lo mencionas, que son la familia, la diversión y la terapia. En la terapia, incluyo, la practica espiritual. Con respecto a todas las manifestaciones religiosas, las creencias o no creencias, empiezo por el final. Yo todos los días asisto a una reunión con amigos que coincidimos en nuestras creencias, un espacio, así como si fueras a misa o como si tuvieras una plática con un consejero espiritual, nos reunimos todos los días. Qué estás haciendo, cómo te está yendo y aquí y allá. Somos de diferentes profesiones. Lo empezamos a hacer a través de las aplicaciones que lo permitan, como Zoom. Esa es una parte importante.	
Luis Villagrana	Me parece que en el área personal yo no sé si sean reacciones generalizadas, yo creo que cada quien lo vive personal a su forma, pero en mi caso, algunas ocasiones me harta esa información. Sobre todo, cuando he recorrido, no por la cuarentena, es que hay gente que por la cuarentena se empieza a sentir mal, se empieza a sentir vulnerable de estar en su casa. Al principio sentían seguridad, pero ya con tanto tiempo se sienten vulnerables y empiezan a deprimirse y a salir y eso empieza a suceder en este etapa en la ciudad. ¡Jaj ves en la calle a más gente, porque la cuarentena los está expulsando a la calle, porque hay un problema de tipo emocional, que la gente está harta de estar en su casa. A mí me saturó la información, COVID les 24 horas, me saturó, me cansó. Y así como me cansó, si empieza uno a sentir un poco de vulnerabilidad, uno dice "hey caray, está muy vulnerable el asunto".	
Paola Gamboa	Mira, el principio era informar, informar, tener la información, contactar los primeros infectados con COVID, entrevistarlos, para ver cómo se sentían. Ahorita que yo estoy en la casa, yo vivo sola, entonces el llevar esta cobertura me he provocado algo de ansiedad. Yo sufrí de rinitis alérgica en los cambios de clima. Ahorita aquí en Juárez ha habido cambios de clima y he tenido los signos de alergia. He sentido que tengo COVID. Digo, estos son síntomas de COVID, como que parte de estar tan sobre informado de todos los síntomas, de todo lo que pasa, hasta sentir que estoy enferma, cuando yo sé que no estoy enferma, desesperación de que se me vaya a ir algo de la información y no lo vaya a tener. Básicamente eso es lo único que ha sido, mucha ansiedad, bastante ansiedad. Precisamente el sábado me sentía muy mal, me dolía la cabeza, pero era migraña por toda la acumulación de trabajo que había tenido en una semana, pero yo sentía que era el COVID, me duele la cabeza, me duele la garganta, pero será alergia, tomarme un medicamento de la alergia, se me quitó el sábado que no leí absolutamente nada de COVID, que no vi nada de COVID estuve perfectamente. Es ahí donde me he dado cuenta del nivel de ansiedad que traigo porque yo misma me he dado cuenta de que tengo la enfermedad cuando no es así.	

Fuente: Elaboración propia a partir del trabajo de análisis y sistematización de entrevistas para Tamariz (2020).

#### FASE 4: EL REPORTE DE LOS HALLAZGOS DE INVESTIGACIÓN

La fase de presentación de los resultados de la investigación sigue por lo general la estructura del tipo de escrito que se trate, las más comunes son las tesis de grado y los artículos de investigación. El planteamiento, la problemática, el marco teórico conceptual, la metodología y por supuesto los hallazgos de investigación se mantienen independientemente del formato escrito. A partir del estudio de los periodistas en Ciudad Juárez ante la cobertura informativa de la pandemia, se trabajó en un artículo de investigación. Los aspectos principales del estudio, así como los hallazgos se comparten en el *abstract* del artículo publicado:

El artículo presenta los primeros hallazgos de un estudio exploratorio de corte cualitativo sobre las experiencias de los periodistas en la cobertura informativa por Covid-19 en Ciudad Juárez. A partir de entrevistas semiestructuradas se analiza de manera comparativa los procesos de planeación, el rol del periodismo en contextos de emergencia, así como los impactos (laborales y emocionales) de la cobertura en un periódico impreso, El Heraldo de Juárez y otro digital, Norte. Los resultados muestran que en contextos de emergencia: a) el uso de plataformas virtuales para trabajo a distancia es indispensable en la organización del trabajo editorial, b) las restricciones de distanciamiento afectan el trabajo periodístico y el intercambio directo con las autoridades, c) en el contexto de la crisis sanitaria, los periodistas se muestran preocupados ante la incertidumbre laboral, el riesgo a su salud y los impactos emocionales de la cobertura (Tamariz, 2020, p. 56).

Para la escritura del informe independientemente de la modalidad, se debe tener una selección de fragmentos de entrevistas que reafirmen nuestros hallazgos, aunque se recomienda que estas citas sigan los siguientes lineamientos (Kvale, 2011):

- Que las citas se presenten en un contexto de los propósitos de la investigación.
- Debe presentarse el contexto discursivo en el que se generó la cita, puede ser el tema que se estaba abordando o la pregunta a que dio lugar.
- Las citas se deben expresar de manera legible, omitiendo muletillas propias de la interacción oral que pueden causar confusión en el lector del reporte, pero deben ser fieles al estilo discursivo del entrevistado.

En esta fase concluyen las directrices éticas que se plantearon desde el origen de la investigación preferentemente compartiendo los resulta-

dos finales con quienes participaron en calidad de entrevistados. Una manera de retribuir su disposición es compartir la investigación en un marco de análisis social desde el cual se aliente la discusión colectiva y se puedan perfilar algunas propuestas de solución.

#### *LA ENTREVISTA A PROFUNDIDAD COMO FUENTE SECUNDARIA E INSUMO PARA INVESTIGACIONES FUTURAS*

La entrevista a profundidad puede construirse como un documento de carácter testimonial e histórico para su uso posterior como fuente secundaria. El cuestionamiento que articula esta posibilidad es si es válido hacer uso de información, en este caso entrevistas, generadas en diferentes contextos de producción y de ser así, bajo qué criterios de tipo documental, ético y analítico sería posible hacerlo. Una consideración que se discute poco en los debates sobre metodologías cualitativas es la su uso como fuentes secundarias. El “tiempo útil de la entrevista” concluye en la mayoría de las investigaciones con la presentación del reporte de investigación. No obstante, cuando se trabaja de manera colaborativa en proyectos interinstitucionales se pueden aprovechar las evidencias empíricas de colegas que recopilieron información en estudios de tipo exploratorio.

El uso de entrevistas generadas en contextos distintos de investigación supone a su vez desafíos éticos que es necesario resolver. El primero y más inmediato tiene que ver con el acceso. Si se mira de manera retrospectiva nuestras propias experiencias de investigación, en cuántos proyectos estaríamos en condiciones de compartir nuestras evidencias empíricas generadas durante el trabajo de campo. El obstáculo principal no tiene que ver con una condición de egoísmo profesional, sino de haber documentado de forma rigurosa el contexto en el cual se recogieron las entrevistas a profundidad. Una descripción detallada de cómo se gestionaron los contactos y los consentimientos informados de los entrevistados sería un requisito para hacer uso de esa información (Scribano, 2009).

Cuando trabajamos con entrevistas a profundidad se deja de lado la riqueza y el detalle en la descripción de procesos y dinámicas sociales, lo cual convierte a esa información en un documento válido para reconstruir los antecedentes de la temática que se aborde con las entrevistas. Para lo anterior, los lineamientos mínimos para compartir o hacer uso de la información generada por otros, incluirían el acceso a la grabación en audio y transcripción de la entrevista. Además de la nota metodológica sobre el contexto de la situación de la entrevista. Por último, considerar las condiciones en las que se pactó el encuentro según las especificaciones del consentimiento informado.

Scribano (2009) retoma de Van den Berg retoma algunas recomendaciones para el uso de entrevistas cualitativas como datos secundarios:

- Contar con la información sobre el contexto discursivo de las respuestas del entrevistado, preferentemente con el audio de la entrevista, para trabajarla como una totalidad.
- Conocer los perfiles tanto del entrevistador como del entrevistado, características sociales como la edad, sexo, clase social, origen étnico, entre otros.
- Conocer la información de contexto relacionada con la situación de la entrevista, lugar y condiciones de la interacción.
- Conocer los criterios de selección del entrevistado.
- Contar con el contexto más amplio o la temática en las que se inscriben las entrevistas a profundidad.

Esta forma de trabajar las fuentes primarias que generamos durante el trabajo de campo sugiere una documentación pormenorizada de las distintas etapas del proceso de investigación, así como cuestiones más puntuales del registro y transcripción de las entrevistas a profundidad realizadas en el marco de un proyecto específico. Lo anterior se puede reflejar en la construcción de un archivo personal de entrevistas cualitativas que puede ser motivo de intercambio y colaboración con otros colegas interesados en la temática.

### **CONSIDERACIONES FINALES**

En el campo de las metodologías cualitativas, el valor de la entrevista a profundidad radica en su capacidad para recrear el sentido que los sujetos les dan a sus prácticas en contextos sociales situados. En los debates sobre los alcances y límites de las metodologías cualitativas parecen prevalecer los criterios de validez aplicados a los enfoques cuantitativos, cuando desde el trabajo y la interacción del investigador con los sujetos, son las premisas éticas las que adquieren mayor relevancia.

La entrevista a profundidad que transita sin exclusividad metodológica entre disciplinas sociales como la sociología, la antropología o la historia, exige un posicionamiento ético por parte del investigador desde el momento en el cual se reconoce como el principal método de recopilación y análisis de datos en una investigación dada.

Las implicaciones éticas en la investigación social tienen una relevancia particular cuando se abordan en contextos de violencia o vulnerabilidad, porque la intervención del investigador y el carácter



público de sus resultados pueden afectar directa o indirectamente a quienes accedieron a compartir parte de sus experiencias de vida. En ese punto, la justificación de los trabajos de investigación debe orientarse con una perspectiva ética. La exigencia de estos abordajes es que nos sitúan en el mismo espacio donde tienen lugar las dinámicas estudiadas, nos permiten comprender a partir de la observación y las interacciones las problemáticas.

Otro punto relevante es la posibilidad de que las entrevistas a profundidad que realizamos se conviertan en un documento de consulta o fuente secundaria de información. Los criterios para validar el uso de entrevistas realizadas en otros contextos de investigación dependen de un seguimiento riguroso y documentado en bitácoras de investigación donde se indique las condiciones en las que se generó la información.

El valor documental de la entrevista a profundidad puede trascender los objetivos de la investigación para la cual se realizó, como sucede con otro tipo de fuentes secundarias, si se preservan los registros en audio completos y las transcripciones. El caso de los llamados archivos de la palabra es un ejemplo puntual de cómo las entrevistas pueden ser un insumo para investigaciones futuras.

En lo que respecta a la enseñanza y el aprendizaje de la técnica en la investigación social, el intercambio con estudiantes y colegas para mostrar los desafíos que se enfrentan al realizar estudios con esta perspectiva es una alternativa que posibilitará aprovechar todo el potencial de las entrevistas a profundidad. La discusión sobre estos temas no se puede restringir a la lectura de la literatura especializada, sobre todo cuando las habilidades del entrevistador en la recopilación de datos se perfeccionan con la práctica.

En mi experiencia como profesora, ha resultado más útil retomar ejemplos de investigaciones propias o cercanas para explicar los alcances y limitaciones de las metodologías cualitativas que pedirles que revisen únicamente textos donde se reportan los resultados de las investigaciones y no todo lo que suele quedar oculto en el diseño de la investigación. Otro recurso efectivo es retomar problemáticas cercanas a los estudiantes para estimular su creatividad e imaginación, pero sin descuidar los lineamientos a seguir para generar un conocimiento válido, en la medida en la que sus implicaciones éticas fueron transversales a todo el proceso.

En el plano personal, desde mi ejercicio como investigadora puedo compartir que la mejor estrategia que sigo a la hora de la entrevista tiene que ver con la calidad de la escucha, una actitud receptiva con mis propias curiosidades. Comprender las problemáticas desde la perspectiva de los sujetos es probablemente la mayor potencialidad de

la entrevista a profundidad, un auténtico desafío en términos éticos y comunicativos para el investigador social.

## **BIBLIOGRAFÍA**

- Beaud, Stéphane (2018). El uso de la entrevista en las ciencias sociales. En defensa de la “entrevista etnográfica”. *Revista Colombiana de Antropología*, 54(1), 175-218.
- Hall, Robert (2016). *Ética de la investigación social*. Querétaro: Universidad Autónoma de Querétaro.
- Kvale, Sternar (2011). *Las entrevistas en investigación cualitativa*. Madrid: Ediciones Morata.
- Niño, Víctor (2011). *Metodología de la investigación. Diseño y ejecución*. Bogotá: Ediciones de la U.
- Reguillo, Rossana (2010, 6 de octubre). Ya no alcanza con morirse. *Viaducto Sur*. <http://viaductosur.blogspot.com>
- Scribano, Adrián (2008). *El proceso de investigación social cualitativo*. Buenos Aires: Prometeo.
- Scribano, Adrián y De Sena, Angélica (2009). Las segundas partes sí pueden ser mejores: algunas reflexiones sobre el uso de datos secundarios en la investigación cualitativa. *Sociologías*, 11(22), 100-118.
- Soto, José Luis (2018). *Colectivo Familias de Desaparecidos Orizaba-Córdoba: Acción colectiva, identidad y comunidades de duelo* [Tesis de maestría]. Instituto Mora, México.
- Tamariz, Cristina (2010). *El presente de un pasado revolucionario. Reconfiguraciones del “compromiso político” en ex militantes revolucionarios en México (1970-2000)* [Tesis de maestría]. Instituto Mora, México
- Tamariz, Cristina (2020). Narrativas de la vulnerabilidad: periodistas juarenses frente a la cobertura informativa de la Covid-19. *Sintaxis. Revista de la Universidad Anáhuac*, 5(10), 56-79. <https://doi.org/https://doi.org/10.36105/stx.2020edespcovid-19.03>
- Valles, Miguel (1999). *Técnicas cualitativas de investigación social. Reflexión metodológica y práctica profesional*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Valles, Miguel (2002). Entrevistas cualitativas. *Cuadernos metodológicos*, 32. Madrid: CIS.
- Zacarías Ortez, Eladio (2009). La entrevista en profundidad en los procesos de investigación social. *La Universidad*, (8), 75-95.



# ENTREVISTA SEMIESTRUCTURADA: APUNTES PARA AMÉRICA LATINA

José Fredman Mendoza Ibarra y Alfonso Myers-Gallardo

CONSIDERAR EL MÉTODO de entrevista semiestructurada supone dos cosas: 1) que se tome en consideración la conversación como una forma básica de interacción humana, y que 2) en esta interacción se construyen, y reconstruyen, significados de la “teoría subjetiva” de la persona con la que se interactúa (Scheele y Groeben, 1988; Kvale, 2011). Sin embargo, ¿qué sucede cuando las personas que interactúan (la persona entrevistadora y la entrevistada) no se encuentran en igualdad de condiciones?, ¿cuáles son las condiciones que permiten que se pueda realizar la tarea de construcción y reconstrucción de la teoría subjetiva de la persona entrevistada cuando ésta se encuentra en alguna condición de vulnerabilidad y, en ocasiones, en contextos de violencia e impedidos para ejercer plenamente sus derechos? En estas condiciones ¿cómo elaborar un instrumento de entrevista semiestructurada?, ¿qué debemos tomar en cuenta para la implementación del instrumento?, y ¿cómo realizar el análisis y presentar los resultados atendiendo todas las particularidades que supone ese encuentro de visiones, realidades y contextos distintos y desiguales?

El capítulo reflexiona en torno a estas preguntas rectoras y ofrece algunos pasos metodológicos para sortear los problemas que esto conlleva. A partir del esquema propuesto por Uwe Flick (2007) para

la elaboración de la entrevista semiestructurada: preguntas abiertas, preguntas guiadas por la teoría y preguntas de confrontación. Así como la ejemplificación de este esquema con trabajos de campo realizados con personas de comunidades y pueblos indígenas en contextos urbanos de México, pretendemos brindar al lector algunos apuntes que sirvan de guía para futuros trabajos de investigación relacionados con la entrevista semiestructurada y personas pertenecientes a pueblos indígenas en América Latina.

### **¿QUÉ ESTUDIAMOS Y CÓMO LO HACEMOS?**

Cuando nos inmiscuimos en el estudio de la sociedad y de la política, invariablemente debemos saber qué es lo que en realidad estamos estudiando y cómo lo vamos a realizar. Por ello, el proceso, tanto personal como profesional, que implica el tener una idea, convertirla en un tema y llevarla a un proyecto de investigación, supone la elaboración de un diseño de investigación (Schmitter, 2013) que nos lleve a conceptualizar, teorizar, seleccionar casos, operacionalizar variables y/o conceptos, para someterlos a nuestra realidad latinoamericana tan compleja y contradictoria.

Primero, la ciencia política se ha dedicado al estudio de las formas en las que se accede al poder, que supone el estudio de los regímenes políticos que van del autoritarismo a la democracia (transición), o de la democracia al autoritarismo (quiebres/rupturas), y en los cuales se presentan tipos distintos entre sí, como la autocracia cerrada, la autocracia electoral, la democracia electoral y la democracia liberal. Mientras que la otra corriente de estudio es la relacionada con el ejercicio del poder, que supone el reconocimiento del funcionamiento de las instituciones del estado y de su administración, así como el papel de las y los funcionarios (Mazzuca, 2010).

La clave en esta distinción radica en dos sentidos: el primero, el componente cuantitativo, se relaciona con la proporción de recursos que el estado destina y transforma en bienes y servicios públicos en lugar de los privados; y, segundo, de corte cualitativo, en función de los mecanismos que el estado brinda para que esos recursos se transformen verdaderamente en bienes y servicios que mejoren las condiciones de vida de las personas. Cabe señalar que los tipos de administración para el ejercicio del poder van desde las prácticas patrimonialistas (donde el uso de las instituciones del Estado es para actores de corrupción, nepotismo y/o violaciones al Estado de derecho, son constantes y sistemáticas), hasta las prácticas burocráticas (donde existe una separación clara y completa entre el gobernante y los medios de administración) (Mazzuca, 2010, p. 343).

Segundo, para la elaboración de cualquier investigación que pretenda dar cuenta de qué es lo que sucede en la realidad política y social en nuestros países, es imperioso advertir que estamos frente a dos tipos: “cualitativamente diferentes de política: 1) la política normal que tiene lugar en el marco de reglas, normas, prácticas e instituciones establecidas; y 2) la anormal, que tiene lugar en ausencia de estas reglas, normas, prácticas e instituciones” (Schmitter y Blecher, 2023, p. 36). Pues no podemos dejar pasar el hecho de que la ciudadanía de baja intensidad sí es una categoría real que, principalmente, se materializa en las personas indígenas (O’Donnell, 1993), y en la práctica nos encontramos ante la brecha de implementación (Martínez, 2012), que supone la distancia entre lo establecido formalmente y la realidad (una disparidad que existe entre las intenciones o regulaciones en papel y cómo se llevan en realidad), y frente al marginalismo integral (González Casanova, 1965), donde cuestiones históricas, políticas, culturales, económicas y contextuales determinan el destino de las personas indígenas.

En este contexto, el propósito fundamental de este capítulo es examinar cómo la ciencia política puede ayudarnos a comprender la situación de los grupos que se encuentran en condiciones de vulnerabilidad en la región latinoamericana, enfocándonos específicamente en las personas y los pueblos indígenas. Y para ello, disponemos de dos métodos para abordar la compleja y contradictoria realidad (los métodos cuantitativos y cualitativos), no obstante, en este trabajo nos centraremos en el enfoque cualitativo. La investigación cualitativa nos permite sumergirnos en el entorno natural del fenómeno a investigar y nos brinda la posibilidad de interpretar la realidad según el significado que las propias personas le otorgan a su situación, contexto y vida (Denzin y Lincoln, 2000). De esta manera, podremos comprender más profundamente las perspectivas y experiencias de aquellos que viven en situación de vulnerabilidad en la región latinoamericana, especialmente personas y pueblos indígenas.

Para el presente capítulo, es importante puntualizar lo siguiente: el enfoque se centra en abordar los problemas sociales y políticos en los que estamos inmersos en América Latina y cómo estos afectan a las personas y pueblos indígenas. Es esencial identificar las diversas realidades, contextos, historias y procesos a los que se enfrentan estas comunidades para comprender plenamente sus situaciones.

Este compromiso con el mejoramiento de nuestras sociedades y las condiciones de vida de las personas, así como con la consolidación de la democracia en la región, supone dar cuenta de la situación en que viven las casi 58 millones de personas indígenas (que pertenecen a uno de los más de 800 pueblos indígenas y que representan el 10

% de la población total de América Latina) que se encuentran sobre-representadas en los segmentos de mayor pobreza de ingresos, de menor acceso a los servicios de salud y servicios educativos, y que están mayormente expuestas a algún tipo de violencia principalmente a razón de género o debido a las luchas por el territorio (CEPAL, 2014). Además, más de la mitad viven y trabajan en las grandes ciudades de nuestros países (OIT, 2020). Con esta perspectiva en mente, abordaremos en detalle la situación de las personas y pueblos indígenas en América Latina, con el objetivo de arrojar luz sobre sus realidades y contribuir a una visión más inclusiva y justa de nuestras sociedades.

En ese sentido, *¿qué estudiamos?* Estudiamos la pobreza, la violencia y la desigualdad en nuestra región. *¿Por qué?* Porque nuestra región exige el mejoramiento de nuestras democracias y de las condiciones de vida, principalmente, de las personas indígenas. *¿Cómo lo haremos?* Iremos a preguntar mediante el método de entrevista semiestructurada para conocer la realidad a partir de los sujetos que viven en carne propia los múltiples problemas. Así, dejaremos de lado los reduccionismos que nos han impedido como región avanzar hacia la consolidación de las democracias latinoamericanas. Por ello, es importante empatar los contextos, las visiones del mundo de las y los sujetos, así como de los investigadores, con los métodos para una mejor interpretación del mundo. Con este enfoque, aspiramos a generar un análisis más completo y realista de la realidad que enfrentan las personas indígenas y, en última instancia, aportar a la construcción de sociedades más inclusivas y equitativas en nuestra región.

El capítulo se divide en cuatro secciones. La primera aborda las distintas corrientes metodológicas y métodos de investigación. En la segunda sección, se destaca la importancia de la entrevista semiestructurada. La tercera sección presenta un ejemplo de cómo construir el guion de una entrevista semiestructurada, su desarrollo en el campo, y los beneficios y obstáculos encontrados, basado en un estudio sobre los derechos de las personas indígenas en Monterrey, Nuevo León, México. En la cuarta sección, se aborda el análisis de los datos recopilados y se ofrece información sobre cómo lograr mayor fiabilidad y validez en el método utilizado. Finalmente, el capítulo concluye con apuntes y recomendaciones para guiar a los investigadores que se encuentren iniciando o en proceso de investigación sobre las condiciones de vida de las personas y pueblos indígenas en América Latina, y que estén utilizando el método de entrevista semiestructurada.

## **ENFOQUES METODOLÓGICOS Y MÉTODOS**

Es preciso advertir que en un primer momento nos encontramos frente a tres bases fundamentales de todo proceso de investigación. La

primera de ellas es la base ontológica, donde nos preguntamos por el objeto/sujeto de estudio (el qué y/o el quién) y la manera en cómo se ensamblan en el mundo y cómo lo interpretamos; la segunda base es la epistemológica, que está relacionada con la manera en cómo conocemos la realidad y en cuál es nuestro vínculo como investigadores con el objeto/sujeto de estudio así como con su contexto<sup>1</sup>; mientras que la tercera base es la metodológica, que tiene como referencia identificar qué instrumentos y técnicas son los más adecuados para conocer la realidad que nos interesa en la investigación y, así, tener la capacidad de analizarla, interpretarla, compararla y, quizá, explicarla (Della Porta y Keating, 2013). En conjunto, estas tres bases proporcionan los cimientos para desarrollar una investigación en ciencias sociales de manera rigurosa y reflexiva, abordando los aspectos esenciales para comprender y explicar los fenómenos sociales que se investigan.

Tomando en consideración estos tres pilares (ontológico, epistemológico y metodológico), tenemos dos métodos a partir de los cuales se desprenden las distintas herramientas para la recolección de datos empíricos. El primero de ellos es el método hipotético-deductivo, el cual utiliza técnicas de observación y medición para analizar datos de manera cuantitativa mediante procedimientos, generalmente, de inferencia que permiten identificar y corroborar causas y efectos, enfocándose en la formulación de hipótesis y su posterior contrastación con datos empíricos (Corbetta, 2003; Della Porta y Keating, 2013). El segundo es el método interpretativo, que tal y como lo describe Della Porta y Keating (2013, p. 39), se centra en la comprensión de los hechos al desvelar los significados que las personas atribuyen a su conducta y al mundo exterior. Dicho enfoque se caracteriza por su naturaleza cualitativa y se aplica en investigaciones que buscan explorar las percepciones, experiencias y significados subjetivos de los individuos. Por consiguiente, este método se asocia comúnmente con investigaciones cualitativas que emplean herramientas como entrevistas semiestructuradas, grupos de enfoque, análisis de contenido y análisis textual para recopilar datos (Della Porta y Keating, 2013; Bray, 2013).

En suma, el reconocimiento y comprensión de las bases ontológica, epistemológica y metodológica, así como la elección adecuada de enfoques y métodos de investigación en ciencias sociales, son fundamentales para llevar a cabo una recolección de datos empíricos efectiva, especialmente en el caso de entrevistas semiestructuradas. Estos

---

1 Y los cuatro grandes enfoques para realizarlo son el enfoque positivista, el enfoque neopositivista, el enfoque interpretativo y el enfoque humanístico (Della Porta y Keating, 2013, p. 36).



elementos aseguran que las entrevistas se realicen de manera rigurosa y reflexiva, permitiendo abordar la complejidad de los fenómenos sociales que se estudian.

La base ontológica ayuda a definir claramente el objeto/sujeto de estudio y cómo se conceptualiza en el mundo social, lo que influye en la selección de los participantes para las entrevistas semiestructuradas y en la identificación de los temas relevantes a explorar. La base epistemológica guía la relación del investigador con los entrevistados y el modo en que se adquiere el conocimiento a través de las entrevistas. Esto implica ser consciente de las propias perspectivas y supuestos, lo que puede influir en la formulación de preguntas y en la interpretación de las respuestas. La base metodológica es clave para identificar las herramientas y técnicas más adecuadas para recopilar y analizar los datos de las entrevistas. En el caso de entrevistas semiestructuradas, esta base orienta la construcción del guion de entrevista y las pautas para su conducción, asegurando que se obtenga información relevante y valiosa.

### **LA ENTREVISTA SEMIESTRUCTURADA**

Las entrevistas semiestructuradas son una herramienta valiosa para obtener perspectivas subjetivas y profundas de los sujetos de estudio, permitiendo una comprensión más rica y contextualizada de los fenómenos sociales y humanos. A diferencia de las entrevistas estandarizadas o cuestionarios, las entrevistas semiestructuradas ofrecen un equilibrio entre la flexibilidad y la guía, lo que permite que el entrevistador explore temas relevantes a través de preguntas abiertas mientras mantiene cierta estructura para garantizar que los objetivos de investigación se aborden adecuadamente (Flick, 2007).

Entre los tipos de entrevistas semiestructuradas, cabe mencionar la *entrevista focalizada*, que se enfoca en temas específicos y permite una comprensión más profunda de la experiencia del entrevistado en relación con esos temas (Merton y Kendall, 1946). Esto resulta especialmente útil cuando se busca obtener información detallada y enriquecedora sobre un aspecto particular del fenómeno estudiado. La entrevista focalizada también brinda la posibilidad de obtener datos más precisos y ricos al enfocarse en áreas específicas de interés para la investigación (Flick, 2012). Otro tipo relevante es la *entrevista centrada en el problema*, que se utiliza para recopilar datos biográficos en torno a un problema específico (Scheele y Groeben, 1988). Esta entrevista se caracteriza por su enfoque en el problema social pertinente, y se desarrolla o modifica en función del objeto de investigación y la comprensión del mismo. La guía de entrevista juega un papel fundamental en esta metodología, proporcionando una estructura para la

entrevista, pero también permitiendo que el entrevistador introduzca su interés centrado en el problema en forma de preguntas específicas y directas (Flick, 2007).

La *entrevista etnográfica* es otra variante de las entrevistas semiestructuradas que merece atención. Se utiliza principalmente en contextos de investigación de campo, donde la observación participante es una estrategia clave. La entrevista etnográfica se presenta como una herramienta valiosa para explorar las experiencias y contextos sociales de manera más fluida y holística. En este enfoque, las entrevistas se desarrollan como conversaciones amistosas en las que el entrevistador introduce gradualmente nuevos elementos para ayudar a los informantes a responder como tales. Finalmente, la *entrevista a expertos* se integra en el estudio como una forma específica de aplicar entrevistas semiestructuradas. En este caso, el entrevistado es considerado más en su calidad de experto en cierto campo de actividad que como una persona completa. La guía de entrevista juega un papel directivo más fuerte, ya que se enfoca en la exclusión de temas no productivos y en la delimitación de la experiencia de interés (Spradley, 1980; Flick, 2007).

Las entrevistas semiestructuradas se integran en el proceso de investigación al permitir la exploración de perspectivas subjetivas y teorías fundamentadas. Su valor radica en la riqueza de la información proporcionada y su adaptabilidad para diversas preguntas de investigación. Sin embargo, también tienen limitaciones, como la necesidad de una mediación constante entre la guía de entrevista y el curso de la entrevista, y la dificultad en la generalización de los resultados debido a la complejidad de los casos individuales. Su flexibilidad puede llevar a que el entrevistador involucre sus propias opiniones o perspectivas en las preguntas y el análisis de los datos, lo que podría influir en los resultados de la investigación. Para minimizar este riesgo, es importante que el investigador sea consciente de su rol y mantenga una postura neutral y abierta durante las entrevistas.

Estas entrevistas contribuyen al debate metodológico al proporcionar una perspectiva más profunda y contextualizada sobre los fenómenos sociales y humanos. Desde nuestra perspectiva, el valor más importante de las entrevistas semiestructuradas radica en su capacidad para capturar la riqueza y diversidad de las experiencias humanas, brindando una perspectiva subjetiva valiosa para la investigación cualitativa. Su flexibilidad y adaptabilidad las convierten en una herramienta esencial para obtener una comprensión profunda de los fenómenos sociales. Sin embargo, es fundamental considerar los desafíos asociados, como el tiempo y los recursos requeridos, así como el riesgo de sesgo del investigador. Al final, con una adecuada pla-

nificación y ejecución, la entrevista semiestructurada se erige como una herramienta poderosa para la generación de conocimiento en el ámbito de la investigación cualitativa.

En cuanto a lo planteado en este capítulo, las entrevistas semiestructuradas son especialmente adecuadas para su uso en contextos donde se involucran distintas visiones del mundo debido a su flexibilidad y capacidad para adaptarse a la diversidad cultural y lingüística de estas comunidades. En contextos donde viven personas y pueblos indígenas, es fundamental tener en cuenta las perspectivas, valores y cosmovisiones únicas de las personas entrevistadas, lo cual puede diferir significativamente de los enfoques tradicionales de investigación.

La naturaleza abierta de las preguntas semiestructuradas permite a los entrevistadores explorar temas relevantes desde una perspectiva más holística y sensible a las particularidades culturales. Asimismo, estas entrevistas permiten el uso de lenguaje y terminología que respete y valore las creencias y tradiciones indígenas, promoviendo un ambiente de confianza y respeto mutuo entre el entrevistador y el entrevistado. Además, la posibilidad de realizar entrevistas en el idioma local y de incorporar narrativas y testimonios propios de la comunidad indígena, facilita una comprensión más profunda de sus experiencias y realidades. Y más aún, las entrevistas semiestructuradas se presentan como una herramienta valiosa para la investigación en contextos adversos donde interactuamos constantemente con personas y sectores de la población que se encuentran en algunas situaciones de vulnerabilidad, ya que fomentan la inclusión, el diálogo intercultural y el enriquecimiento de la comprensión sobre la vida y perspectivas de estas comunidades.

### **ABORDANDO LA REALIDAD: LOS DERECHOS DE LAS PERSONAS INDÍGENAS EN MONTERREY, NUEVO LEÓN, MÉXICO**

A continuación, presentaremos un ejemplo que ilustra los pasos a seguir para la elaboración de un guion para una entrevista semiestructurada y la recolección de datos, aplicando una combinación de enfoques metodológicos para nuestro objetivo particular de investigación.

Schmitter (2013; 2023) propone un proceso de investigación en ciencia política con un paso “natural” que incluye: 1) elegir el tema, 2) conceptualizarlo, 3) generar la(s) hipótesis, 4) seleccionar los casos, 5) operacionalizar las variables, 6) medir los indicadores, 7) realizar las pruebas de asociación y, finalmente, 8) las inferencias causales, concluyendo con 9) la evaluación de resultados. Si bien nos basaremos parcialmente en esta secuencia, nuestro enfoque exclusivo en el método de entrevista semiestructurada bajo el paradigma cualitativo nos llevará a acercarnos al mundo “ahí afuera”, más allá de las bases de

datos preexistentes en la ciencia política. Este enfoque nos permitirá comprender y describir fenómenos sociales desde su “interior” a través de: 1) las experiencias de las personas y grupos, que nos permiten 2) analizar las interacciones y comunicaciones en ellos y, en última instancia, 3) acceder al análisis de diversos documentos (textos e imágenes, principalmente) que den cuenta de algún tipo de experiencia y/o interacción (Flick, 2007; 2015).

En este contexto, nuestra principal atención se enfoca en acceder a las *experiencias, interacciones y documentos relevantes*. Por lo tanto, nos abstendremos, en un principio, de formular hipótesis preestablecidas y, en su lugar, permitiremos que éstas se desarrollen de manera orgánica a lo largo del proceso de investigación. Nuestro papel en este proceso será de vital importancia, y el contexto se erige como el insumo inicial más valioso para comprender el complejo “mundo de ahí afuera” (Flick, 2014). Con esta perspectiva en mente, los siguientes pasos se presentan como una guía práctica para llevar a cabo entrevistas semiestructuradas de manera efectiva. Estos pasos nos permitirán explorar en profundidad las experiencias y perspectivas de los participantes, brindándonos una visión más holística y enriquecedora de la realidad que deseamos comprender.

### **ELECCIÓN DEL TEMA Y PREGUNTA DE INVESTIGACIÓN**

Partiendo del principio de que la investigación cualitativa se aboca en el análisis de casos concretos en su particularidad temporal y local, a través del reconocimiento de las experiencias y actividades de las personas en determinados contextos locales (Flick, 2007), nuestra idea de investigación radicaba en conocer la manera en que las personas indígenas participan político-electoralmente en Monterrey y su área metropolitana<sup>2</sup>.

En la elección del tema se inscriben los intereses, y las experiencias personales y académicas del investigador(a) que supone, incluso, un contacto previo y directo con el fenómeno político a estudiar (Glaser y Strauss, 1967; Flick, 2015). Es un paso crucial en cualquier estudio científico, ya que determina el enfoque y los objetivos de la investigación. En nuestro caso, la experiencia personal inicia a partir del contacto con funcionarios del Departamento de Educación Indí-

---

2 El guion y categorías de análisis que nutrirá la presente entrega es información recopilada de la tesis doctoral Participación político-electoral de personas indígenas en ciudades industriales. Análisis de Monterrey y su área metropolitana (Mendoza Ibarra, 2019). Reconocemos la importancia tanto académica, metodológica y personal que tienen en todo proyecto de investigación el/la asesor/a de tesis. En el caso de esta tesis hacemos especial reconocimiento y agradecimiento a la Dra. Claire Wright, directora de tesis.

gena<sup>3</sup> en la infancia y adolescencia en un ámbito familiar. El vínculo académico se establece a partir del interés por conocer una realidad cada vez más impactante en el contexto de estudio: Monterrey, la capital de Nuevo León, se convierte en la ciudad que más discrimina en México por cuestión étnica (ENADIS, 2010). Mientras que, en el ámbito académico-profesional, la investigación inicia con el contacto en 2016 en un proceso de *Certificación de intérpretes traductores en lengua indígena* en materia de procuración y administración de justicia que estuvo a cargo del Instituto Nacional de Lenguas Indígenas (INALI) en colaboración con la Comisión para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas (CDI), la Procuraduría General de la República, la Procuraduría General del Estado de Nuevo León, la Secretaría de Desarrollo Social de Nuevo León, la Comisión Estatal de Derechos Humanos, con Organizaciones Indígenas y con Universidades del estado, principalmente.

¿Por qué es importante este contacto previo? porque nos permitió determinar (incluso antes de establecer la pregunta de investigación) qué literatura y conceptos analizar y utilizar, así como la identificación de cuáles podrían ser los futuros informantes clave para la recolección de datos. Sumado a ello, en una etapa temprana del trabajo de investigación, se pudo identificar la importancia de realizar el estudio desde un enfoque cualitativo e interpretativo de la realidad, que se iba mostrando con múltiples matices y distinciones culturales, que podría favorecer la construcción de conocimiento teórico, conceptos o alguna explicación del por qué la situación de las personas indígenas en Nuevo León seguía siendo marginal y desigual a pesar de esfuerzos institucionales y del reconocimiento de derechos en la Constitución local y en la Ley de Derechos de las Personas Indígenas del Estado de Nuevo León. Metodológicamente, el contacto previo se funda en las siguientes razones: a) se establece confianza y *rapport*; b) se explica el propósito de la investigación; c) se obtiene un consentimiento informado; d) se aclaran dudas y preocupaciones; e) se planifica la ejecución de la entrevista; f) se adapta la guía de la entrevista y; g) se establecen expectativas claras para ambas partes.

Con lo anterior, íbamos delimitando, y construyendo, nuestro proyecto de investigación. Es decir, desde el comienzo pudimos ir identificando posibles obstáculos operativos para la recolección de datos, a los informantes clave, así como la identificación de teoría y conceptos previamente establecidos por la ciencia política, y susceptibles a cambiar en función del contexto en el que nos encontrábamos. Por último, decidimos elaborar la siguiente pregunta de investigación:

---

3 Este departamento fue determinante para el posicionamiento en la agenda pública, política e institucional de la situación de las personas indígenas en Nuevo León.

*¿Cómo se ha desarrollado la participación política de las personas indígenas en Monterrey y su área metropolitana?*

La pregunta de investigación nos sirvió como una guía para el análisis de datos, ya que nos permitió enfocar la búsqueda a patrones y temas emergentes relevantes para la investigación. En suma, tanto la elección del tema como la pregunta de investigación fueron un paso esencial en el proceso de la investigación y, en particular, en el diseño de las entrevistas semiestructuradas. En la praxis, un tema bien seleccionado y una pregunta de investigación adecuada permiten una exploración en profundidad de las experiencias y perspectivas de los participantes, lo que enriquece nuestra comprensión de la realidad que deseamos investigar.

### **TEORÍAS Y CONCEPTUALIZACIÓN**

Después de delimitar el tema de investigación, el siguiente paso consistió en determinar la perspectiva conceptual desde la cual abordaríamos el estudio. Reconocemos que en la actualidad es difícil encontrar temas que no hayan sido explorados previamente desde un punto de vista teórico y conceptual. Por esta razón, optamos por utilizar teorías de rango medio y conceptos empleados en investigaciones similares, aunque en contextos diferentes al nuestro.

Una vez en el campo de estudio, nos acercamos al enfoque de teoría fundamentada, lo que nos permitió, por un lado, comprender cómo se relaciona el problema con el método y, por otro lado, descubrir nuevos componentes teórico-conceptuales a partir de los datos recopilados en el contexto real de las personas involucradas en el problema de investigación (Flick, 2007). Este enfoque nos brinda la flexibilidad necesaria para ajustar y adaptar nuestras perspectivas conceptuales a medida que avanzamos en la investigación. Además, nos permite ir más allá de las teorías existentes y generar conocimiento original y fundamentado en nuestros propios hallazgos empíricos.

Al utilizar teorías de rango medio y enfoques de teoría fundamentada, nuestro estudio adquiere una base sólida y coherente, lo que aumenta la credibilidad y validez de nuestros resultados. Asimismo, nos permite comprender el problema de investigación desde diferentes niveles, desde lo más específico y concreto hasta lo más amplio y general, enriqueciendo así nuestra comprensión holística de la realidad que deseamos investigar.

Dado que nuestro interés se centra en la participación política de las personas indígenas en el contexto urbano de Monterrey y su área metropolitana, decidimos abordar el tema utilizando categorías “clásicas” de participación político-electoral, como el voto, la proximidad a partidos políticos, la confianza en la política y el conocimiento

político. Sin embargo, para obtener una comprensión más profunda y enriquecedora, optamos por enriquecer estas categorías tomando mediante una “etnización” basada en estudios previos realizados en comunidades indígenas. Así, incluimos categorías específicas que nos permiten explorar con mayor detalle la forma en que las personas indígenas participan en el ámbito político-electoral en Monterrey y su área metropolitana. Estas categorías adicionales son: el conocimiento de los derechos indígenas, la proximidad a organizaciones civiles indígenas y pro-indígenas, y el conocimiento y ejercicio del sistema de usos y costumbres.

Al etnizar las categorías de análisis clásicas, reconocemos la importancia de abordar la participación política indígena desde una perspectiva culturalmente sensible y contextualizada, lo que nos permitió captar matices y aspectos únicos de su experiencia política en un entorno urbano. Este enfoque nos brinda la oportunidad de obtener una visión más completa y holística de cómo las personas indígenas se involucran en la vida política de esta región, contribuyendo así a una investigación más rigurosa y significativa.

#### **OPERACIONALIZACIÓN DE CATEGORÍAS Y CONSTRUCCIÓN DE GUIÓN**

Una vez que hemos seleccionado el tema de investigación, definido la pregunta de investigación e identificado las teorías y conceptos relevantes, el siguiente paso es la operacionalización de las categorías analíticas para construir un guion de entrevista semiestructurada.

La operacionalización de las preguntas se lleva a cabo mediante un guion cuidadosamente diseñado que actúa como un “resumen” de los temas de investigación y refleja los intereses del investigador. Este guion desempeña un papel fundamental, ya que no solo guía la generación de conocimiento a través de una “temática”, sino que también proporciona la flexibilidad necesaria para fomentar una conexión de confianza e interacción personal durante la entrevista haciéndola más “dinámica” (Kvale, 2011).

La importancia del guion reside en su capacidad para guiar la entrevista hacia los aspectos esenciales del tema de estudio, al mismo tiempo que permite al entrevistador adaptarse a las respuestas y contribuciones únicas de cada participante. Al seguir la estructura proporcionada por el guion, se garantiza la cobertura de los temas pertinentes, promoviendo un ambiente de diálogo abierto que facilita la revelación de perspectivas y experiencias profundas. Además, el guion proporciona una base sólida para el posterior análisis de los datos, al ofrecer una estructura coherente para comparar y contrastar las respuestas de diferentes participantes. No obstante, es crucial destacar que la entrevista semiestructurada permite la exploración de

temas emergentes y no restringe la conversación a un conjunto predefinido de preguntas, lo que enriquece la obtención de datos significativos y diversos. En resumen, la correcta operacionalización de las categorías y la elaboración de un guion bien diseñado son elementos fundamentales para lograr una entrevista semiestructurada exitosa. En ese sentido, el guion se construyó de la manera siguiente.

**Tabla 1. Guion de entrevista**

<b>Categoría de análisis</b>	<b>Pregunta</b>
Preguntas abiertas (rompe hielo)	¿Qué representa para usted vivir en Monterrey? ¿De dónde son? ¿Extrañan la comunidad? ¿Tienen familiares allá? ¿Tienen vínculos? ¿Van para allá? Etc. ¿Cómo se organizan? ¿Eligen a sus autoridades?
Conocimiento de derechos	¿Cuáles son los problemas que más les afectan? Conocimiento de política, interés, valoración de las instituciones, etc. (conocimiento político-derechos) Cuando sucede algo en la colonia donde viven, ¿qué hacen, a quién recurren?
Usos y Costumbres	¿Era lo mismo en su comunidad?
Proximidad a OSC	¿Quiénes son los responsables de los problemas de la colonia? ¿Y en su comunidad? ¿Y en el municipio estado país? Conocimiento y actores. ¿Y los partidos tienen alguna experiencia o relación con ellos?
Participación política	Cuando hay elecciones municipales, estatales y federales, ¿ustedes votan? Sí: ¿cómo votan? ¿Dónde? ¿Por qué sí? No: ¿cuál es el principal motivo por el que no votan?
Preguntas abiertas	¿Existe algún otro actor además de los partidos que los motiven a participar en las elecciones? Comparación en lo político de aquí y de sus comunidades: ¿cómo les gustaría? ¿Están interesados, se preocupan?
Cierre de entrevista	Algo más que quisieran agregar/aclarar

Fuente: Elaboración propia

### **¿CÓMO IR AL CAMPO Y HACER LA ENTREVISTA?**

Realizar el proceso de ir al campo y llevar a cabo las entrevistas representa un paso crucial y complejo que tiene un impacto determinante en la calidad de la información recopilada (Flick, 2014). Esta complejidad se debe principalmente a dos factores: 1) la ambigüedad que implica establecer el contacto inicial con los entrevistados y 2) la escasez de literatura que proporcione pautas claras sobre las mejores prácticas para llevar a cabo este proceso, especialmente cuando se trabaja con realidades y poblaciones vulnerables.

En nuestro estudio, el éxito de este proceso se basó en dos elementos fundamentales: 1) el establecimiento del contacto en espacios donde se desarrollaron certificaciones de intérpretes traductores, lo



que tuvo una influencia significativa en la definición y orientación de las entrevistas; y 2) el establecimiento de vínculos personales con el tema relacionado con la situación y los derechos de las personas indígenas. Esta cercanía personal permitió una importante “sensibilización” sobre la realidad de las personas entrevistadas y, en consecuencia, un mayor compromiso académico, profesional y personal con el desarrollo de las entrevistas.

Se debe tener en mente que trabajar con poblaciones en situación de vulnerabilidad requiere una aproximación ética y sensible, respetando sus derechos y promoviendo la confianza. El contacto previo debe realizarse con precaución y empatía, considerando las particularidades de cada participante. Cada contexto de investigación es único, por lo que se deben adaptar creativamente las estrategias para las entrevistas. Esta fase de ir al campo y hacer las entrevistas es crucial para obtener información relevante y enriquecedora. La claridad en el contacto y la conexión personal con el tema y los participantes son fundamentales para asegurar la calidad de los datos y lograr un análisis riguroso y una comprensión completa de la realidad estudiada.

Nuestra estrategia para ir al campo está muy vinculada con lo que Kvale (1996) definió como “el entrevistador ideal”, el cual supone que el entrevistador tiene un amplio grado de *expertise* en torno al tema de investigación, pero, al mismo tiempo, tiene la sensibilidad suficiente para interactuar con el entrevistado y, sobre todo, pone constantemente a prueba su capacidad de improvisación e interpretación “en el momento” de la entrevista. Aunque no existe un enfoque académico definitivo para asegurar el éxito en la implementación de la entrevista, podemos afirmar que este se logra principalmente a través de dos elementos clave: 1) la práctica y 2) la comprensión de que los datos obtenidos son colaborativos (Holstein y Gubrium, 1995; Valles, 2002). En una entrevista semiestructurada, tanto el entrevistador como el entrevistado desempeñan un papel activo en la construcción y reconstrucción de narrativas, ideas y perspectivas en el momento de la entrevista. Sin embargo, suscribimos el decálogo que proporciona Steinar Kvale (1996) sobre el perfil con el que deberá contar el entrevistador:

1. Amplio conocimiento sobre el tema de investigación.
2. Estructurador al inicio, durante y después de las respuestas.
3. Lenguaje claro y accesible, evitando terminología académica compleja “perogrulladas académicas”.
4. Gentil, mesurado y evitando interrumpir el flujo de la conversación.

5. Sensible al significado y carga emocional de las narrativas del entrevistado.
6. Abierto a nuevas perspectivas y temas emergentes en la entrevista.
7. Conductor de la entrevista, manteniendo el enfoque en el objetivo de investigación.
8. Crítico de la información para asegurar fiabilidad y validez académica y el futuro de la investigación.
9. Memorizador de los relatos y narrativas del entrevistado.
10. Intérprete de lo dicho por el entrevistado, contrastando y validando la información obtenida.

En síntesis, la fase de llegada al campo y la implementación de entrevistas semiestructuradas son momentos cruciales para garantizar la calidad y la profundidad de los datos recopilados. El investigador debe demostrar habilidades clave para abordar esta etapa con éxito. En primer lugar, es fundamental que el investigador desarrolle una estrategia efectiva para *establecer contactos previos* con los participantes. Esto implica dedicar tiempo y esfuerzo para identificar a las personas adecuadas para entrevistar y establecer un acercamiento respetuoso y ético.

En segundo lugar, la *construcción de confianza con los entrevistados* es esencial. El investigador debe demostrar empatía y sensibilidad hacia los participantes, reconociendo sus perspectivas y experiencias, lo que fomentará una comunicación abierta y honesta durante las entrevistas. En tercer lugar, la *adaptación al contexto del campo* es crucial. Cada entorno de investigación es único, y el investigador debe ser capaz de ajustar su enfoque y preguntas para abordar las particularidades del entorno y de los participantes. Por último, la *improvisación e interpretación en tiempo real* son habilidades indispensables. Durante la entrevista, pueden surgir temas inesperados o detalles relevantes que no estaban previstos en el guion. El investigador debe estar preparado para adaptarse y explorar estos aspectos de manera reflexiva y rigurosa.

En conclusión, la llegada al campo y la realización de entrevistas semiestructuradas requieren una combinación de habilidades técnicas y sociales por parte del investigador. Es un proceso en el que se entrelazan la planificación previa y la capacidad de adaptarse a situaciones cambiantes. Con el enfoque adecuado, estas etapas pueden convertirse en oportunidades valiosas para obtener datos ricos

y significativos que enriquezcan la investigación y contribuyan a una comprensión más profunda de la realidad estudiada.

### **¿CÓMO ANALIZAR LOS DATOS?**

El análisis de datos en entrevistas semiestructuradas constituye una etapa crítica en la metodología cualitativa, que busca profundizar en la comprensión de las experiencias y perspectivas de los participantes. Es un proceso en el que el investigador se embarca en un viaje fascinante y profundo para explorar y comprender los significados subyacentes en las narrativas de los participantes. El éxito de nuestra investigación se debió en gran parte al análisis de los datos y su interpretación. En el caso de la investigación realizada sobre los derechos de las personas indígenas en Monterrey, nos decantamos por el análisis de contenido cualitativo.

Para empezar, el análisis de contenido es un procedimiento clásico para el estudio de material textual en investigación cualitativa, que abarca desde productos de medios de comunicación hasta datos obtenidos de entrevistas, en este caso, semiestructuradas<sup>4</sup>. Su esencia radica en el uso de categorías, que a menudo derivan de modelos teóricos y se aplican al material empírico para su análisis y reducción (Myers-Gallardo, 2018). La metodología propuesta por Mayring (1983) ofrece una guía para el análisis cualitativo del contenido, que incluye la definición del material, análisis de su situación de recogida, caracterización formal, definición de la dirección del análisis y técnicas analíticas, y finalmente, la interpretación y validación de los resultados. Este enfoque metodológico tiene un papel relevante en la investigación cualitativa, especialmente al trabajar con puntos de vista subjetivos recopilados a través de entrevistas semiestructuradas. Al permitir la reducción del material, facilita la comparación de diferentes casos y la identificación de patrones. Su estructuración esquemática y la utilización de categorías previamente definidas ofrecen claridad y facilidad en su aplicación, lo que puede ser ventajoso cuando se manejan grandes volúmenes de texto.

Los analistas de contenidos sostienen que este tipo de análisis es objetivo, sistemático y general (Myers-Gallardo, 2022). Se considera objetivo debido a las reglas y procedimientos establecidos en cada etapa de la investigación y registrados en un manual, lo que garantiza la consistencia y estandarización del proceso (Bardin, 1991). Es siste-

---

4 Ya se han desarrollado varios trabajos sobre indígenas migrantes donde se ha utilizado el análisis de contenido de textos, entrevistas semiestructuradas y grupos de enfoque en Mendoza y Muñoz (2022); Myers-Gallardo (2022); Myers-Gallardo y Centeno (2022); Muñoz Guerra (2022).

mático porque se rige por reglas precisas en su ejecución, asegurando la replicabilidad del análisis en diferentes contextos. Además, se considera general, ya que busca tener relevancia teórica en el campo de estudio (Holsti, 1969). Krippendorff, destaca que la relevancia del análisis de contenido radica en su fiabilidad y validez. Para él, es una técnica de investigación que permite formular inferencias válidas y reproducibles a partir de textos u otros materiales con significado en los contextos de su uso (Krippendorff, 2004, p. 18). En este sentido, la fiabilidad se refiere a la capacidad de obtener los mismos resultados al reproducir una inferencia en diferentes ocasiones, garantizando la consistencia de los hallazgos (Alonso et al., 2012). Por otro lado, la validez se relaciona con el grado en que los resultados corresponden a los conceptos que se están analizando, asegurando la precisión y pertinencia de las conclusiones (Alonso et al., 2012).

En el contexto de una entrevista semiestructurada, el análisis de contenido permite una exploración más profunda de las respuestas proporcionadas por los participantes, revelando afirmaciones clave y contextualizándolas para comprender su significado. El análisis de contenido ofrece una gran ventaja al permitir la cuantificación y simplificación de datos cualitativos, lo que resulta aplicable y relevante para la investigación en las ciencias sociales (Wright e Hinojosa, 2014). También presenta otra ventaja significativa: la toma de decisiones directa por parte del investigador, lo que permite un alto grado de sofisticación y una gran cercanía a los datos en una realidad dinámica y holística. Esta aproximación posibilita la creación, construcción y descubrimiento de modelos conceptuales exploratorios, expansionistas y descriptivos (Myers-Gallardo, 2018). Si el investigador opta por utilizar herramientas asistidas como NVivo, ATLAS.ti, MAXQDA o Quirkos, entre otras, se beneficiará de la desmitificación de las limitaciones en cuanto al nivel de exigencia e incertidumbre. Estas herramientas ofrecen la ventaja de gestionar grandes volúmenes de datos mediante la construcción de un manual de codificación, lo que permite interpretar los datos con mayor transparencia y rigor (Fielding et al., 1998). El objetivo principal es reducir los datos de manera visual y/o numérica sin que estos pierdan su valor cualitativo, creando así una estructura sistematizada que facilite una visión panorámica general y específica de los aspectos analizados, sin alejarse de la riqueza cualitativa de los datos (Berelson, 1952; Myers-Gallardo, 2022).

A pesar de sus ventajas, es importante reconocer que el análisis de contenido tiene limitaciones. Su formalización y enfoque esquemático pueden limitar su adaptabilidad a situaciones específicas, y su aplicación puede requerir un esfuerzo similar al de otros métodos de análisis. Es fundamental equilibrar el uso de categorías teóricas con

la comprensión de los contextos y significados particulares en la investigación cualitativa. En suma, el análisis cualitativo del contenido desempeña un papel esencial en la metodología cualitativa al permitir la exploración y reducción de material textual. Su enfoque estructurado y uso de categorías teóricas facilitan la comparación y obtención de resultados. No obstante, su aplicación debe realizarse con cautela para evitar la pérdida de riqueza y matices en la interpretación del contenido original. Al utilizarlo en entrevistas semiestructuradas, es crucial equilibrar el enfoque analítico con una comprensión holística de las narrativas y perspectivas de los participantes, asegurando así un análisis riguroso y enriquecedor.

Dentro del ámbito de los análisis cualitativos, dos líneas metodológicas han sido fundamentales para el desarrollo de las entrevistas semiestructuradas, y a su vez, han sido fundamentales para nuestros estudios. Tanto en el trabajo de Flick (2007) como en la obra de Gibbs (2012), el análisis cualitativo de datos de entrevistas semiestructuradas se destaca como un proceso enriquecedor y reflexivo para comprender los significados profundos presentes en las narrativas de los participantes. Si bien ambos enfoques comparten ciertas similitudes fundamentales, también presentan diferencias en cuanto a sus enfoques y énfasis metodológicos. Estas perspectivas metodológicas han sido valiosas para abordar el análisis de nuestras entrevistas semiestructuradas y han permitido un acercamiento más profundo y enriquecedor a los datos obtenidos. Estos aportes coinciden en diversos aspectos clave:

1. **Inmersión en el Material:** Tanto Flick como Gibbs enfatizan la importancia de sumergirse en los datos, familiarizarse con ellos y explorar las voces de los participantes para captar los matices y contextos significativos.
2. **Identificación de Patrones y Temas:** Ambos enfoques destacan la necesidad de identificar patrones emergentes y temas clave en las respuestas de los participantes para extraer conocimiento relevante.
3. **Análisis Reflexivo:** Tanto Flick como Gibbs reconocen la necesidad de que el investigador reflexione sobre su propio proceso de análisis, cuestionando prejuicios y supuestos para mantener la objetividad.
4. **Contextualización Significativa:** Ambos autores resaltan la importancia de contextualizar los datos dentro del contexto más amplio del estudio, considerando las influencias culturales y sociales en la comprensión de los participantes.

La convergencia de estos aspectos metodológicos en los enfoques de Flick y Gibbs fortalece la metodología cualitativa en el análisis de datos de entrevistas semiestructuradas, permitiendo una interpretación más rigurosa y significativa de las narrativas de los participantes. Las diferencias son las siguientes:

1. Enfoque Metodológico: Flick (2007) se centra en la metodología cualitativa en general, mientras que Gibbs (2012) se enfoca específicamente en el análisis cualitativo de datos. Esto puede influir en el nivel de detalle y alcance en sus respectivas obras.
2. Triangulación y Validación: Gibbs enfatiza la importancia de la triangulación y validación cruzada para fortalecer la credibilidad de los hallazgos, mientras que Flick no aborda este tema específico en su obra.
3. Construcción de Teorías Fundamentadas: Gibbs destaca la construcción de teorías fundamentadas en los datos, mientras que Flick se enfoca más en la comprensión profunda de las narrativas sin mencionar explícitamente la generación de teorías.

En suma, ambos enfoques resaltan la importancia del análisis cualitativo para comprender los significados profundos en las narrativas de los participantes. Si bien comparten ciertas coincidencias fundamentales, también presentan diferencias en cuanto a su alcance y énfasis metodológico. El análisis cualitativo de datos de entrevistas semiestructuradas es un proceso enriquecedor y complejo que requiere una inmersión reflexiva en el material y una apreciación por la voz de los participantes en la búsqueda de nuevos conocimientos y comprensiones.

El proceso de análisis e interpretación de datos en un estudio que involucra entrevistas semiestructuradas en el contexto de los derechos de las personas indígenas reviste una importancia crucial. Estas entrevistas ofrecen una oportunidad única para explorar las perspectivas, experiencias y voces de comunidades que han sido históricamente marginadas y cuyos derechos a menudo han sido vulnerados (Mendoza y Muñoz, 2022). El análisis minucioso y reflexivo de los datos permite a los investigadores descubrir y comprender los patrones y temas emergentes que reflejan las realidades complejas y diversas de las comunidades indígenas. Asimismo, proporciona una plataforma para contextualizar las narrativas en el marco más amplio de la cultura, historia y contextos sociales en los que estas personas se desenvuelven.

Es crucial tener en cuenta que la interpretación de datos en este contexto va más allá de una simple codificación y categorización. Im-

plica un proceso ético y sensible que reconoce las desigualdades de poder entre el investigador y los participantes, y busca respetar y dar voz a sus perspectivas y conocimientos. El análisis adecuado de los datos de entrevistas semiestructuradas en el contexto de los derechos de las personas indígenas puede contribuir a la generación de conocimiento valioso para abogar por el respeto y reconocimiento de sus derechos fundamentales. Al comprender sus experiencias y luchas, se pueden identificar brechas en la protección y promoción de sus derechos, lo que a su vez puede contribuir a la formulación de políticas más inclusivas y culturalmente apropiadas. En última instancia, el análisis riguroso y reflexivo de los datos de las entrevistas semiestructuradas en este contexto es una manifestación del respeto y la valoración de la diversidad y la riqueza cultural que las comunidades indígenas aportan a la sociedad.

### **CONCLUSIONES. RETOS DE LAS ENTREVISTAS SEMIESTRUCTURADAS. FIABILIDAD Y CONFIANZA**

Las entrevistas semiestructuradas son una herramienta poderosa en la investigación cualitativa que permite explorar en profundidad las experiencias y perspectivas de los participantes, brindando una visión más holística y enriquecedora de la realidad que se desea comprender. Estas entrevistas se caracterizan por su flexibilidad y adaptabilidad, lo que permite a los investigadores ajustar su enfoque y preguntas según el contexto y las respuestas de los entrevistados.

El proceso de ir al campo y realizar entrevistas semiestructuradas implica varios desafíos y responsabilidades para el investigador. La generación de contactos previos y la construcción de confianza con los entrevistados son aspectos cruciales para asegurar la participación activa y sincera de los participantes. La sensibilidad y la ética en el enfoque hacia poblaciones vulnerables son fundamentales para garantizar la calidad y la integridad de los datos obtenidos.

### **RETOS DE LAS ENTREVISTAS SEMIESTRUCTURADAS**

1. Generación de contactos previos: Es importante dedicar tiempo y esfuerzo para establecer conexiones significativas con los potenciales participantes, especialmente en contextos donde la confianza puede ser un factor determinante.
2. Adaptación al contexto: Cada entorno de investigación es único, por lo que el investigador debe ser capaz de ajustar su enfoque y preguntas para abordar las particularidades del contexto y de los participantes.

3. Improvisación e interpretación en tiempo real: Durante las entrevistas, pueden surgir temas inesperados o detalles relevantes que no estaban previstos en el guion, lo que requiere que el investigador sea capaz de adaptarse y explorar estos aspectos de manera reflexiva y rigurosa.

### **FIABILIDAD Y CONFIANZA**

La fiabilidad en las entrevistas semiestructuradas se refiere a la consistencia y precisión de los datos recopilados. Para mejorar la fiabilidad, los investigadores deben ser claros en sus preguntas y seguir un guion bien diseñado. La estandarización de la forma en que se hacen las preguntas y se registran las respuestas también contribuye a la fiabilidad.

La confianza, por otro lado, se relaciona con la relación entre el entrevistador y el entrevistado. El investigador debe demostrar empatía, respeto y sensibilidad hacia los participantes para generar un ambiente de confianza que fomente una comunicación abierta y honesta. La confianza mutua entre ambas partes mejora la calidad de la información obtenida y contribuye a una mayor comprensión del tema de investigación.

En suma, las entrevistas semiestructuradas son una valiosa herramienta para la investigación cualitativa que requiere habilidades técnicas y sociales por parte del investigador. Superar los desafíos asociados con el proceso de llegar al campo y realizar las entrevistas, así como garantizar la fiabilidad y la confianza en el proceso, son aspectos fundamentales para obtener datos ricos y significativos que enriquezcan la investigación y aporten una comprensión más profunda de la realidad estudiada.

### **RESPONDIENDO PREGUNTAS RECTORAS**

Para recapitular, es necesario retomar las preguntas rectoras planteadas al inicio de este capítulo. Las respuestas y consideraciones han sido el resultado de contrastar los planteamientos teóricos y prácticos que han guiado la investigación.

1. *¿Qué sucede cuando las personas que interactúan no se encuentran en igualdad de condiciones?* En términos generales es fundamental reconocer las dinámicas de poder y desigualdad que pueden estar presentes en la interacción. Esto puede afectar la calidad y la sinceridad de las respuestas. Para abordar esta desigualdad, es importante: establecer un ambiente de confianza y respeto, ser consciente de los propios sesgos y prejuicios como investigador/a y evitar influir en las respuestas de las personas.



Ante todo, es imprescindible brindar información clara sobre el propósito de la investigación y cómo se utilizarán los datos para que las personas entrevistadas puedan tomar decisiones informadas sobre su participación, al tiempo que se adopte un enfoque ético que proteja la confidencialidad especialmente en contextos sensibles.

2. *¿Cuáles son las condiciones que permiten que se pueda realizar la tarea de construcción y reconstrucción de la teoría subjetiva de la persona entrevistada cuando ésta se encuentra en alguna condición de vulnerabilidad y, en ocasiones, en contextos de violencia e impedidos para ejercer plenamente sus derechos?* En estos contextos es crucial crear condiciones que fomenten la participación de las personas entrevistadas y permitan la construcción y reconstrucción de sus teorías subjetivas. Algunas condiciones incluyen: proporcionar apoyo emocional: ser flexible en la estructura de la entrevista, permitiendo que las personas entrevistadas compartan sus experiencias de manera libre y abierta; garantizar que las personas entrevistadas comprendan completamente el propósito de la investigación, los riesgos y beneficios (consentimiento informado y confidencialidad y seguridad) y; ser consciente de las diferencias culturales y contextuales que pueden influir en las respuestas de las personas entrevistadas y abordarlas con respeto (sensibilidad cultural).
3. *¿Cómo elaborar un instrumento de entrevista semiestructurada?* Para empezar, se requiere un enfoque cuidadoso y sensible. Algunas pautas recomendadas son: diseñar preguntas abiertas y no directivas que permitan a las personas entrevistadas compartir sus experiencias de manera amplia; evitar preguntas invasivas o que puedan causar malestar emocional; ser flexible en la estructura del instrumento para permitir que las personas entrevistadas dirijan la conversación hacia áreas que consideren importantes; utilizar lenguaje claro y sencillo para garantizar que las preguntas sean comprensibles y; validar el instrumento con personas que tienen experiencia en el tema o contexto específico para asegurar su relevancia y sensibilidad.
4. *¿Qué debemos tomar en cuenta para la implementación del instrumento?* Las pautas que proponemos son: Mantener una comunicación abierta y empática con las personas entrevistadas; escuchar activamente y mostrar interés genuino en sus experiencias; respetar los tiempos y límites de las personas entrevistadas, y no presionar para obtener respuestas; si es necesario

brindar apoyo emocional si las respuestas de las personas entrevistadas revelan experiencias difíciles o traumáticas.

5. *¿Cómo realizar el análisis y presentar los resultados atendiendo todas las particularidades que supone ese encuentro de visiones, realidades y contextos distintos y desiguales?* Consideramos que los siguientes son puntos de partida que pueden servir para ejecutarlo exitosamente: utilizar un enfoque reflexivo y contextualizado que tenga en cuenta las diferentes perspectivas y contextos; identificar patrones emergentes y temas clave en las respuestas de las personas entrevistadas; proporcionar ejemplos concretos y citas textuales para ilustrar los puntos clave y dar voz a las personas entrevistadas; reconoce las limitaciones y desafíos inherentes a trabajar en contextos desiguales y vulnerables y, finalmente, considerar cómo los resultados pueden contribuir a la comprensión más amplia del tema y a la promoción de la equidad y la justicia.

En resumen, realizar entrevistas semiestructuradas en contextos de desigualdad y vulnerabilidad requiere un enfoque ético, sensible y reflexivo. El diseño del instrumento, la implementación, el análisis y la presentación de resultados deben centrarse en dar voz a las personas entrevistadas y respetar sus perspectivas y experiencias únicas.

## **BIBLIOGRAFÍA**

- Alonso, Sonia; Volkens, Andrea y Gómez, Braulio (2012). *Análisis de contenido de textos políticos: un enfoque cuantitativo*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Bardin, Laurence (1991). *Análisis de contenido*. Ciudad de México: Akal.
- Bray, Zoe (2013). Enfoques etnográficos. En: Della Porta, Donatella y Keating, Michael (Eds.), *Enfoques y metodologías de las Ciencias Sociales. Una perspectiva pluralista*. Madrid: Akal.
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) (2014). *Los pueblos indígenas en América Latina. Avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos*. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/37050-pueblos-indigenas-america-latina-avances-ultimo-decenio-retos-pendientes-la>
- Corbetta, Piergiorgio (2003). *Metodología y técnicas de investigación social*. Madrid: McGraw-Hill.
- Della Porta, Donatella y Keating, Michael (2013). ¿Cuántos enfoques hay en Ciencias Sociales? Introducción epistemológica. En: Della Porta, Donatella y Keating, Michael (Eds.), *Enfoques y*

- metodologías de las Ciencias Sociales. Una perspectiva pluralista.* Madrid: Akal.
- Denzin, Norman y Lincoln, Yvonna (2000). *Handbook of qualitative research.* Thousand Oaks: SAGE.
- ENADIS (2010). *Encuesta Nacional sobre discriminación en México.* Ciudad de México: Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación — CONAPRED. <https://www.conapred.org.mx/userfiles/files/Enadis-2010-RG-Accss-002.pdf>
- Fielding, Nigel; Lee, Raymond y Mangabeira, Wilma (1998). Computers and Qualitative Research. Adoption, Use, and Representation. *Social Science Computer Review*, 22(2), 167-178.
- Flick, Uwe (2007). *Introducción a la investigación cualitativa.* Madrid: Morata.
- Flick, Uwe (2014). *La gestión de la calidad en investigación cualitativa.* Madrid: Morata.
- Flick, Uwe (2015). *El diseño de investigación cualitativa.* Madrid: Morata.
- Gibbs, Graham (2012). *La naturaleza del análisis cualitativo. El análisis de los datos cualitativos en investigación cualitativa.* Madrid: Morata.
- Glaser, Barney y Strauss, Anselm (1967). *The discovery of Grounded Theory: Strategies for qualitative research.* Nueva York: Aldine.
- González Casanova, Pablo (1965). *La democracia en México.* Ciudad de México: Era.
- Holstein, James y Gubrium, Jaber (1995). *The active interview.* Thousand Oaks: SAGE.
- Holsti, Ole (1969). *Content Analysis for the Social Sciences and Humanities.* Reading, MA: Addison-Wesley.
- Krippendorff, Klaus (2004). *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology.* California. SAGE.
- Kvale, Steinar (1996). *Interviews. An introduction to qualitative research interviewing.* Londres: SAGE.
- Kvale, Steinar (2011). *Las entrevistas en investigación cualitativa.* Madrid: Morata.
- Martínez, Ignacio (2012). La paradoja irresuelta. Apuntes para el estudio de los derechos y la ciudadanía de los pueblos indígenas en México. *Elecciones*, 11(12), 235-264.
- Mayring, Philipp (1983). *Qualitative Inhaltsanalyse. Grundlagen und Techniken.* Weinheim: Deutscher Studien Verlag.

- Mazzuca, Sebastián (2010). Access to power versus exercise of power. Reconceptualizing the quality of democracy in Latin America. *Studies in Comparative International Development*, (3), 334-357
- Mendoza Ibarra, José (2019). *Participación político-electoral de personas indígenas en ciudades industriales. Análisis de Monterrey y su área metropolitana* [Tesis de doctorado]. Universidad Autónoma de Nuevo León.
- Mendoza Ibarra, José y Muñoz, Luisa Fernanda (2022). Mujeres indígenas en contextos migratorios: El caso de la zona metropolitana de Guadalajara. En: Aguirre, Víctor y Fredman Mendoza, José (Eds.), *De la Teoría a la Práctica. El papel de las mujeres indígenas en Zonas Metropolitanas en México*. Ciudad de México: ITACA.
- Merton, Robert y Kendall, Patricia (1946). The focused Interview. *American Journal Of Sociology*, 51(6), 541-557.
- Myers-Gallardo, Alfonso (2018). *Los perdedores de las elecciones presidenciales: derrotas electorales en las Américas* [Tesis de doctorado]. Universidad de Salamanca, España.
- Myers-Gallardo, Alfonso (2022). Ley de Migración Mexicana y las mujeres indígenas. Análisis cualitativos desde una perspectiva de género. En: Aguirre, Víctor y Fredman Mendoza, José (Eds.), *De la Teoría a la Práctica. El papel de las mujeres indígenas en Zonas Metropolitanas en México*. Ciudad de México: ITACA.
- Myers-Gallardo, Alfonso y Centeno, Héctor (2022). Análisis cualitativo del contenido del Pacto Mundial desde una perspectiva de género. En: Myers-Gallardo, Alfonso y Picado, Eva (Coords.), *(In)cumplimento por el Estado español del Pacto Mundial de Migraciones. Cuestiones preliminares desde una perspectiva de género*. Valencia: Tirant Lo Blanch.
- Myers-Gallardo, Alfonso y Mendoza Ibarra, José (2023). Participación política de las mujeres indígenas migrantes en México visto desde el Pacto Mundial de la Migración. En: Llamas, Miguel Ángel Andrés y Centeno, Héctor (Dirs.), *Procesos migratorios y desafíos en el marco del Pacto Mundial para la migración segura, ordenada y regular*. Salamanca: Aquilafuente/ Ediciones Universidad de Salamanca.
- O'Donnell, Guillermo (1993). Estado, democratización y ciudadanía. *Nueva Sociedad* (128), 62-87.
- OIT (2020, 5 de febrero). Pueblos indígenas y tribales. [https://www.ilo.org/americas/sala-de-prensa/WCMS\\_735914/lang--es/index.htm](https://www.ilo.org/americas/sala-de-prensa/WCMS_735914/lang--es/index.htm)

- Schmitter, Philippe (2013). El diseño de la investigación social y política. En: Della Porta, Donatella y Keating, Michael (Eds.), *Enfoques y metodologías de las Ciencias Sociales. Una perspectiva pluralista*. Madrid: Akal.
- Schmitter, Philippe, y Blecher, Marc (2023). *La política como ciencia*. Buenos Aires: EUDEBA.
- Spradley, James (1980). *Participant observation*. Nueva York: Holt, Rinehart y Winston.
- Valles, Miguel (2002). *Entrevistas cualitativas*. Madrid: CIS.
- Wright, Claire y Hinojosa, Alejandro (2014). Nvivo. En: Karla Sáenz y Gerardo Támez (Coords.), *Métodos y técnicas cualitativas y cuantitativas aplicables a la investigación en ciencias sociales*. Ciudad de México: Tirant Humanidades.

# HABLANDO CON LA GENTE: LOS GRUPOS FOCALES COMO MANERA DE GENERAR CO- NOCIMIENTO<sup>1</sup>

Jennifer Cyr

EN *DUCK! RABBIT!*, un libro para niños pequeños un tanto peculiar, dos protagonistas discuten sobre hasta qué punto una simple imagen representa la cabeza de un pato o de un conejo (Krouse Rosenthal y Lichtenheld, 2009). Las largas orejas de conejo, que están giradas hacia un lado y, por tanto, paralelas al suelo, también podrían interpretarse como el pico largo y ligeramente abierto de un pato. El cuento, abierto a la interpretación, enseña a los niños acerca de la perspectiva, la construcción de significados y el papel de la interacción y la conversación a la hora de desvelar cómo piensa la gente.

Los grupos focales son útiles cuando pensamos que los temas o conceptos que estudiamos, como el argumento principal de *Duck! Rabbit!*, pueden ser interpretados de forma diferente por distintas personas. Cuando estos temas o conceptos se debaten en un entorno social —es decir, en una conversación de grupo focalizada— pueden surgir ideas ricas, matizadas y de múltiples capas sobre los temas de interés. Los grupos focales, como sugiero más adelante, son increíblemente útiles para obtener distintos tipos de información. Y, como

---

<sup>1</sup> Este capítulo fue publicado inicialmente en inglés en el volumen, *Doing Good Qualitative Research* (editado por Jennifer Cyr y Sara Wallace Goodman, Oxford University Press, 2024).

todos los métodos de recolección de datos, los grupos focales se adaptan bien a determinados tipos de preguntas de investigación. A continuación, intentaré ayudarle a decidir si los grupos focales son útiles para su proyecto de investigación. También daré consejos sobre cómo ejecutarlos, haciendo hincapié en la moderación y el protocolo de preguntas. Por último, abordaré algunos de los problemas que suelen plantear los grupos focales.

## **UN RESUMEN DE QUÉ SON LOS GRUPOS FOCALES Y CUÁNDO UTILIZARLOS**

Los grupos focales reúnen a un grupo de personas para debatir un breve conjunto de preguntas relacionadas con un tema de investigación de interés. La persona que modera (de aquí en adelante, la moderadora) hace las preguntas con la esperanza de generar una conversación entre los participantes. Los datos se obtienen a partir de las respuestas que ofrecen los participantes y del debate que se desarrolla a medida que los participantes reaccionan a lo que dicen los demás.

Los grupos focales tienen ciertas cualidades que, en conjunto, los hacen especialmente adecuados para tareas específicas de las ciencias sociales. La primera cualidad, y quizá la más notable, es que los grupos focales son un método de recolección de datos *social*. Los datos surgen de conversaciones en grupo: los participantes comparten sus ideas con los demás. La dinámica social del grupo focal significa que la persona que investiga (de aquí en adelante, la investigadora) no puede separar lo que un individuo puede decir en privado de lo que se siente obligado, por la razón que sea, a decir en el entorno público del grupo focal. No obstante, la naturaleza social del grupo focal debe aceptarse y aprovecharse; de hecho, el método intrínsecamente social de este método respalda muchas de las razones por las que deberíamos utilizar grupos focales en nuestros proyectos de investigación, como veremos más adelante.

En segundo lugar, los grupos focales generan datos que son *émicos* por naturaleza. Los datos se generan desde la perspectiva del participante en el grupo focal. Por supuesto, las personas que moderan los grupos focales hacen preguntas a los participantes, pero éstas son de naturaleza abierta y están pensadas para que los participantes respondan como prefieran. (Los datos *éticos*, por el contrario, surgen de formatos más “cerrados”, como las preguntas de opción múltiple, donde priman los objetivos específicos de la persona investigadora). Con un enfoque *émico* de la recolección de datos, la investigadora pierde el control sobre el tipo de respuestas ofrecidas. Pero gana en cuanto a la variedad y amplitud de esas respuestas. Como veremos, uno no organiza un grupo focal para hacer preguntas del tipo “sí/no”.

Por último, los grupos focales producen datos en tres niveles de análisis diferentes (Cyr, 2016). Tú puedes solicitar respuestas en el *nivel individual* pidiendo a los participantes que escriban su respuesta a una pregunta antes de compartirla con el grupo. Al escribir sus respuestas antes de discutir las, se supone que los participantes están menos influidos por el entorno social del grupo focal. Los datos a *nivel grupal* se centran en cómo se desarrollan las conversaciones; los matices que surgen y el consenso que se va forjando (o no) a medida que la conversación va concluyendo. Por último, los datos a *nivel interactivo* se centran en intercambios específicos y discretos, en los que pueden surgir ideas nuevas o inesperadas.

Estas tres importantes características de los grupos focales hacen que el método sea especialmente apto para generar información increíblemente esclarecedora sobre determinados tipos de cuestiones. En mi trabajo (Cyr, 2019), identifiqué seis —una lista integral pero quizás no exhaustiva de los tipos de objetivos de investigación que los grupos focales pueden ayudar a abordar—.

### **EVALUAR LOS PROCESOS DE GRUPO**

¿Por qué algunos venezolanos se identifican como chavistas (es decir, partidarios acérrimos de Hugo Chávez y su movimiento político) mientras que otros se identifican como antichavistas (es decir, fervientes opositores de Chávez y su movimiento)? ¿Qué significa ser antichavista? ¿Cómo se ven a sí mismos? ¿Cómo ven a los chavistas?

Los grupos focales son extremadamente útiles cuando queremos entender cómo se ven los grupos a sí mismos y al mundo que les rodea. Al reunir a un conjunto de individuos que comparten una identidad —por ejemplo, debido a su afiliación partidista, a una religión compartida, al fanatismo por un equipo deportivo— o una experiencia similar —por ejemplo, como padres solteros, drogadictos, jóvenes inmigrantes— es posible llegar a preguntas sobre esos grupos y sobre cómo piensan, toman decisiones y ven el mundo que les rodea.

### **ABORDAR FENÓMENOS INTERSUBJETIVOS**

Algunos conceptos, como el poder y la paz, tienen significados complejos, cambiantes y muy contextualizados. No es lo mismo un acto de corrupción en Vietnam que en Estados Unidos (Johnson, 2004). Está claro que es importante estudiar este tipo de fenómenos, pero su significado es complicado de captar en una pregunta de encuesta y difícil de evaluar en una entrevista individual, precisamente porque la forma en que la gente los entiende depende del contexto, la experiencia y la interacción con los demás.



Los grupos focales son idóneos para discutir fenómenos complejos cuyo significado, como el poder, la corrupción y la paz, se construye socialmente; es decir, se adquiere a través de procesos prolongados, la exposición e interacción con otros. Por un lado, los grupos focales permiten a un grupo de individuos compartir el gran esfuerzo cognitivo requerido para debatir de forma significativa este tipo de temas complejos. Por otro, el grupo focal imita el entorno social en el que los individuos suelen adquirir el significado de este tipo de fenómenos. Las discusiones en grupo permiten a los participantes trabajar juntos para llegar a ideas complicadas y ofrecer sus interpretaciones de esas ideas. Por ejemplo, los grupos focales revelaron que los habitantes de zonas conflictivas no definen la paz como la ausencia de violencia, que es el indicador de paz más utilizado por los expertos en conflictos. En cambio, se produce cuando, por ejemplo, no tienen miedo de que haya gente parada cerca de las tiendas o cuando la gente puede profesar cualquier religión (Firchow y Mac Ginty, 2017).

#### **BUSCAR UNA CONTEXTUALIZACIÓN ADECUADA**

Muchos de los fenómenos que estudiamos representan ideas que no son universalmente compartidas. Este es el caso de los fenómenos intersubjetivos analizados anteriormente. También lo es en el caso de otras costumbres, actos y perspectivas cotidianos sobre los cuales puede pivotar la interpretación fiable y válida de, por ejemplo, una pregunta de encuesta. Por ejemplo, si se quiere medir la importancia del ritual de la cena familiar en distintos entornos, se puede preguntar a un ciudadano estadounidense con qué frecuencia cena en familia o que describa una cena típica de domingo. En América Latina, sin embargo, el equivalente analítico ha sido históricamente el almuerzo. Preguntarles a los argentinos de La Pampa sobre una “cena familiar típica” puede no captar eficazmente lo que se desea medir.

Los grupos focales permiten a la investigadora medir hasta qué punto determinadas nociones se trasladan de un entorno (por ejemplo, un país o una generación) a otro. Al pedir a los participantes de los grupos focales que hablen de cómo y cuándo comen en familia, la investigadora puede determinar equivalentes funcionales, como el uso de almuerzo frente a cena en una pregunta de encuesta, y deducir las frases y el lenguaje vernáculo que sería apropiado utilizar en una encuesta en ese país o para esa generación. A menudo, basta con uno o dos grupos focales para desarrollar indicadores válidos para una encuesta o un protocolo experimental. En este sentido, los grupos focales pueden ser excelentes pruebas previas en un diseño de investigación con métodos mixtos (Fuller *et al.*, 1993).

## **COMPRENDER A LOS INDIVIDUOS EN ENTORNOS SOCIALES**

Los grupos focales son sociales por naturaleza. Centrar el análisis en las respuestas individuales a las preguntas del grupo focal puede ser problemático. No se puede estar seguro de que lo que la persona dice en el grupo sea un reflejo exacto de lo que habría dicho en ausencia de la dinámica grupal (focal)<sup>2</sup>. Cuando se desea acceder a los pensamientos privados de una persona, las entrevistas individuales pueden ser más apropiadas.

No obstante, a veces nos interesa evaluar cómo actúan los individuos en entornos sociales, precisamente porque sospechamos que las respuestas individuales pueden cambiar ante las presiones sociales. Este fue el caso de un proyecto que pretendía medir si un programa de radio ayudaba a cambiar una cultura de deferencia en la Ruanda post-genocidio (Paluck y Green, 2009). El proyecto comparó las respuestas individuales en una entrevista (uno a uno) con las de un grupo focal, para ver si la dinámica social de este último afectaba al grado en que una persona podía expresar su desacuerdo. Para este tipo de situaciones, un grupo focal es ideal, ya que el entorno social reproduce la dinámica social en la que queremos ver cómo piensan, actúan y hablan los individuos.

## **EL ESTUDIO DE TEMAS DELICADOS Y DE GRUPOS VULNERABLES**

Algunos fenómenos vitales para comprender la sociedad y el comportamiento social son también difíciles de tratar. Esto puede deberse a que son traumáticos (por ejemplo, el maltrato doméstico) o ilícitos (por ejemplo, el tráfico de drogas), o a que subrayan problemas estructurales profundamente arraigados (por ejemplo, el racismo o la pobreza). Los grupos focales son útiles cuando queremos estudiar temas o acontecimientos delicados o tabú, o cuando queremos entender algo exclusivo de grupos vulnerables o marginados. Hay al menos dos razones para ello.

En primer lugar, un grupo focal puede ser un espacio seguro para hablar de experiencias compartidas (Kitzinger, 1994). Una víctima de violencia doméstica puede no sentirse cómoda hablando de su pasado en un entorno individual. Sin embargo, cuando está en un grupo focal con otras víctimas, esas experiencias pueden ser más fáciles de compartir. En segundo lugar, la naturaleza émica de los grupos focales significa que los participantes tienen el poder de elegir lo que van a discutir y lo que no. En este sentido, los grupos focales pueden

---

2 Se puede aprovechar eficazmente el punto de vista individual pidiendo a los participantes del grupo focal que escriban sus respuestas antes de discutir las abiertamente.

empoderar a los participantes (Liamputtong, 2011). Cuando los temas tratados son delicados, o los grupos participantes son vulnerables, el aspecto empoderador de los grupos focales es especialmente significativo, ya que permite a la participante determinar lo que revela (o no) sobre sus experiencias.

### **EXPLORACIÓN DE NUEVAS IDEAS**

Por último, los grupos focales pueden ser especialmente esclarecedores cuando deseamos embarcarnos en un nuevo proyecto de investigación o conocer temas que han recibido poca atención previa. ¿Cómo interpretan los ciudadanos los distintos mensajes sobre una pandemia en evolución? Para responder a esta pregunta, primero puede ser útil saber qué mensajes reciben las distintas comunidades. En mi trabajo sobre los antichavistas, los grupos focales fueron idóneos no sólo porque quería estudiar la identidad de un grupo, sino también porque sabíamos muy poco, en general, sobre los individuos que se autoidentificaban como antichavistas.

Los grupos focales me permitieron aprender sobre estas personas. También me ayudaron a identificar los tipos de preguntas que serían importantes formular mediante otras estrategias de recolección de datos. A su vez, los grupos focales pueden producir nuevas observaciones —en forma de una variable omitida o una interacción inesperada— que pueden ayudar a mejorar nuestros modelos o explicar anomalías. Dado que los datos se generan mediante conversaciones, las respuestas pueden ser no lineales, matizadas e incluso contradictorias. Esto puede complicar el análisis. Pero también deja un amplio margen para el descubrimiento.

### **CÓMO HACER GRUPOS FOCALES**

Permítanme empezar diciendo que, en un espacio tan reducido, es difícil ser exhaustivo sobre todos los aspectos del proceso de los grupos focales, de principio a fin. Afortunadamente, existen otras publicaciones que le ayudarán en caso de que decida incorporar grupos focales a su diseño de investigación<sup>3</sup>. El cuadro 1 presenta una serie de preguntas que deben tenerse en cuenta a la hora de diseñar grupos focales.

Aquí me gustaría centrarme en algunas de estas preguntas, concretamente en las 11 y 12, pero también quiero hacer hincapié en un tema recurrente que debe permanecer en su mente, desde el momento

---

3 Para arrancar, recomiendo que se lean los siguientes textos: Barbour (2018); Cyr (2019); Kruger y Casey (2015).

en que se sienta a escribir un plan de acción hasta que termina el último grupo focal que se ha propuesto realizar<sup>4</sup>.

#### Cuadro 1. Preguntas básicas sobre los grupos focales

- ¿Cuántos grupos focales debo realizar?
- ¿Cuál es mi marco de muestreo?
- ¿Cuál debe ser la composición de cada grupo focal?
- ¿Cómo debo reclutar a los participantes?
- ¿Trabajaré con una consultoría de investigación?
- ¿Dónde se realizarán los grupos focales?
- ¿Qué material debo preparar?
- ¿Cómo grabaré la conversación?
- ¿Qué gastos debo esperar?
- ¿Necesito consentimiento?
- ¿Quién será mi persona moderadora?
- ¿Qué preguntas haré?

Fuente: Cyr, 2017, p. 41, cuadro 3.1

Ese tema recurrente es el siguiente: En los grupos focales, *primero vienen los participantes, y segundo los objetivos de la investigación*. Por supuesto, los objetivos de la investigación son vitales para determinar con quién y sobre qué se habla. Pero si sus objetivos de investigación pueden perjudicar a las personas con las que desea hablar, entonces los objetivos deben ajustarse.

Una vez que la investigadora sepa quiénes formarán parte de su grupo focal, entonces podrá trabajar para ser lo más sensible posible a sus necesidades mientras decide cómo reclutarlos (P4, Cuadro 1), dónde los llevará a cabo (P6), los materiales que se deben preparar y el método de grabación (P7, P8), los costos en los que podría incurrir (P9) y cómo se obtendrá el consentimiento (P10). Para ver un gran ejemplo de cómo se toman muchas de estas decisiones y, en algunos casos, cómo se adaptan, véase el fascinante trabajo de Winslow *et al.* (2002) sobre la búsqueda de voces femeninas en los Emiratos Árabes Unidos.

---

4 Por cierto, escribir un plan de acción es una gran idea antes de comenzar con un proyecto de investigación. Puede servir como una especie de “lista de deseos” de investigación. Escribe todo lo que harías si tuvieras recursos ilimitados y luego revisa esa lista a medida que se desarrolla tu investigación. ¿Qué podría hacer? ¿Qué no podría hacer? ¿Cómo afectaron los cambios (in)esperados a tu plan de investigación? ¿Los resultados? ¿Sus hipótesis? Toma nota de los cambios y de cómo afectan a tu investigación. Guarda esas notas, dado que le serán increíblemente útiles cuando redactes tus hallazgos y, potencialmente, cuando vuelva a revisarlos en el futuro.

## ELEGIR A UNA MODERADORA

Conocer a los participantes también es clave para identificar a una moderadora eficaz. La moderadora es quien dirige el grupo focal. Da la bienvenida a los participantes, presenta los temas de conversación, formula las preguntas y garantiza la fluidez de las conversaciones. Esta persona es vital para la ejecución del grupo focal, por lo que es importante elegirla.

Entonces, ¿a quién debe elegir? Una opción obvia podría ser que tú, la investigadora, seas quien modere. Hay muy buenas razones para ello. Por supuesto, tú eres quien mejor conoce el proyecto de investigación. Sabes por qué formulas las preguntas. Tienes una idea de lo que crees que dirán (o no) los participantes. Todo esto te prepara bien para hacer las preguntas, sondear cuando sea necesario y quedarte callado para evitar *influnciar* a los participantes. El objetivo es obtener respuestas con la menor mediación posible.

Conocer su proyecto es una ventaja, sin duda. No obstante, personalmente prefiero recurrir a una persona moderadora que serlo yo misma. Las razones para ello están relacionadas con mis dos objetivos: en primer lugar, privilegiar a mis participantes y, en segundo lugar, trabajar para alcanzar mis objetivos de investigación. Como ya se ha dicho, las moderadoras están muy ocupadas durante un grupo focal. Marcan el tono de la sesión e, idealmente, hacen que los participantes se sientan lo más cómodos posible. Por eso, lo ideal es contar con una moderadora que sea afín a los participantes. ¿Está organizando grupos focales de mujeres universitarias musulmanas de primera generación en los EAU? Lo ideal es que la persona moderadora sea como ellas, o lo más parecido posible y, como mínimo (dada la restringida dinámica de género en el contexto descrito), una mujer.

Una moderadora empática también puede saber mejor cómo y cuándo sondear. Puede interactuar de forma más eficaz y delicada con los participantes silenciosos y desalentar a los dominantes, manteniendo activo el hilo de la conversación y animando al mayor número posible de participantes a intervenir. Globalmente, las moderadoras deben desempeñar sus funciones con un conocimiento adecuado de lo que es cultural y contextualmente apropiado. Esto ayudará a facilitar la conversación y a mantenerla lo más natural posible. Cuando los participantes se sienten más cómodos, la investigadora puede afirmar con mayor credibilidad que los datos generados surgieron de conversaciones más naturales y menos forzadas.

La moderadora también debe estar bien informada sobre el proyecto. La investigadora debe transmitir varias cosas a la moderadora elegida. Por ejemplo, debe tener una idea básica de lo que trata la investigación, así como de sus objetivos. Por supuesto, no revele sus

hipótesis. Cuanto más sepa la moderadora lo que tú crees que está pasando, mayor será la posibilidad de que, conscientemente o no, lleve a los participantes del grupo focal a expresar ideas que se ajusten a esas intuiciones. También es importante que la moderadora entienda las preguntas y los objetivos que se persiguen, de nuevo, sin explicar lo que tú crees o esperas que sean las respuestas. En este punto, puede ser útil señalar los términos o ideas que, una vez expresados por los participantes, deseas que la persona moderadora indague.

Por último, la investigadora debe identificar y explicar las frases o conceptos que la persona moderadora no debe decir, para evitar conducir a los participantes del grupo focal hacia una respuesta o idea concreta. Por ejemplo, en mi trabajo sobre los identificadores antichavistas, era importante que la persona moderadora no utilizara el término “antichavista” antes de que lo emplearan los propios participantes. Para poder afirmar con credibilidad que se trataba de una identidad que importaba, tenía que demostrar que era un término que los participantes utilizaban por voluntad propia. Una vez utilizado, invite a la persona moderadora a preguntar por qué los participantes utilizaban el término y qué significaba para ellos.

Entonces, ¿cómo se identifica a una moderadora? En mi experiencia, la mejor opción es empezar por los interlocutores en el terreno. Alguien de una universidad local, una consultoría o una determinada comunidad puede ser útil para identificar a una moderadora apropiada. ¿Qué quiero decir con “apropiado”? La respuesta es altamente contextual. No obstante, creo que la clave es la empatía. Una moderadora adecuada puede tener conocimientos -incluso formación y experiencia en la moderación de grupos focales—, pero sobre todo debe ser capaz de hacer que los participantes se sientan cómodos. Es necesario que una moderadora sepa “interpretar el contexto” para saber, por ejemplo, cuándo pedir más y a quién pinchar sutilmente. La empatía es especialmente importante cuando se abordan temas delicados o tabú. Una moderadora que sepa relacionarse con los participantes puede estar mejor preparado para propiciar conversaciones sobre temas difíciles. Las moderadoras adecuadas suelen compartir ciertos rasgos sociodemográficos o experiencias con los participantes. Las redes locales pueden ayudar a localizar a esa persona y ponerlo en contacto.

### **FORMULAR LAS PREGUNTAS CORRECTAS**

¿Cómo se formulan las preguntas de un grupo focal? Aparte de la mala selección de palabras para el subtítulo, creo que no hay preguntas de grupo focal «correctas» para un proyecto de investigación determina-

do. Por el contrario, cada pregunta se centra en ideas distintas y, en consecuencia, produce datos diferentes.

El truco para elaborar un protocolo de preguntas es examinar sus objetivos y motivaciones. ¿Por qué planea hacer grupos focales? ¿Qué espera obtener de ellos? Identifique algunos temas a priorizar en la sesión y elabore sus preguntas en torno a ellos. Lo ideal es preguntar sobre cada tema más de una vez, para maximizar la cobertura y la amplitud de la respuesta. En este punto, la variedad importa<sup>5</sup>. Una diversidad de preguntas —una que pida a los participantes que escriban primero sus respuestas; otra que anime al grupo a trabajar juntos en una actividad como hacer una lista o un *ranking*; una que implique algún tipo de material visual; y otras “convencionales” que simplemente inviten a la conversación— mantendrá interesados a los participantes y podrá aprovechar diferentes ideas.

Además de variadas, las preguntas de los grupos focales deben ser abiertas en el sentido de que inviten a los participantes a dar respuestas más largas y meditadas (una pregunta cerrada ofrece sólo unas pocas opciones, como las de opción múltiple o sí/no). Las preguntas también deben ser unidimensionales; no deben incluir múltiples partes o elementos. En la medida de lo posible, hay que centrar la conversación en un tema concreto. Cuando las preguntas tienen varias partes (por ejemplo, ¿Qué significa ser antichavista y cómo utiliza el término a diario?), los participantes pueden sentirse confusos sobre cómo responder; o puede que sólo se centren en un aspecto de la pregunta.

También hay cuestiones prácticas a considerar. Un grupo focal no debe durar más de 1,5-2 horas. Los participantes se cansarán o perderán el entusiasmo. Además, cada pregunta debe dar lugar a una conversación prolongada, de entre 5 y 10 minutos, si no más. Por último, hay que prever tiempo para el consentimiento, las presentaciones y la conclusión.

En general, sólo hay tiempo para unas 8-10 preguntas en un grupo focal convencional. Una de ellas tendrá que ser para romper el hielo, o una pregunta introductoria relativamente fácil para que el grupo entre en calor. Otra pregunta debe introducir al grupo en los temas principales que se van a tratar. Otra servirá para concluir la conversación. En definitiva, entre 5 y 7 preguntas se orientarán hacia los temas de interés para el proyecto de investigación. Si la investigadora hace más de una pregunta sobre cada tema, entonces sólo podrá abarcar razonablemente tres temas. En suma, dedicar tiempo a lo que quieres preguntar y a lo que esperas llegar es importante.

---

5 Para obtener excelentes ejemplos de distintos tipos de preguntas para grupos focales, véase Colucci (2007).

Si parece que le estoy prestando mucha atención a la elaboración de preguntas, es porque lo estoy haciendo. Como ocurre con todos los métodos de recolección de datos basados en preguntas, el protocolo que genere para sus grupos focales determinará los datos generados. Sin embargo, ¡no se desespere! La moderadora elegida, así como otros interlocutores bien preparados, incluidos los académicos locales, pueden ayudarle a revisar las preguntas para una sintaxis y la interpretación adecuada.

Asimismo, tú podrás ajustar las preguntas si, tras uno o dos grupos focales, descubres que no están teniendo el impacto deseado. Así lo hice en mi propio trabajo. En una serie de grupos focales sobre cómo los ciudadanos de Bolivia, Perú y Venezuela se referían a partidos políticos que habían sido importantes y que habían abandonado la contienda nacional (Cyr, 2017), le mostré a los participantes, imágenes del líder fundador de cada partido. Todos identificaron fácilmente a cada líder. Fue un dato interesante para mí: estos hombres eran reconocibles y conocidos. Sin embargo, decidí que podría emplear mejor el tiempo de esa pregunta en otra que generara más debate y respuestas más variadas y matizadas.

Por último, hay que tener en cuenta que en el grupo focal los participantes controlan sus propias respuestas. En consecuencia, es posible que simplemente ignoren la pregunta formulada y hablen de otra cosa. En el mismo grupo focal mencionado anteriormente, pedí a los participantes peruanos que dieran sus impresiones sobre un partido político (Acción Popular, para los interesados), para evaluar la relevancia de este histórico, pero electoralmente débil partido en el contexto actual. En lugar de hablar del partido, los participantes prefirieron hablar de un líder en particular, ya fallecido. A pesar de indagar y volver a la pregunta en cuestión, los participantes no hablaron de AP. Esto ocurrió en más de un grupo focal. Su falta de respuesta sobre AP y su discusión sobre el líder me indicaron que lo significativo de ese partido en el (entonces) contexto actual era esa persona y no mucho más. La falta de respuesta directa a una pregunta es, en sí misma, un dato.

En suma —y perdóneme la metáfora un tanto forzada—, como un caballo en un abrevadero, tú puedes conducir a los participantes de su grupo focal a un determinado conjunto de preguntas, pero no puedes obligarles a responder. Lo emocionante de los grupos focales es que, al ceder parte del control sobre lo que hablan los participantes, se gana enormemente en matices y construcción de significados.

Una última observación. Como ocurre con la mayoría de los métodos de recolección de datos cualitativos, la saturación de datos es un objetivo primordial de los grupos focales. En el marco de los grupos focales, una regla general es que no se necesitan más de seis grupos



focales (Morgan, 1996). Llegados a ese punto, los costos de los grupos focales, en términos de dinero<sup>6</sup>, pero también de tiempo, energía y recursos, pueden superar los beneficios. Idealmente, encontrará que las respuestas de los grupos focales comparten puntos en común o se solapan en cuanto al lenguaje utilizado y las ideas compartidas. Este también fue el caso en Perú, cuando los participantes de los distintos grupos focales decidieron no hablar de AP. Cuando esto ocurre, se puede afirmar con más credibilidad que esas respuestas no son simplemente la expresión de una conversación única entre un conjunto de participantes de un grupo focal. Las respuestas de distintos grupos focales probablemente se basen en interpretaciones comunes de una noción o tema, y se puede hablar de ello en su análisis<sup>7</sup>.

No obstante, si el objetivo del proyecto es la generalización, los grupos focales no serán suficientes como método de recolección de datos. Analicemos ahora este punto, así como otros desafíos que suelen plantearse cuando uno se plantea utilizar grupos focales para su proyecto.

## POSIBLES PROBLEMAS

Como todos los métodos de recolección de datos, los grupos focales no son perfectos ni generan a la perfección datos “objetivos” que puedan analizarse con neutralidad e insertarse en la redacción del proyecto. Quisiera mencionar diferentes posibles problemas a los que uno puede enfrentarse cuando incorpora grupos focales a su diseño de investigación<sup>8</sup>.

---

6 Lo ideal es que un grupo focal tenga entre seis y ocho participantes, por lo que el presupuesto para una serie de grupos focales puede aumentar rápidamente. ¿Necesitas alquilar un local, o puede una organización local prestarte una sala con mesa y sillas? ¿Proporcionarás tú la comida y las bebidas? (Sin duda deberías hacerlo). ¿Necesitas bolígrafos, cuadernos, papel, fotocopias? La compensación es un costo adicional. En este último punto, puede ser complicado decidir si compensar o no y cuánto compensar (véase, por ejemplo, Anderson, 2019). Mi opinión es que la compensación es importante y necesaria, pero no tiene que ser siempre monetaria. Se puede compensar con bonos de transporte público, por ejemplo, para compensar los viáticos. La clave es reconocer la participación sin *inducirla* en primer lugar (véase, por ejemplo, Cyr, 2019, p. 50).

7 Incluso un solo grupo focal puede producir datos significativos y útiles. No es necesario afirmar que los datos de los grupos focales reflejan las ideas de un grupo más amplio o de la población para poder utilizarlos. Al fin y al cabo, los grupos focales son espacios en los que los individuos mantienen una conversación, a menudo sobre temas complicados o delicados. La naturaleza interactiva del grupo significa que el proceso de construcción de significados durante esa conversación es, en sí mismo, digno de análisis.

8 Para profundizar sobre otros retos éticos, véase Sim y Waterfield (2019).

Una preocupación común cuando se trata de grupos focales es que la conversación genere un falso consenso. Los grupos focales pueden incluir participantes excesivamente pasivos y también dominantes. En lugar de debatir distintas y matizadas perspectivas sobre un tema en particular, algunos participantes pueden preferir guardar silencio o sentirse presionados a consentir. Esta dinámica se denomina pensamiento de grupo, o “preferencia hacia el acuerdo”, que puede sesgar los datos generados (Viscek, 2010, p. 132). Lo que se registra como acuerdo en la transcripción puede esconder diferencias existentes entre los participantes.

Puede que tú nunca sepas con certeza si el pensamiento de grupo está operando, pero puedes intentar mitigar la dinámica. Por ejemplo, puedes pedir a los participantes que escriban las respuestas a determinadas preguntas antes de debatirlas y, más tarde, examinar si lo que dicen en el grupo difiere de su respuesta original. Además, puedes pedir a la moderadora que preste atención a la comunicación no verbal, como poner los ojos en blanco o disentir con la cabeza para indicar desacuerdo, y que haga un seguimiento de esas personas. Por último, y quizás lo más importante, me gustaría recordarles a los lectores que los grupos focales son *sociales* por naturaleza. Este tipo de dinámicas de grupo son de esperar. El pensamiento de grupo y otras dinámicas, como la pasividad/dominancia de los participantes o el silencio del grupo, son elementos normales de cualquier interacción social. Los grupos focales “imitan el proceso natural de formación y expresión de opiniones” (Schutt, 2011, p. 309); por eso son tan adecuados para estudiar los comportamientos de grupo.

Un segundo desafío es si los datos obtenidos a partir de grupos focales son generalizables o no. Por lo general, la respuesta es no ¡y no pasa nada! Del mismo modo que no se realizan experimentos para comprender las causas de la guerra, tampoco se organizan grupos focales para extraer conclusiones causales sobre dinámicas poblacionales. Sin embargo, puede ser posible trasladar ciertas conclusiones extraídas de un conjunto de grupos focales formados por individuos de un contexto muy particular a otros similares. Por ejemplo, supongamos que realizo cuatro grupos focales con padres de bajos ingresos de Flint, Michigan (EEUU), acerca de las dificultades para acceder al agua potable. Si en esos grupos focales se expresaran varios problemas comunes, una implicancia razonable sería que esos desafíos reflejan el tipo de preocupaciones de otras familias de bajos ingresos que viven en condiciones similares de mala calidad del agua. En este punto, la comparabilidad del contexto es clave (Sim, 1998).

Por último, sería un descuido de mi parte no llamar su atención sobre la dinámica de poder que puede impregnar el entorno de un

grupo focal. Los grupos focales son intrínsecamente sociales, por lo que las relaciones de poder asimétricas son inevitables. Pueden darse entre la moderadora (y/o la investigadora) y los participantes; también pueden darse entre los participantes, como ya se ha comentado. Una moderadora debe saber cómo sutilmente hacer retroceder a un participante dominante o invitar a hablar a uno taciturno.

Las investigadoras también deben estar alertas frente a cualquier deferencia o malestar entre la persona moderadora y los participantes, y también entre los participantes y la persona investigadora. Por un lado, el grupo focal no debe causar un daño indebido a ningún participante. En muchas universidades o instituciones académicas, existe un comité de revisión ética institucional, el cual existe para ayudarle a la investigadora a resolver algunos de estos posibles problemas. Además, no es bueno para los resultados que los participantes simplemente le digan a la moderadora (o a ti) lo que creen que tú quieres oír.

Para mitigar el impacto que pueden tener las relaciones de poder, las investigadoras deben encontrar una moderadora lo más cercano posible a los participantes, alguien a quien puedan conocer. Todos los participantes deben sentarse en círculo para evitar cualquier tipo de jerarquía. Tú, como persona investigadora, debes ser visible y transparente. Preséntate, explica tu papel y tus motivaciones para organizar los grupos focales (por supuesto, sin revelar demasiado sobre su investigación y sus expectativas). A medida que se desarrolla el grupo focal, puedes observar la dinámica relacional entre los participantes y con la moderadora. ¿La tratan de forma diferente? ¿La tienen en cuenta en la conversación? ¿Están dispuestos a intervenir o a hablar por encima de la moderadora? Estos son indicadores de que el grupo se siente cómodo y seguro.

En conclusión, los grupos focales son un método de recolección de datos inherentemente social que genera datos émicos en múltiples niveles de análisis. En conjunto, estos elementos hacen que los grupos focales sean sumamente adecuados para determinadas preguntas y tareas de investigación. Al igual que con otros métodos de recolección de datos centrados en las personas, debe organizar los grupos focales primero priorizando a sus participantes y luego priorizando su investigación. Esto significa elegir cuidadosamente a una persona moderadora y elaborar preguntas que sean útiles para la investigación y respetuosas con el tiempo de los participantes.

## BIBLIOGRAFÍA

- Anderson, Emily (2019). A proposal for fair compensation for research participants. *The American Journal of Bioethics*, 19(9), 62-64.
- Barbour Rosaline (2018). *Doing Focus Groups*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Coluccia, Erminia (2007). "Focus groups can be fun": The use of activity-oriented questions in focus group discussions. *Qualitative Health Research*, 17(10), 1422-1433.
- Cyr, Jennifer (2016). The pitfalls and promise of focus groups as a data collection method. *Sociological Methods and Research*, 45(2), 231-259.
- Cyr, Jennifer (2017). *The fates of political parties: Institutional crisis, continuity, and change in Latin America*. Nueva York: Cambridge University Press.
- Cyr, Jennifer (2019). *Focus groups for the social science researcher*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Firchow, Pamina y MacGinty, Roger (2017). Measuring peace: Comparability, commensurability, and complementarity using bottom-up indicators. *International Studies Review*, 19(1), 6-27.
- Fuller, Theodore; Edwards, John; Vorakitphokatorn, Sairudee y Sermisri, Santhat (1993). Using focus groups to adapt survey instruments to new populations: Experience from a developing country. *Successful focus groups: Advancing the state of the art*, (156), 89-104.
- Hennink, Monique (2007). *International focus group research: A handbook for the health and social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hunter, Wendy y Borges Sugiyama, Natasha (2014). Transforming subjects into citizens: Insights from Brazil's Bolsa Família. *Perspectives on Politics*, 12(4), 829-845.
- Johnson, Roberta Ann (2004). *The struggle against corruption: A comparative study*. Nueva York: Palgrave Macmillan.
- Kitzinger, Jenny (1994). The methodology of focus groups: the importance of interaction between research participants. *Sociology of Health & Illness*, 16(1), 103-121.
- Krouse Rosenthal, Amy y Lichtenheld, Tom (2009). *Duck! Rabbit!* San Francisco: Bunny Books/LLC.
- Krueger, Richard y Casey, Mary Anne (2015). *Focus groups: A practical guide for applied research*. Nueva York: Sage Publications.

- Liamputtong, Pranee (2011). *Focus group methodology: Principles and practice*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Morgan, David (1996). Focus groups. *Annual Review of Sociology*, 22(1), 129-152.
- Paluck, Elizabeth L.; Green, Donald P. (2009). Deference, dissent, and dispute resolution: An experimental intervention using mass media to change norms and behavior in Rwanda. *American Political Science Review*. 103(4), 622-644.
- Schutt, Russell K. (2011). *Investigating the social world: The process and practice of research*. Thousand Oaks: Sage.
- Sim, Julius (1998). Collecting and analysing qualitative data: Issues raised by the focus group. *Journal of Advanced Nursing*, 28(2).
- Sim, Julius y Waterfield, Jackie (2019). Focus group methodology: some ethical challenges. *Quality & Quantity*, 53(6), 3003-3022.
- Winslow, Wendy W.; Honein, Gladys y Elzubier, Margaret Ann (2002). Seeking Emirati women's voices: The use of focus groups with an Arab population. *Qualitative Health Research*, 12(4), 566-575
- Viscek, Lilla (2010). Issues in the analysis of focus groups: Generalisability, quantifiability, treatment of context and quotations. *The Qualitative Report*, (15).

# ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO NA AGENDA DECOLONIAL LATINO-AMERICANA

Viviane Vieira

## INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresento pressupostos teórico-metodológicos e analíticos da abordagem dos Estudos Críticos do Discurso resultante do projeto “Discurso e sistema colonial-moderno de gênero: letramentos críticos”, em desenvolvimento no Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC), Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília.

Os Estudos Críticos do Discurso são um campo heterogêneo e transdisciplinar da Linguística Crítica, que “surgiu como uma linguística instrumental com o propósito de revelar a ideologia implícita no discurso público, e tinha como eixo central o entendimento da linguagem como prática social” (Fowler, 2004, p. 208). Como transdisciplina, tem interface com estudos de áreas como Psicologia e Psicanálise, Estudos Culturais, Realismo Crítico como corrente sociológica e filosófica, Semiótica Social, Linguística Sistemico-Funcional, Ciências Sociais em geral (respectivamente, Borges, 2006; Rolnik, 2018; Gherardi, 2012; Kress e Van Leeuwen, 1996; Van Leeuwen, 2022; Silva, 2000; Harvey, 1996; Bhaskar, 1998; Maingueneau, 2020; Martin e White, 2005), para citar alguns estudos sistematizados neste capítulo e no Quadro 2, terceira seção.

São também diversas as escolas de estudos do discurso que compõem este campo científico aberto ao diálogo e à transformação disciplinar; dentre elas, a tradicional vertente britânica Análise de Discurso Crítica textualmente orientada apresentada em Fairclough (2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999), que, dentre outras, é base para desdobramentos socio-historicamente adequados às agendas sociais e políticas decoloniais da América Latina e Caribe. Embora desde Freire (2005[1970]) e Segato (2012, 2013) já houvesse um movimento de crítica da decolonialidade no Brasil, seu impacto ontológico-epistemológico-metodológico só alcançou os estudos discursivos críticos na área de Linguística-Linguagem e Sociedade no Brasil a partir de 2019 (Resende, 2019; Vieira, 2019, 2022).

Pesquisas de cunho social em geral, incluindo Artes, Administração, Comunicação, Educação, Sociologia, por exemplo, têm se interessado por teorias-métodos para análise de discurso das práticas sociais estudadas, de modo a contemplar a participação da linguagem na organização e dinâmica das interações, ações e relações sociais; na constituição de papéis sociais e identidades; na construção de sistemas de conhecimento e saber, e nas relações e negociações de poder situadas. Tais estudos têm partido de abordagens latino-americanas de pressupostos da Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 2003; Chouliaraki e Fairclough, 1999; Pardo Abril, 2017; Van Dijk, 2010, 2012), como a que apresentamos aqui com base em Vieira (2022, 2023) e Vieira e Resende (2016).

Percorremos pressupostos teóricos e metodológicos do aporte relacional-dialético da Análise de Discurso Crítica textualmente orientada em diálogo com abordagens científicas decoloniais. Em seguida, apresentamos brevemente o método de pesquisa, que parte de uma problematização social situada em uma rede de práticas sociais e respectiva ordem do discurso, para descrever, interpretar e tecer a crítica-explanatória social. O método relacional-dialético possibilita a crítica reflexiva e explanatória, orientada para a superação de assimetrias de poder-saber-ser hegemônicas, assentadas nos pilares interseccionais de base do sistema colonial-moderno de raça-gênero-sexualidade-classe-capacidades (Vieira, 2019).

Oferecemos, por fim, alguns exemplos de pesquisas, realizadas e em andamento, e algumas categorias de análise discursivo-semiótica que podem embasar o estudo de eventos sociais e discursivos empíricos em estudos sociais em geral. A análise social-discursiva-textual permite pesquisar práticas sociais como dialeticamente constitutivas das relações de poder-saber-ser em sociedade: na organização e dinâmica das interações, ações e relações sociais; na constituição de papéis sociais e identidades e na construção de sistemas de conheci-

mento e saber, em articulação com as relações e negociações de poder situadas.

## ASPECTOS TEÓRICOS DOS ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO NA AGENDA DECOLONIAL LATINO-AMERICANA

No campo heterogêneo e transdisciplinar dos Estudos Críticos do Discurso, teorizamos a linguagem como um momento irredutível da vida social em relação dialética com os *outros momentos de práticas sociais*: ações, interações; estruturas e formas institucionais; relações sociais; pessoas, com suas posições de poder e cultura, reflexividade, emoções, crenças, desejos, valores, normas, atitudes, histórias; mundo material e suas atividades sociomateriais, objetos, meios, tecnologias, tempos-espacos.

Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21)<sup>1</sup>, “práticas sociais são formas habituais de interação social, vinculadas ao tempo e espaço, em que pessoas aplicam recursos (materiais e simbólicos) para agir em conjunto no mundo”. Variando em sua natureza e complexidade, as práticas sociais

1. são formas de produção da vida social (seja nas esferas econômica, cultural ou política, por exemplo);
2. estão localizadas em uma rede de relações com outras práticas;
3. são reflexivas, pois atores sociais produzem representações nas práticas e sobre tais práticas.

Neste enfoque ontológico-epistemológico, a linguagem é constituída pelo social, mas também, dialeticamente, tem poderes de causa-efeito potenciais sobre eventos, práticas e estruturas sociais (Chouliaraki e Fairclough, 1999; Fairclough; 2003). Significados culturais e sentidos de textos podem ter potencial ideológico na vida social quando grupos de pessoas particulares constroem e usam representações-discursos como uma das formas de estabelecer e sustentar relações assimétricas de poder, seja pela legitimação de interesses particulares, pela dissimulação ou naturalização de relações de opressão, pela fragmentação de grupos e pessoas, e assim por diante (Thompson, 2002), somados a práticas materiais potenciais de acumulação, dominação, exploração em lutas hegemônicas. Na definição de Fairclough (2003):

Ideologias são representações [*discursos*] de aspectos do mundo que contribuem para estabelecer e manter relações de poder, dominação e exploração. Elas podem ser efetuadas por meio de interação (e, portanto, em

---

1 Os originais em língua estrangeira foram traduzidos livremente pela autora.



*gêneros*) e inculcadas em maneiras de ser ou identidades (e, portanto, em *estilos*). Análises de textos (incluindo talvez, especialmente, *presunções* em textos<sup>2</sup>) é um importante aspecto de análise ideológica e crítica, desde que seja concebida dentro de uma análise de eventos sociais mais amplos e práticas sociais (Fairclough, 2003, p. 218, com acréscimo nosso entre colchetes).

Na estrutura social do *sistema mundo colonial-moderno* (Grosfoguel, 2008; Segato, 2012), sentidos ideológicos hegemônicos sustentam processos de colonialidade por meio de crenças, valores, normas, técnicas, disciplinas, comportamentos, nas práticas sociais. Nos termos de Grosfoguel (2008, p. 113), um “sistema mundo europeu/euro-norte-americano moderno/ capitalista/colonial/patriarcal”, fundamentado nos pilares interseccionais de raça-gênero-sexualidade-classe-capacidades etc. (Vieira, 2019; 2022).

Os Estudos Críticos do Discurso oferecem suporte teórico-metodológico para a crítica social e discursiva orientada para a identificação, problematização e conscientização de tais ideologias em práticas de (de)colonialidade constitutivas dos seres e saberes-fazerem em sociedade, numa postura engajada com questões de poder, justiça e cuidado na vida social (Fairclough, 2003; Vieira, 2019; 2023), como buscaremos exemplificar adiante.

Extrapolando a noção de justiça social — uma noção mais ligada a um sistema legal racional elaborado por grupos particulares hegemônicos —, nos pressupostos teórico-metodológicos do projeto de pesquisa “Discurso e sistema colonial-moderno de gênero: letramentos críticos” (Vieira, 2019, 2022) buscamos incluir questões éticas da vida social, o que remete a sistemas de valores culturalmente situados e ligados a práticas de *cuidado*, nas inter-relações, no espaço social, na vivência do corpo, coerentes com práticas de bem-viver. Embora o conceito de “cuidado” tenha sido mais associado aos estudos em Saúde, ele abarca, como um todo, as práticas sociais e relações inter-subjetivas de cooperação no mundo, reestruturando a noção de poder segundo a ética da colaboração, da co-existência, da co-vivência nas relações sociais e de gênero, políticas, econômicas, educacionais, socioecológicas não-especistas, espiritualistas comunitárias (respectivamente, Lugones, 2014; Rosendo, 2015; Segato, 2012; Paredes, 2013).

Na crítica à misoginia epistêmica que invisibilizou e subalternizou formas de conhecimento e de vida que não a patriarcal racionalista, o conceito de “cuidado” enleva uma *ética do ser* mais sensível, associada à *ética do saber e do poder*, e problematizadora da racionalidade

---

2 Presunções são comentadas na terceira seção.

capitalista hegemônica fundada em dualismos ideológicos de valor hierarquicamente organizados, que mantêm as lógicas de dominação e exploração patriarcal colonial-imperialista, tais como: humano/não-humano, homem/mulher, branco/negro, branco/indígena, ser/não-ser, cultura/natureza, espírito/corpo, humano/natureza, masculino/feminino, razão/emoção.

O conceito de *cuidado* é base para uma perspectiva decolonial nos Estudos Críticos do Discurso que desconstrua a centralidade da razão, da suposta objetividade assim como a centralidade do texto verbal (oral ou escrito) e da representação isolada na análise de discurso crítica, superando outros dualismos ideológicos dentro da teoria-método, tais como: pensar/sentir, justiça/cuidado, objetividade/subjetividade, eu/outro, pessoa pesquisadora/pessoa pesquisada, representação/identificação, representação/interação, texto verbal/contexto sociomaterial-semiótico, dentre outros (Vieira, 2019, 2022; Shi-Xu, 2019).

Maldonado-Torres (2007, p. 130-1) dá base para nossa compreensão de *colonialidade* como “a forma em que o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações inter-subjetivas se articulam através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça, sobre três bases principais, interligadas”:

- a colonialidade do poder, na “inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação”;
- a colonialidade do saber, no “papel da epistemologia e as tarefas gerais da produção de conhecimento e a reprodução de regimes de pensamento coloniais”;
- a colonialidade do ser, no processo de “colonização cognitiva”, “da experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem”. (Maldonado-Torres, 2007, p. 130-1).

A partir dessa ideia, compreendemos o Discurso-Semiose<sup>3</sup> como um momento irreduzível de práticas sociais, que se constitui socialmente e constitui o social, nas maneiras dialéticas e relativamente estáveis em que pessoas

- se identificam nas experiências intersubjetivas e nos modos de subjetivação corporificada em sociedade, segundo normas

---

3 Para diferenciar de “discursos particulares”, mais concretos e ligados a maneiras particulares de representar, vamos manter no texto o registro de Discurso com inicial maiúscula em referência à linguagem como prática social semiótica, que extrapola os limites dos textos verbais (orais e escritos). Sobre o assunto, conferir Vieira e Resende (2016).

- e valores éticos, crenças, atitudes, desejos, atitudes, historicamente situadas em estilos-vozes nas ordens do discurso, como modos de ser e de identificar(-se);
- agem e interagem em sociedade, nas formas institucionais das políticas, das economias, da natureza, conforme papéis e relações sociais situadas em gêneros discursivos nas ordens do discurso, como modos de poder;
  - geram conhecimento nos regimes de saber dos campos sociopolíticos, culturais, epistêmicos, nas representações-reflexividades e projeções de realidades possíveis em discursos particulares em ordens do discurso, como modos de saber.

Buscamos ilustrar a teoria na Figura 1, a seguir:

**Figura 1. Colonialidade do poder-saber-ser na (rede de) ordem do discurso**



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Lugones (2014), Maldonado-Torres (2007), Fairclough (2003), apresentado em versão inicial por Vieira (2022, p. 90).

Nas práticas sociais situadas, tais modos sociosemióticos de (re)produzir conhecimentos (saber-discursos), identidades (ser-estilos, vozes)

e formas de ação e relação social (poder-gêneros discursivos) são organizados, “ordenados”, em cada campo social (pedagógico, científico, interpessoal, político, econômico), formando a sua *ordem do discurso* relativamente estável, sempre estabelecendo redes com outros campos sociais e outras ordens do discurso em sociedade (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 114). Ordens do discurso são, então, a faceta regulatória do Discurso. Isto é, as maneiras socialmente organizadas, situadas temporal e espacialmente, como usamos a linguagem para agir-interagir em sociedade e para refletir, representar e projetar realidades constituindo identidades, relações interpessoais e papéis sociais como disposições-identificações corporificadas em (redes de) campos sociais particulares.

Redes de ordens do discurso mobilizam, dialeticamente, gêneros discursivos (ação-interação), discursos (representação) e estilos (identificação) de diversos campos sociais, de maneiras mais ou menos consensuais ou polêmicas, em lutas de poder situadas. Os estudos discursivos contribuem para investigarmos nas pesquisas sociais em quais condições sociais os discursos são produzidos, distribuídos, consumidos, organizados, interpretados, já que

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (Foucault, 1996[1970], p. 8-9).

A título de exemplo ideológico, após o Golpe político de 2016 no Brasil em que articulações conservadoras tomaram o poder da então Presidenta da República Dilma Rousseff, tornou-se comum a articulação — antidemocrática — entre ordem do discurso política e ordem do discurso religioso neopentecostal, o que é, por princípio, inaceitável no Estado democrático laico. Tal articulação entre campos sociais e discursivos da política institucional e de uma religião específica impactou na produção, composição, circulação, distribuição, consumo-interpretação de discursos, técnicas, práticas, estratégias, instrumentos neofascistas da “psicopolítica” do sistema-mundo colonial-moderno com consequências nefastas de empobrecimento, desinformação, exclusão, controle, acumulação, extermínio, em diferentes áreas da vida social (saúde, educação, ciência, informação, vida cotidiana) (Fernandes e Vieira, 2022).

Tais pressupostos ontológicos-epistemológicos fundamentam, assim, a compreensão das dinâmicas relacionais-dialéticas dos ordens do discurso, conforme a Figura 1, problematizando como a (de)colonialidade do poder tem impacto na (de)colonialidade do ser na experiência vivida, e vice-versa, em como a (de)colonialidade do ser tem potencial para sustentar e para problematizar processos de colonialidade do poder e do saber na vida cotidiana e social.

A articulação dos três principais pilares da (de)colonialidade (poder-saber-ser), ligados aos três principais modos de produzir significados nas práticas sociais (ação-relação, representação, identificação), é relacional-dialética. Isto é, as redes de *discursos particulares* ligados à matriz colonial (que podem colonizar formas de saber, o conhecimento) são produzidos, distribuídos e consumidos por pessoas nos modos socialmente organizados de agir e de se relacionar em *gêneros discursivos* (e que podem colonizar o poder em formas coloniais-modernas de exploração, acumulação, dominação) com potencial para conformar *estilos*: a experiência vivida, os modos particulares de subjetivação corpórea no mundo (Borges, 2006; Lima e Magalhães, 2018; Rolnik, 2018), como potencialmente constitutivos de práticas e estruturas opressoras.

Até aqui já foi possível identificar a amplitude de temas e problemas sociais do Sul-Global que podem ser contemplados em pesquisas sociais críticas com base nesta perspectiva de análise de discurso. As estruturas sociais de raça-classe-gênero-sexualidade-capacidades-geração etc. (e suas instituições, normas, valores culturais, práticas, instrumentos, discursos, técnicas, estratégias, disciplinas) operam tanto como potencial quanto como limitação para práticas sociais, constituindo-se também como resultado dessas práticas e agenciamentos situados nas maneiras como articulamos discursos, crenças, valores, normas, comportamentos, nas práticas sociais materiais, situadas socio-histórica, temporal e espacialmente.

A partir deste enfoque relacional-dialético do discurso como parte da vida social, é possível desenvolver diversos estudos orientados para a crítica da colonialidade de formas norte-eurocentradas de poder, de ser, de viver, de pensar, de se relacionar, de fazer ciência no Sul-Global. Para isso, a crítica inclui as lutas de poder e as condições sociais em que os discursos são produzidos, distribuídos, consumidos, organizados, interpretados nas redes de ordens do discurso do sistema mundo colonial-moderno, buscando metodologicamente alcançar níveis explanatórios mais profundos das conexões entre linguagem-sociedade.

## UM ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA EM ESTUDOS SOCIAIS

A fim de alcançar níveis explanatórios mais profundos das conexões entre linguagem-sociedade, a análise de discurso crítica é “orientada para mostrar como o momento discursivo trabalha na prática social, do ponto de vista de seus efeitos em lutas hegemônicas e relações de dominação” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 67) e para investigar conexões e relações causais que estão ocultas em relações assimétricas de poder nas práticas sociais (Fairclough, 2003).

A abordagem relacional-dialética pressupõe uma concepção *transformacional de constituição da sociedade*, focada nas *práticas sociais* como entidade intermediária relativamente estável entre *estruturas sociais* (mais fixas) e *ação social* (mais eventuais). As análises sociais e discursivas, conjugadas, são qualitativas, pois buscam

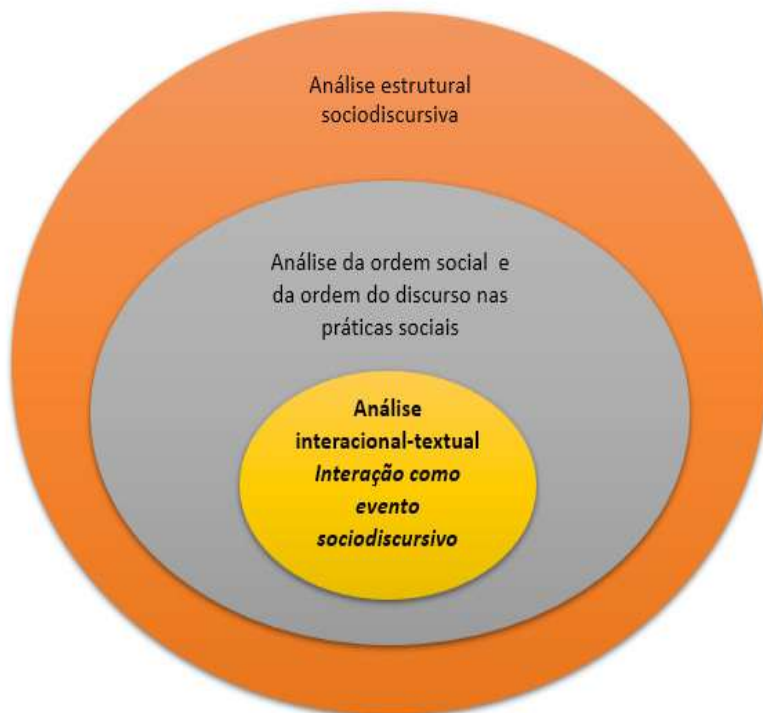
[...] transformar aspectos do mundo em representações por meio das quais podemos entendê-los, descrevê-los e interpretá-los. A opção por práticas interpretativas específicas desse conjunto não é feita *a priori*, mas, sim, à medida que o problema, as perguntas e os objetivos da pesquisa vão sendo construídos. (Vieira e Resende, 2016, p. 74)

É possível contemplar ampla variedade de materiais empíricos discursivos-semióticos como entrevistas, conversas, interações institucionais e interpessoais, produções culturais, textos multisemióticos, artefatos, narrativas, histórias de vida, imagens, sobre o tema-problema social de pesquisa a partir de três conjuntos interligados de decisões, relacionadas a ontologia, epistemologia e metodologia na pesquisa qualitativa interpretativa. Citando Denzin e Lincoln (2006), Vieira e Resende (2016, p. 79) explicam que, situada biograficamente, a pessoa que pesquisa aborda o mundo com um conjunto de ideias, um esquema (teoria, ontologia) que especifica uma série de questões (epistemologia) que então analisa em aspectos específicos (metodologia, análise). Esses processos interligados de planejamento da pesquisa interpretativa implicam posicionamentos de ordem:

1. Ontológica — “sobre o que constitui o mundo social e o que se pretende investigar deste mundo”.
2. Epistemológica — “sobre a natureza do conhecimento e a possibilidade de se gerar conhecimento sobre os componentes ontológicos identificados como essenciais”.
3. Metodológica — “sobre as estratégias para a coleta ou geração de dados para a pesquisa” (Vieira e Resende, 2016, p. 79).

As estratégias teórico-metodológicas buscam coerência com a compreensão ontológica-epistemológica transformacional de constituição da sociedade, segundo a qual atores sociais agem, interagem, relacionam-se, identificam(-se), representam, projetam realidades a partir de uma estrutura social e discursiva prévia, produzindo efeitos potenciais imprevisíveis no mundo (natural-social) mas mapeáveis em materialidades discursivas das interações como eventos sociais, conforme ilustramos na Figura 2:

**Figura 2. Produção da vida social na crítica explanatória do discurso**



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Fairclough (2003) e Vieira e Resende (2016).

Como ciência crítica explanatória (Bhaskar, 1986, citado em Vieira e Resende, 2016), esta vertente de análise de discurso problematiza questões sociais de pesquisa relacionadas a distribuição e organização do poder-ser, poder-saber, poder-fazer. Por meio de análise de material empírico semiótico-discursivo (entrevistas, conversas, interações institucionais e interpessoais, produções culturais, textos multissemióticos, artefatos, narrativas, histórias de vida, imagens)

objetiva-se identificar e apontar efeitos potencialmente ideológicos e contra-ideológicos de sentidos de textos (verbais, multissemióticos) sobre relações sociais, ações, interações, pessoas, mundo material, mundo mental.

Isso significa que na análise interacional-textual de eventos sociais como material empírico conseguimos tecer a crítica explanatória sobre estruturas sociais e discursivas mais abstratas e práticas sociais com suas ordens de discurso relativamente estáveis. São exemplos de eventos sociais (ou *sociodiscursivos*, para enfatizar que toda prática social tem um componente semiótico, quer na base da atividade em si e nas representações reflexivas sobre ela) estudados no projeto em tela: consultas médicas em unidades neonatal (Pereira, inédito); eventos midiáticos de informação e entretenimento sobre Aids (Fernandes e Vieira, 2022); composição, produção, publicação e distribuição de reportagens sobre espaços urbanos estigmatizados (Kizam da Silva, inédito); plenárias na Câmara do deputados do Brasil sobre cotas de gênero social na política (Galvão e Vieira, 2020); narrativas, geradas em entrevistas de pesquisa, de mulheres sobre experiências de abortamento (Santana, inédito); oficinas de leitura e debate sobre literatura produzida por mulheres negras (Rechetnicou, 2021), para citar algumas.

Com base na Crítica explanatória, Chouliaraki e Fairclough (1999) propõem os seguintes processos científicos básicos e articulados para o estudo de problemas sociais parcialmente discursivos:

#### **Quadro 1. Crítica-explanatória em pesquisa discursiva crítica**

*Aspectos semiótico-discursivos de um problema social*

Problema, questão social e discursiva de pesquisa — aspecto semiótico-discursivo de uma problematização social, conforme o propósito de criticar, provocar, discutir tendo em vista potenciais processos de conscientização, de mudança social.

Foco na atividade essencialmente discursiva e/ou reflexividade sobre a prática (técnicas etnográficas)

*Identificação de obstáculos para superação do problema social*

*Análise da conjuntura social:* da rede de práticas sociais situadas, políticas, históricas, culturais associadas ao problema

*Análise da prática social particular:* produção da vida social, processos e práticas relevantes, relações do discurso (gêneros, discursos, estilos) com outros momentos da prática em estudo — ação/interação, estruturas e formas institucionais, relações sociais, pessoas (posições de poder e cultura, reflexividade, emoções, crenças, desejos, valores, normas, atitudes, histórias), mundo material: atividades sociomateriais, objetos, meios, tecnologias, tempos-espaços



*Análise do discurso*

*Análise estrutural:* a ordem do discurso particular (seus gêneros discursivos, discursos e estilos-vozes) em relação às (redes de) ordens do discurso de outros campos sociais relevantes

*Análise interacional-textual* — análise das articulações multissemióticas na produção da vida social nos eventos situados: aspectos gramaticais, lexicais, semânticos, semióticos sociomateriais, experienciais, corporais sensório-motoras em interações-textos como eventos sociais

*Investigação da função do problema na prática*

Função do problema discursivo na prática social, em relação a permanências, mudanças, interesses, distribuição de poder

*Investigação de possíveis modos de ultrapassar os obstáculos*

Possibilidades de mudança e superação de obstáculos identificados

*Reflexão sobre a análise*

Reflexividade contínua da pesquisa crítica

Fonte: Elaboração da autora com base em Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 60) e Fairclough (2003).

Na crítica explanatória, as pesquisas enfocam um problema social parcialmente discursivo, ou seja, um problema relacionado ao discurso em alguma parte da vida social. Os problemas podem ser nas atividades de uma prática social — na prática social em si ou na construção reflexiva de uma prática social (Chouliaraki e Fairclough, 1999). De acordo com Gomes e Vieira (inédito), o objetivo aqui é identificar problemas sociais parcialmente discursivos de forma a entender as relações desiguais e assimétricas de poder e dominação. Segundo as autoras, tendo definido o problema social de pesquisa, procede-se à geração e seleção dos dados informativos, construindo uma amostra discursiva empírica que seja representativa da prática particular em estudo que será analisada<sup>4</sup>.

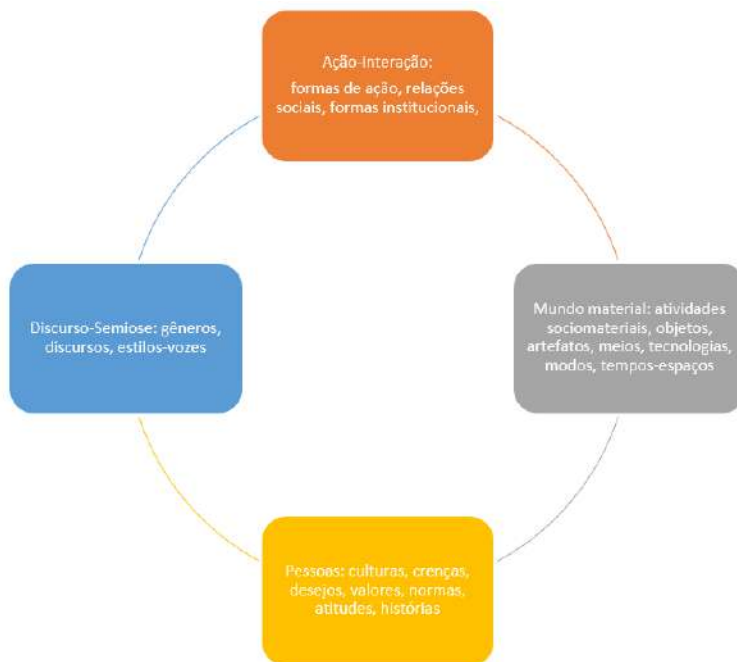
A identificação de caminhos e recursos para a superação do problema social contempla análise de *conjuntura social de produção do aspecto problemático*, ou seja, da rede de práticas socio-históricas, geopolíticas, culturais, em termos de hegemonia e poder, em que o problema se sustenta, impedindo a sua transformação de modo “mais ou menos complexo em termos de número ou extensão de práticas no tempo e no espaço social” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 60).

O processo de crítica explanatória contempla, também, de modo articulado, análise da *prática social particular* em estudo, observados os seguintes momentos em suas articulações sociais e discursivas:

---

4 Para mais detalhes, ver Vieira e Resende (2016).

Figura 3. Momentos sociais e discursivos de práticas sociais



Fonte: Elaboração da autora a partir de Chouliaraki e Fairclough (1999); Fairclough (2003).

Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999), o objetivo da análise da prática particular (seja ela uma prática escolar, legislativa, comunitária, midiática, interpessoal do mundo da vida, burocrática, médico-terapêutica, jornalística, ativista etc.) é mapear processos e práticas relevantes bem como relações dialéticas entre o discurso (em gêneros-poder, discursos-saber, estilos-vozes-ser) e os demais momentos articulados na prática social particular em estudo. Assim, busca-se identificar que participação e quais relações dialéticas de internalização existem entre os momentos nos processos de instauração-sustentação-superação do problema na produção da vida social.

A análise do discurso contempla *análise estrutural da ordem do discurso particular*, pela identificação de gêneros discursivos, discursos e estilos-vozes em relação às (redes de) ordens do discurso de outros campos sociais relevantes, que pode ser feita à medida que a *análise interacional-textual empírica* avança.

Esse movimento dialético-relacional vale também para análise da conjuntura social e da prática particular social e discursiva, que vão

sendo mostradas de modo articulado aos demais processos da crítica explanatória. Ou seja, o que se apresenta no Quadro 1 não são passos separados, e sim processos articulados de pesquisa. O processo de análise interacional-textual — foco deste capítulo — consiste na descrição, interpretação e explanação das articulações discursivas-semióticas em textos: dos aspectos gramaticais, lexicais, semânticos, semióticos sociomateriais, experienciais, corporais sensório-motores em interações-textos como eventos sociais.

## **ANÁLISE DE INTERAÇÕES-TEXTOS DE PESQUISA COMO EVENTOS SOCIAIS**

No projeto de que originam os pressupostos teórico-metodológicos debatidos aqui, desenvolvemos pesquisas críticas colaborativo-dialógicas com grupos-pesquisadores comunitários (em escolas, bairros, instituições organizacionais, redes sociais) contemplando redes interpessoais a fim de construir práticas científicas mais colaborativas e culturalmente sensíveis de acordo com o que a comunidade demanda e com o que o campo e o meio social oferecem.

Gauthier (2012, p. 12) propõe ser o grupo-pesquisador um grupo-sujeito, um intelectual coletivo. Os grupos-pesquisadores formam diferentes redes colaborativas dialógicas engajadas nas ações conjuntas das pesquisas, vistas como experiência de (con)vivência corporificada em situações de coprodução de interações, relações, diálogos, intervenções formativas, entendimento e ação (Anderson, 2019; Gava, Rocha, Garcia, 2018; Magalhães, 2007). A fim de resgatar nossos “territórios-corpos” políticos (Cabnal, 2010; Lugones, 2014) nas práticas e eventos sociais de pesquisa, incluindo o espaço-tempo comunitário e as *redes interpessoais e intertextuais* complexas, promovemos ou estudamos encontros sociais (mediados ou não por ferramentas tecnológicas *on-line* e *off-line* digitais) entre pessoas copesquisadoras que podem gerar ações, relações e informações em: projetos de intervenção; oficinas de leitura-escrita, relatos de si; depoimentos espontâneos; conversas e entrevistas narrativas; grupos focais de debate de temas ou de material bibliográfico, filmográfico; cartas e memoriais, dentre outros.

Outras vozes e interações-textos, com seus agenciamentos sociais (Magalhães, 2017), relevantes para as pesquisas conformam redes *interpessoais* e *intertextuais* que compõem as cadeias de informações. Legislações, diretrizes, currículos, notícias, reportagens, vídeos, comentários, produções escolares, filmes, materiais didáticos e médico-terapêuticos, depoimentos de pessoas de redes interpessoais, e assim por diante, fazem parte das pesquisas colaborativo-dialógicas formando cadeias de informações que chamamos de *redes intertextuais*.

Buscamos, assim, construir espaços-tempos de interação, diálogo, interpretação, e produção conjunta de conhecimentos, de práticas e de possíveis linhas de superação de problemas sociais. Em diálogo com a Figura 3, apresentamos a Figura 4, que busca representar os principais momentos sociais envolvidos na construção de significados nos eventos interações de pesquisa, dos quais se originam as categorias discursivas de análise interacional-textual como parte da análise de discurso:

**Figura 4. Momentos dialéticos das interações-textos de pesquisa**



Fonte: Elaboração da autora a partir de Chouliaraki e Fairclough (1999), Fairclough (2003) e Vieira (2023).

Interações-textos nos eventos sociais situados, como parte de redes de práticas sociais e suas ordens do discurso, materializam aspectos das maneiras situadas de pessoas (inter)agirem, representarem e (se) identificarem em práticas sociais. Por outro lado, sentidos de textos têm efeitos nos modos de agir, relacionar-se (em gêneros discursivos), de representar (nos discursos), de ser-coexistir (em estilos-vozes) na vida social.

A definição de “interações” implica que os estudos não se limitam a textos verbais como material empírico — a fim de poder contemplar também outras manifestações multissemióticas — assim como não se restringem ao estudo de textos isolados de seus processos sociossemióticos de produção, distribuição, organização, consumo-interpretação, como comentado inicialmente na seção 1 no tocante à dialética do poder. No sistema-mundo capitalista organizado em torno de dados-informações, por exemplo, o “campo das mídias” atua não só como

aparato técnico ou meio para a construção mediada da realidade social, mas, sim, como dispositivo de “recursividade aprofundada, institucionalização expandida e reflexividade intensa”, narrando e agindo sobre o social (Couldry e Hepp, 2016, p. 216; Thompson, 2022).

“Evento interacional”, aqui, busca abarcar todos os aspectos indicados na Figura 4 e a compreensão de que se situam em estruturas e práticas sociais mais amplas e “a relação com seu ambiente, com as condições e consequências que constituem seu entorno” (Van Dijk, 2012, p. 19).

À medida que produzimos significados colaborativamente, gerando e sistematizando as informações de pesquisa, fazemos nos estudos análises discursivas de momentos estruturais e interacionais, na interface poder-saber-ser. Redes de ordens do discurso (com seus gêneros, discursos, estilos-vozes articulados) estreitam o discursivo-social, daí serem as análises tanto sociais quanto discursivas (Vieira e Resende, 2016).

A convivência e a própria vivência experiencial da pessoa ou do grupo pesquisador, com suas disposições subjetivas e relações sociais de poder-saber-ser situadas, são centrais para a coprodução de interações, intervenções, geração de informação, negociação de sentidos, ações, descrições, entendimentos, interpretações tanto sobre processos sociossemióticos da rede de práticas sociais macro quanto sobre as sucessivas microinterações sociais em campo para geração de dados-informações de cunho documental ou etnográfico<sup>5</sup>. Tal como se propõe na *análise de narrativas*, espera-se descrição minuciosa dos eventos interacionais nas pesquisas:

Para a análise de narrativas, diferentemente da etnografia clássica, considera-se que a inserção no contexto de pesquisa e as descrições desse contexto devem ser densas o suficiente para ancorar as análises do discurso produzido no campo — produz-se, assim, como etapa necessária à interpretação de dados, uma descrição de viés etnográfico, orientada para uma interpretação êmica do que acontece, ou seja, buscando “interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem”. (Denzin e Lincoln, 2006, p. 17, citado em Bastos e Biar, 2015, p. 103)

Mas algo diferente da análise de narrativas (como método para análise de discurso de narrativas e entrevistas geradas em interações-encontros de pesquisa), os Estudos Críticos do Discurso contemplam outros tipos de interação de pesquisa, como etnografias críticas, pesquisa-ação, pesquisas documentais, pesquisas dialógico-colaborativas, que são nosso enfoque aqui, dentre outras possibilidades de pesquisa qualitativa com interações-textos.

---

5 Para detalhes, ver Vieira e Resende (2016).

Na Análise de Discurso Crítica Textualmente Orientada, o trabalho científico realizado por pessoas — social, política e subjetivamente posicionadas — extrapola a descrição e interpretação, a fim de alcançar níveis ontológicos mais profundos do aspecto social problemático em estudo, o que é possibilitado pela relação dialética entre análise social e discursiva, como debatido nas seções anteriores.

Tal enfoque relacional-dialético permite, primeiro, analisar cada um dos momentos das práticas sociais articulados e internalizados nos momentos de textos-interações de pesquisa, estes vistos como eventos situados em práticas sociais em rede (conforme ilustram as Figuras 3, 4 e 2, respectivamente). Em segundo lugar, as pessoas e grupos-pesquisadores não fazem apenas uma leitura ou interpretação de dados-informações gerados, mas, sim, descrevem, interpretam e tecem a crítica explanatória por meio da análise de modos relativamente estáveis de construir significados sociais e culturais situados, em gêneros discursivos, discursos e estilos-vozes, sistematizados em categorias semiótico-discursivas.

Dessa forma, todos os momentos que compõem práticas sociais relativamente estáveis podem ser estudados nos momentos de textos-interações como eventos sociodiscursivos a partir de categorias semiótico-discursivas que contemplam processos e práticas sociossemióticas acionais-relacionais, representacionais, estilístico-identificacionais, *de maneira dialética*.

Sistematizamos alguns exemplos de categorias de análise semiótico-discursiva e respectivas sugestões de perguntas de pesquisa no Quadro 2:

**Quadro 2. Exemplos de categorias semiótico-discursivas para análise de textos-interações como eventos sociais**

1. Atividade social e semiótica	De que evento social ou cadeia de eventos sociais os textos-interações em análise são parte? Os textos-interações são parte principal da atividade social; reflexões-representações sobre ela (reflexividade)? Que <i>atividades sociais e semióticas</i> principais estão sendo desenvolvidas? Como o discurso integra, compõe esse evento na prática social?
2. Tecnologias e modos de comunicação-interação	Qual é o principal ambiente comunitário, institucional de interação (comunidades sociais, culturais, linguísticas, discursivas, epistêmicas etc.)? Como se configura o contexto da interação como evento sociomaterial em que as atividades se desenvolvem — objetos materiais, tempos-espacos, meios-tecnologias, modos e tipos de ação e relação, em termos de constituição espaço-temporal, variedade de recursos semióticos-simbólicos, grau de interatividade, orientação para a ação: Interação face a face/fala em interação, interação mediada (carta, e-mail, conversa telefônica), quase-interação mediada (livros, jornais, rádio, TV), interação mediada on-line (sites, plataformas, sites de redes sociais), tecnologias — objetos, ferramentas, artefatos, redes tecnológicas. Quais <i>modos semióticos</i> — visual, áudio-sonoro, verbal escrito e oral, espacial, tátil, gestual, expressão facial, corporal material e sensorio-motor — os textos-interações articulam?

<p>3. Pessoas, agentes, relações, posições sociais e evento da interação</p>	<p>A atividade interacional se desenvolve entre <i>agentes</i>; entre pessoas e outros textos-interações? Quais pessoas? Quais textos-agentes? Em que relações sociais? Como se organiza o contexto da inter-ação como evento sociomaterial e discursivo: Agências, autorias, pessoas participantes ou não participantes e suas relações interpessoais e posições sociais de poder e cultura em estruturas e formas institucionais, papéis sociais, negociação de poder, temporalidades, processos, identificação-relacional (gênero-raça-classe e interseccionalidades: trabalho, função, cultura, posições, papéis, capacidades, territorialidade, relações multiespécies, geração, espiritualidade)? Como modos semióticos são produzidos, articulados, negociados no evento sociomaterial? — visual, verbal escrito, espacial, tátil, gestual, áudio/sonoro, verbal oral, corporal (orientação espacial-temporal, atividades-performatividades corporais, gestualidades, postura, atitude, posição, vetor do corpo, vestimentas, uso de objetos materiais, meios-tecnologias, modos, expressões faciais, melodia, ritmo, timbre; tom e altura da voz, ritmo de fala).</p>
<p>4. Planejamento e circuito de produção do texto-interação</p>	<p>Como se dão o <i>planejamento e o circuito de produção do texto-interação</i>: tomada de iniciativa, organização, preparação, circuito de produção, planejamento? Os textos-interações em análise são parte de uma <i>cadeia, uma rede de textos-interações</i>?</p>
<p>5. Distribuição, circulação, acesso discursivo, audiência, consumo-interpretação</p>	<p>Como se organiza a distribuição e circulação do texto-interação em termos de <i>acesso discursivo, alcance e dinâmica da audiência, consumo</i> (seleção, distribuição e circulação de informação; tamanho relativo da audiência, consumo; ausência, presença, tipo de participação ou silenciamento; tipo de interação), em termos de agenciamento, poder e identificação-relacional.</p>
<p>6. Dinâmica, controle e negociações interacionais</p>	<p>Como se organizam a dinâmica e as negociações interacionais?          Variedades, modos e registros linguístico-semióticos, funções semióticas interativas, funções da fala (demanda, oferta), negociações e tomadas de turno, sequências discursivas (pergunta-resposta, convite-aceitação ou rejeição, cumprimento-cumprimento etc.),          Trocas, fluxos, compreensões e distribuição de tópicos-conteúdos (epistemologia social e relações sociais) e de estilos (ethos, polidez, seleção lexical, performatividades), em termos de negociação relacional, agenciamento e poder? (ver também <i>Trocas, funções da fala, modo gramatical, a seguir</i>).</p>

7. Propósitos da atividade comunicativa-interacional, composição genérica e movimentos retóricos	<p>Quais são os propósitos potenciais dos movimentos retóricos da <i>atividade-prática</i> comunicativa-interacional? Como se organiza a composição genérica da interação ou da composição textual; macrorrelações semânticas (problema-solução, objetivo-método, tarefa-procedimentos); forma gráfica, design-modelo do gênero discursivo principal? Como o texto-interação articula gênero principal, pré-gêneros (argumentos, exposições, descrições, narrações, injunções, diálogos) e subgêneros em movimentos retóricos, e que significados são construídos, quais são os efeitos potenciais de sentido? Como se organizam o design funcional (interação, composição) e o design identitário (cor, forma, textura, movimento, timbre)</p> <p>Quais os potenciais efeitos de sentido: movimentos argumentativos, efeitos argumentativos da temporalidade; legitimação por racionalização, por instrumentalização, proceduralização, por legalidade; narrativização, narrativas de fatos passados, repetidos, habituais; autorização por autoridade científica e institucional, carismática, por tradição, costume; valor argumentativo de narrativas; operação lógico-retórica de causa-consequência; outras possibilidades? <i>Ver Relações semânticas/gramaticais entre períodos e orações.</i></p>
8. Trocas, funções da fala, modo gramatical e semiótico	<p>Quais são os tipos predominantes de negociação de troca (troca de atividade-demanda ou de conhecimento-informação) e funções da fala (afirmação, pergunta, demanda, oferta)?</p> <p>Que tipos de afirmação há (afirmações de fato, previsões, afirmações hipotéticas, afirmações avaliativas)?</p> <p>Há relações metafóricas entre trocas, funções da fala ou tipos de afirmação (por exemplo, demandas que aparecem como afirmações, avaliações que aparecem como afirmações factuais)?</p> <p>Qual é o modo gramatical predominante (declarativo, interrogativo, imperativo)? Que significados são construídos, quais são os efeitos potenciais de sentido? Como se organizam os aspectos composicionais funcionais em imagens (contato, distância, ângulo, modalidade).</p>
9. Intertextualidade	<p>De outros textos-vozes relevantes para a prática social particular, quais são incluídos? Quais são significativamente excluídos?</p> <p>Onde outras vozes-textos são incluídos? São atribuídos? Se sim, especificamente ou não especificamente? Por meio de que processos verbais <i>dicendi</i>?</p> <p>As vozes, fontes atribuídas são relatadas diretamente (citação) ou indiretamente?</p> <p>Como outras vozes, fontes são tecidas em relação à voz da pessoa autora e em relação umas com as outras? Há ironias? Negação?</p> <p>Qual (combinação) dos cenários abaixo caracteriza a <i>orientação para a diferença</i> no texto? Há outras possibilidades? Há potenciais processos (contra)ideológicos?</p> <p>Abertura, uma aceitação, um reconhecimento da diferença; uma exploração da diferença, como num diálogo no sentido mais rico do termo;</p> <p>Acentuação da diferença, conflito, polêmica, uma luta sobre o significado, as normas, o poder;</p> <p>Tentativa de resolver ou superar a diferença;</p> <p>Mitigação, dissimulação da diferença, um foco no que há em comum;</p> <p>Consenso, uma normalização e aceitação das diferenças de poder que ofusca ou suprime diferenças de significado e normas.</p>
10. Presunção e pressupostos	<p>Que presunções existenciais, proposicionais ou valorativas são feitas?</p> <p>Que pressupostos são apresentados?</p> <p>Há presunções potencialmente (contra)ideológicas?</p>



<p>11. Micro e macror-relações semânticas, semióticas, gramaticais</p>	<p>Quais são as relações semânticas predominantes entre períodos e orações (causal — razão, consequência, propósito; condicional; temporal; aditiva; elaborativa; contrastiva, concessiva)?</p> <p>Há relações semânticas em nível mais alto entre partes maiores do texto (por exemplo, problema-solução, objetivo-método, tarefa-procedimentos)?</p> <p>As relações gramaticais entre orações são predominantemente paratáticas, hipotáticas ou encaixadas? Que significados são construídos, quais são os efeitos potenciais de sentido?</p> <p>Há relações particularmente significativas de equivalência e diferença construídas no texto?</p> <p>Na interação-texto, predomina a lógica explanatória de relações causais entre eventos, práticas e estruturas ou a lógica de aparências, que apenas lista aparências e evidências?</p> <p>Há potenciais relações ideológicas, contra-ideológicas?</p> <p>Quais os potenciais efeitos de sentido: movimentos argumentativos, efeitos argumentativos da temporalidade; legitimação por racionalização, por instrumentalização/procedimentalização, por legalidade; narrativização, narrativas de fatos passados, repetidos, habituais; autorização por autoridade científica e institucional, carismática, por tradição, costume; valor argumentativo de narrativas; operação lógico-retórica de causa-consequência; outras possibilidades?</p>
<p>12. Hibridismos de discursos — interdiscursividade</p>	<p>Dos outros discursos-representações relevantes para a prática social estudada, quais são excluídos e incluídos? Como são incluídos-articulados no texto em cenários de orientação para a diferença: que ideias se alinham às da interação-texto? Há ideias contrárias, antagonistas? Há legitimação potencial por narrativização?</p> <p>Como são articuladas na interação-texto, em relações de consenso, normalização, mitigação-eufemização, supressão de diferenças, diálogo, acentuação da diferença, conflito, polêmica, ironia, negação, uma luta sobre o significado (sistemas semânticos pré-construídos e validados), sobre as normas?</p> <p>Que discursos são articulados no texto e como são articulados? Há uma mistura/hibridização significativa de discursos? Das outras ordens de discurso (redes de práticas discursivas) relevantes, quais são incluídos, excluídos?</p> <p>Há deslocamento (contra)ideológico contextual de termos e expressões?</p>
<p>13. Representação de eventos e interação-representação de atores sociais</p>	<p>Como participantes, processos e circunstâncias do mundo material, comportamental, mental, verbal, relacional, existencial são representados, ou participam de interações-textos?</p> <p>Há metáfora gramatical na representação de processos, por nominalização, naturalização de processos?</p> <p>Como atores sociais e suas relações participam de interações-textos ou são representados: excluídos; incluídos: ativado/passivado, circunstancializado, pessoal/impessoal, nomeado/classificado — categorizado, específico/genérico? Como interactante, vetor, conceitualmente, em imagens.</p> <p>Como tempo, espaço e a relação entre ‘tempos-espacos’ são representados, como agentes ou em circunstâncias, por exemplo?</p> <p>Há reificação de processos sócio-históricos (representados como permanentes e naturais)? Há processos potencialmente (contra)ideológicos de unificação (construção simbólica de identificação coletiva), de fragmentação (separação de indivíduos e grupos)? Outras possibilidades?</p>

14. Estilos-vozes particulares	<p>O que caracteriza o estilo, a voz particular principal do “eu” como escolha política e como modo de ser no texto?</p> <p>Como se dá a identificação de pessoas, do “eu”- outrem, na interação-texto? Como elas se identificam e identificam outras pessoas, em termos de sistemas de crenças, normas, valores, sentimentos, reflexividades, projeções e desejos, atitudes, histórias, afirmações, negações, identidade e diferença?</p> <p>Quais aspectos estilísticos são selecionados e articulados no texto: linguagem corporal (distância-proximidade social, contato visual, disposições corporais, comportamento interpessoal, expressões de afeto, uso e negociação do tempo e espaço físico); pronúncia e outros aspectos fonológicos; vocabulário; metáfora; modalidade; avaliação (afeto, julgamento social, apreciação estética); ethos; polidez; cor, forma, textura, movimento, timbre? (<i>Ver também item 3 do Quadro para aspectos interacionais relacionais</i>).</p>
15. Ethos	<p>Conforme os valores sociais situados — ética (confiabilidade), emoções (sensibilidade/ generosidade), razões (competência/racionalidade) —, que imagem-subjetividade-identidade (enunciativa, social, funcional, institucional, política) o sujeito constrói para si na interação-texto por meio de ações em seus propósitos retóricos (performatividades, disposições corporais, sensoriais, emocionais: contato visual, modo de se mover, de se sentar, uso do espaço físico e do tempo, comportamento interpessoal, expressão facial, movimentos, gestos, distância entre pessoas na interação, representação e identificação visual, avaliações).</p> <p>Há sentidos potencialmente (contra)ideológicos?</p>
16. Avaliação	<p>Com que valores (em termos do que é desejável ou indesejável) as pessoas se comprometem?</p> <p>Como valores são realizados — como afirmações avaliativas, afirmações com modalidades deônticas, afirmações com processos mentais afetivos, circunstâncias adverbiais avaliativas, sinal de exclamação, atributos, valores presumidos, gestos, performances (sociais, institucionais, de gênero, interpessoais), sinais, cores?</p> <p>Que recursos semióticos de avaliatividade expressam atitudes:</p> <p>De <i>afeto</i> (emoções): felicidade, segurança, satisfação;</p> <p>De <i>julgamento</i> (valor social/sentimentos institucionalizados/aspectos morais e éticos) por estima social: normalidade/capacidade/tenacidade, por sanção social: veracidade, propriedade; e</p> <p>De <i>apreciação</i> (valor estético) da composição, por valor social, por reação.</p> <p>Há avaliações morais com potencial (contra)ideológico de legitimação?</p> <p>Há avaliações potencialmente (contra)ideológicas?</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base no referencial teórico-metodológico do capítulo, principalmente Fairclough (2003) e Thompson (2002).

Os resultados da análise interacional-textual apoiam a análise social estrutural-interdiscursiva a respeito das articulações entre ordens de discurso, apontando os seguintes aspectos:

- De qual prática social ou rede de práticas sociais — geopolítica, cultural, historicamente situadas — o discurso em análise é parte? Tal prática discursiva se dá em qual campo social principal?
- Quais são os modos de ação-interação desenvolvidos? Quais pessoas (e crenças, valores, normas) e relações sociais estão

envolvidas e como são articuladas? Como se configura o mundo material em que tal prática se desenvolve? Como a semiose íntegra/compõe essa prática social e o problema em estudo?

- Como se constitui a ordem do discurso dessa prática social particular em estudo: quais são os gêneros discursivos/modos de agir-interagir, os discursos/modos particulares de representar e os estilos/modos de ser principais relativamente estáveis?
- Que outras ordens de discurso, com seus discursos, gêneros e estilos/vozes, são ou não articuladas nessa prática discursiva? Quais são as implicações semióticas, simbólicas, sociais, políticas, culturais, históricas dessa articulação de ordens do discurso?

Interações discursivas-textos materializam gêneros discursivos situados, discursos e estilos-vozes como parte de eventos sociais e discursivos em textos empíricos semioticamente complexos, articulados em ordens de discurso relativamente estáveis. Pela análise de discurso textualmente orientada, mapeamos conexões entre o social (ação-interação, mundo material, redes de agentes) e o discursivo (discurso-semiose). A partir dos objetivos e questões específicos de pesquisa, desenvolvemos análises sistemáticas de movimentos, formas, significados, relações e processos discursivos situados em interações-textos que possam responder a tais objetivos e questões sobre temáticas sociais críticas relacionadas a aspectos das dinâmicas da decolonialidade, apresentadas na Figura 1.

Na crítica-explanatória da vida social, a abordagem relacional-dialética concebe os significados do discurso (representacional, inter-acional, identificacional) como dialeticamente interconectados, ainda que certos significados, formas, relações interacionais-textuais possam nos fornecer mais informações sobre um aspecto específico nas dinâmicas de poder-saber-ser das significações sociais e culturais situadas.

A respeito das questões sociais e discursivas de pesquisa com enfoque na *representação e nas formas de saber*, observamos que *discursos particulares*, como modos relacionais-dialéticos de representar e projetar (aspectos de) o mundo, são, em princípio, realizados em significações, formas e relações representacionais em textos, na construção de discursividades particulares em redes de ordens de discurso. Por exemplo, um texto materializa discursos (pela representação visual, pela seleção e co-ocorrência lexical, por exemplo) assim como pode materializar e articular diferentes vozes e discursos, em relações de cooperação, negociação, silenciamento, competição, o que pode

ser visto como processos de intertextualidade e interdiscursividade (categorias analíticas 6, 9, 10, 12 e 13 do Quadro 2, por exemplo). As relações estabelecidas entre diferentes discursos e vozes sociais podem ser de diversos tipos, a exemplo das relações estabelecidas entre pessoas (discursos podem complementar-se ou podem competir entre eles), já que os discursos constituem formas de poder para “manter visões particulares do mundo, e seus efeitos performativos para sustentar ou refazer o mundo à sua imagem” (Fairclough, 2003, p. 130).

Acerca das questões sociais e discursivas de pesquisa com enfoque na *identificação e nos modos de ser*, pontuamos que *estilos e vozes*, como modos inter-subjetivos de constituição do “eu no mundo” (nos espaços-tempos das comunidades, das redes interpessoais, dos espaços sociais) são, em princípio, realizados nas significações, formas e relações identificacionais em textos como interação. As maneiras particulares como pessoas negociam processos de inter-subjetivação, identificação nas interações, a exemplo das vozes ou discursos com quem se escolhe dialogar, abrindo ou suprimindo diferenças, constitui um aspecto da interação possibilitada e constringida por relações de poder em gêneros discursivos e que constituem sujeitos sociais.

Isso porque as seleções, silenciamentos e articulações de outras vozes e outros discursos sociais, constituem a inter-subjetividade e seu discurso particular no tecido social, cultural e político de produção de significados. Avaliações são subjetivas, mas associadas a contextos sociais de interação e poder específicos e a discursos particulares das redes de ordens de discurso. Também as performatividades-atividades corporais são expressões de estilo, mas sempre constituídas na interação social, no espaço-tempo da interação, da ação e das relações sociais situadas (categorias analíticas 6, 7, 9, 10, 14, 15 e 16 do Quadro 2, por exemplo).

Nesse sentido, na abordagem científica do projeto apresentado, não há análises que coloquem em segundo plano as ações, relações e interações situadas e seus principais momentos (descritos na Figura 4). O sujeito sempre está envolvido na produção da vida social, conforme Maldonado-Torres (2007) reforça (Figura 1), e as identidades são relacionais: o que uma pessoa é, é também, parcialmente, uma questão de como ela se relaciona com o mundo e com outras pessoas (Fairclough, 2003), o que realça o aspecto relacional e estilístico do significado acional dos gêneros discursivos, como maneiras de agir e de se relacionar em práticas sociais, parcialmente constitutivas de estilos e subjetividades socialmente situadas.

Acerca das questões sociais e discursivas de pesquisa com enfoque na *ação e relação*, destacamos que *gêneros discursivos*, como modos relacionais-dialéticos de agir e interagir estabelecendo relações

sociais, são em princípio realizados nas significações e formas acionais e relacionais de textos, a exemplo de movimentos retóricos em gêneros discursivos situados, ironias, pressuposições, controle interacional. Gêneros discursivos oferecem recursos e restrições potenciais para as interações, dada a regulação social e semiótica dessas interações. Nesse sentido, toda interação possui recursos, restrições-regras e uma organização específica, com seus movimentos discursivos relativamente estáveis, constituindo a base da construção e negociação acional e relacional-subjetiva de poderes e sentidos situados em textos como interações de pesquisa (categorias analíticas de 1 a 8 e 11 do Quadro 2, por exemplo).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste capítulo, buscamos apresentar os Estudos Críticos do Discurso como campo transdisciplinar e aberto que oferece suporte teórico-metodológico para a crítica social e discursiva orientada para a identificação, problematização e conscientização de ideologias em práticas de (de)colonialidade constitutivas dos seres e saberes-fazerem em sociedade, numa postura engajada com questões de poder, justiça e cuidado na vida social.

Como ciência crítica explanatória, a vertente da Análise de Discurso Crítica problematiza questões sociais de pesquisa relacionadas a distribuição e organização do poder-ser, poder-saber, poder-fazer. Por meio de análise de material empírico semiótico-discursivo (entrevistas, conversas, interações institucionais e interpessoais, produções culturais, textos multissemióticos, artefatos, narrativas, histórias de vida, imagens) objetiva-se identificar e apontar efeitos potencialmente ideológicos e contra-ideológicos de sentidos de textos (verbais, multissemióticos) sobre relações sociais, ações, interações, pessoas, mundo material, mundo mental. Isso significa, como discutimos, que na análise interacional-textual de eventos sociais como material empírico conseguimos tecer a crítica explanatória sobre estruturas sociais e discursivas mais abstratas e práticas sociais e suas ordens de discurso relativamente estáveis.

A partir do enfoque relacional-dialético do discurso como parte da vida social, é possível desenvolver diversos estudos orientados para a crítica da colonialidade de formas norte-eurocentradas de poder, de ser, de viver, de pensar, de se relacionar, de fazer ciência no Sul-Global. Para isso, a crítica inclui as lutas de poder e as condições sociais em que os discursos são produzidos, distribuídos, consumidos, organizados, interpretados nas redes de ordens do discurso do sistema mundo colonial-moderno, buscando metodologicamente alcançar níveis explanatórios mais profundos das conexões entre linguagem-sociedade.

Apresentamos, com base no projeto em desenvolvimento na Universidade de Brasília, processos científicos básicos e articulados para o estudo de problemas sociais parcialmente discursivos, indicando que a análise do discurso contempla social e *análise estrutural da ordem do discurso particular*, pela identificação de gêneros discursivos, discursos e estilos-vozes em relação às (redes de) ordens do discurso de outros campos sociais relevantes, que pode ser feita à medida que a *análise interacional-textual empírica* avança. Esse movimento dialético-relacional vale também para análise da conjuntura social e da prática particular social e discursiva, que vão sendo mostradas de modo articulado aos demais processos da crítica explanatória, como processos articulados de pesquisa.

A prática de análise interacional-textual — foco do capítulo — foi apresentada sucintamente como processo descrição, interpretação e explanação das articulações discursivas-semióticas em textos: dos aspectos gramaticais, lexicais, semânticos, semióticos sociomateriais, experienciais, corporais sensório-motores em interações-textos como eventos sociais. Por fim, oferecemos alguns exemplos de categorias de análise discursivo-semiótica que podem embasar pesquisas sobre eventos sociais e discursivos empíricos em estudos sociais em geral. A análise social-discursiva-textual permite pesquisar práticas sociais como dialeticamente constitutivas das relações de poder-saber-ser em sociedade: na organização e dinâmica das interações, ações e relações sociais; na constituição de papéis sociais e identidades e na construção de sistemas de conhecimento e saber, em articulação com as relações e negociações de poder situadas.

Ainda que bastante situado no debate e léxico da Linguística, como não poderia deixar de ser, nosso objetivo no capítulo foi principalmente o de tentar abrir diálogo com outras disciplinas e estudos de forma a agregar esforços para a crítica social do discurso como meio de manter desigualdades nas lutas hegemônicas, mas, também, por outro lado, como poderoso meio para produzirmos as mudanças sociais que esperamos.

## BIBLIOGRAFIA

- Anderson, Harlene (2019). Prática colaborativo-dialógica: uma orientação para maneiras de ser e vir a ser com outros convidando o potencial para generatividade e transformação. Em: Grandesso, Marilene A. (Org.), *Construcionismo social e práticas colaborativo-dialógicas: contextos de ações transformadoras* (pp. 259-269). Curitiba: CRV.
- Bastos, Líliliana C. e Biar, Liana de A. (2015). Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *D.E.L.T.A.*,

- 31(especial), 97-126, São Paulo. <https://doi.org/10.1590/0102-445083363903760077>
- Bhaskar, Roy (1998). Philosophy and scientific realism. Em: Archer, Margaret; Bhaskar, Roy; Collier, Andrew; Lawson, Tony e Norrie, Alan (Eds.), *Critical realism: essential readings* (pp. 16-47). Londres/Nova York: Routledge.
- Borges, Fernanda (2006). *A filosofia do jeito: um modo brasileiro de pensar com o corpo*. São Paulo: Summus.
- Cabnal, Lorena (2010). *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Barcelona: ACSUR-Las Segovias.
- Chouliaraki, Lilie e Fairclough, Norman (1999). *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburg: Edinburg University.
- Couldry, Nick e Hepp, Andreas (2016). *The mediated construction of reality: society, culture, mediatization*. Cambridge, RU/Malden, MA: Polity Press.
- Denzin, Norman K. e Lincoln, Yvonna S. (2006). A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. Em: Denzin, Norman K. e Lincoln, Yvonna S. (Orgs.), *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens* (pp. 15-41). Porto Alegre: Artmed.
- Denzin, Norman K. e Lincoln, Yvonna S. (Eds.) (2011). *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Fairclough, Norman (2003). *Analysing discourse. Textual analysis for social research*. Londres: Routledge.
- Fernandes, Fábio e Vieira, Viviane (2022). Aids-infotemenimento e midiatização gore. Em: Cirne, Alexcina O.; Barros, Solange M. de e Efken, Karl H. (Orgs.), *Diálogos e perspectivas da análise crítica do discurso* (pp. 59-82). Campinas: Pontes.
- Foucault, Michel (1996 [1970]). *A ordem do discurso* [Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio]. São Paulo: Loyola.
- Freire, Paulo (2005 [1970]). *Pedagogia do oprimido*. Petrópolis: Vozes.
- Gauthier, Jacques (2012). *O oco do vento: metodologia da pesquisa sociopoética e estudos transculturais*. Curitiba: CRV.
- Gherardi, Silvia (2012). *How to conduct a practice-based study: problems and methods*. Cheltenham, RU: Edward Elgar.
- Gomes, Maria Carmen A. e Vieira, Viviane (2022). Análise de discurso crítica: algumas questões de metodologia para os estudos organizacionais. Em: Saraiva, Luiz Alex Silva e Batinga,

- Georgiana Luna (Org.), *Discursos e organizações* (prelo). Belo Horizonte: UFMG.
- Harvey, David (1996). *Justice, nature and the geography of difference*. Londres: Blackwell.
- Kizam da Silva, José Ronaldo Sousa (2023). *Noites alegres e sujas: representações discursivas sobre o Setor de Diversões Sul* [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília.
- Kress, Gunther e Van Leeuwen, Theo (2006). *Reading images: the grammar of visual design*. Londres: Routledge.
- Lima, Beatriz Furtado e Magalhães, Izabel (2018). Ordem visiocêntrica do discurso: uma proposta de reflexão teórica sobre os letramentos de pessoas com deficiência visual. *D.E.L.T.A.*, 34(4), 1045-1070, São Paulo.
- Lugones, María (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), 935-952, Florianópolis.
- Magalhães, Izabel (2017). Protagonismo da linguagem: textos como agentes. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 17 (4), 575-598, Belo Horizonte.
- Maingueneau, Dominique (2020). *Variações sobre o ethos* [Trad. de Marcos Marcionilo]. São Paulo: Parábola.
- Maldonado-Torres, Nelson (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. Em: Castro-Gómez, Santiago y Grosfoguel, Ramón (Comps.), *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 127-167). Bogotá: Siglo del Hombre/Universidad Central/Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos/ Pontificia Universidad Javeriana/Instituto Pensar.
- Martin, Jeannett e White, Peter (2005). *The Language of Evaluation: The Appraisal Framework*. Nova York: Palgrave Macmillan.
- Paredes, Julieta (2013). *Hilando Fino*. Desde el feminismo comunitario. Ciudad de México: Cooperativa El Rebozo.
- Pereira, Luciana de Oliveira. *Cuidados paliativos em unidade neonatal: uma análise crítica de práticas discursivas e sociomateriais* [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília.
- Queiroz Galvão, Rosane e Vieira, Viviane (2020). Penetras na Festa da Democracia: violências políticas de gênero no Brasil. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, 20(2), 92-111, Brasília. <https://doi.org/10.35956/v.20.n2.2020.p.92-111>



- Rechetnicou, Amanda Oliveira (2021). *Discurso e letramentos críticos com perspectiva de gênero social e interseções: uma experiência em escola-campo* [Tese de doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília.
- Rosendo, Daniela (2015). *Sensível ao cuidado: uma perspectiva ética ecofeminista*. Curitiba: Prismas.
- Santana, Jaqueline Coelho (s/f). *Redes de apoio e representações discursivas da experiência do aborto clandestino no Brasil* [Tese de doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília [inédito].
- Segato, Rita Laura (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *CES*, 18, 01 de dezembro [online]. <http://journals.openedition.org/eces/1533>
- Shi-Xu (2019). Reconstruindo paradigmas orientais em estudos do discurso. Em: Resende, Viviane de M. (Org.), *Decolonizar os estudos críticos do discurso* (pp. 63-82). Campinas: Pontes.
- Silva, Tomaz Tadeu (2000). *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Thompson, John (2002). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* [Trad. e coord. de Pedrinho A. Guareschi]. Petrópolis: Vozes.
- Thompson, John (2018). A interação mediada na era digital. *Matrizes*, 12(3), 17-44, São Paulo.
- Van Dijk, Teun (2010). *Discurso e poder* [Org. de Judith Hoffnagel e Karina Falkone]. São Paulo: Contexto.
- Van Dijk, Teun (2012). *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva* [Trad. de Rodolfo Ilari]. São Paulo: Contexto.
- Van Leeuwen, Theo (2022). *Multimodality and identity*. Nova York: Routledge.
- Vieira, Viviane (2019). Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade. Em: Resende, Viviane de M. (Org.), *Decolonizar os estudos críticos do discurso* (pp. 83-115). Campinas: Pontes.
- Vieira, Viviane (2022). Corpos e (con)vivências em pesquisas críticas. Em: Almeida, Micheline M. Tomazi e Resende, Viviane de M. (Orgs.), *Estudos do discurso: abordagens em ciência crítica* (pp. 137-163). Campinas: Pontes.
- Vieira, Viviane (2023). Discourse and colonial-modern gender systems: methodological-theoretical reflections. Em: Barros, Solange M. e Resende, Viviane (Ed.), *Coloniality in Discourse*

*Studies: a Radical Critique* (pp. 101-115). Londres/Nova York:  
Routledge.

Vieira, Viviane e Resende, Viviane de Melo (2016). *Análise de discurso  
(para a) crítica: o texto como material de pesquisa* [2ª ed.].  
Campinas: Pontes.



# EL MÉTODO COMPARATIVO

Leonardo Morlino

(Traducción de Thierry Maire)

ESTE MÉTODO tiene una larga tradición que se remonta a Aristóteles y su análisis empírico pionero sobre los regímenes políticos de su tiempo. Sobre la base de la literatura, después de la Segunda Guerra Mundial y el desarrollo de las ciencias sociales, una definición general ampliamente aceptada de comparación es *un método para probar relaciones empíricas hipotéticas entre variables en diferentes casos*. Por lo general, los casos estudiados pertenecen a diferentes contextos nacionales, pero también pueden ser unidades o subunidades del mismo contexto nacional, por ejemplo, cuando se comparan regiones u otros tipos de gobierno local dentro del mismo país.

Al ilustrar este método se deben abordar tres preguntas: por qué comparar; qué comparar y cómo comparar. La pregunta más relevante es la tercera donde entendemos el contenido real de los métodos. Por lo tanto, aquí sugerimos una breve respuesta a las dos primeras preguntas, pero dedicamos la mayor parte de esta contribución a una respuesta más exhaustiva a la tercera pregunta.

*Por qué comparar* significa identificar las tareas clave con que la comparación cumple. Como destacó hace varios años Finer (1954), son al menos tres: a) cognitiva; b) explicativa; c) intervencionista. Los objetivos cognitivos e intervencionistas son inmediatamente evidentes por sí mismos: la comparación puede satisfacer la necesidad de un

mejor conocimiento de un fenómeno que se presenta en diferentes países o áreas, y puede satisfacer de manera excelente la necesidad política de resolver o tratar un problema en su propio país observando cómo el mismo problema o similar se ha resuelto o solo se ha manejado en otros países. Sin embargo, el propósito más relevante que identifica la comparación es el segundo, es decir, el propósito explicativo. Llevamos a cabo investigaciones sobre otros países y sus fenómenos relacionados con el fin de llegar a explicaciones que se consideran más sólidas porque pueden ser comunes a diferentes casos y ser el resultado tanto de similitudes como de diferencias entre ellos. Sobre todo, el análisis de más de un caso, de hecho, nos permite probar diferentes explicaciones y establecer motivos más convincentes y bien argumentados para preferir una explicación (o explicaciones) sobre otras. En este sentido, la comparación sirve para explicar, para probar hipótesis igualmente plausibles y para señalar las más convincentes, o incluso para formular otras nuevas y más profundas. Pero si nos preocupa un solo país, ya sea Italia, Reino Unido, Estados Unidos u otro, ¿por qué deberíamos recurrir a la comparación? La respuesta es obvia: ni siquiera podríamos formular ninguna pregunta relevante o estudiar más a fondo con referencia —por ejemplo— a nuestro país si no estuviéramos al tanto de las realidades políticas de otros países.

*Qué comparar* significa comparar las propiedades, es decir, las características específicas, similares o no, de dos o más fenómenos; o, mejor dicho, comparamos los valores o modos (tipos) que las propiedades o variables similares adquieren en dos o más fenómenos. También comparamos las propiedades, estados y valores asumidos por esas variables en un momento dado (comparación sincrónica) o en dos momentos diferentes (comparación diacrónica) (ver más abajo). Finalmente, podemos comparar las causas de estos fenómenos, para ver si son iguales o diferentes. También debe recordarse que un problema que enfrentan constantemente los comparativistas es que no es posible aislar algunas propiedades de otras o del contexto del fenómeno que se está estudiando. Al comparar será inevitablemente necesario recomponer todas las propiedades o estados y sus respectivos valores, vinculándolos con el fenómeno estudiado, tanto para realizar una comparación más efectiva como para proporcionar una explicación más profunda. Al comparar siempre tenemos que especificar el *dominio espacio-horizontal*; y el *tramo temporal-longitudinal*.

La combinación de opciones relacionadas con estas tres dimensiones cruciales del esfuerzo empírico, es decir, *las unidades de análisis*, el espacio y el tiempo, definen lo que podríamos llamar una estrategia de investigación. Más exactamente, si nos centramos en la segunda y tercera dimensión podemos distinguir entre estrategias sin-

crónicas y diacrónicas, dependiendo de si el análisis de los casos y sus propiedades se limita a un lapso de tiempo relativamente reducido o más bien cubre un período más amplio (ver más abajo). Además, también podemos diferenciar entre estrategias de investigación que son *extensivas*, o sea orientadas por las variables cuando consideramos solo unas pocas o incluso una propiedad en un gran número de casos, e *intensivas*, las que son orientadas por casos cuando examinamos un número limitado de casos, tal vez incluso solo uno, pero estudiando una gran cantidad de propiedades (Ragin, 1987; 1994). Teniendo en cuenta las dimensiones consideradas, podemos proponer una definición más refinada de comparación como “*el método de confrontar dos o más situaciones en términos de una o más propiedades, singularizadas en dos o más casos en un momento específico o en un lapso más o menos amplio*” (véase también Fideli, 1998, cap. 1).

El siguiente paso es establecer *el área espacial*. Esto implica decidir cuántos y cuáles casos incluir en la investigación en relación con las premisas teóricas (ya hemos mencionado que la elección de casos es sugerida tanto por el tema de investigación como por la elaboración de conceptos e hipótesis). La elección debe ser equilibrada y, en cierto sentido, intermediada: un alto número de casos producirá un análisis e investigación muy ricos con resultados significativos e intrigantes, pero también agravará el problema de las terceras variables. Por poner un ejemplo: si nos centramos en los partidos políticos (factor variable o independiente) y analizamos Italia, Alemania y Austria, la relación entre los partidos y los militares (factor variable o interviniente) es prácticamente irrelevante. Si consideramos a España vemos que el papel de los militares tuvo cierta importancia en ciertas fases. En Grecia es significativo en la fase limitada de transición-instalación. En Portugal el papel es central hasta mediados de los años 80. Está claro que, al aumentar los casos, la realidad que estamos estudiando se enriquece, pero el peso de otras variables que requieren análisis aumenta al mismo tiempo. Por esta razón, la decisión sobre cuántos y cuáles casos investigar no puede basarse solamente en los datos disponibles, sino también en las hipótesis de investigación. La elección debe hacerse sopesando cuidadosamente tanto las ventajas (enriquecimiento de la investigación) como las desventajas (tanto a nivel procedimental —es difícil manejar un gran número de datos— como a nivel metodológico —el problema de las terceras variables y la parametrización—). En cualquier caso, la cuestión del número de casos da lugar a diversas estrategias de comparación, como el estudio de caso, la comparación binaria o pareada, el estudio de área, la estrategia de casos múltiples.

Un paso más es *definir el marco de tiempo*, el lapso temporal dentro del cual llevar a cabo la investigación. Los estudios comparativos más importantes son *diacrónicos*, *abarcando un arco de tiempo más o menos amplio*, a diferencia de los *sincrónicos*, donde el tiempo no se considera una variable. Hay esencialmente dos razones importantes que nos ayudan a entender la importancia de los estudios comparativos diacrónicos con respecto a los sincrónicos. La primera es que, en realidad, la investigación sincrónica es así, precisamente en la medida en que el tiempo se reduce artificialmente a una unidad y se mantiene fuera del análisis. Desde este punto de vista es inevitablemente menos significativo. De hecho, y esta es la segunda razón, renunciar a la dimensión temporal excluye de antemano un análisis del cambio, es decir, de una dimensión-aspecto extremadamente importante en la investigación social, en la medida en que se refiere a todos los fenómenos que pueden estudiarse. De hecho, según muchos autores (Hirschmann, 1971 y otros), es el aspecto más importante a estudiar.

Con esto en mente, al comparar las cuestiones metodológicas más importantes surgen de un análisis más detallado sobre cómo debemos comparar. Responder a esta pregunta es lo que hacemos en las páginas siguientes.

### **LAS HERRAMIENTAS DISPONIBLES**

La tradición comparada ha ideado algunos mecanismos analíticos muy importantes y se han añadido otras herramientas y estrategias de investigación durante las últimas décadas. Vamos a discutir los principales y más clásicos y también los desarrollos relativamente más recientes. Se pueden agrupar bajo los siguientes encabezados de altura:

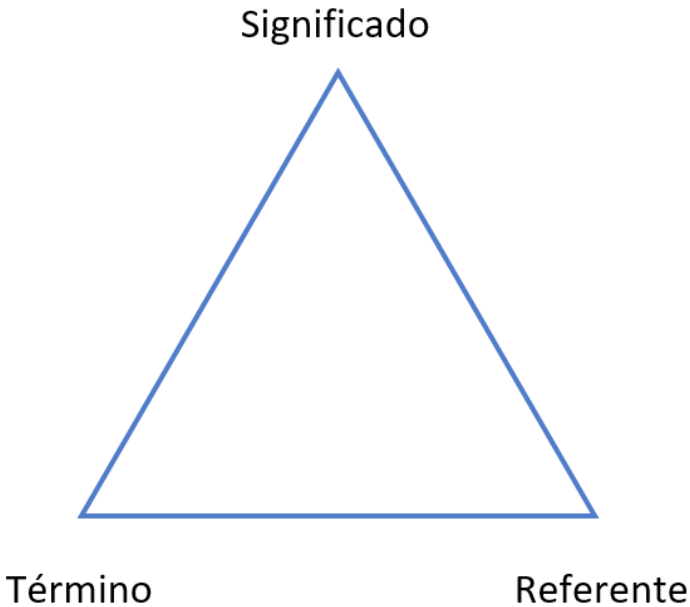
1. Triángulo de Ogden y Richards
2. Las reglas de conceptualización
3. El árbol de Porfirio
4. Estrategias clasificatorias
5. Cánones de Mill
6. En busca de nuevas reglas para la conceptualización
7. Rastreo de procesos
8. Método comparativo configuracional.

### **TRIÁNGULO DE OGDEN Y RICHARDS**

En un tratado de lógica publicado en 1946, Ogden y Richards describieron los componentes esenciales de un concepto, delineando la relación entre el *término* (la palabra utilizada), el *significado* asociado

y *el referente empírico* (el objeto al que se refiere la palabra) con un triángulo (ver Figura 1):

Figura 1: La “estructura” de un concepto



Cualquier concepto empírico tiene una “estructura” triangular. Más precisamente, la construcción de un concepto presupone que los tres aspectos, o más bien los tres lados del triángulo, sean especificados adecuadamente. Esto es para evitar el problema *de la ambigüedad*, que surge si no hay una conexión claramente fija e inequívoca entre término y significado; de *vaguedad*, causada por la falta de determinación del objeto empírico al que se refiere el significado; y de banalidad y la formación de conceptos desordenados, que pueden surgir si el significado está insuficientemente articulado y organizado con respecto al término y los referentes (Sartori, 1984, p. 34).

Por ejemplo, al término “partido político” se le atribuye el significado de una “coalición de hombres que buscan controlar el aparato de gobierno por medios legales” (Downs, 1957 y 1985, p. 24), y entidades con estas características son reconocidas como partidos políticos, como el Partido Laborista y el Partido Conservador en Gran Bretaña, o el Partido Democrático y *Forza Italia* en Italia, y muchos otros casos en todas las naciones democráticas.



En el uso cotidiano, las relaciones entre estos tres elementos a menudo se confunden, en el sentido de que diferentes significados y diferentes referentes empíricos pueden corresponder al mismo término. En el lenguaje científico, sin embargo, la regla elemental de que a cada término le corresponde un solo significado y un solo conjunto de referentes empíricos es fundamental. Esta regla, deducible del triángulo de Ogden y Richards, es muy importante, porque, en la experiencia concreta de la investigación, se puede crear una enorme tensión entre el referente y el significado. Un corolario de esta sugerencia y de las anteriores es que en el lenguaje científico no puede haber *sinónimos* (diferentes términos con el mismo significado) ni homónimos (la misma palabra usada con diferentes significados). Este corolario evidencia una diferencia sustancial entre el lenguaje cotidiano, en el que hay sinónimos y homónimos, y el lenguaje especial o “científico”, que pretende tener, para cada término, un concepto con su propio significado bien definido y referentes empíricos precisos. Necesitamos mantener este punto firmemente en nuestras mentes, a pesar de ser plenamente conscientes, como muchos autores han subrayado, de que una división neopositivista rígida entre los dos tipos de lenguaje no es del todo sostenible (Collier, 1991). De hecho, la dificultad, derivada del uso de los mismos términos con diferentes significados y referentes empíricos, pasó a primer plano con el crecimiento de las relaciones culturales internacionales.

La difícil relación entre término, significado y referente se encuentra en el corazón de la *conceptualización*, es decir, de la formación de conceptos empíricos. Una buena conceptualización debe tener en cuenta las relaciones nada simples que sustentan el triángulo de Ogden y Richards. Los problemas difíciles de resolver no concierne tanto a los conceptos empíricos en sentido estricto como a los normativos, cuya existencia en el plano empírico, incluso en una medida parcial, queremos detectar. Estos conceptos se refieren a ideales y valores, y referirse a indicadores y buenos referentes empíricos no será suficiente para estos. En cambio, necesitamos construcciones conceptuales bien desarrolladas que también sean capaces de detectar el diferente grado de presencia de un determinado aspecto.

Al respecto, cabe mencionar que muchos conceptos muy importantes en las ciencias sociales se relacionan con ideales. Algunos tienen un doble valor: empírico e ideal. Y este doble valor debe mantenerse, porque, en términos analíticos, es útil atenerse lo más posible al uso actual de la palabra, para dar una mayor fuerza heurística, es decir, interpretativa, al concepto. Por ejemplo, el concepto de democracia es un término “dual”, y uno que ha desafiado a docenas de autores, lo que provocó un debate particularmente significativo y que

sigue vigente (ver Morlino, 2011). Este debate nos enseña, como mínimo, que muchas definiciones normativas están condicionadas por el contexto histórico y cultural. Por ejemplo, el término “democracia” sugerirá diferentes referentes empíricos para un europeo occidental, un estadounidense y un ruso. Dahl (1971) acuñó el término “poliarquía” para sortear el problema de elegir una definición empírica para la democracia (preservando su definición normativa). Pero el precio de esa elección fue que el neologismo no se convirtió en parte del debate político, y permaneció marginal en el debate científico mismo, a pesar de la aceptación formal del intento de Dahl.

Para aclarar la relación entre el valor empírico y el valor ideal de un concepto, en el ejemplo de la democracia podemos usar la distinción entre la definición “mínima” y, por así decirlo, la definición “máxima” de democracia. Al realizar un análisis empírico de las transiciones y experiencias democráticas, es importante proporcionar una *definición mínima* que explique algunos aspectos esenciales y fácilmente comprobables, que pueden utilizarse para establecer *un umbral* por debajo del cual un régimen no puede considerarse democrático. En esta perspectiva, los regímenes se consideran democráticos si muestran al menos: a) sufragio universal masculino y femenino; b) elecciones libres, competitivas, recurrentes y correctas; c) más de un partido; y d) fuentes de información diferentes y alternativas. Un aspecto importante de esta definición es que si sólo uno de estos aspectos estuviera ausente o desapareciera, ya no estaríamos hablando de un régimen democrático, sino de otro arreglo político-institucional, posiblemente uno intermedio caracterizado por diversos grados de incertidumbre y ambigüedad. Por último, vale la pena subrayar una vez más que la definición mínima debe centrarse en las instituciones que caracterizan la democracia: elecciones, partidos rivales (al menos potencialmente), pluralismo en los medios de comunicación, vinculándose así con definiciones clásicas como las de Schumpeter (1942 y 1964), Dahl (1971) y Sartori (1987), pero desplazando el nivel de abstracción de esas definiciones al plano empírico más inmediato de las instituciones que son indispensables para un régimen democrático.

La definición mínima implicaría lógicamente que también puede haber una definición *máxima*. Si recordamos que la democracia tiene la característica de ser a la vez un término descriptivo y un término prescriptivo, la definición máxima debe necesariamente tomar como punto de partida ideal o principio, en lugar de instituciones concretas, como lo hace la definición mínima. Una definición máxima, si se formula de manera efectiva, sería particularmente útil precisamente para el análisis realizado aquí, que ve una fase adicional del proceso de democratización en el crecimiento de la “calidad democrática”

(Morlino, 2011). De hecho, sobre la base de tal definición, adecuadamente operacionalizada empíricamente, podríamos entender tanto la distancia de las democracias individuales y reales de la máxima, como el grado de *democraticidad* de los regímenes que han excedido el umbral mínimo indicado anteriormente.

Sin embargo, no existe *una definición máxima* como tal. De hecho, no es posible fijar ni el punto, o los puntos, de llegada de principios e ideales, que también están en constante evolución. De una manera más limitada, también en busca de los objetivos indicados anteriormente, podemos proporcionar una definición que indique las posibles direcciones de desarrollo de las democracias contemporáneas, teniendo en cuenta los principios o ideales que las informan en la realización relativamente más plena del “poder del pueblo”. Para citar a Sartori (1987, p. 719), el problema de la maximización de las democracias reales es, en efecto, más precisamente el de la “optimización”, una vez que se han establecido los ideales y las direcciones del desarrollo y se han hecho esfuerzos para alcanzarlos gradualmente. Por lo tanto, hemos vuelto a una *definición* de democracia mejor descrita como *ideal o normativa*. Los esfuerzos de varios autores para ordenar y medir las democracias reales y existentes (por ejemplo, por el *Freedom House*, desde varios años) parecen de poca utilidad. En cambio, tenemos que partir de los principios que sustentan la democracia. Desde este punto de vista, se podría encontrar un amplio consenso para la afirmación de que los dos valores que deben realizar una democracia contemporánea son la “libertad” y la “igualdad”. Si esto conduce a la autonomía del individuo, y si la autonomía individual es en última instancia el aspecto crucial de la democracia, como argumenta Held (1989, especialmente el capítulo 9), no parecen ser requisitos necesarios para la definición de una democracia ideal, que puede especificarse de la manera más simple como “el régimen que debe crear las mejores oportunidades institucionales para lograr la libertad y la igualdad”. Y donde, por lo tanto, el problema puede convertirse en un problema empírico: el de detectar la cantidad de libertad e igualdad realmente existente en un país determinado en un momento dado.

### LAS REGLAS DE LA CONCEPTUALIZACIÓN

El problema, entonces, remite sobre todo a la formación de conceptos, al intento de especificar con precisión el significado y los referentes empíricos. En este sentido, ¿nos llevan las indicaciones surgidas en la sección anterior a sugerir algunas reglas para definir un concepto? En un sentido estricto, tales reglas no existen. Más bien tenemos diferentes definiciones: *definiciones declarativas* o *analíticas*, que son descripciones del uso de un determinado término sobre la

base de una prueba empírica; *las definiciones estipulativas, que crean un nuevo significado útil en cierto modo para alguna teoría*; y las explicativas, en parte declarativas y en parte estipulativas, que se basan en el uso más o menos actual de un concepto sin eliminar la formación de un significado teóricamente útil para una nueva realidad observada.

En cualquier caso, la recomendación más importante es la de Sartori (1975, pp. 7-8), quien insta a los investigadores a atenerse a algunas reglas elementales:

1. En primer lugar, es necesario mantener un *anclaje terminológico*, haciendo referencia a la etimología (por ejemplo, las raíces latinas y griegas de la palabra) y sobre todo respetando el significado central tal como era en el uso original del término. Por ejemplo: el término “dictadura” originalmente se refería, en la antigua Roma republicana, a una magistratura temporal y elegida creada para hacer frente a un momento excepcional de crisis. En la comprensión del término con sentido común, pero también en excepciones refinadas, el significado de la palabra cambió gradual y completamente. Otros términos tuvieron un desempeño similar.
2. También *es necesario mantener un anclaje histórico*, observando qué uso tenía y tiene realmente la palabra. Es necesario observar la evolución del significado de un término en la historia, evitando la trampa del “convencionalismo total” —el intento de vincular todo el lenguaje a la convención, para reemplazar a toda costa el significado original por el convencional— en el que es fácil caer. En resumen, formular conceptos requiere el conocimiento por parte de la persona utilizando un cierto término de las vicisitudes pasadas de la palabra.
3. John Stuart Mill (1843) advirtió que, al comparar, es importante hacer conexiones continuas entre hipótesis y aspectos empíricos, en otras palabras, moverse “de aquí para allá” entre la teoría y la realidad. Esto es aún más necesario cuando se trata de conceptos importantes y complejos como el proceso de democratización, transición, instalación y consolidación. La realidad es extremadamente rica y compleja, por lo que es indispensable elegir conceptos correctamente formulados.
4. Una sugerencia final para una correcta definición empírica de los conceptos es tener en cuenta los significados atribuidos a conceptos similares, obviamente sobre la base de los dos tipos de anclaje mencionados anteriormente. Debe tenerse en cuenta, entonces, que ninguna definición se da en un vacío, y siem-

pre debe estar vinculada a los diversos conceptos contiguos que forman parte de este “*campo semántico*” (Sartori, 1984).

Hay al menos dos ventajas concretas en proceder de esta manera. La primera es que una investigación que luego propone relaciones y posibles explicaciones para fenómenos similares puede articularse con mucha mayor claridad. Por ejemplo, si definimos y distinguimos adecuadamente la consolidación democrática y la estabilidad política, podemos entender mejor y con más precisión las relaciones entre el proceso de consolidación y una de sus consecuencias, a saber, la estabilidad en los casos empíricos estudiados. La segunda es que no se hace ningún trabajo superfluo, con duplicaciones del significado o referente. Si definimos la consolidación de la misma manera en que la estabilidad se define generalmente en la literatura especializada, habremos hecho un trabajo que no era necesario, ya que el segundo concepto habría sido suficiente para nuestra investigación. En este sentido, entonces, es mejor no tener yuxtaposiciones de significado entre diferentes términos o conceptos, también para no tener superposiciones entre los referentes empíricos asociados.

#### **EL ÁRBOL DE PORFIRIO**

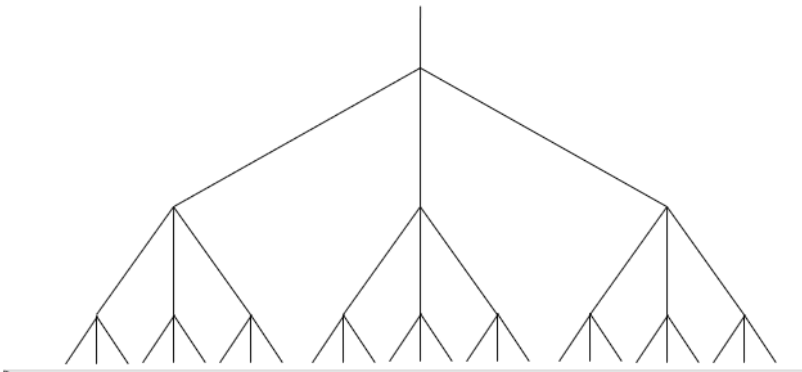
El triángulo palabra-significado-referente implica otro aspecto importante y útil para la formulación y el tratamiento de conceptos empíricos. Para aclarar este punto, debemos introducir un segundo mecanismo esencial de comparación, el “Árbol de Porfirio”, llamado así por un antiguo filósofo neoplatónico y reelaborado por Cohen y Nagel (1936) (ver también Goertz, 2006, cap. 3). Nos ayuda a comprender la regla fundamental según la cual “la connotación y la denotación de un concepto están inversamente relacionadas”. ¿Qué significa esto? Para responder a esta pregunta, volvamos al triángulo de Ogden y Richards. El lado que vincula el término con el significado se refiere a lo que podemos llamar la *connotación o intención* del concepto, es decir, el conjunto de características y propiedades definitorias esenciales. Por otra parte, el lado que conecta el significado con los referentes empíricos (u objetos) define la *denotación* global, conocida o esperada, es decir, la *extensión empírica* que posee el concepto en cuestión, en otras palabras, el conjunto de referentes empíricos a los que se aplica.

Volviendo al concepto de partido político, su connotación, por ejemplo, se delimitará por ser una institución formada por un grupo más o menos organizado de personas, que están en el centro de las elecciones, reclutando candidatos, formando listas y participando en la campaña electoral; del gobierno, en el parlamento o el gabinete o en otros órganos informales de toma de decisiones a nivel central y local;

y de la elaboración de políticas en un amplio espectro de sectores. Evidentemente el término tiene una connotación compleja. La denotación correspondiente es más simple, identificando en los diferentes sistemas democráticos los actores institucionales a los que se aplican esas propiedades connotativas.

La connotación y la denotación son, entonces, muy importantes para delinear el nivel de generalidad de un concepto y, sobre todo, la posibilidad de obtener, con cierta claridad lógica, conceptos con menores niveles de abstracción. El Árbol de Pórfido ayuda a aclarar este punto. Esquemáticamente, y con cierta libertad en comparación con la formulación binaria propuesta por el filósofo, siguiendo mi opinión en realidad, el Árbol del Porfirio se puede representar de la siguiente manera, como un árbol con ramas invertidas.

**Figura 2. El árbol de Porfirio**



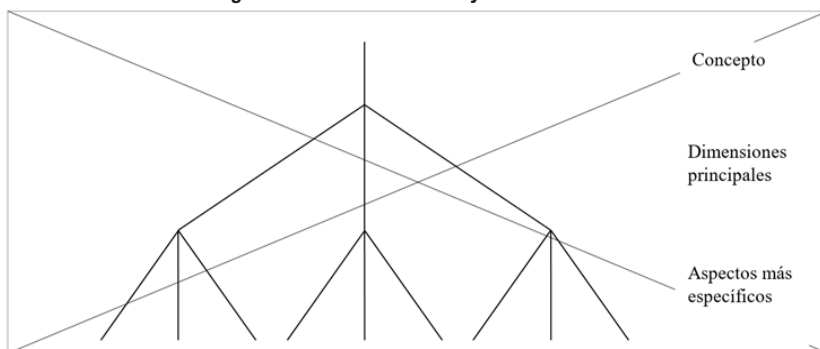
Esta figura ilustra claramente el procedimiento lógico de la escala de abstracción, también llamada “escalera de generalidad”, que se mueve de lo más general a lo más particular, y viceversa; muestra, como consecuencia, la conexión entre connotación y denotación. Si se enmarca en el procedimiento lógico de la distinción *por género et differentiam* —o lógica clasificatoria— es evidente que existe una relación inversa entre el referente empírico y el significado, entre el ámbito de extensión y el ámbito de connotación: cuanto más grande es uno, más limitado debe ser el otro, y viceversa. El Árbol de Porfirio, entonces, está conectado al triángulo de Ogden y Richards: este último muestra el mecanismo fundamental de la definición de un concepto empírico; el primero su articulación a través de la escalera de la abstracción.

Lazarsfeld, como hemos visto, tiene en cuenta las dos operaciones conceptuales cuando habla del *espacio-propiedad* (todos los aspectos significativos de un concepto), tratando de señalar los referentes empíricos que caen dentro de ese espacio: cuanto más amplio es el espacio-propiedad, más limitado es el referente empírico.

Vale la pena enfatizar esta regla porque, aunque fundamental, es muy fácil descuidarla al formular conceptos. Frente a la operación de conceptualización, los investigadores generalmente intentan aumentar la connotación, especificando el significado del término tanto como sea posible, pero al mismo tiempo intentan aumentar su realidad empírica, amplificando así el referente. En resumen, hay una tendencia a maximizar la connotación y la denotación al mismo tiempo, con la esperanza de obtener conceptos más significativos e importantes. El riesgo aquí, como señala Sartori (1970), es el *del estiramiento conceptual* —ampliar la extensión o denotación de un concepto sin una reducción correspondiente de la intensión o connotación, es decir, las características o propiedades del significado— que, como hemos visto, es la causa principal de una cierta *clasificación errónea*.

Desde el punto de vista de la política comparada, hay, entonces, una cuestión de “buena clasificación”. Por lo tanto, es prudente, también a efectos de clasificación, volver a la regla ya utilizada para obtener una buena conceptualización. Al pasar del concepto empírico a la clasificación, el punto de partida puede ser una noción general, como “democracia”; seleccionaremos diferentes dimensiones para esta noción (segmentación), y para cada dimensión identificaremos los aspectos más específicos (especificación), procediendo si es necesario a través *genus et differentiam*, de lo más general a lo más específico.

Figura 3. El árbol de Porfirio y la clasificación



En este afán, estrechamente ligado a la actividad clasificatoria como hemos visto, se encuentra el uso correcto de la *escalera de abstracción o generalidad*. Sartori lo convierte en un punto central de su propuesta sobre cómo comparar. El uso de la escala de generalidad también es crucial para la comparación precisamente en la medida en que permite llevar a cabo, con mayor rigor, la prueba posterior de las hipótesis al mismo nivel de generalidad para todos los casos examinados, y luego en diferentes niveles de mayor o menor abstracción. Por lo tanto, permite a los investigadores formular hipótesis más generales, pero a menudo también menos significativas, o, por el contrario, interpretar las mismas hipótesis, especificando a medida que avanzan gradualmente en los detalles de los casos, y las variables consideradas aumentan, mientras que los referentes empíricos potenciales disminuyen. En definitiva, el Árbol del Pórfido nos ayuda a abordar y resolver este problema, permitiendo la elaboración de una buena clasificación. De hecho, constituye la representación gráfica de una escalera de generalidad, que, una vez más, se puede representar en la Figura 3.

¿Por qué, entonces, es tan importante la escalera de la generalidad? La importancia de la escala de generalidad radica en la oportunidad que ofrece de perseguir dos objetivos al mismo tiempo: a) *un objetivo cognitivo-exploratorio* (nótese que algunas ciencias, como la biología, son exclusivamente clasificatorias), que representa la base para lograr una buena clasificación, al pasar del género a las diferencias; b) *un objetivo explicativo*, mediante parametrización, la operación necesaria y esencial a través de la cual un factor se hace constante para analizar la variación de otros factores. La parametrización se utiliza en estadística, pero puede ser más relevante en política comparada. Smelser (1976), por ejemplo, hace de la parametrización un elemento central de comparación.

*La parametrización* es una de las operaciones analíticas más interesantes de las que disponen los investigadores, especialmente cuando se comparan casos que solo pueden ser tratados cualitativamente. Si no queremos recurrir a un experimento mental bastante débil, ¿cómo podemos evaluar el impacto de un factor dado sobre otro que queremos explicar? Si estuviéramos en el campo de la estadística, la operación sería obvia: parametrizar, es decir, hacer *constantes* o invariables todos los demás factores que potencialmente podrían influir en el fenómeno que queremos explicar. Por ejemplo, si queremos entender el impacto del género en el comportamiento electoral, todo lo que tenemos que hacer es elaborar constantes, es decir, sin influencia, todos los demás factores que podrían tener un impacto, como la edad, el lugar de residencia y la clase social; y dentro de las subclases así determinadas, es decir, subclases que comprenden personas que viven en



áreas iguales o similares, tienen una edad cercana, tienen una cultura y clase social similares, pero un género diferente, para ver qué diferencias, si las hay, hay en el comportamiento electoral entre hombres y mujeres. Si en este punto del análisis las diferencias desaparecen, entonces el género no es determinante para el comportamiento electoral, mientras que, si permanecen o se acentúan, sí lo es.

Es evidente por el ejemplo anterior que la clasificación juega un papel clave en la parametrización en un tratamiento estadístico o “cuantitativo”. Pero también a nivel cualitativo, la parametrización se obtiene a través de la clasificación. Más precisamente, la clasificación se lleva a cabo de tal manera que parametriza, o hace constante, el criterio utilizado para distinguir entre una clase y otra. Luego, dentro de cada clase, se utiliza la escalera de generalidad para identificar subclases con las que se pueden probar las hipótesis que nos interesan. Otro ejemplo debería ayudar a ilustrar las ventajas de la parametrización en el análisis comparativo realizado con datos cualitativos. Supongamos que queremos explicar el éxito electoral de los partidos en diferentes países. En primer lugar, podemos clasificar a los partidos elegidos sobre la base de la organización, y luego ver si, de los partidos con una organización similar, algunos han tenido éxito y otros no. Si es así, entonces la organización, que ha sido parametrizada, que se hace constante, no es pertinente para explicar el éxito electoral, y tendremos que considerar otras explicaciones, como las relaciones con los medios, el papel del líder (es) del partido y así sucesivamente. Pero cada vez podemos parametrizar a través de una cuidadosa clasificación y probar el impacto del factor elegido lo mantenemos como variable.

### **ESTRATEGIAS CLASIFICATORIAS**

Como se sabe, la clasificación es la “disposición sistemática en grupos o categorías de acuerdo con criterios establecidos” (véase, por ejemplo, el diccionario Merriam-Webster). En otras palabras, es la operación de señalar un criterio distintivo para distinguir entre diferentes realidades y para atribuir esas realidades a clases individuales. Sin embargo, hay que añadir que los macrofenómenos políticos como los partidos, los grupos de presión, los parlamentos, los gobiernos, las leyes electorales, la participación, etc., no se prestan fácilmente a distinguirse sobre la base de un criterio único. El resultado clasificatorio es pobre y básicamente una distorsión. Más frecuentemente en la ciencia política se recurre a tipologías, es decir, operaciones intelectuales que describen y examinan la realidad, previamente definidas sobre la base de más de un criterio distintivo. Aunque la gran mayoría de las

tipologías utilizan dos criterios, algunas utilizan tres o, en muy pocos casos, cuatro.

Por qué sucede esto es bastante claro. Una tipología de dos criterios con tres clases para cada criterio ya es una tipología con nueve celdas y, por lo tanto, tipos. Un ejemplo podrían ser las democracias contemporáneas, que podrían distinguirse sobre la base de dos criterios. Se podrían considerar las relaciones entre los órganos ejecutivo y legislativo, distinguiendo entre 1. Presidente-Líder del Ejecutivo electo no apoyado por el Parlamento; 2. Primer Ministro y gobierno dominante sobre un parlamento que expresa su confianza en el gobierno, y 3. Equilibrio entre el ejecutivo y el parlamento, que goza de autonomía en la legislación que se aprueba. Un segundo criterio podría referirse a la ley electoral, y distinguir entre: 1. Leyes mayoritarias; 2. Leyes mayoritarias de dos vueltas; y 3. Sistemas proporcionales. Aplicando los dos criterios juntos, tendríamos una tipología con nueve celdas diferentes, lo que ya sería un resultado complejo. Si hubiera tres o cuatro criterios distintivos, esa cantidad de parsimonia perteneciente a una tipología desaparecería.

Por lo tanto, es evidente que elaborar clasificaciones o tipologías no es una operación sencilla, y para hacerlo bien deben respetarse una serie de reglas básicas. La primera es la necesidad de elegir la dimensión o dimensiones consideradas esenciales en el campo de estudio —*la relevancia del criterio*— tal vez solo en relación con los propósitos de la investigación. Un criterio es efectivamente discriminante y significativo si los casos considerados se distribuyen con bastante regularidad entre las diferentes clases resultantes. Es decir, si, por ejemplo, una clasificación de grupos de interés implica que la mayoría de los grupos se encuentran solo en una o dos clases, entonces el criterio básico propuesto puede considerarse poco discriminatorio y, por lo tanto, inadecuado para una clasificación correcta.

También podríamos añadir las dos reglas clásicas postuladas por Mill (1843 y 1967), *exclusividad* y *exhaustividad*. La primera regla prevé que la clasificación debe formularse de tal manera que una determinada realidad pertenezca exclusivamente a una clase y no pueda pertenecer a otra al mismo tiempo. En otras palabras, el criterio distintivo que se supone esencial en una determinada clasificación debe tener un fuerte poder discriminatorio. La exhaustividad significa que cada clase derivada de la formulación de ese criterio debe incluir todos los objetos o realidades asumibles. En general, una buena clasificación de las políticas públicas debe dar lugar a diferentes clases en las que caen todas las políticas públicas. Si en lugar de una clasificación queremos construir una tipología, hay que añadir una cuarta y muy importante regla: el segundo, el tercero o, en todo caso, el último

criterio utilizado en la construcción de los tipos no debe solaparse en lo más mínimo con el primer criterio. Es decir, deben referirse a aspectos diferentes con respecto al primer criterio utilizado. Si además de las relaciones entre los poderes ejecutivo y legislativo tuviéramos que utilizar el sistema para elegir al jefe del ejecutivo como el segundo criterio para distinguir entre democracias, habría una superposición parcial, considerando cómo se formuló ese criterio anteriormente.

Las clasificaciones y tipologías plantean varios problemas, pero al menos dos merecen una mención particular. La primera es que las clases, o tipos, deben estar situados en el mismo nivel de abstracción. La escalera de generalidad que coloca la denotación y la connotación en una relación inversa debe ser respetada. Las clases relacionadas con un nivel más particular no deben incluirse. Por ejemplo, una tipología democrática no puede distinguir entre regímenes mayoritarios, presidenciales y consensuales, porque los regímenes presidenciales son, en todo caso, un subtipo de los mayoritarios. El segundo problema se deriva del hecho de que una tipología, y más aún una clasificación, simplifica enormemente la realidad en el sentido de que filtra realidades complejas y multidimensionales como la democracia, el parlamento, el gobierno, etc., a través de dos o tres criterios como máximo. La pérdida de información y riqueza empírica es enorme. Una forma de salir de esto, al menos en parte, es elaborar términos de clasificación más complejos. Así, por ejemplo, detrás del criterio de las relaciones entre el ejecutivo y el legislativo hay dimensiones más específicas que se recomponen en la clasificación resultante, que por lo tanto existe como tal de una manera bastante forzada. Las dimensiones más específicas se encuentran en el ejemplo propuesto: el modo de formación del ejecutivo (elección directa, indirecta o parlamentaria del jefe del ejecutivo); la presencia/ausencia de una relación de confianza, que puede no coincidir; un ejecutivo monocrático o ejecutivo colegiado. En este sentido el criterio propuesto era compuesto, y a su vez ocultaba una tipología.

La otra forma de mantener una mayor riqueza de información es recurrir a modelos multidimensionales. En las ciencias sociales el término “*modelo*” se ha utilizado de maneras muy diferentes (Bruschi, 1971). Aquí, le atribuiremos el mismo significado propuesto por Weber para su *tipo ideal*. El sociólogo alemán (1922 y 1958, pp. 118 y 211) entendió este término como una

*acentuación unilateral de uno o más puntos de vista y por la síntesis de un gran número difuso, discreto [...] fenómenos, que se organizan de acuerdo con esos puntos de vista enfatizados unilateralmente en una construcción analítica unificada. [...] Esta construcción mental no se puede encontrar en ninguna parte de la realidad y su propósito es señalar las características*

clave que son recurrentes en la mayoría de los casos del fenómeno bajo escrutinio. En esta perspectiva, la noción del tipo ideal corresponde efectivamente tanto a cómo se puede formar un concepto empírico como a las características de un “modelo”, es decir, a una noción más específica en la que diferentes dimensiones o aspectos se unen dentro de un determinado fenómeno, sin que exista una clasificación o tipología genuina como tal con una indicación explícita de criterios discriminatorios (sobre este tema, véase también Goertz 2006, pp. 83-88).

Para ello, se pueden seguir dos direcciones diferentes y complementarias: la primera, es una estrategia a través de polaridades, o, más sucintamente, una estrategia polar. Lijphart (1984 y 1999), aísla dos modelos con características opuestas; mientras que la segunda, que puede llamarse la estrategia de tipologías múltiples (véase, por ejemplo, Morlino 1998, pp. 42-49), representa el mecanismo de la tipología clásica, pero lo enriquece con múltiples criterios significativos, en contraste con las tipologías más tradicionales, que no se refieren a más de dos dimensiones.

La *estrategia polar* consiste en señalar un cierto número de dimensiones que se suponen relevantes (de cuatro a seis), fijar los polos de cada una y luego analizar el caso complejo, viendo dónde se encuentra. Esquemáticamente, el procedimiento lógico se puede representar de la siguiente manera:

**Figura 4: Estrategia polar**

**Dimensiones**



X: caso estudiado.

Veamos ahora una aplicación concreta. En su propuesta “polar”, Lijphart (1984 y 1999) partió de la premisa de que las “formas” institucionales de la democracia se inspiran en dos principios, que pueden ser puros o mixtos: el principio mayoritario y el consensual. Cada uno de estos dos principios básicos influye en todas las dimensiones significativas de un régimen democrático, que pueden agruparse en dos conjuntos, uno relativo al ejecutivo y los partidos, y el otro relativo al arreglo unitario o federal del régimen. El primer conjunto incluye los siguientes aspectos: 1. Gobierno de partido único o de coalición; 2. Dominio del ejecutivo sobre el legislativo, o equilibrio entre los dos poderes; 3. Número de partidos y cuestiones significativas del sistema de partidos; 4. Sistema electoral mayoritario o proporcional; 5. Composición pluralista o neocorporativa de los grupos de interés. El segundo comprende: 6. Grado de unitariedad o descentralización federal; 7. unicameralismo fuerte o débil o bicameralismo; 8. Una constitución rígida o flexible, a la que el autor añade otros aspectos relativos al papel de los bancos centrales y los tribunales constitucionales. Otra dimensión separada podría ser el grado en que los instrumentos de democracia directa, como los diversos tipos de referéndum, se utilizan en ese régimen.

El primer modelo polar de democracia que surge combinando las diferentes dimensiones se llama modelo de Westminster, y se caracteriza por: la concentración del poder ejecutivo en gobiernos de partido único con mayorías escasas; la fusión de poderes (legislativo y ejecutivo) y la dominación del gobierno; unicameralismo o bicameralismo asimétrico (una cámara tiene mayores poderes y una base de representación diferente a la otra); un sistema bipartidista, con una sola dimensión significativa de conflicto, la clase uno que divide a la derecha de la izquierda; un sistema electoral mayoritario (pluralidad); pluralismo de los grupos de interés; gobierno centralizado y unitario; constitución flexible y soberanía parlamentaria; existencia exclusiva de formas de democracia representativa (ausencia de consultas directas).

Los aspectos más importantes del segundo modelo *consensuado* son: gobiernos formados por varios partidos y amplias coaliciones; separación formal e informal de los poderes ejecutivo y legislativo, hasta el punto de alcanzar un equilibrio entre los dos poderes: bicameralismo simétrico y una posible sobrerrepresentación de las minorías; sistema multipartidista con muchas dimensiones significativas de conflicto además de la división derecha-izquierda (por ejemplo, religión, diferencia entre el centro y la periferia del país, cuestiones ambientales, profundas diferencias sobre política exterior); sistema electoral proporcional; arreglos neocorporativistas, es decir, acuerdos más o menos formales y estables sobre diversas cuestiones de política

económica entre el gobierno y los intereses organizados, especialmente los sindicatos y las asociaciones empresariales; la descentralización de poderes y una estructura federal; Constitución escrita y poder de veto de las minorías.

Las ventajas de la distinción entre dos modelos polares son evidentes. En comparación con las tipologías tradicionales, se pierde mucha menos información porque se consideran más dimensiones; los datos cuantitativos pueden combinarse con datos cualitativos, ganando así rigor y precisión; finalmente, dentro de cada dimensión podemos ver más claramente cómo se caracteriza cada país. Pero, sobre todo, el cambio sustantivo de uno o más de esos aspectos nos muestra cómo la democracia que se examina ha pasado durante un cierto período de tiempo de soluciones mayoritarias a soluciones consensuadas, o viceversa, en mayor o menor grado según el número y las características de las dimensiones involucradas. En este sentido, es un instrumento muy importante para detectar y analizar el cambio democrático, quizás limitado y parcial, pero no obstante significativo.

La diferencia, que también es una desventaja en comparación con múltiples tipologías, es la otra cara de la estrategia polar. Al limitarse a considerar sólo dos modelos de democracia (mayoritario y consensuado), esta radica, en realidad, en dejar sin identificar todas las soluciones intermedias, que en realidad son la mayoría de los casos concretos. En otras palabras, su propósito es más decir cuánto un caso dado está más cerca o más lejos del modelo mayoritario o consensuado, o si el cambio en una de sus dimensiones es en una dirección u otra. Por el contrario, como veremos, las múltiples tipologías permiten, en última instancia, reunir modelos más específicos, ya sean mayoritarios o consensuados, y en este sentido muestran una mayor precisión en la identificación de una democracia con respecto a las dimensiones consideradas más importantes. Ambas estrategias son útiles. Uno no debe prevalecer sobre otro. En todo caso, deberían perfeccionarse, como de hecho el propio Lijphart lo hizo entre 1984 y 1998 (ver 1999).

La segunda estrategia, es decir, construir *múltiples tipologías*, sigue el método tradicional de formular una tipología, pero con más dimensiones y, en última instancia, con más tipos. Para ello, es esencial referirse a los numerosos estudios importantes de esos aspectos institucionales en las últimas décadas (Powell, 1982; Lijphart, 1999; Linz y Valenzuela, 1994; Sartori, 1994; y otros). Por ejemplo, una tipología múltiple podría reunir la tipología del sistema electoral, la del tipo de gobierno democrático y la del sistema de partidos (véase, por ejemplo, Pomper, 1992; y Sartori, 1976). El número y el tamaño relativo de los partidos, algunos de sus aspectos organizativos específicos, y la com-

posición, homogeneidad o heterogeneidad de la coalición de partidos que apoya al gobierno, son las principales características que definen el sistema de partidos en una democracia.

### CÁNONES DE MILL

Entre los cánones que aparecen en el Sistema de lógica de John Stuart Mill (1843 y 1967), está el de *las variaciones concomitantes*, considerado como uno de los fundamentos de la estadística. Empleado por Durkheim en sus investigaciones, este canon analiza y considera las variaciones cuantitativas de las variables operativas. Aunque el propio Mill interpretó sus cánones en relación con la lógica inherente de las ciencias físicas y naturales en lugar de las sociales, los cánones que nos interesan porque son pertinentes para el análisis comparativo son 1) el canon de la concordancia; y 2) el de la diferencia. A esto podríamos añadir un tercer canon, el conjunto de acuerdo y diferencia. Es importante comprender el mecanismo analítico que se encuentra detrás de estos dos cánones, porque puede ayudarnos a realizar una mejor comparación (ver Tabla 1).

**Tabla 1. Los dos cánones para el análisis comparativo histórico**

<b>El método de las concordancias</b>			
Caso 1	Caso 2	Caso 3	
A	D	g	Diferencias generales
B	E	h	
C	F	i	
X	X	x	Semejanza crucial
Y	Y	y	
<b>El método de las diferencias</b>			
Caso positivo		Caso negativo	
A		a	Semejanzas generales
B		b	
C		c	
X		no x	Diferencia crucial
Y		no y	

x = Variables causales

y = Fenómeno a explicar

Fuente: Skocpol (1984, p. 379).

El *canon* de la concordancia establece que “si dos o más instancias del fenómeno bajo investigación tienen una sola circunstancia en común,

la circunstancia en la que solo todas las instancias están de acuerdo es la causa (o efecto) del fenómeno dado” (Mill, 1967, p. 255). Esto muestra cómo el problema central sigue siendo la explicación del fenómeno. De hecho, los diferentes aspectos del fenómeno dado deben ser comprendidos con precisión y exactitud, y hacerlo requerirá una gran claridad analítica y teórica al abordar el fenómeno.

El *canon de diferencia* establece que “si un caso en el que ocurre el fenómeno bajo investigación, y un caso en el que no ocurre, tienen todas las circunstancias en común excepto una, esa ocurre solo en la primera; la circunstancia en la que solo las dos instancias difieren es el efecto, o la causa, o una parte indispensable de la causa, del fenómeno” (Mill, 1967, p. 256). Este canon es complementario al anterior, y el método de variaciones concomitantes es, en efecto, sólo una versión más sofisticada del mismo.

El método de concordancia y el método de diferencia representan esencialmente dos formas diferentes de ver el mismo problema. Estos dos cánones reafirman la necesidad de claridad analítica con respecto a todas las dimensiones del fenómeno: en el plan de hechos concretos es importante poseer la máxima cantidad de información sobre el fenómeno. Un tercer canon relevante de Mill es el llamado *canon conjunto de concordancia y diferencia*. Combina el método de la semejanza y el método de la diferencia, y por lo tanto no añade mucho más. Podemos decir, entonces, que al hacer una comparación generalmente comenzamos identificando las circunstancias comunes, pero es entonces el análisis de las diferencias lo que nos permitirá obtener un conocimiento más profundo del fenómeno. Un ejemplo debería ayudar a aclarar cómo usar los dos cánones principales. Después del proceso de democratización, y con igual difusión, el estado de bienestar se desarrolló en muchos países. Algunos estudiosos prefieren subrayar la circunstancia común de los diversos países; otros privilegian un análisis de los divergentes. Se puede observar, sin embargo, que el análisis de las “circunstancias adicionales” (es decir, de las diferencias) nos permite lograr una mejor comprensión del fenómeno y definir algo nuevo y más significativo, evitando generalizaciones de sentido común demasiado vagas. Le añadimos que al desarrollar nuestro análisis a menudo tendemos a enfatizar las diferencias en lugar de las similitudes: el método de la diferencia parece, por lo tanto, ser más recurrente y, en cierto sentido, más efectivo que el de la concordancia. Sin embargo, el objetivo compartido de ambos cánones es llegar a una explicación más precisa del fenómeno investigado.

Los cánones de Mill, sin embargo, requieren una advertencia sustancial para ser entendidos más completa y apropiadamente, como se desprende indirectamente del ejemplo entregado. Más específicamen-



te, si se entienden sobre la base de lo que Mill realmente afirma, ambos cánones implican suposiciones muy fuertes: 1. Damos por sentado que somos capaces de especificar y detectar empíricamente todos los elementos que entran en la explicación del fenómeno; 2. La explicación es “determinista” y no probabilística; 3. Se presupone que existe una sola causa; 4. No hay interacciones entre las causas que transforman el efecto; 5. Tenemos el mismo mecanismo que tiene el mismo resultado, ya que es capaz de especificar y detectar todos los datos en los diferentes casos (véase también Lieberson, 1992). Examinemos estas cinco suposiciones. El primero representa un deseo legítimo y debe ser el compromiso del investigador, entendiéndose como tal —no, por lo tanto, como una suposición— sin crear ilusiones ciegas. En segundo lugar, la explicación comparativa es de naturaleza determinista si tenemos un número limitado de casos, y los dos cánones de Mill recuerdan indirectamente esto. Es aconsejable ser consciente de esto al realizar un análisis comparativo. En cambio, se sabe que con un alto número de casos y el uso de estadísticas la explicación se vuelve probabilística. En tercer y cuarto lugar, como sabe cualquier que haya investigado, la multicausalidad y las interacciones entre explicaciones deben ser aceptadas y sometidas a una investigación cuidadosa, y en este sentido los dos supuestos relativos deben ser rechazados y los cánones entendidos en un sentido mucho menos rígido. Finalmente, debemos tener en cuenta la multicausalidad coyuntural, en la que el efecto en sí puede ser el resultado de una combinación diferente de causas y en muchos casos solo puede resolverse mediante una aplicación cuidadosa del rastreo de procesos. En este sentido, la suposición final puede ser ignorada. Dicho todo esto, los cánones de Mill apuntan a dos modelos de explicación comparativa (ver arriba) que debemos tener cuidadosamente en cuenta en nuestra investigación.

#### **EN BUSCA DE NUEVAS REGLAS PARA LA CONCEPTUALIZACIÓN**

Al considerar los desarrollos de la metodología comparativa desde finales de la década de 1980, los avances más significativos se han logrado no solo gracias a las nuevas técnicas estadísticas que podemos usar, sino también gracias a los esfuerzos que los académicos comparativistas pusieron en la construcción de una investigación cualitativa más precisa, rigurosa y confiable que pudiera cumplir con los mismos estándares de análisis cuantitativo. Según algunos de los comparativistas, esto implicaría la adopción de las reglas claves del análisis cuantitativo (ver sobre esto King, Keohane y Verba, 1994), mientras que según otros (ver esp. Brady y Collier, 2004) es posible una posición más moderada y distintiva. Cuando nos preguntamos cuáles han sido estos avances y nos centramos selectivamente en los principa-

les resultados, al menos deberíamos incluir: un replanteamiento de las reglas para la conceptualización; el desarrollo exitoso del rastreo de procesos; algún intento, no siempre exitoso, de formalización; el método comparativo configuracional, con un enfoque en el análisis comparativo cualitativo<sup>1</sup>.

Sobre la primera cuestión, recordemos que bajo el impulso de las nuevas y cambiantes realidades se abordó una importante cuestión metodológica: ¿hay alguna manera de elaborar otras reglas, menos estrictas y más abiertas a nuevas formas de categorización? Collier y Mahon (1993) fueron muy influenciados por la lección de Sartori, pero al mismo tiempo fueron muy sensibles a la necesidad de una nueva investigación comparativa. Collier especialmente ya era un reconocido experto en América Latina. Por lo tanto, propusieron tomar en consideración dos formas más de desarrollar una categorización además de la clásica; esto es, la semejanza familiar y el concepto radial.

*La semejanza familiar* “implica un principio de pertenencia a categoría diferente del de las categorías clásicas, en el sentido de que puede no haber un atributo único que todos los miembros de la categoría compartan [...] puede no haber ningún rasgo que todos los miembros de la familia, como miembros de la familia, tengan en común” (Collier y Mahon, 1993, p. 847). Con una fuerte simplificación, podemos construir una categoría con varios atributos (por ejemplo: A, B, C, D) y bajo esa categoría podemos incluir casos que comparten solo algunos atributos y no otros, como, por ejemplo, A y B, A y C, B y D, y así sucesivamente. Un ejemplo importante sugerido por los autores es el concepto de “corporativismo”, que puede definirse a través de una serie de atributos y tal concepto caracterizó las relaciones laborales en algunos países latinoamericanos “a pesar de la variación en las características de estructuración corporativa, subsidio y control de grupos” (*ibidem*). La noción y las ventajas de una categorización de semejanza familiar pueden captarse mejor si la pensamos como una propuesta renovada del tipo ideal weberiano, que es un modelo analítico que el investigador no espera que sea la descripción precisa de cada caso empírico que a su vez es solo una aproximación parcial al modelo.

La segunda categorización se refiere al *concepto radial* donde “el significado general de una categoría está anclado en una ‘subcategoría central’”, que siempre está presente en cada caso, mientras que otros atributos también pueden estar presentes en esos casos y se pueden construir otras subcategorías (Collier y Mahon, 1993, p. 848). La Figura 5 sugiere una categorización radial utilizando el término demo-

---

1 ACC en español o QCA en inglés (nota del traductor).

cracia y mostrando cómo la democracia participativa, la democracia liberal y la democracia popular se caracterizan por la participación política efectiva como categoría primaria, pero al mismo tiempo pueden tener diferentes categorías secundarias. Para comprender mejor la utilidad de tal categorización que a primera vista podría considerarse similar a la categorización clásica son necesarias dos observaciones. Primero, el atributo central y recurrente debe estar presente, y algunos de los otros atributos pueden estar presentes con diversos grados si los hay. En segundo lugar, al agregar una categoría secundaria, es posible obtener una denotación más amplia (por ejemplo, el número de casos) a pesar de la connotación más amplia. En otros términos, se viola la regla general de la conexión inversa. Un buen ejemplo puede ser la “democracia electoral” frente a la “democracia”, donde la primera categoría es más amplia que la segunda en términos de denotación o extensión, así como de connotación. Esto es así en la forma en que se adoptan los términos, ya que para varios autores hay “democracia electoral” cuando hay elecciones y un grado mínimo, incluso manipulado, de competencia, mientras que al mismo tiempo la definición de “democracia” implica estándares más altos.

**Figura 5. Ejemplo de concepto radial: Democracia**

	<b>Categoría</b>	<b>Componentes</b>
Categoría primaria	Democracia	A B C
Categoría secundaria	Democracia participativa	A
	Democracia liberal	A B
	Democracia popular	A C

Fuente: Collier y Mahon (1993, p. 850).

Notas: A=participación política efectiva; B=Limitación del poder estatal; C=resultados sociales y económicos de la equidad relativa.

En conjunto, por un lado, las dos renovadas o nuevas estrategias de categorización apuntan a una implementación menos rígida de la categorización clásica en el uso de la escalera de generalidad y, por otro lado, tratan de responder a las nuevas necesidades de la investigación empírica con sus diferentes realidades y cambios de las antiguas. Discutamos a continuación otra estrategia de investigación que también responde a la solicitud de avances, especialmente provenientes de la investigación cualitativa.

#### **RASTREO DE PROCESOS**

Un *proceso* es un “conjunto de interacciones recurrentes entre actores individuales y colectivos dentro de estructuras cambiantes, que se

extiende en el tiempo, puede o no desarrollarse en un resultado esperado, es en ocasiones unilineal, pero siempre es abierto”. Agreguemos que dentro de esta definición de proceso hay espacio para mecanismos mínimamente definidos como “enlaces o conexiones recurrentes” (ver Morlino 2011, p. 20). En el centro de esta forma de analizar la realidad está *el tiempo, el tiempo y las secuencias*, es decir, el enfoque en los eventos en sus características cambiantes, en su devenir, en su transformación y también en sus conexiones relacionadas. “*Rastreo*” implica la habilidad del erudito para reconstruir los detalles de ese proceso o procesos de cambio. En esta perspectiva, Collier (2011, p. 823) enfatiza correctamente cuán intensiva, “la descripción cuidadosa es una base del rastreo de procesos”. La descripción puede ser de diferentes tipos y apoyarse en varias fuentes. Podemos describir un evento o un conjunto de eventos, algunos de ellos recurrentes. La descripción puede ser cualitativa, pero también cuantitativa o mixta. Las fuentes pueden ser documentos oficiales, memorias, encuestas masivas, entrevistas en profundidad y todas las demás que adoptamos en nuestra investigación.

Al relacionar los dos términos —proceso y rastreo— podemos ver el paso importante adicional, que eventualmente identifica esta estrategia: tenemos una estrategia de investigación, que es potencialmente muy efectiva tanto para el análisis comparativo como para los estudios de caso y puede definirse como el intento de deducir *relaciones y secuencias* de causalidad a través de la identificación de mecanismos causales (George y McKeown, 1985). Esto implica una atención centrada en las hipótesis que iluminan las posibles conexiones y los controles empíricos relacionados. En esta perspectiva, por ejemplo, esta estrategia puede ser especialmente gratificante para analizar todos los fenómenos de democratización, como los procesos de transición a la democracia, la consolidación, la crisis y también el empeoramiento o la profundización de la democracia, donde el tiempo y las secuencias son tan relevantes con, por ejemplo, un enfoque en diferentes interacciones, a menudo inesperadas o no deseadas, entre actores individuales o colectivos, y diferentes estrategias dentro de un contexto dado o cambiante y con resultados a veces inesperados y no deseados.

Los dos autores que más contribuyeron al desarrollo de esta estrategia de investigación (ver en especial George y Bennett, 2005) con el liderazgo del académico principal Alexander L. George la enmarcaron *dentro de la comparación estructurada y enfocada*, es decir, dentro de una visión de la comparación que es

“estructurada” en que el investigador escribe preguntas generales que reflejan el objetivo de la investigación y que estas preguntas se hacen de cada

caso en estudio para guiar y estandarizar recogida de datos, posibilitando así la comparación sistemática y la acumulación de los resultados de los casos [...] “enfocado” en el sentido de que se ocupa sólo de ciertos aspectos de los casos históricos examinados” (véase de nuevo George y Bennett 2005, p. 67).

Básicamente, la atención a preguntas clave y más amplias, el enfoque en aspectos específicos, la recopilación de datos, la acumulación de conocimiento, hacen explícita la característica clásica del método comparativo al agregar una mayor conciencia a los académicos comparativos, especialmente aquellos que están comprometidos con el análisis cualitativo. Esto también explica el éxito de esta estrategia de investigación, al menos en términos de respaldo por parte de un gran número de académicos, que también se refleja en el florecimiento de la literatura sobre el tema (véase, por ejemplo, Beach y Brun Pedersen, 2013; Bennett y Checkel, 2015; Gerring 2007, en especial el capítulo 7).

El rastreo de procesos implica dos formas de analizar las relaciones de causalidad. Estas son la verificación de procesos y la inducción de procesos o, en otras palabras, pruebas teóricas y generación de teorías o desarrollo de teorías. La primera prueba si los procesos observados en un caso confirman lo que han sostenido las teorías anteriores, en otras palabras, si existe “congruencia” entre los resultados de un caso con sus diferentes dimensiones y las expectativas de la teoría propuesta o existente. La segunda implica la observación inductiva de mecanismos causales evidentes, que se transforman en hipótesis interpretativas para pruebas empíricas posteriores (ver Bennett y George, 1997). Ambas formas de entender el rastreo de procesos implican la reconstrucción de una cadena causal ininterrumpida de la variable independiente a la dependiente y pueden implicar la referencia a muchos mecanismos causales. En esta perspectiva, podríamos decir que el rastreo de procesos es un método específico que puede emplearse tanto para la generación de hipótesis o la generación de teorías como para la prueba de hipótesis o el análisis comparativo de pruebas teóricas, incluso dentro de estudios de casos.

Cabe agregar que Beach y Brun Pedersen (2013, pp. 18-22) prevén una tercera posibilidad que etiquetan como “resultado explicativo”, que se caracteriza por estar centrada en el caso en lugar de comparar, por el propósito de explicar un resultado histórico particularmente desconcertante a través de una explicación mínimamente suficiente, por el esfuerzo de rastrear el mecanismo compuesto específico del caso, por una inferencia que es mínimamente suficiente para la explicación. Sin embargo, esta tercera variante de la estrategia es relevante

solo para un solo estudio de caso, y no para la investigación comparativa. Para lo que es más relevante aquí, las dos primeras variantes son más importantes, y en general la estrategia de rastreo de procesos proporciona una comparación de N- pequeño con enfoque, mayor conciencia y posiblemente rigor, exactitud y precisión sistemáticas.

Al ilustrar las características y los activos del rastreo de procesos, George y Bennett (2005, p. 210-211) también indican las variedades de estrategias más específicas que se pueden llevar a cabo. Primero, el más simple y relativamente más directo es *la narrativa detallada*, es decir, la presentación en forma de narrativa de una historia altamente específica que describe cómo tuvo lugar un evento sin usar ninguna teoría, hipótesis o variable relacionada con la teoría. En segundo lugar, el *uso de hipótesis* y generalización, es decir, la narrativa está incrustada en hipótesis causales explícitas o hace referencia a alguna generalización que apoya la explicación. En tercer lugar, *la explicación analítica* donde una narrativa histórica se transforma en una explicación analítica causal que hace referencia explícita a la teoría. Cuarto, *se construye una explicación general* ya que este es el objetivo de la investigación o porque faltan los datos para una explicación detallada. Podemos ver aquí que el rastreo de procesos se puede aplicar a la macropolítica, pero también a la micropolítica. En otras palabras, no es necesario un nivel individual de análisis. Dentro de estas cuatro variedades de rastreo de procesos donde el nivel de abstracción y la prominencia de la teoría son más altos de la primera a la cuarta, podemos destacar diferentes tipos de procesos causales. Incluyen: *causalidad lineal*, caracterizada por una cadena directa de eventos; *convergencia* de “varias condiciones, variables independientes o cadenas causales” (George y Bennett, 2005, p. 212); *causalidad interactiva* donde las variables no son independientes entre sí y se identifican efectos de interacción complejos; *Dependencia de trayectoria* donde se identifican las decisiones clave, se selecciona una secuencia de eventos y, debido a esa secuencia, la probabilidad de un resultado se vuelve mucho mayor.

Podría preguntarse legítimamente si en algunas de sus variantes el rastreo de procesos no es solo una reconstrucción histórica buena y precisa que conecta los hechos, reuniendo las relaciones causales con gran detalle. Según Bennett y George (2005, pp. 225-230), la diferencia entre el método histórico y el rastreo de procesos radica en el hecho de que el rastreo de procesos requiere una “conversión” de la narrativa histórica en una articulación analítica que produce una explicación basada en variables teóricas claramente identificadas en el diseño de la investigación. Sin embargo, se puede agregar que varios académicos que se definen a sí mismos como historiadores en realidad tienen objetivos teóricos de investigación y estrategias que son

similares a los de aquellos académicos que se consideran politólogos. La superposición de estrategias de investigación y al mismo tiempo la distinción de identidades disciplinarias, son posibles y pueden admitirse de manera realista.

En general, el rastreo de procesos se puede utilizar de manera muy efectiva en perspectiva comparatista, pero aquí surge uno de sus principales problemas: requiere una gran cantidad de información para ser aplicada adecuadamente, y si hay datos no accesibles, puede resultar débil como herramienta analítica. En cualquier caso, esto significa que el rastreo de procesos se puede utilizar cuando tal vez un equipo de investigación está trabajando si están de manera efectiva y altamente organizada en su investigación empírica y para un número limitado de casos. En realidad, no es adecuado para su aplicación a, digamos, más de cinco o seis casos.

En dos puntos relacionados, sin embargo, el rastreo de procesos demuestra su superioridad. La primera es que es particularmente útil si hay *equifinalidad*, es decir, cuando se obtienen resultados similares en la realidad a través de diferentes procesos y, por lo tanto, probablemente apuntan a explicaciones al menos parcialmente diferentes. Si esto es así, solo los detalles cualitativos que podemos detectar con esta estrategia de investigación pueden permitirnos comprender las diferencias y, en consecuencia, reconstruir una explicación más precisa y profunda. El rastreo de procesos también es indispensable cuando el mismo factor causal produce resultados diferentes. Aquí también es una forma insustituible de especificar e investigar cualquier estudio de caso e investigación comparativa. En estos puntos, el rastreo de procesos ayuda a evitar relaciones espurias. Finalmente, como señala Mahoney (2003, p. 365), es una herramienta particularmente útil en aquellas investigaciones, incluidas las comparativas, en las que las variables explicativas y los resultados están separados por un período de tiempo muy largo. Sin embargo, en casos como estos se acentúa la dificultad ya mencionada anteriormente como debilidad del instrumento, a saber, la necesidad de una gran cantidad de datos precisos, que son mucho más difíciles de conseguir cuando se aplica este método de análisis a un amplio período de tiempo.

#### **MÉTODO COMPARATIVO CONFIGURACIONAL Y ANÁLISIS COMPARATIVO CUALITATIVO**

Si se considera un avance científico, ¿es posible una formalización lógica del método comparativo? Y si es así, ¿cómo se puede lograr? Las respuestas a estas preguntas surgieron durante las últimas déca-

das del desarrollo del *Método Comparativo Configuracional* (MCC)<sup>2</sup>, (ver especialmente Rihoux y Ragin, 2009). En aras de la claridad, enfatizamos inmediatamente que el método comparativo configuracional está muy distante del análisis estadístico (ver capítulo siguiente) ya que se basa en una concepción determinista de la realidad, no probabilística, es decir, una concepción que se basa en ese método de condiciones necesarias y suficientes que mencionamos en la sección anterior. Además, especialmente en su uso real, MCC ha sido adoptado en la investigación macropolítica con objetivos de teoría de rango medio. En tercer lugar, debido al conocimiento requerido y profundo del método, parece más adecuado para una estrategia comparativa de N-pequeño. Sin embargo, también podría utilizarse para un gran número de casos y a nivel micro. Bajo el MCP más general hay especialmente tres técnicas relevantes, *el análisis comparativo cualitativo de conjunto nítido* (csQCA), *el análisis comparativo cualitativo multivalor* (mvQCA) y *el análisis comparativo cualitativo de conjunto difuso* (fsQCA) (ver también Schneider y Wagemann, 2012).

En cuanto al csQCA, podemos referirnos básicamente al álgebra de Boole y su formalización propuesta por Ragin (1987). Expresada en términos simples, la formalización propuesta es por medio de tablas de verdad, a las que se aplican el álgebra booleana y los cánones de Mill. Estos últimos fueron discutidos en el apartado anterior. Ahora podemos recordar el método de *causa/s suficiente/s*, es decir, causa/s cuya presencia basta para justificar la producción de un efecto: en otras palabras, una condición es suficiente para un resultado si el resultado/efecto siempre ocurre cuando esa condición está presente, pero el resultado también puede ser el resultado de otras condiciones; y, *causa/s necesaria/s*, es decir, la/s causa/s que siempre están presentes cuando se produce el resultado, de modo que sin las cuales no ocurre un fenómeno dado. Esas causas, sin embargo, podrían no ser suficientes para producir ese fenómeno (en el sentido de que solo surgen algunas causas necesarias y no otras).

Un análisis de las condiciones suficientes y necesarias es importante para la explicación, aunque con todos los límites intuitivos que tales métodos tienen en el análisis comparativo cualitativo: no siempre es posible comprender si ciertas causas son necesarias y suficientes y nuevas causas pueden llegar a serlo. Por el contrario, el álgebra de Boole se basa en la lógica binaria, caracterizada por

---

2 CCM en inglés, nota del traductor.



la presencia, o más bien la ausencia, de un cierto fenómeno. Una ilustración inicial se puede ver en la Tabla 2.

**Tabla 2. Tabla de verdad representativa con cuatro condiciones causales**

Condiciones				Resultados	Número de casos
X1	X2	X3	X4	Y	
0	0	0	0	0	8
0	0	0	1	0	6
0	0	1	0	1	10
0	0	1	1	0	5
0	1	0	0	1	13
0	1	0	1	0	7
0	1	1	0	1	11
0	1	1	1	1	5
1	0	0	0	1	9
1	0	0	1	1	3
1	0	1	0	0	12
1	0	1	1	0	23
1	1	0	0	0	15
1	1	0	1	1	5
1	1	1	0	0	8
1	1	1	1	1	6

Fuente. Ragin (1987, p. 88)

¿Cuáles son las ventajas y los inconvenientes de recurrir a dicha formalización? En términos esquemáticos, hay una serie de ventajas principales: en primer lugar, la posibilidad de resaltar claramente la *causalidad coyuntural*, es decir, identificar las diferentes combinaciones de causas que pueden conducir al fenómeno que se estudia; en segundo lugar, podemos enfatizar la *multicausalidad*, que surge con tanta frecuencia en el análisis comparativo de los fenómenos macropolíticos; y en tercer lugar, en cuanto al rastreo del proceso, también podemos detectar la *equifinalidad*, es decir, resultados similares son el resultado de diferentes combinaciones de condiciones; en cuarto lugar, esta formalización nos obliga a proceder con un rigor y precisión sistemática que de otro modo sería más difícil de alcanzar.

También hay una serie de inconvenientes significativos para esta formalización. Sobre todo, nos obliga a simplificar y esquematizar la investigación, con el riesgo de perder información y alejarnos aún más de la realidad que se está estudiando. El segundo inconveniente es la gran cantidad de trabajo requerido para elaborar tablas de verdad precisas y pertinentes. El tercer aspecto negativo, vinculado a los demás, es la dificultad objetiva de elaborar tablas de verdad que no

sean banales sino significativas. Estos dos últimos inconvenientes son lo opuesto a la tercera ventaja mencionada anteriormente.

El cuadro 3 ofrece un ejemplo concreto de las posibles ventajas y desventajas de la formalización. Como puede verse, el investigador podría decidir no recurrir a la formalización, porque los datos disponibles no lo permiten o porque en su opinión los inconvenientes superan las ventajas. Sin embargo, la lógica que rige la formalización debe mantenerse esencialmente cada vez que no recurramos explícitamente a la elaboración de tablas de verdad en toda regla.

**Tabla 3. Tabla de verdad hipotética que muestra tres causas del fracaso del régimen**

Condiciones			Fracaso del régimen	Número de casos
A	B	C	F	
0	0	0	0	9
1	0	0	1	2
0	1	0	1	3
0	0	1	1	1
1	1	0	1	2
1	0	1	1	1
0	1	1	1	1
1	1	1	1	3

Fuente: Ragin (1987, p. 90).

Notas= A: conflicto entre oficiales militares mayores y jóvenes; B: muerte de un poderoso dictador; C: insatisfacción con el régimen.

Una de las críticas más relevantes a métodos tipo csQCA fue que solo las variables dicotómicas podían insertarse en las tablas de verdad. Esta limitación parecía ser una simplificación inadecuada a la realidad de los fenómenos sociales y políticos. Por ejemplo, a menudo no es posible decidir de manera dicotómica si un régimen político es o no democrático. De hecho, la existencia de diversos tipos de democracia y diversos grados de calidad democrática exige una escala que, aunque cualitativa, tenga en cuenta la gradualidad de los fenómenos políticos.

El intento de responder a tal crítica fue la propuesta de un análisis comparativo cualitativo multivalor (mvQCA), donde la diferencia clave entre el csQCA y el mvQCA radica en el hecho de que la segunda técnica permite variables multivalor en lugar de solo dicotómicas. Básicamente se puede considerar como una extensión de la primera técnica. En consecuencia, el conjunto de datos analizados con csQCA también se puede procesar con mvQCA. Las condiciones multivalor pueden ser el resultado de una escala nominal multicategorica, una escala ordinal o también mediante el uso de múltiples umbrales para

los datos de intervalo (véase Cronqvist y Berg-Schlosser, 2009). La decisión sobre qué escala adoptar o qué umbral establecer se justifica por el conocimiento empírico que tenemos del fenómeno bajo escrutinio y las decisiones teóricas relacionadas que tomamos al analizar las condiciones más relevantes. Una decisión de sentido común es no establecer más de tres o cuatro valores o umbrales por condición.

El fsQCA es un paso adicional por el mismo camino lógico y también surgió como un desarrollo constructivo contra las críticas basadas en tablas de verdad y álgebra booleana. Charles C. Ragin, que ya había desarrollado un algoritmo y un software para el análisis de tablas de verdad dicotómicas (Ragin, 1987 y más recientemente 2008a), trató de responder a esta crítica recurriendo a un nuevo enfoque utilizado en computación (Zadeh, 1965; 1968), el de los conjuntos difusos. Un conjunto difuso es un “conjunto” con límites “flexibles”. En otras palabras, no es necesario declarar inmediata y dicotómicamente si un país determinado cae dentro del conjunto democrático o no, porque puede ser que solo encaje parcialmente. Solo tenemos que pensar en el “régimen híbrido” (Morlino, 2012) y las democracias en transición, y se hace evidente que la democracia en sí misma casi nunca es un fenómeno dicotómico.

Así, fsQCA caracteriza el grado de pertenencia del caso a la categoría, es decir, el grado de pertenencia, a través de la llamada *calibración*. En pocas palabras, la calibración implica una especificación de los valores umbral para la membresía completa, la no membresía completa y los puntos de cruce y se basa en las

[...] agrupaciones amplias de casos del investigador según su grado de membresía en el conjunto objetivo, [...] el investigador realiza una clasificación inicial de casos en diferentes niveles de membresía, asigna a estos diferentes niveles puntajes preliminares de membresía, y luego refina estos puntajes de membresía utilizando los datos de escala de intervalo (Ragin, 2008, p. 190).

Por supuesto, una calibración más precisa de los valores de la escala de intervalos implica bases empíricas sólidas para la evaluación cualitativa de la pertenencia al conjunto, así como el conocimiento teórico (véase también Ragin, 2009, pp. 89-111).

FsQCA se basa en las reglas aritméticas del álgebra de conjuntos difusos<sup>3</sup> (Klir et al., 1997). El algoritmo es comparable al de la minimización de las tablas de verdad “clásicas” (es decir, aquellas solo con valores dicotómicos). Sin embargo, el proceso matemático que se aplica es mucho más sofisticado que el único uso en álgebra de Boole

---

3 *Fuzzy-set algebra* [Nota del traductor].

(Ragin 2000, p. 171; Ragin, 2004). Sobre todo, para una aplicación del álgebra de conjuntos difusos necesitamos redefinir los conceptos clave del análisis de tablas de verdad, es decir, las condiciones necesarias y suficientes (Ragin, 2000). Además, se ha creado un software para analizar estas tablas de verdad no dicotómicas con la ayuda de una computadora, dado que el algoritmo es tan complejo que ya no es posible encontrar una ecuación causal sin la ayuda de una (ver también Ragin, 2009; y nuevamente Schneider y Wagemann, 2012). Para dar un ejemplo simple, a las democracias completas se les podría dar un valor difuso de “1”, mientras que a las cuasidemocracias (Morlino, 2012) obtendrían un valor difuso de “0.8”, y así sucesivamente. De esta manera, una escala de valores difusos consiste en dos extremos cualitativos (democracia-no democracia), con pasos intermedios cuantitativos (= grado de pertenencia de la instancia a la categoría). De hecho, una realidad social muy compleja y altamente diferenciada hace necesario graduar los fenómenos observados.

Obviamente, existe el riesgo de que este proceso de codificación se vuelva arbitrario, especialmente si la escala difusa está muy diferenciada. Por lo tanto, la máxima transparencia es absolutamente indispensable para la codificación. Según Ragin, el análisis formal debe ir precedido de un intenso compromiso con la codificación de las instancias, respetando también los enfoques teóricos (Ragin 2000, p. 7; véase también 2008a). De esta manera, el análisis sigue siendo fuertemente cualitativo, ya que una de las características más importantes de este enfoque es la familiaridad del investigador con los casos, lo que permite el desarrollo de un esquema de codificación. Obviamente, el número de casos debe ser bastante bajo para garantizar la familiaridad con casos individuales.

Aunque algunas críticas, sobre todo sobre las complejidades en la implementación de la técnica, son posibles e incluso razonables, fsQCA es una de las técnicas más sistemáticas y formalizadas en el análisis comparativo. En consecuencia, puede considerarse como un paso más en el desarrollo de la metodología comparativa. También nos muestra cómo las metodologías se comprometen a mejorar las técnicas analíticas, en este caso intentando superar las limitaciones derivadas de la dicotomización de los datos. Desde este punto de vista, vale la pena señalar que la posibilidad de utilizar computadoras no solo ha mejorado la aplicabilidad del análisis cuantitativo, sino también del método comparativo. El objetivo principal de las tres técnicas de ACC [Análisis Comparativo Cualitativo, o QCA en inglés] es explicativo. Sin embargo, como ya sabemos al reflexionar sobre la parametrización, una buena clasificación ha incorporado la misma lógica que la explicación. En consecuencia, mvQCA y fsQCA también

se pueden aplicar de una manera menos ortodoxa para lograr mejores clasificaciones y, en consecuencia, superar algunos de los problemas que hemos estado analizando con las múltiples tipologías.

## CONSIDERACIONES FINALES

En este punto, podríamos estar tentados a ver la comparación como un *deus ex machina*, una panacea para todo tipo de investigación. Sin embargo, debemos tener cuidado, porque no todo es comparación y comparar no sirve para todos los propósitos. Hemos visto cómo la comparación puede ser útil para probar explicaciones plausibles e igualmente aceptables para el mismo macrofenómeno político. Pero también cómo puede servir como instrumento para construir hipótesis nuevas y más originales. Sin embargo, debemos recordar al menos cuatro limitaciones principales del método comparativo.

En primer lugar, en un mundo cada vez más interdependiente, en el que el flujo de comunicación es cada vez más intenso y los países ya no pueden declararse políticamente independientes, la reconstrucción de las condiciones, las causas inherentes y originales y los efectos de ciertos fenómenos es cada vez más difícil. E incluso cuando estamos tratando con nuestro propio problema particular, no podemos dejar de evaluar el impacto que los eventos externos tienen en nuestro campo de estudio. En segundo lugar, el *proceso de aprendizaje* es la causa de una dificultad adicional asociada con la prueba de hipótesis. Tenemos un proceso de aprendizaje *positivo* cuando las lecciones se aprenden de eventos pasados o contemporáneos en otros países y se aplican a la acción en el presente. También puede haber un proceso de aprendizaje *negativo*, cuando la lección aprendida de ciertos eventos está, por el contrario, orientada hacia la “inacción”.

Para superar los problemas planteados por estos dos fenómenos, bastará con idear un diseño de investigación adecuadamente cuidadoso. Pero ¿cómo podemos superar una *tercera* limitación? Esta es el argumento de que la comparación es una operación conceptual “tensa” en el mejor de los casos, y en el peor brinda resultados banales e incluso superficiales. La comparación vista como conceptualmente forzada se deriva de la convicción de que los conceptos empíricos utilizados son *inconmensurables* (Feyerabend, 1975): esencialmente, cada concepto empírico bien formulado está tan profunda e inextricablemente ligado con el contexto y el objeto para el que se elabora que no puede exportarse o aplicarse a otra realidad, que solo es aparentemente similar. La objeción relativa a la inconmensurabilidad de los conceptos sólo puede responderse mediante un uso cuidadoso de la escalera de los mecanismos fundamentales de comparación. El cuarto problema de comparación es la llamada *causalidad coyuntural*. Es decir, el mis-

mo fenómeno puede tener diferentes causas. Su importancia radica en la dificultad de obtener una explicación satisfactoria, aunque hay varias estrategias que un investigador puede adoptar para lidiar con esta dificultad también.

En resumen, la comparación requiere mucho cuidado y atención, moderación y un sentido de los límites, pero si se maneja cuidadosamente ofrece una forma confiable y efectiva de conocimiento, y una que realmente necesitamos para comprender las complejidades del mundo en el que vivimos. Deberíamos, entonces, tratar de usar la comparación sin falsas ilusiones, con gran cuidado y una percepción clara de los problemas, de las dificultades y de los objetivos que nos estamos fijando.

## BIBLIOGRAFÍA

- Beach, Derek y Brun Pedersen, Rasmus (2013). *Process-Tracing Methods. Foundations and Guidelines*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Bennett, Andrew y Checkel, Jeffrey T. (Comps.) (2015). *Process Tracing. From Metaphor to Analytic Tool*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bennett, Andrew y George, Alexander L. (1997). *Process tracing in Case Study Research*. [Working paper]. Chicago: MacArthur Foundation.
- Brady, Henry E. y Collier, David (Comps.) (2004). *Rethinking social inquiry*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Bruschi, Alessandro (1991). Comparazione e controllo logico. En: Sartori, Giovanni y Morlino, Leonardo (Comps.), *La comparazione nelle scienze social*. Bologna: Il Mulino.
- Cohen, Morris R. y Nagel, Ernest (1936). *An Introduction to Logic and Scientific Method*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Collier, David (1991). Comparative method: Two decades of change. En: Rustow, Dankwart A. y Erickson, Kenneth P. (Comps.), *Comparative political dynamics: Global research perspectives*. Nueva York: Harper Collins Publishers.
- Collier, David (2011). Understanding Process Tracing. *PS-Political Science*, 44(4), 823-830.
- Collier, David y Mahon, James (1993). Conceptual stretching revisited: Adapting categories in comparative analysis. *American Political Science Review*, 87(4), 845-855.
- Dahl, Robert A. (1971). *Poliarchy. Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press.

- Downs, Antony (1985 [1957]). *An Economic Theory of Democracy*. Boston: Addison Wesley.
- Feyerabend, Paul K. (1975). *Against method*. Londres: Verso.
- Fideli, Roberto (1998). *La comparazione*. Milán: F. Angeli.
- Finer, Samuel (1954). Metodo, ambito e fini dello studio comparato dei sistemi politici. *Studi Politici*, 3, 26-43.
- George, Alexander L. y Bennett, Andrew (2005). *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge: MIT Press.
- George, Alexander L. y McKeown, Timothy J. (1985). Case Studies and Theories of Organizational Decision Making. *Advances in Information Processing in Organization*, (2), 21-58.
- Gerring, John (2007). *Case study research. Principles and practices*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Goertz, Gary (2006). *Social Science Concepts. A User's Guide*. Princeton: Princeton University Press.
- King, Gary; Keohane, Robert O. y Verba, Sidney (1994). *Designing social inquiry. Scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press.
- Klir, George J. et al. (1997). *Fuzzy Set Theory*. Upper Saddle River: Prentice Hall.
- Lieberson, Stanley (1992). Small N's and big conclusions: An examination of reasoning in comparative studies based on a small number of cases. En: Ragin, Charles C. y Becker, Howard S. (Comps.), *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lijphart, Arend (1984). *Democracies. Patterns of majoritarian and consensus government in twenty-one countries*. New Haven: Yale University Press.
- Lijphart, Arend (1999). *Patterns of democracy. Government forms and performance in thirty-six countries*. New Haven: Yale University Press.
- Mahoney, James (2003). Strategies of Causal Assessment in Comparative Historical Analysis. Em: James Mahoney y Dietrich Rueschemeyer (Comps.), *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mill, John Stuart (1967 [1843]). *A System of Logic. Ratiocinative and Inductive*. Londres: Longmans/Green and Co.
- Morlino, Leonardo (1998). *Democracy between Consolidation and Crises*. Oxford: Oxford University Press.

- Morlino, Leonardo (2011). *Changes for Democracy*. Oxford: Oxford University Press.
- Ogden, Charles K. y Richards, Ivor A. (1946). *The Meaning of the Meaning*. Nueva York: Harcourt Brace Jovanovitch.
- Pomper, Gerald M. (1992). Concepts of political parties. *Journal of Theoretical Politics*, 4(2), 143-159.
- Ragin, Charles C. (1987). *The Comparative Method. Moving Beyond Qualitative Strategies*. Berkeley: University of California Press.
- Ragin, Charles C. (1994). *Constructing Social Research*. Thousand Oaks: Fine Porge Press.
- Ragin, Charles C. (2000). *Fuzzy-Set Social Science*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ragin, Charles C. (2004). *From Fuzzy Sets to Crisp Truth Tables*. Typescript, Tucson <http://www.compass.org/RaginFSForthcoming.PDF>
- Ragin, Charles C. (2008). *Redesigning Social Inquiry: Fuzzy sets and Beyond*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ragin, Charles C. (2009). Qualitative Comparative Analysis Using Fuzzy Sets (fsQCA). En: Rihoux, Benoît y Ragin, Charles C. (Comps.), *Configurational Comparative Method: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Related Techniques*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Rihoux, Benoît y Ragin, Charles C. (Comps.) (2009). *Configurational comparative methods. Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related techniques*. Thousand Oaks: Sage.
- Sartori, Giovanni (1970). Concept Misformation in Comparative Politics. *American Political Science Review*, 64(4), 1033-1053.
- Sartori, Giovanni (1975). *The Tower of Babel*. En: Sartori, Giovanni; Riggs, Fred W. y Teune, Henry (Coords.), *Tower of Babel, On the Definition of Concepts in the Social Sciences*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Sartori, Giovanni (1976). *Parties and Party Systems: Framework of Political Analysis. Vol. 1*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sartori, Giovanni (1984). *Social Science Concepts. A Systematic Analysis*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Sartori, Giovanni (1987). *Elementi di teoria politica*. Bologna: Il Mulino.
- Schneider, Carsten Q. y Wagemann, Claudius (2012). *Set-Theoretic Methods for the Social Sciences: A Guide to Qualitative Comparative Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.



- Schumpeter, Joseph A. (1964 [1942]). *Capitalism, Socialism and Democracy*. Londres: Allen & Unwin.
- Smelser, Neil J. (1976). *Comparative Methods in the Social Sciences*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Weber, Max (1958 [1922]). *Economia e società*. Milán: Edizioni Comunità.
- Zadeh, Lotfi A. (1965). Fuzzy Sets. *Information and Control*, (8), 338-353.
- Zadeh, Lotfi A. (1968). Fuzzy Algorithms. *Information and Control*, (12), 99-102.

# O USO DO MÉTODO COMPARATIVO NA CIÊNCIA POLÍTICA<sup>1</sup>

Rodrigo Stumpf González

## INTRODUÇÃO

Este trabalho procura resgatar a importância do método comparativo como uma das opções de método nas ciências sociais e na ciência política, apresentando em linhas gerais seus pressupostos e desenvolvimento, com a discussão de seu uso no passado recente e seus limites e possibilidades.

Para isto é feito o caminho histórico do estudo da política comparada na ciência política, apresenta as origens metodológicas da comparação e como foi incorporada à ciência política. Em seguida é discutido o método e sua aplicação, suas limitações e evolução recente. Ao final, se apresenta um balanço das possibilidades abertas pela estratégia metodológica comparativa.

## AS ORIGENS DA COMPARAÇÃO NA CIÊNCIA POLÍTICA

Os fundamentos da comparação, como a atribuição de denominações a diferentes fenômenos políticos se encontra nas próprias origens das teorias sobre a política. Na obra de Platão, em diálogos como “A República” e “O Político” são identificadas diferentes formas de governo e

---

1 As ideias desenvolvidas neste capítulo foram objeto de um texto anterior que abordou alguns destes aspectos (González, 2008).

suas características, o que, com outros critérios também está presente na Política de Aristóteles e na República de Cícero. Embora sem uma preocupação específica com método, estes autores estão comparando, uma vez que suas classificações são oriundas não apenas da criação abstrata, mas da observação da realidade.

Seguindo esta tradição, de construir a teoria a partir da observação, muitos autores apresentaram descrições de instituições com comparações implícitas. Quando Montesquieu faz seu elogio da Constituição da Inglaterra, no “Espírito das Leis”, está, sem expressar diretamente, comparando o funcionamento do Estado no país vizinho com o absolutismo francês. Alexis de Tocqueville, embora faça a análise dos Estados Unidos da América em “A democracia na América” e da França em “O antigo regime e a revolução”, no fundo está comparando os dois países.

A formalização das regras do exercício do poder, com o surgimento das Constituições, a partir das revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX permite retomar a tradição de análise descritiva que existiu entre os gregos e romanos. Surgem desta forma os estudos de “Governo Comparado”, ou “Política Comparada”, que tem na obra *Modern Democracies*, de James Bryce, em 1921, um de seus marcos fundacionais.

Com uma influência da tradição do direito germânico, da qual surge a noção de Teoria Geral do Estado e da apresentação das características de múltiplos países, unindo elementos da história política e do direito constitucional se alimentou o campo da política comparada na primeira metade do século XX, quando começa a ser contestado por uma nova geração de autores, principalmente nos Estados Unidos da América, que aponta suas limitações. Na América Latina e em países como Espanha, França e Portugal, nos quais a Ciência Política durante décadas sofreu influência e esteve muito ligada às Faculdades de Direito, este processo foi mais tardio.

Segundo Hardgrave e Bill (1973) este modelo de política comparada possui seis características negativas — configurações descritivas, legalismo formal, paroquialismo, conservadorismo, ênfases não teóricas e insensibilidade metodológica. Estas obras normalmente fazem a caracterização das instituições políticas de vários países, colocando-as lado a lado como capítulos de um mesmo livro, sem aprofundar as consequências das diferenças e semelhanças existentes. Uma nova visão metodológica buscou romper estas barreiras

Os estudos baseados na comparação de governos em geral utilizavam alguns países como ideal tipo para descrever um modelo institucional: Estados Unidos da América como Presidencialismo, Reino Unido como Monarquia Parlamentar, França como Repúbli-

ca Parlamentarista. Incluída depois a União Soviética como modelo de socialismo (ou totalitarismo na linguagem da guerra fria). Outros casos eram discutidos a partir de suas eventuais diferenças com o paradigma. O que Hardgrave e Bill (1973) chamam de parochialismo era etnocentrismo puro, no qual os países do Ocidente eram modelo para o mundo.

Após a Segunda Guerra Mundial este modelo de análise perdeu sua já pouca capacidade explicativa. A assembleia de fundação da ONU em 1945 contou com 51 países, a maioria da Europa e Américas. Na África apenas três países eram independentes: Egito, Etiópia e África do Sul. Grande parte dos países da Ásia, ainda que contando em alguns casos com independência nominal, estavam sob controle militar dos impérios britânico e francês. Em poucos anos o número duplicou (contando em 2023 com 193 membros).

As descrições institucionais e a análise da política formal — sistemas eleitorais, partidos, divisão constitucional de poderes eram pouco úteis para entender o funcionamento dos novos estados. No lugar das análises jurídicas cresce a influência do estrutural funcionalismo e do conceito de sistema político, como por exemplo, em Almond e Coleman (1960) e Almond e Verba (1989 [1963]), Almond e Powell, (1966), influenciando também na forma como o tema é ensinado nas universidades, considerando-se um marco da mudança de ênfase o manual de Macridis e Brown (1961).

Paralelamente, cresceu a preocupação entre os cientistas políticos com a necessidade de maior formalidade metodológica nas análises e menor peso as avaliações de caráter normativo.

Aos poucos o campo de a Política Comparada deixa de ser caracterizado pelo “estudo dos outros”, com a Ciência Política se limitando a análise do caso nacional do pesquisador, sendo o comparativista simplesmente que fazia estudo de casos de outros países, para ser caracterizada pelo uso de uma abordagem metodológica específica.

A seguir é discutido como se deu a formação desta proposta metodológica.

## **A FORMAÇÃO DO MÉTODO COMPARATIVO**

O uso da comparação não é exclusivo da Ciência Política e suas bases não surgiram como um método específico, mas a partir da definição dos procedimentos para o uso da lógica indutiva e dedutiva, no desenvolvimento da sistemática do uso da pesquisa empírica na ciência. Este era o trabalho de John Stuart Mill, “Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva”, de 1843.

O autor propõe nesta obra as regras fundamentais do que deveria ser o raciocínio lógico e científico. Sua proposição se refere aos méto-

dos de pesquisa experimental, definindo duas formas básicas, que se dividem. Segundo Mill:

Os métodos mais simples e familiares de escolher entre as circunstâncias que precedem ou seguem um fenômeno, aquelas às quais esse fenômeno está realmente ligado por uma lei invariável são dois: um consiste em comparar os diferentes casos em que o fenômeno ocorre; o outro, em comparar casos em que o fenômeno não ocorre. Esses dois métodos podem ser respectivamente denominados o método de concordância e o método de diferença. (Mill, 1984, p. 196)

Segundo o método da concordância, se uma circunstância pode ser eliminada sem alterar o fenômeno, ela não tem relação causal. Se eliminada altera o fenômeno, tem relação causal. Os casos devem concordar em um ponto, mas discordar em todos os demais.

Estas considerações vão gerar seu primeiro cânone:

Se dois ou mais casos do fenômeno objeto de investigação têm apenas uma circunstância em comum, essa circunstância única em que todos os casos concordam é a causa (ou efeito) do fenômeno. (Mill, 1984, p. 198)

O método de diferença, ao contrário, busca o uso de casos idênticos, salvo em relação ao fenômeno a ser estudado. Neste caso se compara um caso em que ele ocorre e um onde não ocorre. Gera-se o segundo cânone:

Se um caso em que o fenômeno sob investigação ocorre e um caso em que não ocorre têm todas as circunstâncias em comum, menos uma, ocorrendo esta somente no primeiro, a circunstância única em que os dois casos diferem é o efeito, ou a causa, ou uma parte indispensável da causa, do fenômeno. (Mill, 1984, p. 199)

Mill concluiu que sendo ambos os métodos de eliminação, o método da diferença é adequado para a experimentação artificial e o método da concordância deve ser empregado quando a experimentação não é possível. Apresentou ainda a possibilidade de uso conjunto da concordância e da diferença e ainda o método de resíduos, que geram o terceiro e o quarto cânone.

É de importância particular para as ciências sociais o método das variações concomitantes, a ser usado quando for impossível a eliminação ou isolamento do fenômeno, por tratar-se de causa natural, permanente. Neste caso a saída é fazer variar, ou observar a variação desta causa não eliminável sobre o resultado. Temos então o quinto cânone "Um fenômeno que varia de uma certa maneira todas as vezes

que um outro fenômeno varia da mesma maneira, é ou uma causa, ou um efeito desse fenômeno, ou a ele está ligado por algum efeito de causalção” (Mill, 1984, p. 207).

Para Mill, no entanto, estes são métodos, como procedimentos lógicos de pesquisa empírica nas ciências naturais. O próprio conceito de ciências sociais era incipiente na época.

O uso específico do termo método comparativo é encontrado posteriormente em Durkheim (1987), quando este discute os fundamentos do método sociológico. No capítulo referente às regras relativas à administração da prova retomará os cânones de Mill, afirmando:

Não temos senão um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro, é comparar os casos em que estão simultaneamente presentes ou ausentes, procurando ver se as variações que apresentam nestas diferentes combinações de circunstâncias testemunham que um depende do outro. Quando podem ser produzidos artificialmente à vontade do observador, o método de verificação é a experimentação propriamente dita. Quando, pelo contrário, a produção dos fatos não está ao nosso alcance e não obtemos senão tais quais se produziram espontaneamente, o método a empregar é o da experimentação indireta, ou método comparativo. (Durkheim, 1987, p. 109)

O que é descrito com outras palavras são os métodos da semelhança e da diferença de Mill — “comparar os casos em que estão simultaneamente presentes ou ausentes” (cita). O método de experimentação indireta “quando a produção dos fatos não está ao nosso alcance”, corresponde à situação em que Mill propõe o método das variações concomitantes.

Discordando de Mill, Durkheim entende que o método comparativo é aplicável às ciências sociais, mas o único que apresenta maior utilidade é o método das variações concomitantes, pois é muito difícil encontrar fenômenos sociais em que as semelhanças ou diferenças sejam de um único ponto. Este foi o fundamento de uma de suas obras mais conhecidas, “O Suicídio”, de 1897.

Entre as vantagens do método das variações concomitantes estaria não necessitar de um número extenso de casos para ser utilizado. Irá por fim afirmar que a sociologia comparativa se identifica com a própria sociologia, não sendo apenas uma parte desta.

Esta afirmação foi contestada no futuro por autores que veem no método comparativo uma alternativa em relação a outros métodos que podem ser empregados nas ciências sociais.

Outra forma de comparação é realizada por Weber (1974, 1994), em seu estudo sobre as religiões, quando afirma:

Os trabalhos subsequentes, sobre a Ética Econômica das Religiões Mundiais, tentam, através de uma observação geral das relações entre as mais importantes religiões culturais com a economia e a estrutura social de seu contexto, destacar as duas relações causais, até onde for necessário para achar pontos de comparação com o subsequente desenvolvimento ocidental... Estes estudos, portanto, não pretendem ser análises completas das culturas, mesmo que breves. Pelo contrário, eles procuram destacar, propositadamente em cada cultura aqueles aspectos nos quais diferia e difere da civilização ocidental. (Weber, 1994, p. 12)

O tipo de comparação feita por Weber é incluído por alguns no campo histórico, ou na nomenclatura de Ragin e Zaret (1983), “case-oriented”. O uso de tipos ideais, como conceitos gerais, segundo Gerth e Mills (1974) são os instrumentos de Weber para realizar a comparação. Estes autores utilizavam a comparação como um método geral aplicável à ciência ou as ciências sociais. Nos anos 1960 a comparação passa a ser incluída, por vários autores, como um dos métodos aplicáveis à ciência política.

### **MÉTODOS COMPARATIVOS NA CIÊNCIA POLÍTICA**

Na medida em que os estudos de governos comparados foram substituídos por outras metodologias, a comparação passou a ser abordada, por diversos autores como um método, ao lado de outros, diferindo neste ponto de clássicos como John Stuart Mill e Durkheim.

A contribuição de autores, como Almond, Apter, Riggs e outros, é contestada, no entanto por Holt e Turner (1972). Pare estes autores o que foi enfatizado foi pesquisa empírica de teorias. Segundo os autores “Eles são comparativistas apenas no sentido que aplicam suas teorias a mais de um sistema político” (Holt e Turner, 1982, p. 5).

A preocupação destes autores é a falta de uso mais acurado do método comparativo. Para Holt e Turner:

*In anthropology and in at least a part of sociological tradition, the comparative refers not to a substantive field, but to a method of research and analysis. But in political science few studies in comparative politics have employed the comparative method, as envisaged and used, for example, by Durkheim, Nadel, and Murdock.* (Holt e Turner, 1972, p. 5)<sup>2</sup>

---

2 Tradução livre: Na antropologia e ao menos em parte da tradição sociológica, o comparado não se refere ao campo substantivo, mas ao método de pesquisa e análise. Mas na Ciência Política poucos estudos de política comparada têm empregado o método comparativo, como proposto e usado, por exemplo, por Durkheim, Nadel e Murdock (Holt e Turner, 1972, p. 5).

Crítica semelhante faz Satori (1994), ao identificar um caráter ainda parouquialista, em especial dos comparativistas norte-americanos, que são assim considerados somente porque estudam outros países que não os Estados Unidos.

Ao longo do tempo a política comparada manteve esta dualidade, sendo identificada pelo uso do método comparativo, inclusive de unidades sub-estatais, mas seguindo identificada nos EUA como estudo de outros sistemas políticos,

A definição do que é o método comparativo e como poder ser utilizado nas ciências sociais passou por um processo de refinamento na década entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1970.

Em sua análise, Smelser (1968) identificou três métodos: o experimental, o estatístico e o comparativo. Sua diferença se dá no tratamento dado entre parâmetros e variáveis operativas. Para que seja possível determinar a diferença entre variáveis independentes, dependentes e intervenientes. Para tanto:

*One of the most fundamental ways of organizing conditions is found in the distinction between conditions treated as parameters and conditions treated as operative variables. Parameters are conditions that are known or suspected to influence the dependent variable, but which, in the investigation at hand, are made or assumed not to vary. Operative variables are conditions that are known or suspected to influence the dependent variable and which, in the investigation, are made or allowed to vary in order to assess this influence. (Smelser, 1968, p. 151, ênfase nosso)*<sup>3</sup>

O uso do método experimental consiste em manipular diretamente a situação para criar parâmetros e variáveis operativas. O método estatístico busca o mesmo objetivo do método experimental, de transformar condições operativas em parâmetros. Sua diferença em relação ao método experimental que obteria através de manipulação conceitual, pelo uso da matemática.

O método comparativo, neste caso tem o mesmo objetivo, mas é adequado quando os dados não podem ser controlados experimentalmente e o número de casos é pequeno. Exemplifica com o uso de

---

3 Tradução livre: Uma das formas fundamentais de organizar condições é encontrada na distinção entre condições tratadas como **parâmetros** e condições tratadas como **variáveis** operacionais. Parâmetro são condições que se sabe ou se suspeita que influenciam a variável dependente, mas que na pesquisa em questão são tornadas ou supostas como invariáveis. Variáveis operacionais são condições que se sabe ou suspeita que influenciam a variável dependente e que na pesquisa se permite variar para avaliar esta influência (Smelser, 1968, p. 151).



Durkheim em sua pesquisa sobre o suicídio e a de Weber sobre a Sociologia das Religiões.

*It takes cognizance of the variability in sociocultural context but attempts to control it by the method of systematic illustration, and by continuous transformation of parameters into operative variables and vice versa.* (Smelser, 1968, p. 153)<sup>4</sup>

Identificam-se duas formas do método comparativo — a comparação de casos similares e o método de replicação em diferentes níveis para o estabelecimento de descobertas comparativas.

Em estudo posterior, Lilphart (1971) retoma a proposição de Smelser da identificação dos três métodos. Acrescentará referências ao método de estudo de caso. O objetivo dado é a explicação científica e segundo o autor:

*All three methods (as well as certain forms of the case study method) aim at scientific explanation, which consists of two basic elements: (1) the establishment of general empirical relationships among two or more variables while (2) all other variables are controlled, that is, held constant.* (Lijphart, 1971, p. 683)<sup>5</sup>

A lógica dos métodos é a mesma do método experimental. A única diferenciação entre o método estatístico e o comparativo seria o número de casos, não havendo uma clara linha de divisão entre eles. O método comparativo é o substituto possível e imperfeito para o método experimental nas ciências sociais. A impossibilidade de uso extenso de casos afastaria na maior parte das vezes o uso do método estatístico.

Outra apresentação do método comparativo é dada por Przeworski e Teune (1970). Os autores diferenciam duas estratégias comparativas. A primeira, baseada no princípio das variações concomitantes é denominada de desenho dos sistemas mais similares (*most similar systems*).

---

4 Tradução livre: É necessário reconhecimento da variabilidade no contexto sociocultural, mas tentar controlá-lo pelo método da exemplificação sistemática e pela contínua transformação de parâmetros em variáveis operacionais e vice-versa. (Smelser, 1968, p. 153).

5 Tradução livre: Os três métodos (assim como uma certa forma do método de estudo de caso) buscam a explicação científica, que consiste em dois elementos básicos: (1) o estabelecimento do relacionamento empírico geral entre duas ou mais variáveis enquanto (2) todas as demais variáveis são controladas, ou seja, mantidas constantes (Lijphart, 1971, p. 683).

*Intersystemic similarities and intersystemic differences are the focus of the "most similar systems" design. Systems constitute the original level of analysis, and within-system variations are explained in terms of systemic factors. Although this designs rarely have been formulated rigorously, their logic is fairly clear. Common systemic characteristics are conceived as "controlled for", whereas intersystemic differences are viewed as explanatory variables.* (Przeworski e Teune, 1970, p. 33)<sup>6</sup>

Como apontam os autores, neste caso parte-se do nível de sistemas por inteiro, utilizando-se sistemas que sejam os mais idênticos possíveis em todas as características. As características comuns são consideradas variáveis controladas enquanto as diferenças são as variáveis explicativas.

Trata-se de uma forma de estudo de variação concomitante, o que se enquadraria nos conceitos de Mill de método da diferença e método da variação concomitante. Uma vez escolhido o nível de análise, este não pode ser mudado.

A segunda metodologia de pesquisa identificada pelos autores é a dos sistemas mais diferentes "most different systems". Neste caso a unidade de análise serão amostras de sistemas diferentes. Pressupõe-se que os fatores sistêmicos não explicam a variação e que as populações são homogêneas. O objetivo é eliminar fatores sistêmicos que são irrelevantes para explicar a variação.

*The alternative strategy takes as the starting point the variation of the observed behavior at a level lower than that of systems. Most often this will be the level of individual actors, but can be the level of groups, local communities, social classes or occupations.... The initial assumption is that individuals were drawn from the same population; in other words, that systemic factors do not play any role in explaining the observed behavior.* (Przeworski e Teune, 1970, pp. 34-35)<sup>7</sup>

---

6 Similaridades e diferenças intersistêmicas são o foco do desenho de sistemas mais semelhantes. Sistemas constituem o nível original de análise e as variações internas do sistema são explicadas em termos de fatores do sistema. Ainda que este desenho raramente seja formulado rigorosamente, sua lógica é bastante clara. Características sistêmicas comuns são tratadas como "sob controle" enquanto diferenças intersistêmicas são vistas como variáveis explicativas (Przeworski e Teune, 1970, p. 33).

7 A estratégia alternativa toma como ponto de partida a variação do comportamento observado em nível abaixo do sistema. O mais frequente é que este seja o nível dos atores individuais, mas pode ser o nível de grupos, comunidades locais, classes sociais, ou ocupações... A presunção inicial é que os indivíduos são oriundos da mesma população, em outras palavras, os fatores sistêmicos não tem um papel na explicação do comportamento observado (Przeworski e Teune, 1970, pp. 34-35).

Neste caso é possível utilizar mais de um nível de análise. Partindo do nível individual, podem ser feitas análises em níveis de subsistemas ou sistemas<sup>8</sup>. Enquanto as análises forem válidas sem considerar fatores sistêmicos, são válidas. Caso algum fator sistêmico intervenha, este nível de análise deve ser considerado. Esta estratégia identifica-se com o método da concordância de Mill.

Por outro lado, Ragin e Zaret (1983) identificam dois tipos diferenciados de comparação: o primeiro, o estatístico, que seria baseado em variáveis e buscaria comparar hipóteses de alcance geral. Identifica-se com o modelo de “O Suicídio”, de Durkheim, também citado por Smelser (1968) e Lijphart (1971).

O segundo, o histórico, baseados em casos. Neste caso se buscaria a comparação pela lógica da semelhança e da diferença e se identificaria com a tradição weberiana. Entretanto, Bartoloni (1994) manifesta sua contrariedade com as conclusões de Ragin e Zaret acerca da contraposição e uso dos tipos de comparação.

Com uma postura crítica em relação aos comparativistas tradicionais, como já apontado, Holt e Turner (1972) encontram no método comparativo uma forma de testar hipóteses, na busca de teorias mais gerais e válidas. Para a utilização correta do método, segundo os autores: “*Basically, three ways of doing this are open to the researcher. The background variables can be controlled by randomization, by specification, or by some combination of these two*” (Holt e Turner, 1972, p. 8).

A randomização é identificada com o uso da estatística e o método da especificação adota como modelo a metodologia weberiana do estudo da ética protestante.

Em texto mais recente Sartori (1994) identifica o método comparativo como uma especialização do método científico em geral, identificando quatro técnicas de verificação utilizáveis nas ciências humanas: o método experimental, estatístico, comparado e histórico.

Para o autor comparar implica fundamentalmente em encontrar semelhanças e diferenças, o que pode ser feito pelo uso da classificação, na qual as categorias devem ser mutuamente excludentes. As estratégias comparativas são escolher os sistemas mais semelhantes ou os sistemas mais diferentes.

A divisão de tipos de comparação, feita por Charles Tilly, citada por Smith (1995), identifica diferenças na finalidade mais que de método. Para Tilly podem ser identificados quatro tipos de comparação: individualizantes, universalizantes, “variation-finding” e englobantes.

---

8 Sartori discorda na necessidade de considerar diferentes níveis para o uso desta estratégia de comparação.

Para sua aplicação pode ser, no entanto, utilizado, de forma combinada, tanto a estratégia da maximização das semelhanças como a das diferenças.

Os diversos autores que discutem o uso do método comparativo frequentemente usam linguagens diferentes para expor o mesmo conteúdo. As discordâncias, por outro lado, vão desde diferenças básicas epistemológicas, como de conceituação de ciência e dos objetivos da pesquisa científica, levando a divergências sobre os objetivos do uso do método comparativo.

Por exemplo, para Przeworski e Teune (1970), deve ser a busca de explicações. Sartori (1994) defende o ponto de vista do uso como método de controle, o que também é referido por Morlino (1994).

A relação entre método comparativo e método estatístico tampouco é pacífica. Para Lijphart (1971) o método comparativo seria uma saída para a impossibilidade de utilização do método estatístico. Peter Smith (1995) coloca em dúvida a preferência do uso da estatística, lembrando que em algumas situações a opção qualitativa podem ser mais interessantes.

Sumarizando as proposições dos autores, podem ser identificados dois modelos principais de estratégia de aplicação do método comparativo que podem ser identificadas na obra de diferentes autores. Estas estratégias não são necessariamente excludentes e podem ser utilizadas de forma complementar

**Quadro 1. Estratégias de comparação**

<b>Autor</b>	<b>Estratégia I</b>	<b>Estratégia II</b>
Mill	Diferença	Concordância
	Durkheim	Weber
Ragin e Zaret	Estatístico	Histórico
	Orientado por variáveis	Orientado por casos
Przeworski e Teune	Sistemas mais diferentes	Sistemas mais semelhantes
	Quantitativo	Qualitativo
Holt e Turner	Randomização	Especificação

Fonte: Elaboração própria.

A base da comparação ainda é a desenvolvida por John Stuart Mill. Neste sentido, as diversas classificações do método comparativo, em geral são baseadas no método das semelhanças, com ênfase na opção pela sua variante, o método das variações concomitantes, por um lado, e o das diferenças, por outro.

## PROBLEMAS DO USO DO MÉTODO COMPARATIVO

Em sua análise do método comparativo LIJPHART (1971) aponta alguns problemas do método comparativo, que o tornariam limitado, em relação ao método experimental ou ao método estatístico.

Seu principal problema seria a relação entre muitas variáveis e “N” pequeno, isto é, poucos países a serem considerados, diante de muitas variáveis, tornando impossível o uso de estatística, por exemplo.

As saídas propostas pelo autor são:

1. Aumentar o número de casos tanto quanto possível. Neste caso uma das possibilidades é o uso de conceitos de base funcional, como os desenvolvidos por Almond e Powell (1972). Esta ampliação conceitual, no entanto, sofreu críticas de autores como Badie e Hermet (1993) e Sartori (1970; 1994).
2. Reduzir o “espaço de propriedades” da análise: usando técnicas avançadas, como a análise fatorial, diminuir, por exemplo, o número de classe em que é dividida uma variável.
3. Enfocar o a análise comparativa em casos comparáveis: Seria adotar os pressupostos do método da variação concomitante de Mill, ou o que Przeworski e Teune chamam de Most Similar System, ou adotar a perspectiva de comparação por área, como América Latina, por exemplo, que maximizaria a semelhança entre sistemas.
4. Enfocar a análise em variáveis chave: O uso de parcimônia na escolha das variáveis consideradas relevantes, compreendendo ser impossível utilizar todas as variáveis envolvidas, devendo ser escolhidas as teoricamente mais importantes.

Um enfoque diferenciado do método comparativo foi desenvolvido por Sartori (1970), que observa um uso inadequado da quantificação, pela transformação de conceitos em variáveis. Isto se dá pelo uso de conceitos que podem originar classificações, em variáveis, analisadas como um continuum que permite gradação e medição. Segundo ele é preciso primeiro definir adequadamente os conceitos, desenvolver categorias para então pensar na possibilidade de criar gradações.

O mau uso do método comparado é identificado por Sartori (1970 e 1994) pelo paroquialismo, pelo mau uso da classificação, do gradualismo e do estiramento conceitual. Este último erro foi celebrizado pela parábola do gato-cachorro, em que um pesquisador cria teoricamente um animal híbrido que não existe no mundo real e se surpreende em não o encontrar quando passa à pesquisa empírica.

## O NÍVEL DE ANÁLISE

A tradição da política comparada era da análise configurativa de diferentes países, considerados em sua estrutura institucional. As estratégias desenvolvidas a partir dos anos 50, com base em métodos quantitativos, com a expansão do *survey* como instrumento de coleta de dados e conceitos funcionalistas, mudaram este panorama, mantendo, no entanto, o nível de sistemas políticos como um todo como unidade privilegiada de análise.

No entanto, já neste período, a discussão da política comparada como método, e não como conteúdo, dava mostras de ampliar estas fronteiras.

Smelser, ao discutir o método comparativo aplicado ao campo da economia, aponta que em determinados momentos a escolha do nível intra-sistêmico pode ser mais adequado que o intersistêmico, citando o exemplo da comparação entre Alemanha e Itália, ou entre regiões alemãs e regiões italianas entre si. É exatamente o exemplo de Smelser que Lijphart utiliza, ao discutir as dificuldades encontradas pelo método comparativo. Cita ainda Juan Linz e Miguel:

*The comparison of these sectors of two societies that have a greater number of characteristics in common while differing on some crucial ones may be more fruitful than overall national comparisons.* (Linz e Miguel, 1966, *apud* Lijphart, 1971, p. 268)<sup>9</sup>

A discussão sobre níveis sistêmicos diferenciados também é apresentada por Przeworski e Teune (1970). Em relação ao método da variação concomitante, identificam que predominantemente é utilizado ao nível de sistemas. Mas admitem que a conceituação de sistema pode variar:

*Enumeration in terms of national social or political systems or cultures is only one of the many possible ways of conceptualizing systems as units of analysis in any theory. One could design research at the level of American states, Finish regions, Peruvian villages, Northern Californian tribes, and so forth.* (Przeworski e Teune, 1970, p. 36)<sup>10</sup>

---

9 Tradução livre: A comparação destes setores de duas sociedades que tem um grande número de características em comum enquanto diferem em pontos cruciais podem ser mais frutíferas que comparações nacionais. (Linz e Miguel, 1966, *apud* Lijphart, 1971, p. 268).

10 Tradução livre: Classificação em termos de sistemas políticos e sociais nacionais ou culturas é apenas um dos muitos modos possíveis de conceitualizar sistemas como unidades de análise em qualquer teoria. É possível desenhar a pesquisa ao nível de estados americanos, regiões finlandesas, vilas peruanas, tribos do norte da Califórnia e assim por diante (Przeworski e Teune, 1970, p. 36).

A utilização do método da maximização das diferenças também permite o uso de diferentes níveis de análise. Embora baseado normalmente em amostras de indivíduos, a análise pode se dar no nível individual ou em diferentes níveis sistêmicos, como é citado o caso de estudo de lideranças locais, de uma amostra de comunidades, que poderia ser analisada nos níveis individuais ou de comunidade.

A visão da comparação como uso do método comparativo, podendo ter como objeto uma pluralidade de estados ou partes de um único estado também é compartilhada por Holt e Turner, ao afirmar:

*In principle, there is no difference between comparative cross-cultural research and research conducted within a single society. The differences lie, rather, in the magnitude of certain types of problems that have to be faced.* (Holt e Turner, 1972, p. 6)<sup>11</sup>

Discutindo a necessidade de adaptação à conjuntura atual das estratégias de comparação, Menéndez-Carrión e Bustamante defendem a revisão da estratégia baseada em áreas definidas geograficamente. Para os autores:

*Thus it will be increasingly important to carry out local and community-level studies, as well as urban and micro-regional studies, since the latter are specially affected by global changes in an increasingly differentiated and heterogeneous manner. Many international links no longer involve the nation-state as chief protagonist; rather, they tie directly in to local networks without regard for state frontiers.* (Menéndez-Carrión e Bustamante, 1995, p. 65)<sup>12</sup>

Embora defendendo níveis diferenciados de análise, fugindo da mera comparação entre sistemas como um todo, não fica claro no texto a consideração da possibilidade do uso do método comparativo dentro de um único país. Os exemplos citados de comparações de níveis subnacional, como o de comunidades, contemplam o caráter internacional, mantendo a visão tradicional da política comparada.

---

11 Tradução livre: Em princípio não há diferença entre pesquisa comparativa transcultural e pesquisa conduzida dentro de uma mesma sociedade. As diferenças estão, na verdade, na magnitude de certos problemas que terão de ser enfrentados (Holt e Turner, 1972, p. 6).

12 Tradução livre: Assim é de importância crescente realizar estudos no nível local e comunitário, bem como estudos urbanos e micro-regionais, uma vez que estes últimos são especialmente afetados por mudanças globais de manietas crescentemente heterogêneas e diferenciadas. Muitos laços internacionais não envolvem mais o estado nação como protagonista principal, ao contrário, elas estão ligadas diretamente a redes locais sem levar em conta fronteiras nacionais. (Menéndez-Carrión e Bustamante, 1995, p. 65).

A defesa de comparações tendo por objeto partes do sistema político, ao contrário de tomá-lo como todo já fora igualmente desenvolvida por La Palombara (1972), que via nesta estratégia melhores condições de operacionalização das pesquisas, e realizadas pelo próprio autor em La Palombara (1982).

Uma das dificuldades para o uso do método é encontrada nos estudos relativos às transições democráticas da Europa e da América Latina, que tiveram grande destaque nas décadas de 80 e 90 do século XX, que em geral eram constituídos de análises individualizadas de diversos países, desenvolvidas por diferentes autores, agregadas à construção da construção de um quadro comparativo por parte de autores comparatistas.

Mantendo os diferentes países como unidades básicas de análise, provavelmente é nos estudos de cultura política que o uso da comparação tenha se difundido mais nas últimas décadas.

A partir do estudo e do quadro teórico proposto por Almond e Verba (1989 [1963]), o uso de surveys se difundiu na coleta de dados, com o uso de amostras de indivíduos para representar países como agregado. Hoje há inúmeras experiências de *surveys* realizados concomitantemente em múltiplos países, com instrumentos homólogos, com o objetivo de comparação, como o Eurobarômetro, o Latinobarômetro e a Pesquisa Mundial de Valores<sup>13</sup>.

Estes levantamentos são realizados periodicamente, constituindo bancos de dados que permitem análises comparativas entre populações de diferentes países ou em um único país, em perspectiva diacrônica, verificando mudanças de comportamento ao longo do tempo.

A experiência mais ousada é, provavelmente, a do World Values Survey, criado por Ronald Inglehart. Esta pesquisa é realizada periodicamente desde 1981, contendo dados com séries históricas de dezenas de países.

## **EVOLUÇÃO DO MÉTODO COMPARATIVO**

A maior inovação na aplicação do método comparativo se deve à contribuição de Charles Ragin, com a proposição da Análise Comparativa Qualitativa (QCA — *Comparative Qualitative Analysis*) (Ragin, 1987).

Embora a denominação de qualitativa, que inicialmente remete à aplicação da estratégia da comparação baseada em casos, ou de N pequeno, a abordagem de Ragin propõe formas de ampliar o número de casos, passando de um número pequeno (digamos, de 3 a 5 casos) para número médio (20 a 50 casos, por exemplo), sem necessaria-

---

13 World Values Survey, [www.worldvaluessurvey.org](http://www.worldvaluessurvey.org)



mente passar de uma análise qualitativa para métodos quantitativos, como o uso de estatística.

A primeira versão da aplicação do QCA proposta por Ragin (1987) utiliza a criação de quadros baseados em classificação nominal de variáveis e análise utilizando lógica booleana para identificar variáveis que podem ser consideradas necessárias ou suficientes para a ocorrência do fenômeno a ser explicado, permitindo a discussão de relações de causalidade sem o recurso a modelos quantitativos.

Como demonstra Pérez-Liñán (2010), esta abordagem traz novas perspectivas para a análise comparativa, mas ao mesmo tempo exige conhecimentos em áreas pouco apropriadas pela ciência política contemporânea, como a lógica formal.

Uma segunda versão mais complexa da abordagem (Ragin, 2000, 2009) propõe o uso de lógica difusa (*fuzzy logic*), o que superaria as limitações das classificações puramente nominais, permitindo a gradação de categorias, com uma análise que é quase quantitativa. Devido à ampliação dos quadros e da variabilidade das classificações das categorias, passa a ser necessário o uso de algoritmos na análise de dados, o que à época da proposição da abordagem era algo pouco comum nas ciências sociais.

## CONCLUSÃO

Embora o uso de método comparativo na ciência política e política comparada possam ser considerados sinônimos, nem sempre os termos são usados assim. A política comparada certamente mudou muito desde a justaposição de estudos configurativos institucionais. Através da contribuição dos diversos autores analisados neste texto vemos que a visão da política comparada tendo como objeto o que se encontra “abroad” foi substituída pela concepção de método comparativo. Neste sentido a política comparada deixa de ser identificada pelo seu objeto, mas sim pelo seu método.

No entanto, como outros ramos da ciência política, está é uma área claramente não paradigmática. Se há alguma concordância é nas classificações dos métodos de pesquisa científica e certa proximidade acerca da divisão das estratégias de comparação.

Por outro lado, abundam as divergências. Algumas destas podem ser encontradas quanto à concepção de ciência e aos objetivos da comparação ou ainda a utilidade do estudo de caso na política comparada. Estratégias quantitativas ainda são frequentemente contrapostas às qualitativas. Os funcionalistas e os sistêmicos também recebem duras críticas.

A política comparada parece, entretanto, libertada das amarras da conjuntura da guerra fria bem como se afastando do parquialis-

mo anglo-saxão, em especial o norte-americano, com o desenvolvimento de obras de comparativistas nos países vistos por aqueles como objeto de pesquisa.

Por outro lado, é importante considerar a conexão entre método e quadro teórico. Embora a precisão metodológica seja imprescindível para a construção de um bom trabalho, os limites de sua capacidade explicativa sempre estarão dados pela teoria utilizada na análise dos dados. Boas teorias sem dados e sem um método adequado se fragilizam, porém, a abundância de dados, variáveis e resultados de pacotes estatísticos é inútil sem um corpo teórico que lhe dê sentido. Esta integração continua sendo um dos desafios da construção de conhecimento.

## BIBLIOGRAFIA

- Almond, Gabriel e Coleman, James (1960). *The politics of the developing areas*. Princeton: Princeton University Press.
- Almond, Gabriel e Powell, Bingham (1966). *Comparative politics: A Developmental Approach*. Boston: Little, Brown and Company.
- Almond, Gabriel e Powell, Bingham (1972). *Uma teoria de política comparada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Almond, Gabriel e Verba, Sidney (1989). *The civic culture. Political attitudes and democracy in five nations*. Newbury Park: Sage.
- Badie, Bertrand e Hermet, Guy (1993). *Política comparada*. Ciudad de México: Fondo de Cultura.
- Bartolini, Stefano (1994). Tiempo e investigación comparativa. Em: Sartori, Giovanni e Morlino, Leonardo (Comps.), *La comparación en las ciencias sociales* (pp. 105-150). Madrid: Alianza Editorial.
- Bill, James e Hardgrave Jr., Robert (1973). *Comparative politics — The quest for theory*. Columbus: Charles Merrill Rd.
- Collier, David (1994) El método comparativo: Dos décadas de cambios. Em: Sartori, Giovanni e Morlino, Leonardo (Comps.), *La comparación en las ciencias sociales* (pp. 51-80). Madrid: Alianza Editorial.
- Durkheim, Émile (1987). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Cia Ed. Nacional.
- Gerth, Hans e Mills, Wright (1974). Weber — O homem e a obra. Em: Weber, Max. *Ensaio de sociologia* (pp. 15-96). Rio de Janeiro: Zahar.
- Gonzalez, Rodrigo Stumpf (2008). O método comparativo e a ciência política. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 2(1), 1-13, Brasília.

- Holt, Robert e Turner, John (1972). *The methodology of comparative research*. Nova York: Free Press.
- La Palombara, Joseph (1972). Parsimony and empiricism in comparative politics: an anti-scholastic view. Em: Holt, Robert. T. e Turner, John E. (Comp.), *The methodology of comparative research* (pp. 123-149). Nova York: Free Press.
- La Palombara, Joseph (1982). *A política no interior das nações*. Brasília: Ed. UnB.
- Lijphart, Arend (1971). Comparative politics ant the comparative method. *American Political Science Review*, 65, 6682-6693, Cambridge.
- Macridis, Roy e Brown, Bernard Edward (1961). *Comparative politics: notes and readings*. Homewood: The Dorsey Press.
- Menéndez-Carrión, Amparo e Bustamante, Fernando (1995). Purposes and methods of intraregional comparison. Em: Smith, Peter H. (Eds.), *Latin America in comparative perspective — New approaches to methods and analysis* (pp. 59-80). Boulder: Westview Press Inc.
- Mill, John Stuart (1984). *Sistema de lógica dedutiva e indutiva*. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores.
- Morlino, Leonardo (1994). Problemas y opciones en la comparación. Em: Sartori, Giovanni e Morlino, Leonardo (Comp.), *La comparación en las ciencias sociales* (pp. 13-29). Madrid: Alianza Editorial.
- Panebianco, Angelo (1994). Comparación y explicación. Em: Sartori, Giovanni e Morlino, Leonardo (Comp.), *La comparación en las ciencias sociales* (pp. 81-104). Madrid: Alianza Editorial.
- Pérez-Liñán, Aníbal (2010). El método comparativo y el análisis de configuraciones causales. *Revista latinoamericana de política comparada*, 3(3), 125-148, Quito.
- Przeworski, Adam e Teune, Henry (1970). *Logic of comparative social inquiry*. Minnesota: John Wiley & Sons, Inc.
- Ragin, Charles (1987). *The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Los Angeles: University of California Press.
- Ragin, Charles (2000). *Fuzzy-set social science*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ragin, Charles (2009). *Redesigning social inquiry: Fuzzy sets and beyond*. Chicago: University of Chicago Press.

- Ragin, Charles e Zaret, David (1983). Theory and method in comparative research: Two strategies. *Social Forces*, LXI, 731-754, Chapel Hill.
- Sartori, Giovanni (1970). Concept misformation in comparative politics. *American Political Science Review*, LXIV, 4 de dezembro, 1033-1053, Cambridge.
- Sartori, Giovanni (1994). Comparación y método comparativo. Em: Sartori, Giovanni e Morlino, Leonardo (Comps.), *La comparación en las ciencias sociales* (pp. 29-50). Madrid: Alianza Editorial.
- Smelser, Neil (1968). Comparative analysis of economic activity. Em: UNESCO (Comp.), *The social sciences — Problems and orientations* (pp. 145-159). Paris: Mouton/UNESCO.
- Smith, Peter (1995). The changing agenda for social science research on Latin America. Em: Smith, Peter H. (Ed.), *Latin America in comparative perspective — New approaches to methods and analysis* (pp. 1-30). Boulder: Westview Press Inc.
- Weber, Max (1974). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Weber, Max (1994). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.



# **DIMENSIONES DE ANÁLISIS Y CONJUNTOS DIFUSOS FSQCA**

Gisselle de la Cruz Hermida y Juan Carlos O’Farrill

EL PRESENTE TRABAJO busca ser un aporte al cúmulo de argumentaciones que han subrayado la relevancia de efectuar abordajes metodológicos más estructurados en el estudio de los movimientos sociales. Un importante número de estudios se han desarrollado bajo una directriz analítica, en la que la descripción y la narrativa integran los contenidos de sus análisis sin involucrar herramientas metodológicas para sistematizar y sustentar sus resultados y conclusiones. La relevancia del fenómeno de los movimientos sociales, y su profundo potencial explicativo para la comprensión de otros fenómenos sociales más complejos, involucra la necesidad de efectuar investigaciones que ofrezcan explicaciones a partir de hipótesis basadas en asociaciones causales, predictibilidad, comparaciones o la exhaustividad del análisis de caso.

Della Porta (2014) sostiene que el estudio de los movimientos sociales es un campo idóneo para el pluralismo metodológico. Se trata de un fenómeno de carácter macrosocial con una trayectoria que ha sido ecléctica debido a las distintas disciplinas que se han aproximado a su estudio como la economía, la sociología, y la ciencia política. Las interacciones de este dinamismo multidisciplinar le han dado al estudio de los movimientos sociales un bagaje conceptual propio y le han dado una apertura para el desarrollo de otras metodologías.

Otro aspecto relevante se refiere a la discusión presente en la tradición de los estudios sociológicos y politológicos con respecto a la utilización de herramientas cuantitativas y cualitativas. Dentro de un episodio de movilización social ocurre una complejidad de fenómenos cuyo abordaje involucra diferentes estrategias metodológicas. Por ejemplo, si buscamos evaluar las percepciones de los participantes sobre el éxito o fracaso de las reivindicaciones del movimiento y de los repertorios utilizados, probablemente la estrategia más eficaz sea el análisis cuantitativo para identificar pautas de respuestas que sustenten. Si dentro del mismo movimiento se busca estudiar el tipo de incentivos aportados por el líder, seguramente el desarrollo de un modelo para evaluar o predecir el comportamiento estratégico aportaría al investigador explicaciones sólidas. Si se indaga sobre el tipo de estructura de oportunidades probablemente los nuevos aportes sobre reconstrucción de procesos como *process tracing* darán al investigador un panorama explicativo muy potente.

Ragin (2007) expresó que la naturaleza de la investigación social persigue determinados fines, los cuales definirán el diseño de investigación y el modelo empírico para la obtención y tratamiento de datos. En este trabajo Ragin clasifica los fines de la investigación social a partir de su proximidad a las ciencias duras, con modelos cuantitativos, o bien de aquellos propios de las ciencias sociales orientadas más a la interpretación de los fenómenos sociales (Tabla 1).

**Tabla 1. Los fines de la investigación social y el diseño de la investigación**

Identificar patrones y relaciones generales. Comprobar y refinar las teorías. Hacer predicciones	Se identifican con las ciencias duras
Interpretar los fenómenos cultural o históricamente relevantes. Dar voz	Naturaleza social de la ciencia. Estudia fenómenos que son relevantes de alguna forma específica para el mundo social del investigador.
Hacer progresar la teoría Explorar la diversidad	En cierto sentido, están vinculados a los modelos de las ciencias duras y en otro reflejan la naturaleza social de la investigación en las ciencias sociales

Fuente: Elaboración propia a partir de Ragin (2007).

## LA COMPARACIÓN DENTRO LAS CIENCIAS SOCIALES

La comparación está inserta en el raciocinio humano. Muchas de las decisiones cotidianas se toman en función de comparar. Por ejemplo, la decisión de la universidad a la que se asistirá, la cual podría estar guiada por la valoración de las ventajas que presenta una universidad

con respecto a otras. Los aspectos de comparación se corresponden con los intereses particulares de quien ingresará a la universidad, dichos aspectos podrían ser el prestigio, el diseño curricular, el costo, la distancia. En la simpleza de este ejemplo podemos identificar algunos de los elementos básicos de la comparación, como pueden ser las unidades comparables, en el ejemplo, las universidades, así como los atributos a comparar como el prestigio, el costo, etc. La comparación forma parte de los mecanismos de toma de decisiones a partir de la selección y búsqueda de la información necesaria para sustentar dicha decisión.

Es importante considerar que la comparación está en la base del conocimiento teórico-filosófico. Tanto la filosofía clásica y la contemporánea se sustentan en la comparación de diversas sociedades o fenómenos sociales. El pensamiento en Aristóteles, Maquiavelo, Weber, Spencer, Marx, se basa en la comparación de sociedades distintas a las que pertenecían y establecieron criterios tipológicos para hacer categorizaciones sobre las mismas y así explicar un fenómeno social como el tipo de gobierno, el liderazgo, el modelo económico.

Anteriormente se mostró la clasificación realizada por Ragin (2008) en cuanto a los fines de la investigación social. Siguiendo esta clasificación, la comparación estaría asociada al refinamiento de las teorías y, de forma, preponderante, a explorar la diversidad de los fenómenos sociales. De esta forma, la comparación se convierte en una herramienta eficaz para el desarrollo de teorías de alcance medio y teorías tipológicas. La comparación es la base de las teorías tipológicas, la cuales son cada vez más necesarias y recurridas en las investigaciones para evitar lo que Collier y Levistky (1997) llamaron el estiramiento de los conceptos.

En este punto, casi de manera intuitiva comprendemos que la comparación en la investigación social es consustancial a la naturaleza diversa de los fenómenos que sustentan sus estudios. Asumiendo esta asociación natural entre la comparación y los fenómenos sociales, surge el siguiente planteamiento ¿Qué tipo de comparaciones dan una estructura sistemática al análisis de los fenómenos sociales y aporta mayor potencial explicativo a las conclusiones que derivan de su análisis? Los siguientes apartados buscarán dar respuesta a este planteamiento, señalando algunas generalidades sobre las comparaciones empíricamente relevantes. En el desarrollo de los siguientes apartados se mostrarán las generalidades de *Qualitative Comparative Analysis*, QCA (Ragin, 1987, 2000) técnica que forma parte de la tradición comparativa. Una vez mostrados los principios básicos de la técnica se mostrará su utilización en la conformación de conjuntos difusos Fuzzy Sets QCA en el estudio de la contienda política transgresiva.



### QUALITATIVE COMPARATIVE ANALYSIS (QCA)

Dentro de la pluralidad de metodologías que caracterizan el estudio de los fenómenos sociales, así como también de los fines de la investigación social de los que se ha hecho referencia en párrafos anteriores. La herramienta presentada por Ragin (1987) es una importante contribución para las ciencias sociales pues disminuye la brecha entre los estudios que oscilan entre la generalidad y la complejidad, aportando bases para la construcción de teorías del alcance medio. En sus inicios, *Crip Sets Qualitative Comparative Analysis (csQCA)* se basaba en la comparación de pocos casos (n mediana) mediante categorías de análisis dicotómicas. El espacio de comparación se construye a partir de atributos cuya comparación entre los distintos casos se efectúa mediante categorías binarias o dicotómicas de presencia (1) y ausencia (0). La integración de elementos presentes y ausentes se transforma en una configuración de causas como variables explicativas, cuyo potencial explicativo dependerá de su presencia o ausencia frente una variable de resultado. La confrontación entre las configuraciones explicativas se efectuó a partir de un análisis de necesidad y suficiencia.

Como otros enfoques comparativos, QCA se sustenta en la comparación de atributos dentro de una muestra de casos, los cuales son comparables entre sí debido a las similitudes o las diferencias que presentan entre ellos con respecto a dichos atributos. Dentro de cada caso, la determinación de los criterios comparables deriva de la forma en que los conceptos son definidos operacionalmente. Los casos constituyen un criterio de agrupación de unidades que comparten un conjunto de rasgos, vinculados a un resultado

Posteriormente, Ragin (2000) advirtió que la causalidad de los fenómenos no necesariamente se desarrollaba en categoría binarias de presencia y ausencia. De esta forma, propuso un modelo de análisis comparativo en el que la configuración de causas formaba conjunto de valores a partir de dos condiciones, una de no pertenencia y otra de total pertenencia al conjunto *Fuzzy Sets Qualitative Comparative Analysis (fsQCA)*. De esta forma, cada una de las variables, tanto explicativas como de resultado, integraban un conjunto, dentro del cual, los casos se ubicarían en función de sus valores de membresía dentro de cada conjunto.

El proceso analítico de QCA sigue algunas de las premisas de la lógica booleana. La observación de los fenómenos se categoriza bajo criterios binarios de presencia (1) o ausencia (0); la elaboración de una tabla tipológica o tabla de verdad, en la que se expresa la interacción entre casos y variables; la utilización de algunos operadores lógicos: adición (\*), disyunción (+) y negación (~); el análisis bajo una lógica combinatoria, donde los atributos presentes como los atributos

ausentes tienen relevancia en la explicación del resultado; minimización de resultados; y primeros implicantes.

Esta forma de representar y sistematizar el estudio de los fenómenos sociales busca reflejar la complejidad de la realidad social. Los fenómenos responden a dinámicas multicausales. Dentro de QCA un fenómeno social se explica bajo la configuración de distintas causas. Esta lógica configuracional puede reflejar la conjunción de distintas causas para producir un resultado ( $A*B*\sim C$ ), en este supuesto se tratará de un fenómeno de “causalidad coyuntural”. Un fenómeno también puede ocurrir por la incidencia de distintas configuraciones de causas ( $A*B*C$ ) + ( $\sim A*B*\sim C$ ) en cuyo caso se tratará de un fenómeno de causalidad múltiple.

En fsQCA cada variable es vista como un conjunto en el que, a través de la identificación de valores, se determinan grados de membresía de los casos que oscilan entre 0 y 1 dentro de cada variable o conjunto. Entre más próximos se ubiquen los casos a algunos de esos dos valores extremos, se hablará de fuerte o débil grado de membresía al conjunto. Un mismo caso puede presentar distintos valores de membresía en cada uno de los conjuntos, lo cual incrementa la variación entre los casos. La calibración de cada caso, simultáneamente, indica diferencias de tipo, en cuanto a que los casos pueden presentar distintos atributos y también indica diferencias de grado, en cuanto al valor numérico de pertenencia a un conjunto. Por ello, el proceso de calibración debe sustentarse en el conocimiento teórico del investigador sobre los casos, buscando la correspondencia entre los conceptos, la evidencia empírica y los valores asignados a través de la calibración. Los criterios de calibración de cada caso determinan distintos tipos de *fuzzy sets*. En el análisis de configuraciones, bajo la modalidad de *crisp sets* existen sólo dos valores: el de membresía completa *full membership* (1) y el de no membresía *full non membership* (0). En el caso de *fuzzy sets*, dichos valores pueden asignarse mediante valores continuos, dentro de una escala de 0-1 o bien a través de intervalos definidos por valores numéricos.

**Tabla 2. Valores de calibración en conjuntos difusos - Conjuntos cerrados o discretos (crisp-set) versus conjuntos difusos (fuzzy sets)**

Conjuntos cerrados o discretos (1)	Conjunto de tres valores (2)	Conjunto de cinco valores (3)	Conjunto de siete valores (4)	Conjunto de valores continuos (5)
1= completamente dentro	1= completamente dentro	1= completamente dentro 0.75=más bien dentro que fuera	1= completamente dentro 0.83=casi membresía completa 0.67=más bien dentro	1= completamente dentro Los valores numéricos indican que el grado de membresía es más bien dentro que fuera ( $0.5 < x_i < 1$ )
	0.5 no totalmente fuera o totalmente dentro	0.50=crossover ni dentro ni fuera	0.50= crossover ni dentro ni fuera	0.5= crossover ni fuera ni dentro
0= completamente fuera	0= completamente fuera	0.25= más fuera que dentro 0=completamente fuera	0.33=más bien fuera 0.17= casi completamente fuera 0= completamente fuera	Los valores numéricos indican que el grado de membresía es más bien fuera que dentro ( $0 < x_i < 0.5$ )

Fuente: Ragin, 2000, p. 156.

En el análisis de conjuntos difusos la calibración es un aspecto central. Ragin (2008) propone dos métodos para realizar calibraciones empíricamente consistentes: el método directo y el método indirecto. El método directo se basa en la estimación de los valores de pertenencia usando logaritmos basados en la probabilidad de pertenencia al valor máximo o membresía completa. El método directo es aplicable en el caso de conjuntos con valores continuos, ilustrados en la columna 5 de la tabla 2. En el método indirecto la calibración dependerá del modo en que los casos se encuentran agrupados por intervalos, tal y como se ilustra en las columnas 2, 3 y 4 de la tabla 2. En este método el investigador realiza una ordenación previa de los casos, agrupados cualitativamente con base a los criterios teóricos que el investigador determine. Posteriormente, la clasificación será revalorada de acuerdo con la proporción de intervalos numéricos que el investigador ha utilizado para integrar el conjunto a través de un modelo logarítmico fraccional<sup>1</sup>.

1 Dicho modelo puede ser elaborado mediante el programa STATA, dentro de la función *fracpoly regression procedure* (Ragin, 2008, p. 96).

En cuanto al análisis de necesidad y suficiencia en conjuntos difusos, Ragin (2000) refiere la importancia de utilizar técnicas analíticas a fin de no hacer inferencias erróneas a partir de evidencias imperfectas. Dentro de estas técnicas, existen algunas basadas en métodos probabilísticos, en las que se evalúa la fuerza empírica del argumento de necesidad y suficiencia, considerando el número total de casos, el número de casos que presentan el resultado y los umbrales de proporción que el investigador asigne a los posibles grados de suficiencia, por ejemplo. 0.80 = casi siempre suficiente, 0.65 = usualmente suficiente y así sucesivamente. Estos valores se someten a test probabilístico que determinará el grado de suficiencia de una determinada configuración causal<sup>2</sup>. Cuando se trata de un estudio de pocos casos el análisis de necesidad y suficiencia, se efectúa a través de una tabla de verdad de la que se deducen las configuraciones relevantes en la producción del resultado. La relevancia de las configuraciones dependerá del análisis de consistencia y cobertura, que son parámetros de ajuste que muestran la potencia de una configuración en términos de necesidad y suficiencia para la producción del resultado.

### **LA CONTIENDA POLÍTICA TRANSGRESIVA COMO UN CONJUNTO BAJO EL ENFOQUE DE FSQCA**

Nuestro objetivo en los siguientes párrafos es mostrar la aplicación QCA como la herramienta de análisis comparativo en el estudio de la movilización social. Como se ha descrito en líneas anteriores, esta técnica es un modelo integrador que traslada el modelo teórico de una investigación a un plano empírico a través de la operacionalización de los conceptos y la sistematización y análisis de la evidencia. QCA contribuye a identificar conclusiones a partir de la configuración de condiciones necesarias y suficientes.

De acuerdo con los objetivos planteados en este libro, en los siguientes párrafos se mostrará el tratamiento del concepto de contienda política transgresiva a fin de establecer su operacionalización y posterior transformación en un conjunto en el que se efectuará la calibración de los casos para determinar su ubicación dentro del conjunto. El objetivo de esta propuesta es abordar la necesidad de integrar marcos conceptuales en el estudio de la movilización social susceptibles de ser abordados empíricamente y poder recabar evidencia para

---

2 Ragin (2000) propone el test de Hays (1981, pp. 211-214).  $z = (P-p) \cdot \sqrt{pq/N}$ . En donde P es la proporción observada de casos que presentan el resultado de interés dentro del total de la muestra) N es el número de caso que presentan la configuración casual, p es el umbral de proporción (0.80 o 0.60) y q es igual a 1-p. Los niveles de suficiencia consistentes arrojan resultados que deben ser superiores al umbral de proporción.

sustentar un análisis que nos lleve a la contrastación, comprobación o refinamiento de una teoría. Para tal efecto, se aportará un criterio de operacionalización para la variable de contienda política transgresiva, retomando los criterios teóricos de McAdam et al. (2005). Con base a esta operacionalización se mostrará la transformación de la variable en un conjunto donde los casos tendrán distintos valores de membresía por medio de la calibración.

Consideramos pertinente precisar que en este trabajo se utilizará la variable de contienda política. Solo se tomará esta variable, la cual parte de una investigación más amplia en el que la contienda política transgresiva se analizó conjuntamente con las variables de liderazgo anti-statu quo y élites divididas como una configuración causal con incidencia en la variable de resultado cambio institucional por reemplazo (De la Cruz, 2021). Por razones de espacio, no es posible mostrar la interacción de las variables explicativas y de resultado dentro de una tabla de verdad para arribar a resultados específicos. La selección de la variable de contienda política transgresiva busca ejemplificar la pertinencia de la utilización de este tipo de metodologías en el análisis de la movilización social. Como ya se expresó, en los siguientes párrafos nos centraremos en los criterios de operacionalización para la construcción de un conjunto con valores de membresía de cada uno de los casos.

### **LA TEORÍA DE LA CONTIENDA POLÍTICA TRANSGRESIVA BAJO UNA DEFINICIÓN OPERATIVA Y SU TRANSFORMACIÓN EN UN CONJUNTO CON VALORES DE MEMBRESÍA DE LOS CASOS**

Los alcances teóricos de la contienda política transgresiva describen su desarrollo a partir de la existencia de un actor o conjunto de actores que se autoidentifican de forma inédita y ejercen acciones bajo formas más confrontativas o violentas. Es una interacción episódica, pública, entre reivindicadores y sus objetos. El gobierno puede ser uno de los reivindicadores, el objeto de la reivindicación o forma parte de las reivindicaciones.

McAdam et al. (2005) presentan un modelo explicativo en el que se desarrollan procesos que, a su vez, se integran por la interacción de distintos mecanismos. Los procesos que se identifican en los casos de estudios son de cambio social y el de polarización. A través de estos procesos se extiende el espacio político y social entre los reivindicadores que participan en un proceso contencioso y actores que no habían participado previamente o que eran más moderados. Este un factor importante dentro de los episodios contenciosos, ya que la polarización deja vacío el centro moderado, impidiendo las reconfiguraciones de coaliciones previas, genera nuevas coaliciones y todas las

cuestiones políticas, incluso las más concretas, adquieren connotaciones ideológicas. Se bloquean las posibles soluciones, conduciendo a la represión, al conflicto armado o a la guerra civil. Dentro de la contienda política transgresiva se presentan valores extremos en ciertas dimensiones.

Dentro de cada proceso hay una interacción de distintos mecanismos. Para el análisis de las trayectorias de contienda, se han considerado los mecanismos: de atribución de amenaza, inserto en el proceso de cambio social, los mecanismos de difusión, la represión y la radicalización, dentro del proceso de polarización. La determinación de estos mecanismos, como pauta de comparación de los casos, se debe a que, según han descrito McAdam et al. (2005), son mecanismos que se repiten en las distintas trayectorias de contienda que en su estudio han analizado.

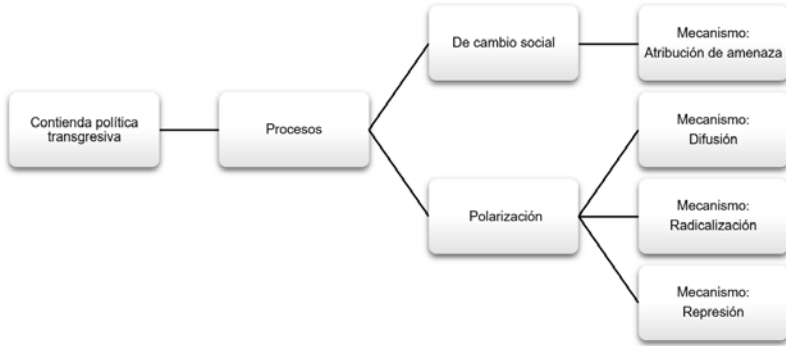
La atribución de oportunidad o amenaza es la expansión de una definición compartida respecto de los cambios y consecuencias que traerán consigo las actuaciones que posiblemente emprenderá o haya emprendido algún actor político, y que se asumen como un perjuicio por un sector de la sociedad. Surge de la competencia entre dos interpretaciones diferentes en la que alguna habrá de prevalecer sobre la otra. La difusión opera como el mecanismo de transmisión de la información entre participantes potenciales, incrementando las dimensiones del conflicto. Puede darse el caso que el conflicto se desarrolle en un ámbito territorial más reducido o que no traspase las líneas que dividen la segmentación social. En este caso, la transmisión de la información opera a partir de la formación de coaliciones entre distintos enclaves sociales, de esta forma, sus efectos pueden trascender más allá del ámbito territorial o social en el que se desarrolló el conflicto de forma inicial. La expansión del conflicto se dará en razón de la incorporación de nuevos actores, generalizando el conflicto y sus reivindicaciones.

En el mecanismo de la represión se integran todos los intentos de la autoridad por suprimir todas las actuaciones contenciosas, o bien, de los autores de dichas actuaciones. Es una respuesta predecible a la contienda y representa la resistencia de los grupos o del gobierno que se ve amenazado por la acción contenciosa, teniendo capacidad de desalentar la acción contenciosa. Puede darse de modo selectivo, aislando a los líderes o a los promotores o bien la represión puede presentarse de forma generalizada. La represión generalizada tiende a polarizar la acción y provocar que sectores más moderados se incorporen a las vías de acción emprendidas por los sectores más radicales. Finalmente, el mecanismo de radicalización se caracteriza por una expansión de los marcos de la acción colectiva, su orientación hacia

líneas de reivindicación más extremas y por la adopción de formas de contienda más transgresiva o innovadora. La innovación estará determinada por el uso de acciones que no han sido empleadas con anterioridad o que se encuentran prohibidas por las instituciones existentes.

De acuerdo con las pautas analíticas que se han considerado dentro de la teoría de la contienda política transgresiva, el trazado analítico se resume en el siguiente gráfico.

**Gráfico 1. Definición operativa de la Contienda Política Transgresiva**



Fuente: Elaboración propia.

### SELECCIÓN DE CASOS

En QCA, los casos, más que integrar una muestra, constituyen un criterio de agrupación de unidades que comparten un conjunto de rasgos vinculados a un resultado. Los casos constituyen las unidades de análisis y las variables son las características que presentan dichos casos. Los casos deben tener cierto paralelismo y ser comparables en ciertas dimensiones específicas, siendo su asociación con el resultado, una de las consideraciones primordiales al momento de hacer la selección. En la aproximación comparativa existen distintas estrategias de selección de casos. El método de las semejanzas considera que, si dos o más casos tienen coincidencia en una misma circunstancia, entonces la circunstancia que tienen en común explica la causa del resultado. En el método de las diferencias, si el caso en el que aparece un fenómeno y el caso en el que no aparece dicho fenómeno son semejantes en todas las circunstancias salvo en una, entonces, esa diferencia o contradicción explicaría el resultado. En el llamado método combinado, si en dos o más de los casos en los que un resultado está presente tienen una sola circunstancia en común, mientras que dos o más casos en los que el resultado no está presente sólo comparten la ausencia

de dicha circunstancia, entonces la circunstancia en la cual difieren los casos es la causa del resultado (Stuart Mill, 1846).

QCA propone el método al que denomina “método indirecto de las diferencias”, basado en el método combinado de Mill. Se integran un conjunto de casos que presentan el resultado a fin de verificar las condiciones comunes existentes entre ellos. De forma posterior se analiza una muestra de casos que no presentan el resultado de interés. Los resultados contradictorios en los dos grupos de casos revelarían las causas o las configuraciones de causas que producen el resultado.

En el caso de fsQCA Ragin (2000, 2008) señala que estas pautas son posibles dentro del análisis de conjuntos difusos. En la construcción de poblaciones, el criterio de agrupación de los casos puede estar determinado por la similitud de los casos en cuanto a sus valores de pertenencia en algunos de los conjuntos. El criterio de agrupación puede considerar los casos que se ubican dentro del espacio de propiedades definidos por los valores que se sitúan en el espacio existente entre los dos valores cerrados: total membresía (1) y ninguna membresía al conjunto (0). Los criterios de agrupación también pueden considerar aquellos casos que se ubican por encima del umbral de 0.5 o bien por debajo de éste. Tratándose del análisis de conjuntos difusos, los distintos valores de membresía que los casos presentan en cada uno de los conjuntos implican diferencias de grado y de tipo, lo cual aporta heterogeneidad a una muestra de casos.

Siguiendo las premisas de selección en cuanto a la necesidad de establecer pautas de comparación de los casos a partir de sus similitudes, se seleccionó una muestra de casos con similitudes significativas en la variable de contienda política transgresiva.

Los casos serán seleccionados considerando que en ellos se haya verificado un episodio de contienda política transgresiva en las dimensiones analíticas que se han expresado para esta variable.

- Venezuela (Caracazo, 1989)
- Bolivia (Guerra del gas, 2003)
- Ecuador (Frente Patriótico de la Defensa del Pueblo, 1997)
- Ecuador (Rebelión de los Forajidos, 2005)
- Argentina (Cacerolazo, 2001)
- México (Movimiento Zapatista de Liberación Nacional, 1994)

Estos seis casos presentan los rasgos que caracterizan la contienda política transgresiva. En todos ellos existió la percepción de amenaza, frente a acciones específicas de sus gobiernos, vinculadas con planes de ajuste económico. Estas reacciones se plasman en los marcos



de referencia que caracterizan a cada una de estas movilizaciones. Asimismo, en todos estos movimientos puede advertirse el empleo de repertorios que fueron innovadores con respecto a otros esquemas de movilización, toda vez que sus acciones fueron más radicales que otras y también se trataba de acciones prohibidas por el marco legal. Igualmente, dentro de estos conflictos están presentes los mecanismos de difusión, radicalización y represión. Todos estos aspectos serán detallados en el apartado correspondiente, se analizará a detalle la concurrencia de todos estos elementos dentro de cada uno de los casos. En esta fase de la investigación se busca justificar el criterio de integración de los casos con base a la similitud que comparten en cuanto a la presencia de esta condición.

Una vez determinados los criterios operativos de la variable de contienda política transgresiva, se muestran los resultados obtenidos de la interacción entre la variable y la evidencia que los casos arrojan<sup>3</sup>. El resultado de estas interacciones se expresa en el siguiente gráfico.

**Tabla 3. Presencia de los mecanismos de contienda política transgresiva**

Episodio	Mecanismos de contienda política transgresiva											
	Atribución de amenaza			Difusión			Represión			Radicalización		
	A	M	B	A	M	B	A	M	B	A	M	B
Cacerolazo 2001	X			X			X			X		
Paro Cívico 1997	X			X					X	X		
Rebelión de los Forajidos 2005	X			X				X		X		
Guerra del Gas, 2003	x			x			X			X		
Caracazo, 1989	X				X		X			X		
EZLN, 1994	X					X	X			X		
<i>Atribución de amenaza:</i> Hechos vinculados directamente a la protesta según los medios de comunicación, marcos de referencia y los estudios que describen estos episodios <i>Difusión:</i> Su extensión hacia otros sectores sociales o bien a nivel territorial <i>Represión:</i> Empleo del ejército y personas fallecidas en los sucesos <i>Radicalización:</i> En las reivindicaciones como en los repertorios de acción												

Fuente: Elaboración propia

3 Por razones de espacio no se efectuó la narrativa sobre el desarrollo de cada uno de estos episodios dentro de cada uno de los casos. La descripción de cada uno de estos episodios, desde la directriz analítica de la teoría de la contienda política transgresiva puede consultarse en De la Cruz (2021).

A fin de poder efectuar la transformación de la variable al conjunto de casos de contienda política transgresiva se elabora un índice en el que la información cualitativa adquiere valores discretos.

**Tabla 4. Índice de contienda política transgresiva**

Episodio	Mecanismos de contienda política transgresiva				Sumatoria
	Atribución de amenaza	Difusión	Represión	Radicalización	
Cacerolazo,	3	3	3	3	12
Gran Paro Cívico	3	2	1	3	9
Rebelión de los Forajidos	3	3	2	3	11
Guerra del Gas	3	3	3	3	12
Caracazo	3	1	3	3	10
EZLN	3	1	3	3	10

Fuente: Elaboración propia

Una vez cuantificados los criterios de análisis se integrará el conjunto de contienda política transgresiva considerando tres umbrales: 0,95 como umbral de membresía completa, 0,50 como punto intermedio y 0,10 como umbral de no membresía. La aplicación de la fórmula de probabilidad asociada y el logaritmo natural se expresan a continuación:  $\ln(\text{grado de membresía}/1 - \text{grado de membresía})$ . La aplicación de la fórmula para la determinación de dichos valores se expresa en la siguiente tabla.

**Tabla 5. Umbrales de membresía, no membresía y punto intermedio establecidos para el conjunto de países con contienda política transgresiva**

Etiqueta	Grado de membresía	Probabilidades asociadas	Logaritmos de probabilidad
Umbral de total membresía	0,95	9	2,94
Valor intermedio	0,50	1	0
No membresía	0,10	0,11	-2,20

Fuente: Elaboración propia

La fórmula utilizada para la determinación de las membresías es:  $\text{grado de membresía} = \exp(\text{logaritmo de probabilidad}) / (1 + \exp(\text{logaritmo de probabilidad}))$ .

**Tabla 6. Umbrales de membresía, no membresía y punto intermedio establecidos para el conjunto de países con contienda política transgresiva**

Etiqueta	Grado de membresía	Probabilidades asociadas	Logaritmos de probabilidad
Umbral de total membresía	0,95	9	2,94
Valor intermedio	0,50	1	0
No membresía	0,10	0,11	-2,20

Fuente: Elaboración propia

**Tabla 7. Grados de membresía del conjunto de países que presentan contiendas políticas transgresivas calibrados a través del método directo**

País	Sumatoria en la escala de contienda política	Desviaciones del valor intermedio	Escala	Producto	Grado de membresía
Argentina	12	6	0,49	2,94	1,00
Bolivia	12	6	0,49	2,94	1,00
Ecuador	11	5	0,49	2,45	0,99
México	10	4	0,49	1,96	0,98
Venezuela	10	4	0,49	1,96	0,98
Ecuador	9	3	0,49	1,47	0,96

Fuente: Elaboración propia.

En la segunda columna de la tabla 7, para cada uno de los casos, se expresa el resultado de la sumatoria de los valores que cada caso presenta en cada uno de los mecanismos analizados dentro de contienda política transgresiva. La tercera columna refleja las desviaciones de cada uno de esos valores con respecto al valor intermedio, en este caso, el punto intermedio tiene un valor de 6. De esta forma, si por ejemplo se considera el caso de Argentina, cuyo resultado en la sumatoria es de 12, la desviación que presenta, con respecto al punto intermedio es de 6 ( $12-6=6$ ), el mismo criterio se aplica para cada uno de los casos.

La cuarta columna transforma las desviaciones del punto medio en logaritmos de probabilidad. El logaritmo de probabilidad (escala) que corresponde a cada uno de los casos, todos ellos por encima

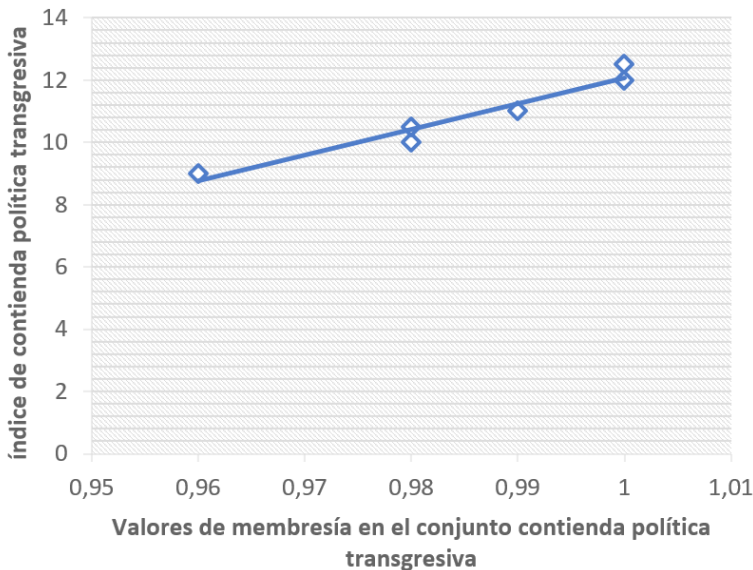
del punto medio, es el cociente que resulta de dividir el logaritmo de probabilidad del umbral de membresía completa entre la desviación existente entre el valor máximo de la sumatoria y el punto intermedio  $2,94/ 12-6 = 0,49$ . En este supuesto no existen casos por debajo del punto intermedio.

La quinta columna es el producto que resulta de multiplicar la segunda y la tercera columna. El grado de membresía, reflejado en la sexta columna, resulta de la aplicación de una fórmula de cálculo exponencial en la que los logaritmos de probabilidad de cada caso se transforman en probabilidades de pertenencia dentro de un rango de valores de 0,0 a 1,00.

En el apartado correspondiente se establecieron los criterios a partir de los cuales se evaluó la intensidad con la que cada uno de los mecanismos: atribución de amenaza, difusión, radicalización y represión se desarrolló en cada uno de los casos.

De acuerdo con el análisis realizado, todos los casos presentan altos valores de membresía dentro del conjunto de contienda política transgresiva.

**Gráfico 2. Expresión gráfica de la ubicación de los casos dentro del conjunto de Contienda política transgresiva**



Fuente: Elaboración propia.

## NOTAS FINALES

Este trabajo buscó rescatar la importancia de la operacionalización de los conceptos a fin de definir las pautas analíticas o criterios de comparación que posibiliten el dialogo entre teoría y evidencia. A partir de las pautas analíticas de la teoría de la contienda política se construyó un espacio de atributos de comparación y se integró dentro de un conjunto difuso mediante el método directo de calibración para la determinación de membresías dentro de los casos dentro del conjunto. Como se expresó en el apartado correspondiente. La integración de los conjuntos es solo un aspecto dentro de fsQCA, mismo que se mostró en este capítulo. El desarrollo de esta herramienta pasar por la elaboración de hipótesis a partir de configuraciones causales cuya implicación con el resultado sea en función de argumentos de necesidad y suficiencia, la transformación de variables en conjuntos a través de la calibración y su contraste de relevancia explicativa, en términos de necesidad y suficiencia, a través de una tabla de verdad. No obstante, este trabajo mostró la calibración y la integración del conjunto por tratarse de un elemento fundamental en el desarrollo de conjuntos difusos. Una adecuada calibración es el eje medular de un buen contraste de la hipótesis a través de la tabla de verdad.

Nuestra intención en la reflexión final de este trabajo es hacer hincapié en el campo fértil que representan los estudios sobre movilización social para la utilización de diversas herramientas metodológicas. La movilización social es un potente indicador de la estabilidad del sistema, del tipo de régimen y de calidad democrática. Su trascendencia nos llama a explorar nuevos ámbitos epistemológicos para la generación de conocimiento. Por ello, es fundamental complementar la riqueza narrativa de un movimiento con pautas de análisis que aporten nuevas explicaciones y futuras agendas de investigación al conjunto de fenómenos que se involucran en el desarrollo de un episodio de protesta social.

## BIBLIOGRAFÍA

- Collier, David y Levitsky, Steven (1997). Democracy with adjectives: Conceptual innovation in comparative research. *World Politics*, 49(3), 430-451.
- De la Cruz Hermida, Gisselle (2021). *Conflicto y cambio constitucional en América Latina. Su comparación mediante Fuzzy Sets QCA*. Ciudad de México: Editorial Tirant Le Blanch.
- Della Porta, Donatella (Ed.) (2014). *Methodological practices in social movement research*. Oxford: Oxford University Press

- McAdam, Doug; Tarrow, Sidney y Tilly, Charles (2003). Dynamics of contention. *Social Movement Studies*, 2(1).
- Ragin, Charles (1987). *The Comparative Method, Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. California: University of California Press.
- Ragin, Charles (2000). *Fuzzy-Set, Social Science*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ragin, Charles (2008). *Redesigning Social Inquiry, Fuzzy Sets and Beyond*. Chicago: University of Chicago Press.



# LOS ESTUDIOS DE CASO Y LA POLÍTICA LATINOAMERICANA COMPARADA

Alfredo Edmundo Fernández de Lara Gaitán  
y Juan Bautista Lucca

## INTRODUCCIÓN

A partir de la segunda mitad del siglo XX la política comparada se ha desarrollado fuertemente atada a la institucionalización disciplinar que la ciencia política ha tenido a escala global, pero también por el crecimiento ininterrumpido de su universo de análisis gracias a la incorporación de nuevos casos, la multiplicación de enfoques y la proliferación de nuevas herramientas metodológicas.

En muchas latitudes como los países latinoamericanos —donde los recursos escasos para la investigación son muchas veces un límite— aun predomina una aproximación que reniega de la comparación entendida como el aumento del número de casos tanto como sea posible, muchas veces amparado en aproximaciones que priorizan la descripción densa y las miradas cualitativas que redundan en una escasa búsqueda de regularidades o explicaciones generalizables.

A partir de lo expuesto, queda en evidencia que el problema del número de casos en contextos como el latinoamericano es objeto de múltiples reflexiones. Para ello, el presente trabajo formula la hipótesis de que, en contextos como el latinoamericano, sería posible apelar al estudio de caso en clave comparativa como una aproximación en profundidad empírica y en extensión analítica para salvar los obstáculos y límites de los recursos escasos y la aversión a la búsqueda de ge-



neralizaciones. Por ello, en este capítulo, se sopesa qué es un caso en perspectiva comparada, cuáles son sus diferentes variantes, sus usos y tradiciones, y los retos y perspectiva que este tipo de aproximación con un  $N=1$  abre a los estudios comparados.

## **LOS ESTUDIOS DE CASO Y LA PERSPECTIVA COMPARADA**

Los casos dentro de la política comparada pueden ser entendidos como unidades de análisis que tienen una coherencia interna, delimitadas dentro de un mismo fenómeno de estudio, que se focalizan en un segmento u objeto particular, en contextos geográficos explicitados, en una unidad de tiempo determinada, con un criterio de selección que parte de una clasificación con base en la similitud o diferencia, y que responden a un planteo teórico y conceptual establecido por el/la investigador/a.

Ahora bien, esta definición taxonómica, esconde detrás una historia y un sinnúmero de formulaciones previas, como por ejemplo la definición —y debate— en torno a lo que se entiende como caso. En ese sentido, para Harry Eckstein (2000, pp. 81-82) la noción de casos utilizadas dentro de las ciencias sociales y la comparación tiene dos vertientes: por un lado, un enfoque tradicional dentro de la política comparada que piensa los casos —al igual que la clínica médica— como un reporte de carácter narrativo y enteramente descriptivo; y, por el otro, una tradición vinculada al método experimental imbuida de una lógica analítica y una propensión teórica y generalizante (Macridis, 1968).

Esto llevaría a pensar que el caso, en tanto unidad de análisis, es una entidad individual con límites precisos y una densidad compleja, y no un ejemplar entre tantos de una muestra mayor, lo cual permite definirlo con precisión como “...un fenómeno para el cual únicamente reportamos e interpretamos una única medición de en cualquiera de las variables pertinentes” (Eckstein, 2000, p. 83).

Asimismo, autores como Robert Yin (2009, p. 11), al pensar la impronta de los estudios de caso en las ciencias sociales, la diferencia de los casos de estudios escolares y los desvincula como un elemento propio de una estrategia meramente cualitativa o impresiones etnográficas de observaciones participantes. Es decir, le imprime a la definición de estudios de casos un lugar de complejidad que excede la definición primigenia de  $N=1$  y lo vincula a la pluralidad y la diversidad metodológica para abordar el estudio de los fenómenos sociales, entre las cuales se encuentra el método comparado.

Por ende, el estudio de caso consiste en el análisis exhaustivo de una unidad como un país, un sistema político, un partido, una revolución, un tipo de régimen. Un estudio de caso (*single unit*) se carac-

teriza principalmente por hacer inferencias descriptivas, profundas, comparables a nivel interno, con mecanismos causales y exploratorios (Gerring, 2004). Además aumenta la información disponible y por ende el número de variables explicativas (Eisenhardt, 1989) Sin embargo, como advierte John Gerring (2004) el estudio de caso presenta una diversidad de variantes: a) un método que es cualitativo y de N pequeña (Yin, 1994); b) una investigación que es etnográfica, clínica, observación participante o de otra forma 'en el campo'; c) aquella investigación que es caracterizada por *process-traicing*; que la investigación estudia las propiedades de un solo caso; o e) o el estudio que investiga un solo fenómeno (Gerring 2007, p. 342).

Ahora bien, en términos de su pertenencia y uso dentro del método comparado, el estatus científico del estudio de caso presenta una ambigüedad (Lijphart, 1971) o un limbo metodológico<sup>1</sup> (Gering, 2004) que hace que algunos lo consideren como parte o no del método comparado.

Para algunos autores como Giovanni Sartori el estudio de caso no necesariamente debería ser considerado como parte de la política comparada, ya que, si el caso se elige expresamente porque nos resulta útil para generar hipótesis, porque es crucial a la hora de confirmar o para confirmar una teoría, entonces el análisis de caso y el análisis comparativo son búsquedas complementarias que se refuerzan mutuamente (Sartori, 1994a, p. 45). Para el autor, únicamente los estudios de caso que se orientan a la formulación o control de teoría son implícitamente comparados, porque utilizan parámetros (perspectivas y proposiciones) recabadas de casos comparables, y emplean categorías de análisis no ideográficas, derivadas de una teoría general o de un esquema conceptual generalizante (Sartori, 1994a, p. 32) Por su parte, David Collier (1994, p. 72) señala que los estudios de caso son el fundamento de gran parte de la investigación comparativa y que importantes comparaciones están normalmente basadas en estudios de caso, además de que muchas veces ofrecen más posibilidades de las que normalmente se piensa para falsificar las hipótesis. Sin embargo, ninguno de los dos autores les da un estatuto de pertenencia dentro del método comparados a los estudios de casos de forma plena, o en

---

1 Para este autor en términos estrictos un estudio de caso, al cual prefiere definir como *in-depth study of a single unit*, consiste en lo siguiente: un estudio intensivo de una sola unidad con el objetivo de generalizar a través de un largo conjunto de unidades similares. Una unidad connota un fenómeno espacialmente limitado observado en un solo punto de tiempo o sobre un determinado periodo de tiempo [...] un método que es correctamente entendido como un camino particular para la definición de casos, no como una vía para analizar casos o una vía para modelar relaciones causales (Gerring, 2004, pp. 341-342).

todo caso, se ampara en que este tipo de estudios de caso sean comparables porque se fundan sobre categorías y parámetros comparables.

Por otro lado, autores como Arend Lijphart (1971), apuntan que la crítica a los estudios de caso de tener menores chances para el control de generalizaciones y un acervo de información que de tan densa se torna inmanejable, llevó a descuidar el aporte que estos pueden realizar a la perspectiva comparada, especialmente ligados a la disponibilidad de datos, descripciones e inclusive como terrenos de generación, rectificación, ratificación o refinamiento de generalizaciones e hipótesis. Según el propio Lijphart, es posible distinguir así al menos seis tipos ideales de estudios de casos: Ateóricos, interpretativos, generador de hipótesis, confirmadores de teoría, cuestionadores de teorías y estudios de caso desvientes (Lijphart, 1971, p. 691). Sin embargo, en su opinión solo los últimos cuatro aportan a la construcción teórica, a la generación de clasificaciones y a tipologías que aportan a la comparación (Lijphart, 1971; Landman, 2011).

Los estudios de caso ateóricos son considerados como enteramente descriptivos por lo que son carentes de fundamento teórico. Su virtual utilidad para los estudios de tipo comparado radica en colocar a disposición un gran cúmulo de información para futuras elaboraciones de parangón, ya que ubicarlo frente a otro estudio de este mismo carácter no sobrepasaría la mera yuxtaposición. Lijphart considera que su aporte podría verse en formular hipótesis vagas o conclusiones preliminares que pueden llegar a tener una amplia aplicabilidad futura (Lijphart, 1971, p. 691). Si pensamos en un ejemplo en el acervo de los estudios latinoamericanos, puede identificarse el trabajo de Luis Astorga<sup>2</sup> (2005) *El siglo de las drogas: El narcotráfico del Porfiriato al nuevo milenio*, cuyo objetivo es hacer un recuento de los orígenes y evolución que el narcotráfico ha tenido en México, desde fines del siglo XIX. Aunque el trabajo es predominantemente descriptivo e histórico es una referencia obligada para quienes estudian temas de narcotráfico, violencia y crimen organizado en el caso mexicano.

En cuanto a los estudios de caso interpretativos parten del interés del investigador en estudiar el caso más que un interés de tipo teórico.

---

2 Además de demostrar la larga y fuerte conexión entre clase política, cuerpos de seguridad (vg. la extinta Dirección Federal de Seguridad) y narcotraficantes, Astorga aborda una de las explicaciones que más fuerza ha cobrado para entender las causas de la escalada de violencia en la última década y media. Por ejemplo, la fragmentación del poder político y el control social que durante décadas concentró el PRI. Tal parece que la transición política en México tuvo entre sus efectos no deseados un desajuste en las redes de colusión y corrupción existentes, lo cual gestó las condiciones para el aumento en la violencia del crimen organizado. Esta tesis ha sido desarrollada por Richard Snyder y Angélica Durán (2009).

Sin embargo, según Lijphart (1971) estos difieren del caso atóxico en que los estudios interpretativos sí hacen explícito el uso de proposiciones de carácter teórico, aunque su aportación en la construcción teórica es escasa. Un posible ejemplo es la obra de Karl Marx *El dieciocho Brumario de Luis Bonaparte* (1880) el cual tiene fuertes niveles de descripción y un sustrato teórico evidente (la lucha de clases), aunque sin el objetivo o la pretensión de realizar nuevas formulaciones o de expandir la interpretación hacia otros casos, sino desentrañar la complejidad del caso mismo.

El tercer tipo ideal propuesto por Lijphart (1971) es el estudio de caso generador de hipótesis. Este comienza con una un conjunto de hipótesis posibles para arribar a la formulación de una hipótesis concreta que pueda ser corroborada en estudios con mayor número de casos (Liphart, 1971). Para Lijphart este tipo de estudio de caso tiene gran valor para la construcción teórica en áreas donde, precisamente, se ha identificado un vacío teórico. Como señala Robert Yin (2009) en su libro *Case Study Research. Design and Methods* aunque los estudios de caso tiene una “base débil para la generalización científica”, sirven como acicate para construir generalizaciones a nivel teórico, que luego pueden ser replicadas en otros casos de forma tal que estas hipótesis sean rectificadas o ratificadas. Un ejemplo de esto sería el estudio de Guillermo O’Donnell (2009a) sobre el régimen argentino al cual denominó como un Estado-burocrático autoritario, que luego sería empleada para comparar otros casos o inclusive repensada a nivel de régimen (Cardoso, 1985; Schamis, 1991).

El cuarto y quinto tipo planteados por Lijphart (1971) son el estudio de caso que confirma una teoría y el estudio de caso que inválida una teoría, también denominados como casos cruciales<sup>3</sup>. Ambos estudios de caso parten de proposiciones generales para luego confirmarlas o invalidarlas a partir del caso estudiado. Si se confirma la proposición teórica se fortalece la generalización y en caso de que sea inválida esta no tiene mucho impacto en debilitar la generalización —bajo el supuesto de que esta ya ha sido confirmada en otros casos analizados previamente— (Lijphart, 1971). Un ejemplo de caso crucial es la denominada teoría de la paz democrática, y aunque esta no ha podido ser confirmada o rechazada observando mecanismos causales específicos, la teoría que plantea que regímenes democráticos no van a la guerra entre sí, se ha cumplido hasta ahora.

---

3 Un caso es “crucial en un sentido fuerte si este puede explicarse precisamente por una teoría y ninguna otra teoría puede explicar los hechos del caso” Gerring (2007), lo cual hace del estudio de caso “una empresa altamente deductiva”.

Finalmente, se encuentra el tipo estudio de caso desviante, que permiten descubrir variables que no habían sido consideradas o para afinar las definiciones operacionales de las variables empleadas (Lijphart, 1971, p. 692). Esto permite ajustar el diseño de investigación y la nueva proposición puede fortalecer la teoría. En opinión de Lijphart (1971) este tipo de estudio de caso conjuntamente con el generador de hipótesis son los que mayor valor tienen en términos de su contribución teórico, por tanto, el caso desviante es el que más se acerca al método comparado. El primero ajusta y afila la teoría, en tanto el segundo genera hipótesis nuevas (Lijphart, 1971) que luego son corroboradas o rechazadas. Un ejemplo de estudio de caso desviante es la interpretación que hace Mauricio Merino (2003) de la transición política mexicana, a la cual tipifica como una transición votada diferente a las tipologías clásicas de transiciones por colapso o por pacto. Otro ejemplo de esto es el concepto democracia delegativa propuesto por O'Donnell (2009b) como un tipo de democracia presente en algunos casos latinoamericanos (Carlos Menem, Fernando Collor de Mello y Alan García) y que difiere del propuesto por la teoría institucional.

En síntesis, para Lijphart una de las fortalezas del estudio de caso es que, al enfocarse en un solo caso, este puede ser examinado intensivamente aun cuando los recursos de los que dispone el investigador sean limitados, por lo cual puede ser una contribución al establecimiento de proposiciones generales y a la construcción de teoría en ciencia política (Lijphart, 1971, p. 691). Es decir, permite un estudio profundo, incluso con recursos limitados (Collier, 1994). Un abuso consistiría en pensar y plantear que, a partir de los hallazgos de un solo estudio de caso, así sean detallados y profundos, se pueden hacer generalizaciones para otros casos, así sean casos similares, ya que en primer lugar habría que compararlos entre ellos a efecto de verificar si se puede hacer alguna generalización.

Pese a las limitaciones que tienen respecto a los estudios de más casos, tanto de N pequeña como de N grande, diversos autores coinciden en que los estudios de caso son esenciales para la descripción y, por tanto, para las ciencias sociales. Por ejemplo, King, Keohane y Verba (2007, pp. 55-56) señalan que “describir con perspicacia acontecimientos complejos no es algo trivial [...] porque todavía hay muchas cosas que necesitamos saber y, por ende, una buena descripción depende en parte de una buena explicación”.

Si bien una de las potencialidades del estudio de caso es su carácter exhaustivo (Lijphart, 1971; Collier 1994), por otro lado, su nivel de abstracción es más bajo. Otra ventaja sería que estos contribuyen a corroborar o rechazar una teoría y también permite arrojar mayor luz sobre casos atípicos (Landman, 2011). Encontrar casos atípicos es

una de sus principales virtudes porque bajo los métodos comparados de N pequeña o N grande puede ser más difícil observarlos dado el carácter más generalizador de estos trabajos. Aníbal Pérez Liñán (2008) coincide en señalar que la ventaja de un estudio de caso es que este puede ser examinado de forma intensa. Sin embargo, también indica que este es muy limitado a la hora de producir generalizaciones teóricas y no sirve para rechazar teorías ya establecidas, aunque sí para matizarlas o ponerlas en cuestión.

Asimismo, con el estudio de casos se reducen los errores aleatorios en cuestiones como la recogida y codificación de la información, en minimizar los sesgos del investigador y en la falta de control en las comparaciones (Lodola, 2009).

En síntesis, los estudios de caso suelen ser criticados por su escaso o nulo aporte teórico, para el contraste de hipótesis o por su ausencia de poder para hacer generalizaciones y los límites de su representatividad. Por esta razón no es ampliamente aceptado entre los metodólogos; sin embargo, se trata de un importante insumo para un mejor conocimiento de los contextos nacionales, de los procesos socio-históricos y, a partir de esto, poder definir mejor nuestro objeto de estudio, el diseño de investigación, así como las variables e hipótesis.

Pese a estas limitaciones se han desarrollado una serie de alternativas metodológicas para mejorar los estudios de caso. Al respecto Gerring explica que “hay una variedad de vías por las que los estudios de un solo caso pueden aumentar su credibilidad para proveer evidencia para proposiciones causales de amplio alcance, por ejemplo, seleccionando casos que son especialmente representativos del fenómeno o escogiendo casos cruciales [Eckstein, 1975]” (Gerring, 2004, p. 347).

## **VARIANTES DEL ESTUDIO DE CASO EN LA INVESTIGACIÓN COMPARADA**

Desde Lijphart (1971) se ha generado una especie de subcampo en torno al estudio de caso, el cual ha generado muchos aportes en el terreno metodológico. Una crítica a los estudios de caso es que se asocia erróneamente a una única observación, y no se toma en cuenta que esto puede ayudar a una mejor comprensión de las interacciones de los factores causales. En este marco, han surgido estrategias como el *process tracing* (Collier, 2011) en el que se pone el acento en el análisis cuidadoso de la sucesión de acontecimientos en un caso, para ver si ese mismo modelo causal puede ser luego utilizado en la confrontación con otros casos.

Existen algunas formas mediante las cuáles un estudio de caso puede considerarse como parte del método comparado y así tener mayor validez interna, aunque sin poder generalizar sus hallazgos. En

opinión de Todd Landman “...cualquier estrategia para incrementar el número de observaciones depende de tres parámetros diferentes, aunque relacionados: tiempo, espacio y nivel de análisis (Landman, 2011, p. 120).

Profundizando en detalle cada una de estas estrategias, es posible señalar: primero, que una estrategia sería aumentar el número de observaciones (Lijphart, 1971; Collier, 1994; Brady y Collier, 2004; King, Keohane y Verba, 2007) mediante una comparación del caso en el tiempo (sincrónico, diacrónico). Por ejemplo, el estudio de la revolución mexicana, analizada no como un solo evento histórico (1910), sino como un evento que presenta diferentes características en el tiempo (antes de / después de), y que también puede ser analizado como un fenómeno social (con un solo punto en el tiempo) que presenta diferentes posibles explicaciones sobre las causas que lo originaron o respecto al tipo de revolución que fue, es decir ¿cómo se podría clasificar? como una revolución burguesa, nacionalista o una gran rebelión? (Knight, 1986).

Segundo, se podría aumentar el número de observaciones mediante una comparación del caso espacialmente (comparación entre unidades subnacionales elegidas cuidadosamente). La premisa de la que se parte es que, en muchos casos, los países presentan variaciones regionales, provinciales, municipales, y por tanto es importante hacer comparaciones a nivel subnacional. Un ejemplo de esta estrategia es el famoso trabajo de Robert D. Putnam (1993) donde compara distintos grados de capital social en Italia. Asimismo, para el caso latinoamericano, consciente de las variaciones espaciales, Guillermo O'Donnell (1993) llamó la atención respecto a la aplicación del *rule of law* a nivel subnacional y como este se relaciona con la presencia funcional y territorial diferenciada del Estado (zonas azules, verdes, marrones) en América Latina. En opinión de este autor, incluso con la instauración de regímenes democráticos el Estado de derecho puede presentar deficiencias de aplicación. Para el politólogo argentino la variación y coexistencia entre regímenes democráticos y autoritarios a nivel subnacional tiene efectos sobre las deficiencias en la aplicación de derechos básicos, lo cual deriva en una legalidad truncada en la mayor parte de América Latina (O'Donnell, 2005). Otro ejemplo sería partir de la pregunta: ¿los orígenes y desarrollo de la revolución mexicana fueron similares en el norte, centro y sur de México? Lo cual podría arrojar evidencia de que el desarrollo de la revolución presenta variaciones espaciales en cuanto a sus causas y desarrollo (Knight, 1986).

Tercero, se podría incrementar el número de observaciones haciendo combinaciones, por ejemplo: tiempo y espacio, espacio y un

fenómeno social dado. Aquí se insertan los trabajos que hacen análisis a nivel subnacional como los de Edward Gibson (2006 y 2008) sobre autoritarismo a nivel nacional (aunque en sentido estricto el trabajo de Gibson es de  $N$  pequeña, ya que emplea casos subnacionales de países federales como México y Argentina).

Cuarto, sería posible analizar un caso anómalo o atípico que no se ajusta a lo predicho por la teoría o a los resultados de estudios comparados de  $N$  pequeña o un estudio de  $N$  grande (Landman, 2011). Gerring argumenta que una característica de los estudios de caso puede ser la covariación, por lo que según el número de casos empleados ( $N$ ) este puede ser grande o pequeña, por tanto, podría ser evaluado cualitativamente o cuantitativamente (Gerring, 2004, p. 343). Por ejemplo, un investigador encuentra que las generalizaciones de un estudio cuantitativo no se ajustan a algún caso (una anomalía) y se profundiza en ese caso mediante un estudio más detallado y exhaustivo de la anomalía presentada en el resultado, que permite refinar teorías, conceptos y mediciones (Lijphart, 1971). Un ejemplo de esto sería el postulado de algunos autores que señalan la existencia de una relación positiva entre niveles de desarrollo y democracia (Acemoglu, Johnson y Robinson, 2001) una tesis que ha sido cuestionada en otros estudios comparados de  $N$  pequeña, como es el caso del estudio de Scott Mainwaring y Pérez-Liñán (2005) que indican un caso concreto como el argentino donde esta premisa no se cumplió y permitió la llegada del autoritarismo y la dictadura militar.

En quinto lugar, sería posible comparar a nivel micro o un nivel de agregación inferior como por ejemplo grupos de interés, movimientos sociales o preferencias electorales<sup>4</sup> (Landman, 2011, pp. 120-121). Un ejemplo, sería el trabajo de Guillermo Trejo y Sandra Ley (2013). “Federalismo, drogas y violencia Por qué el conflicto partidista intergubernamental estimuló la violencia del narcotráfico en México”. En el citado trabajo se analizan los efectos que tienen la competencia entre partidos mexicanos (PAN, PRD, PRI) en las intervenciones del gobierno federal para hacer frente a la violencia en México.

---

4 Las investigaciones sobre comportamiento electoral, los estudios electorales y los sondeos de opinión pública se basan en grandes muestras aleatorias de población en un punto en el tiempo o a lo largo de este para construir modelos de conducta humana en un solo país. Las grandes muestras de hasta 15.000 encuestados permiten grados sustanciales de libertad para contrastar un gran número de hipótesis alternativas, manteniendo constantes al mismo tiempo los rasgos del país en cuestión. Los denominados ‘estudios de panel’ llevan a cabo dichas encuestas sobre la misma muestra a lo largo del tiempo para examinar y explicar el cambio de actitudes de amplios grupos de ciudadanos (Landman, 2011, p. 121).



En sexto lugar, otra estrategia que se podría considerar es la empleada por el célebre estudio de Graham T. Allison (1988), en el cual se analiza el proceso de toma de decisiones de política exterior estadounidense durante un evento concreto, la crisis de los misiles<sup>5</sup>. En este estudio, Allison (1988) emplea una estrategia de triangulación teórica, a través de tres lentes conceptuales (Peters, 1998), la del actor racional, el proceso organizacional y la política gubernamental. En cuanto a esta estrategia de triangulación teórica empleada por Allison (1998) para analizar la crisis de los misiles, Guy B. Peters advierte que la utilización de “múltiples lentes conceptuales pueden disfrazar la preferencia del investigador por una u otra de las explicaciones” (Peters, 1998, p. 146). Otra crítica a este texto es la hecha por Gerring, quien considera que este trabajo presenta una ambigüedad y tensión sobre el tema analizado, es decir no queda muy claro si ¿se busca explicar la crisis de los misiles o la esencia de la decisión? (Gerring, 2004, p. 34).

A manera de síntesis, se puede decir que las estrategias mencionadas pueden hacer que el estudio de caso sea más fructífero para la política comparada, más allá de las críticas y advertencias recurrentes (Landman, 2011, p. 121).

## TRAYECTORIAS DE LOS ESTUDIOS DE CASO EN LA POLÍTICA LATINOAMERICANA COMPARADA

En América Latina, el análisis comparativo ha ocupado un rol de reparto dentro de las ciencias sociales y políticas a lo largo del tiempo, ya fue en una primera parte de la historia marcada por el ensayismo (siglo XIX y mitad del siglo XX) o con la institucionalización de las ciencias sociales en la segunda mitad del siglo XX a la actualidad (Geary, Lucca y Pinillos, 2011 y 2015). Sin embargo, como habremos de observar, esta debilidad comparativa —y su profundización a través de los estudios de caso— puede mostrar los rasgos de una fortaleza a desarrollar en el futuro.

En el período del ensayismo político, que se funda con exponentes como Juan Fernández de Lizardi y *El periquillo Sarmiento* en México o Esteban Echeverría y *La cautiva* en Argentina y se expande gracias al impulso del periodismo —con ejemplos como Domingo Sarmiento en Argentina, Euclides da Cunha en Brasil, José Carlos Mariátegui en Perú, o Enrique Rodó en Uruguay, entre otros— la propensión a cono-

---

5 Desde la década de los años setenta, el análisis de Graham T. Allison (1988) ya ponía sobre la mesa la relevancia que algunos factores domésticos (vg. los procesos organizacionales y las lógicas burocráticas) tienen para un mejor análisis y comprensión del proceso de toma de decisiones en materia de política exterior (en específico respecto a la crisis de los misiles de octubre de 1962).

cer y explicar la realidad política se hacía fundamentalmente a través de la descripción de la realidad de mayor proximidad o de América Latina como un todo homogéneo de análisis (Lucca y Pinillos, 2016).

Lo mismo sucede con el pensamiento proto-científico — con exponentes como Juan Agustín García, José María y Francisco Ramos Mejía o José Ingenieros en Argentina o Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. o inclusive Sérgio Buarque de Holanda, en Brasil (Fernández, 1977, pp. 31 y 41). Estos exponentes apelan al estudio de caso y la descripción para dar cuenta de su realidad nacional o de América Latina como un caso. Este panorama da cuenta como, a lo largo del siglo XIX y la primera mitad del siglo XX el comparativismo tiene un rol secundario en la génesis de las ciencias sociales de la región, que nacen abocadas a comprender e intervenir sobre su propio territorio (Lucca, 2019).

Cabe señalar que, en la segunda mitad del siglo XX, las ciencias sociales y políticas en Latinoamérica pasaron por un proceso de institucionalización disciplinar y, al mismo tiempo, de politización — evidente en países como México con el PRI o Argentina con el peronismo— y embates autoritarios que llevaron a que la producción intelectual se viera constreñida o desplazada de su lugar. Sin embargo, ello profundizó aún más el interés por el estudio del caso nacional como objeto de análisis, aunado a una creciente estilización teórica y metodológica, que abrió la senda a estudios de caso en perspectiva comparada (o aquellos que Lijphart le daba entidad comparativa por ser generadores, refutadores o reformuladores de teorías). Un claro ejemplo es el de Gino Germani, que mixtura el estructural funcionalismo con el estudio de caso del peronismo como fenómeno de masas a comprender gracias a explicaciones macro causales (Reyna, 1984). Otro ejemplo nodal es el dependentismo de Fernando Henrique Cardoso y Enzo Faletto, que reproducía una vez más la lectura de América Latina como un todo homogéneo, pero incorporaba una nueva mirada teórica para discutir la influencia de la Teoría de la Modernización (Lucca, 2007).

En las últimas décadas del siglo XX, la sociologización de las ciencias sociales dio paso a una politización, especialmente de la mano de la nueva ola democratizadora, las reformas del Estado y el crecimiento de la ciencia política como disciplina a escala global. Esto abrió espacio para múltiples estudios de caso en perspectiva comparada, como, por ejemplo, el trabajo de Guillermo O'Donnell (2009a) *El estado burocrático autoritario* o inclusive los múltiples aportes realizados en torno al debate sobre los procesos de ruptura y apertura democrática en América Latina.

Sin embargo, más allá del creciente *genus* comparativo que se abre a finales del siglo XX dentro de las ciencias sociales y políticas de

la región, ello no logra ser lo suficientemente fuerte —incluso hoy en día que la tecnificación teórica y metodológica es creciente y actualizada a la par de los principales centros académicos mundiales— como para subvertir el interés parroquial por abordar el país de residencia del investigador o América Latina como un todo (Lucca, 2014).

Es decir, en la ciencia política comparada latinoamericana contemporánea el principal objetivo cognitivo es aplicar, constatar y refutar postulados teóricos y conceptuales previamente formulados (Marenco, 2011, p. 168; Lucca y Pinillos, 2016). Es decir, en términos de Theda Skocpol (1984) solo se profundizó la estrategia de la ilustración paralela de teoría<sup>6</sup>, fortaleciendo claramente el desarrollo de comparativitas históricos teóricos y, por ende, la utilización de los estudios de caso que refutan teoría en la clave de Lijphart (Lucca y Pinillos, 2015, p. 15). Ello se observa en la proliferación de investigaciones ideográficas y de estudios de caso seleccionados de forma parroquial que no buscan generar innovaciones teóricas de rango medio (Pérez-Liñán, 2008), tal y como lo demuestra un estudio sobre las tesis doctorales que financia el CONICET en Argentina, en parte explicado por lo dificultoso de realizar trabajo de campo de un N pequeño o grande con recursos escasos (Calvo et. al. 2019, p. 5).

## REFLEXIONES FINALES

El estudio de caso, así como el método comparado de N pequeña o N grande, enfrentan una serie de fortalezas y debilidades metodológicas; por ende, “...es imposible producir un diseño de investigación sin fallo alguno; el secreto está en encajar y afrontar tantos problemas como sea posible” (Mackie y Marsh, 1997, p. 188).

El estudio de caso en ciencia política enfrenta desde su temprano uso el dilema de su pertenencia metodológica y su estatus comparativo. Sin embargo, hemos visto cómo resulta oportuno distinguir entre los estudios de caso descriptivos, ateóricos y no generalizables versus aquellos que aportan al enfoque comparativo. En las últimas décadas, este debate ha decantado en una mayor tecnificación y precisión metodológica para convertir a los estudios de caso en perspectiva comparada —es decir aquellos que oportunamente Lijphart identificara en 1971— en un aporte invaluable para las ciencias sociales, políticas y las relaciones internacionales. Esto ha incentivado la creatividad me-

---

6 Según esta autora, “[...] aquellos que desarrollan este enfoque, están interesados principalmente en demostrar y elaborar la lógica interna de un modelo teórico general. Para este propósito, la aplicación detallada del modelo general a uno o más casos históricos de importancia es muy valiosa, porque le permite al teórico especificar y operacionalizar lo que de otra manera permanecería necesariamente como conceptos y proposiciones muy abstractas” (Skocpol, 1984, p. 32).

todológica y la formulación de diseños de investigación con un solo caso, pero gran profundidad analítica en clave comparativa.

Empero, en América Latina predominan los estudios de caso que ponen el acento en refutar principios teóricos creados mayormente fuera de la región. Si bien este tipo de uso abre la chance al desarrollo de una sensibilidad comparativa que pueda adquirir nuevos bríos y horizontes en el futuro, resta aún por verse si este carácter periférico de la politología latinoamericana puede subvertirse a partir del uso —al menos para evitar el problema de los recursos escasos inherente al N pequeño y grande— de estudios de caso generadores de teoría (Lucca, 2008).

Por ende, aunque mucho recorrido se ha realizado en torno a reflexionar sobre los desarrollos y alcances de la comparación en las ciencias sociales latinoamericanas, resta aun por abrir el debate sobre los (ab)usos metodológicos de la comparación para un horizonte promisorio. Por ello, la reflexión en torno a una estrategia en particular —como son los estudios de caso en perspectiva comparada— es un intento por analizar las aristas y vértices en los que se asienta la piedra de toque de la Política Latinoamericana Comparada, por un lado; pero también un esfuerzo por formular observaciones críticas sobre su pasado, presente y futuro.

## BIBLIOGRAFÍA

- Acemoglu, Daron; Johnson Simon y Robinson, James A. (2001). The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. *American Economic Review*, 91(5), 1369-1401.
- Allison, Graham (1988). *La esencia de la decisión. Análisis explicativo de la crisis de los misiles de Cuba*. Buenos Aires: Grupo Editorial Latinoamericano.
- Astorga, Luis (2005). *El siglo de las drogas: El narcotráfico del Porfiriato al nuevo milenio*. Ciudad de México: Plaza & Janes.
- Brady, Henry y Collier, David (Eds.) (2004). *Rethinking social inquiry. Diverse tools, shared standards*. Lanham: Rowman and Littlefield.
- Calvo, Ernesto; Elverdín, Sofía; Kessler, Gabriel y Murillo, María Victoria (2019) Investigando las influencias internacionales en las ciencias sociales argentinas. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales (Relmecs)*, 9(2), e055-e055.
- Cardoso, Fernando (1985). Sobre la caracterización de los regímenes autoritarios en América Latina. En: Collier, David (Ed.), *El nuevo autoritarismo en América Latina*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

- Collier, David (1994). El método comparativo: dos décadas de cambios. En: Sartori, Giovanni y Morlino, Leonardo (Eds.), *La comparación en las ciencias sociales* (pp. 51-79). Madrid: Alianza.
- Collier, David (2011). Understanding Process Tracing. *Political Science and Politic*, 44(4), 823-829.
- Durán-Martínez, Angélica (2015). To kill and tell? State power, criminal competition, and drug violence. *Journal of conflict resolution*, 59(8), 1377-1402.
- Eckstein, Harry (2000). Case study and theory in political science. En: Gomm, Roger; Hammersley, Martin y Foster, Peter (Eds.), *Case study method: Key texts, key issues*. Thousand Oaks: SAGE.
- Eisenhardt, Kathleen (1989). Building Theories from Case Study Research. *The Academy of Management Review*, 14(4), 532-550.
- Fernandes, Florestan (1977). *A sociología no Brasil, Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- Geary, Mirta; Lucca, Juan Bautista y Pinillos, Cintia (2011). *Tendencias en la producción de conocimiento sobre política comparada en América Latina*. Rosario: Editorial del Revés.
- Geary, Mirta; Lucca, Juan Bautista y Pinillos, Cintia (2015) *Política latinoamericana comparada*. Rosario: UNR Editora.
- Gerring, John (2004). What is a Case Study and What is it good for? *American Political Science Review*, 98 (2), 341-354.
- Gerring, John (2007). Is There a (Viable) Crucial-Case Method? *Comparative Political Studies*, 40 (3), 231-253.
- Gibson, Edward (2006). Autoritarismo subnacional: estrategias territoriales de control político en regímenes democráticos. *Desafíos*, 14, 204-237.
- Gibson, Edward (28 al 31 de Agosto de 2008). Subnational Authoritarianism and Territorial Politics: Charting the Theoretical Landscape [Ponencia]. *American Political Science Association Annual Congress*. Boston, MA.
- King, Gary; Keohane, Robert y Verba, Sidney (2007). *El diseño de la investigación social. La inferencia científica en los estudios cualitativos*. Madrid: Alianza.
- Knight, Alan (1986). La revolución mexicana: ¿burguesa, nacionalista, o simplemente una gran rebelión? *Cuadernos Políticos*, (48), 5-32.
- Landman, Todd (2011). *Política Comparada. Una introducción a su objetivo y métodos de investigación*. Madrid: Alianza Editorial.
- Lijphart, Arendt (1971). Comparative Politics and the Comparative Method. *The American Political Science Review*, 65(3), 682-693.

- Lodola, Germán (2009). Vicios y virtudes del estudio de caso en política comparada. *Boletín de Política Comparada*, 1, 6-24.
- Lucca, Juan Bautista (2007). Transitología, consolidología y... wath? *Revista Utopía*, 15. [http://www.fts.uner.edu.ar/publicaciones/publicaciones/utopias/uto\\_15.html](http://www.fts.uner.edu.ar/publicaciones/publicaciones/utopias/uto_15.html)
- Lucca, Juan Bautista (2008). Debates y embates de la politología. *Íconos-Revista de Ciencias Sociales*, (30), 13-26.
- Lucca, Juan Bautista (2014). La política comparada en Argentina, Brasil, Colombia y México. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, 23(1), 101-118.
- Lucca, Juan Bautista (2019). Los conceptos en la política latinoamericana comparada. *Espiral*, 26(74), 9-48.
- Lucca, Juan Bautista y Pinillos, Cintia (2015). Decisiones metodológicas en la comparación de fenómenos políticos iberoamericanos. *Documentos de trabajo del Instituto de Iberoamérica de la Universidad de Salamanca*, 25, 1-38. [http://biblioteca.clacso.edu.ar/Espana/ib/20161220051300/pdf\\_1455.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/Espana/ib/20161220051300/pdf_1455.pdf)
- Lucca, Juan Bautista y Pinillos, Cintia (2016). El número de casos en la política comparada latinoamericana. En: Caicedo, Juan Andrés y Baquero, Sergio Ángel (Eds.), *Estudios Latinoamericanos en perspectiva comparada*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Mackie, Tom y Marsh, David (1997). El método comparativo. En: Marsh, David y Stocker, Gerry (Eds.), *Teoría y métodos de la ciencia política*. Madrid: Alianza.
- Macridis, Roy (1968). Comparative politics and the study of government: The search for the focus. *Comparative Politics*, (1), 79-90.
- Mainwaring, Scott y Pérez Liñán, Aníbal (2005). Latin American Democratization since 1978. Democratic Transitions, Breakdowns, and Erosions. En: Hagopian, Frances y Mainwaring, Scott (Eds.), *The third wave of democratization in Latin America. Avances and setbacks*. Nueva York: Cambridge University Press.
- Marengo, André (2011). Uma nota sobre usos e não usos da comparação. En: Geary, Mirta; Lucca, Juan Bautista y Pinillos, Cintia (Comps.), *Tendencias en la producción de conocimiento sobre política comparada en América Latina*. Rosario: Editorial del Revés.
- Marx, Karl (1980). *El dieciocho brumario de Luis Bonaparte*. Moscú: Editorial Progreso.

- O'Donnell, Guillermo (1993). Acerca del Estado, la democratización y algunos problemas conceptuales. Una perspectiva latinoamericana con referencias a países comunistas. *Instituto de Desarrollo Económico y Social*, 33(130), 1-32.
- O'Donnell, Guillermo (2005). Democracia y Estado de Derecho. *Nexos*. <http://www.nexos.com.mx/?p=11405>
- O'Donnell, Guillermo (2009a). *El estado burocrático autoritario*. Buenos Aires: Prometeo.
- O'Donnell, Guillermo (2009b). Nuevas reflexiones acerca de la democracia delegativa (DD). En: O'Donnell, Guillermo; Iazetta, Osvaldo y Quiroga, Hugo (Coords.), *Democracia delegativa*. Buenos Aires: Prometeo.
- Pérez-Liñán, Aníbal (2008). Cuatro razones para comparar. *Boletín de política comparada*, 1, 4-8.
- Peters, Guy (1998). *Comparative Politics. Theory and Methods*. Nova York: New York University Press.
- Putnam, Robert (1993). *Making Democracy Work. Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Press Princeton.
- Reyna, José Luis (1987). *La sociología latinoamericana: su estado actual y su compromiso social*. Ciudad de México: FLACSO.
- Sartori, Giovanni (1994a). Comparación y método comparativo. En: Sartori, Giovanni y Morlino, Leonardo (Eds.), *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza.
- Schamis, Hector (1991). Reconceptualizing Latin American Authoritarianism in the 1970s: From Bureaucratic-Authoritarianism to Neoconservatism. *Comparative Politics*, 23 (2), 201-220.
- Scokpol, Theda (1984). *Los Estados y las revoluciones sociales*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Snyder, Richard y Durán, Angélica (2009). Drugs, Violence, and State-Sponsored Protection Rackets in México and Colombia. *Colombia Internacional*, (70), 61-91.
- Trejo, Guillermo y Ley, Sandra (2016). [Federalismo, drogas y violencia: Por qué el conflicto partidista intergubernamental estimuló la violencia del narcotráfico en México](#). *Política y Gobierno*, 23(1), 11-56.
- Yin, Robert (2009). *Case study research: Design and methods (applied social research methods)*. Londres: SAGE.

# EL ESTUDIO DE CASO COMO MÉTODO DE INVESTIGACIÓN CUALITATIVA

Josset Sánchez Olarte, Erik Tapia Mejía  
y José Arturo Méndez Espinoza

## INTRODUCCIÓN

La investigación social es un proceso científico utilizado generalmente por los investigadores y científicos sociales para comprender a las personas; es una herramienta para desarrollar productos o servicios que satisfagan las diversas necesidades de la sociedad. En esta línea, los estudios sociales permiten la generación de conocimiento sobre la realidad social y el comportamiento humano en el presente, pasado y futuro. Su enfoque es diverso y pueden centrarse, en lo que sucede, por qué sucede, con el propósito de describir su origen, a través de un procedimiento científico que uno o más investigadores aplican con el fin de encontrar una explicación al fenómeno de estudio y así encontrar explicaciones y/o soluciones a diversas problemáticas.

Este tipo de investigación tiene como característica fundamental que acepta como válido más de un paradigma teórico para explicar un problema de investigación, explicaciones que se implementan de acuerdo con la posición teórica o filosófica del autor, por lo que el proceso de investigación conlleva a una interacción entre investigador y el objeto de estudio (Alonso, 1998). En este sentido, Coller (2000) refiere que las ciencias sociales se caracterizan por el pluralismo metodológico. Janzen (2016), menciona que en las ciencias sociales la



metodología cualitativa es uno de los factores que posibilitan el uso de nuevas perspectivas en el desarrollo de investigaciones.

Por su parte, la investigación de casos se caracteriza por realizar un análisis intensivo de un fenómeno particular (una persona, familia, comunidad, región, programa de intervención, evento, organización, etc.), es decir, cualquier objeto de la realidad social puede constituirse, por su importancia, en un caso de estudio, de esta forma, el caso es algo específico, algo complejo en funcionamiento (Stake, 1998; Stake, 1999). Este tipo de investigaciones permite la aproximación a los actores de tal manera que se puede realizar la comprensión e interpretación de sus acciones en su contexto, pero, sobre todo, contribuye a la producción de conocimiento relevante (Coller, 2000). La relevancia de un caso depende de una teoría previa que se requiera comprobar, de su naturaleza única o rara, de la excepcionalidad de su impacto en la sociedad, o de cualquier otro motivo que justifique el mejor conocimiento del caso en cuestión (Gundermann, 2001).

En general, la naturaleza de la investigación de estudios de caso se ubica en el paradigma social, y el propósito de este tipo de estudios consiste en llevar a cabo un análisis profundo y minucioso del o los casos establecidos que se alcanza cuando se estudia un número muy reducido de realidades y durante un prolongado período de tiempo (al menos un año) permitiendo la generación de conocimiento específico de carácter científico, a partir de su descripción, explicación y comprensión. Además, cabe resaltar que es una técnica de investigación cualitativa centrada en el estudio de un objeto o fenómeno particular que permite profundizar en el conocimiento de la situación o problema objeto de estudio.

### **PRESENTACIÓN DE LA TÉCNICA DE ESTUDIO DE CASO**

La técnica del estudio de casos es una herramienta didáctica que consiste en proporcionar una serie de casos que representan diferentes problemas de la vida real para su estudio y análisis. López (1997) refiere que los métodos de casos tienen una larga historia. La palabra “caso” se considera en un sentido amplio, utilizado en forma de ejemplos o problemas prácticos específicos. Implicaba tratar problemas morales o religiosos con casos individuales sin entrar en el análisis de condiciones sociales o psicológicas previas. A partir de 1914, el caso comenzó a usarse en los cursos de derecho de Harvard, tomando los “Casos de Sistemas” los cuales se diseñaron para permitir que los estudiantes de derecho buscaran soluciones y defiendan una historia específica (Mora, 2017).

Los estudios de caso se utilizan como método de análisis y observación en profundidad de una situación concreta, como la biografía

de una persona, la historia de una institución, etc. Esto proporciona un punto de partida desde el cual se pretenden hacer generalizaciones en casos equivalentes (Platt, 1992).

Aramendi (2014), menciona que el método del estudio de caso es una de las estrategias de enseñanza y aprendizaje más adecuadas para desarrollar las habilidades orientadas a contextos particulares y su entendimiento en mayor profundidad. El estudio de caso puede verse como una estrategia de debate o como un esfuerzo colaborativo, particularmente porque es un proceso en el que el aprendizaje se vuelve colaborativo como resultado de las interacciones del investigador con los sujetos de investigación, que diferencian y contrastan sus perspectivas y puntos de vista, y como resultado, acumulan y generan nuevo conocimiento (Revelo, 2018; Vélez et al., 2022).

En general este método de hacer investigación permite estudiar las interrelaciones y contextos naturales del problema planteado, puesto que proporciona una percepción a un mundo de particularidades y matices que ningún otro método permitía detectar en estos tipos de estudios (Macluf et al., 2008), no obstante, a pesar de las bondades que tiene este método, también tiene sus debilidades.

Algunas de las ventajas del método del estudio de caso se enmarcan a continuación, sin embargo, cabe hacer la aclaración que algunas de ellas, dependiendo del contexto y del caso de estudio, pueden incluso llegar a ser consideradas como desventaja. Para este capítulo se consideran ventajas y desventajas las siguientes:

- *Ventajas*: Estas tienen como característica principal que establecen un puente entre la teoría y la práctica a partir de la interacción con los sujetos del caso en cuestión, potenciando el aprendizaje, principalmente porque concede la participación activa del investigador en la comprensión de situaciones complejas en un contexto delimitado que le permite el análisis profundo y detallado de un caso particular propiciado por la interacción constante del investigador con los sujetos u actores sociales inmersos en el caso. Dicha interacción es relevante para todas las partes involucradas por que durante su proceso acumulan y generan nuevo conocimiento, facilitando el entendimiento (del objeto de estudio) de los motivos que tuvieron las personas involucradas en un caso.
- Los estudios de caso ofrecen un alto grado de información y en profundidad debido a la cercanía con los sujetos de estudio. Especialmente porque en este tipo de estudios permite el uso de diferentes métodos y técnicas de investigación al tratarse de un número limitado de sujetos de estudio. Por ejemplo: convierte

las observaciones de los sujetos de estudio en datos utilizables para investigaciones equivalentes. La opinión la transcribe en hechos a partir de interpretación y su fundamentación teórica.

- En general, las ventajas que ofrecen los estudios de caso estriban en el grado de información que ofrecen y que le permiten al investigador entender en profundidad situaciones específicas en su propio contexto.
- *Desventajas:* Como todo método, técnica u herramienta de investigación, los estudios de caso también tienen sus desventajas por su propia naturaleza, por ejemplo; los resultados obtenidos en un estudio de caso no pueden generalizarse a otras situaciones similares, solo se pueden tomar como referente de estudio al tratarse de un estudio en un contexto delimitado. Además, este tipo de estudios pueden ser costosos y consumir mucho tiempo principalmente porque el investigador tiene que tener una constante interacción con los sujetos de estudio hasta lograr comprender la complejidad del objeto de análisis. Otra desventaja que suele ser muy cuestionada por los investigadores es que la muestra puede no ser representativa debido al enfoque estrecho y la representatividad limitada para llevarlos a cabo, no obstante, en estos estudios se requiere una preparación minuciosa del material para la colecta de los datos y su captura y análisis requiere de mayor tiempo, ya que generalmente se aplican técnicas de observación directa y entrevistas en profundidad.
- Este tipo de estudios no permiten generar conclusiones convincentes, ya que al ser específicos no dan lugar a la generalidad, por lo tanto, no es posible establecer una relación causal entre variables porque no se pueden manipular al tratarse de sujetos es estudio.

Es frecuente que en los estudios de caso se compliquen las relaciones entre sujeto investigador y actores inmersos en el objeto investigado principalmente por el choque de percepciones, lo que dificulta obtener información detallada sobre el caso, ya que, si no hay una conexión empática entre el investigador y los sujetos de estudio, los resultados pueden verse afectados por la subjetividad del o los investigadores en la interpretación de los datos.

La técnica de estudios de caso se centra en los actores participantes inmersos en el objeto de investigación, para proporcionar una reflexión o juicio crítico alrededor de un hecho real. El caso puede ser presentado como un documento breve o extenso, en forma de lectura, película o grabación. El objetivo de esta técnica es crear conocimiento

para el desarrollo de soluciones y/o una comprensión profunda de una situación específica y delimitada. De esta forma, cabe destacar que un estudio de caso es una técnica de investigación cualitativa que se realiza a partir de un objeto, persona, familia, grupo, organización, etc., y se utiliza principalmente en las ciencias sociales, caracterizada por un determinado proceso de búsqueda e investigación y análisis sistemático de uno o más casos. Se caracteriza por la pertinencia, actualidad, realismo, claro, conciso y presentación del problema o dilema que permite su análisis y discusión.

### **ELEMENTOS METODOLÓGICOS PARA LA CONSTRUCCIÓN DE LOS ESTUDIOS DE CASO**

La investigación de estudios de casos es un recurso metodológico de la investigación científica, se orienta principalmente por la descripción del objeto de estudio, es decir, por el estudio exhaustivo de la diversidad de rasgos que lo caracterizan. También, se utiliza como una herramienta para elaborar conceptos y teorías que permitan explicar los casos investigados (Coller, 2000). Para Silverman (1993); Van Wynsberghe y Khan (2007) es una metodología que utiliza varios métodos, ya que entiende por metodología un enfoque general para estudiar un problema de investigación, mientras que al método lo define como una técnica específica para recoger datos.

Coller (2000), clasifica a los casos de estudio en: estudio (objeto-proceso); alcance (específico o genérico); naturaleza (ejemplar, polar-extremo, típico, único, desviado-negativo, teóricamente decisivo); tipo de acontecimiento (histórico, contemporáneo, híbrido); uso del caso (descriptivo, analítico, con hipótesis, sin hipótesis) número de caso (único, múltiple, paralelos, disimilares).

En este sentido, Stott y Ramil (2014), mencionan que los estudios de caso son modelos de investigación útiles para recopilar información de forma directa en situaciones de la vida real. Este tipo de investigación se puede aplicar a situaciones que ya han ocurrido o que se están utilizando durante el desarrollo. Los estudios de caso bien diseñados pueden contribuir a un cambio significativo en casos específicos.

De esta manera, para el presente estudio se consideró como base las etapas metodológicas para la realización de un estudio de caso en la línea que establece Coller (2000) las cuales implantan de la siguiente forma:

### **LOS PREPARATIVOS**

Los preparativos como etapa inicial formal para llevar a cabo un estudio de caso hacen referencia a definir el caso (fenómeno a estudiar

el sujeto, el objeto, la población o institución, etc.). Para el comienzo del proceso de investigación a través de la técnica del estudio de caso es crucial tener completamente claros los motivos para realizar un estudio de este tipo. Para ello, es necesario saber para quién es y cómo se utilizará. Si se comienza a partir del establecimiento de un objetivo claro y bien delimitado, se puede asegurar que el estudio estará bien dirigido y tendrá respuestas más acertadas para su destinatario final propiciando la generación de conocimiento válido para el caso en específico y que podrá servir de referente para situaciones semejantes, ya que los estudios de caso propician un análisis en profundidad del caso en cuestión a través de la interacción constante del investigador con los sujetos o actores u objeto de estudio.

En este sentido, para tener claro el objetivo y poder llevar a cabo el estudio de caso, Stott y Ramil (2014) proponen responder las siguientes preguntas: ¿Para quién es el estudio de caso?; ¿Por qué se hace el estudio?; ¿Qué quieren saber y por qué?; ¿De qué trata este caso?; ¿Cómo va a emplearse la información?; ¿Qué extensión y estilo deberá tener? Una vez establecidas las preguntas, se procede a asentar las respuestas iniciales de manera hipotética, ya que una vez que el estudio se desarrolle se diseñarán instrumentos adecuados que posibiliten respuestas más objetivas para lograr el alcance de objetivo del caso.

En este apartado de los preparativos es el momento en el que se define un bosquejo (aunque de forma general) del *tema del estudio* de caso; se desarrolla un *esbozo del contexto* que tendrá el estudio es este apartado *se explicita el objetivo* del estudio, *pregunta de investigación* e hipótesis o supuestos, además, se establecen los *conceptos teóricos* que fundamentará el estudio de caso (revisión de literatura o construcción analítica explicativa).

Para dejar más clara esta primera etapa de preparativos, se tomaron fragmentos de un estudio de caso llevado a cabo por Sánchez et al., (2021) “Combinación de conocimiento tradicional y moderno en el sistema sociotécnico del cultivo de amaranto” el cual permite dar mayor claridad a cada uno de los puntos que se establecen en este apartado:

*Tema:* Combinación de conocimiento tradicional y moderno el caso del sistema sociotécnico del cultivo de amaranto de San Matías Tlalancaleca, Puebla. *Introducción:* El cultivo del amaranto se remonta a épocas prehispánicas en México [...] Entre los cultivos tradicionales de los valles altos de México se ubica al amaranto con alto potencial agrícola, siendo una opción viable con énfasis en zonas de baja o poca tecnología, principalmente porque... En el país los principales estados productores son [...] Una de las principales problemáticas en la actualidad y que provocan un lento desa-

rrollo en dicho cultivo es [...] *Objetivo*: conocer en el sistema sociotécnico del cultivo de amaranto, la pertinencia que tiene combinar el conocimiento tradicional y moderno aplicado a las labores culturales, en el manejo del sistema y el beneficio socioeconómico que aporta a las Unidades de Producción Familiar (UPF) [...] La *interrogante* que condujo la investigación fue ¿Cómo se dan las relaciones sociales y técnicas en el sistema sociotécnico del cultivo de amaranto en San Matías Tlalancaleca Puebla en donde el conocimiento tradicional combinado con el conocimiento moderno ha permitido llevar a cabo las labores culturales y el manejo del sistema? (Sánchez et al., 2021, p. 227).

En el fragmento antes escrito (constituido de varios fragmentos de la investigación aludida), se deja explícito el *tema del estudio de caso*, el cual gira en torno del sistema sociotécnico del cultivo de amaranto (definido como el objeto de estudio) y San Matías Tlalancaleca, Puebla (establecido como el lugar de los sujetos del estudio de caso). Posteriormente se explicita en la introducción el *esbozo del contexto* en el cual se desarrolla el estudio, en este apartado los autores incluyen explícitamente el *objetivo* del estudio, y la *pregunta de investigación* no obstante, no siempre es una regla general el establecimiento de una hipótesis o supuestos, ya que en ciencias sociales también se puede concluir con el establecimiento de una hipótesis para que, en posteriores estudios se le dé continuidad. En este sentido en el caso tomado como ejemplo no se estableció una hipótesis. Sin embargo, dependiendo del objeto de investigación que construya, el investigador tomará la decisión de incluir o no una hipótesis de estudio.

Y es así, como con cada uno de los elementos antes mencionados se establece la primera etapa de un estudio de caso al que se le denomina “preparativos”, aquí es sustantivo dejar bien definido el objetivo de estudio ya que de su claridad dependerá el rumbo que tomará el estudio y se evitaren sesgos durante el proceso del estudio de caso.

### **REVISIÓN DE LITERATURA O FUNDAMENTACIÓN TEÓRICA**

Una vez definida la etapa de los “preparativos”, se procede a desarrollar los conceptos teóricos que fundamentarán el estudio de caso. Estos son una construcción analítica que explica las interrogantes inmersas en el problema objeto de investigación, la que en este apartado se establece, deberá integrar de una serie de conceptos, posiciones teóricas desde las cuales se desprenden tales conceptos y la conexión de éstos, pero apoyados con referencias específicas relacionadas con el problema objeto de investigación, el cual está referido al contexto del estudio de caso. Este apartado es fundamental para dar una explicación al objeto de estudio desde el punto de vista de la información existente y que proporciona mayor claridad al estudio y a los concep-

tos clave que se encuentran explícitos en el tema y objetivo establecido.

*Construcción analítica explicativa*- Hernández Xolocotzi (1988) refiere que la agricultura tradicional se caracteriza principalmente por practicarse en superficies pequeñas, usar mano de obra familiar, carecer de tecnologías y métodos modernos de cultivo y destinar la mayor parte de la producción al autoconsumo... No obstante, en amplias regiones del país se practica actualmente una agricultura campesina en la que se combinan los saberes tradicionales con el uso de conocimiento y tecnologías modernas (Sánchez *et al.*, 2015). En el caso del amaranto en el municipio de San Matías Tlalancaleca, Puebla, pese a que su cultivo se da bajo condiciones de agricultura tradicional... El conocimiento involucra todas aquellas explicaciones, interpretaciones y análisis que el hombre hace sobre la naturaleza, sus posibilidades y límites; sean o no de carácter científico (Hessen, 1996). El concepto tradicional alude a actividades que... En general, los sistemas de cultivo tradicional se caracterizan por funcionar con base en el conocimiento que ha sido heredado de una generación a otra, denominado *conocimiento tradicional* (Hernández, 1988). En esta línea, el cultivo de amaranto en San Matías Tlalancaleca, Puebla, ha cobrado interés, no solo por la importancia nutritiva de la semilla, sino porque, al parecer, podría representar una opción socioeconómica para las UPF. Esta idoneidad deriva de que su cultivo tiene un bajo impacto sobre los recursos naturales; su manejo se basa en el uso de herramientas manuales, con bajo o nulo requerimiento de insumos elaborados a base de energía fósil; y las labores agrícolas pueden llevarse a cabo a partir de recursos locales y mano de obra familiar. Empero, algunas unidades se han adaptado a los avances tecnológicos, creando una dinámica de equilibrio donde el conocimiento tradicional coexiste con la tecnología moderna, realizando de esta manera un manejo tecnificado con uso de maquinaria, insumos químicos y jornaleiros. Sin embargo, en el área objeto de estudio, el manejo que realizan al sistema de cultivo ha sido poco estudiado y se tiene hasta ahora información limitada de la importancia que tiene el conocimiento tradicional combinado con el moderno, así como de las implicaciones que dicha convergencia supone sobre los costos de producción y el beneficio socioeconómico de las UPF (Sánchez *et al.*, 2021, p. 229).

En el segundo apartado, a pesar de que, se indica como “Revisión de literatura o fundamentación teórica”, el título puede cambiar o denominarse de manera distinta dependiendo del punto de vista del investigador. En el caso del párrafo antes referido se denominó “*Construcción analítica explicativa*”. En ella (se citan algunos fragmentos de la investigación) se muestra de manera explícita, un breve abordaje desde el punto de vista de la información existente, una explicación del problema de objeto de investigación del estudio de caso en cuestión.

En este apartado es indispensable dejar explícitos los conceptos clave que se enmarcan en el estudio de caso y que se encuentran explícitos en el tema y objetivo de investigación. Por ejemplo, en el caso aludido el tema es “Combinación de conocimiento tradicional y moderno en el sistema sociotécnico del cultivo de amaranto” y su objetivo “conocer en el sistema sociotécnico del cultivo de amaranto, la pertinencia que tiene combinar el conocimiento tradicional y moderno aplicado a las labores culturales, en el manejo del sistema y el beneficio socioeconómico que aporta a las UPF”. A partir de ello, la “revisión de literatura o fundamentación teórica” debe contemplar y desarrollar conceptos como: conocimiento, conocimiento tradicional y moderno, sistemas de cultivo, agricultura tradicional, labores culturales, etc., en este contexto, en los fragmentos del párrafo tomado con ejemplo, muestra de manera clara algunos de los conceptos clave que se encuentran explícitos tanto en el tema como en el objetivo del estudio de caso.

En todo estudio de caso la revisión de literatura es fundamental, ya que especialmente en los estudios de tipo cualitativo se vuelve sustantivo el apartado teórico, principalmente porque este es el apartado de fundamenta y proporciona solidez al estudio y cuyo propósito es disminuir la subjetividad de la investigación en cuestión.

## **METODOLOGÍA**

Es importante que el o los investigadores y las partes interesadas acuerden qué cubrirá el estudio de caso y qué método de recopilación y revisión de datos es el más apropiado para cada individuo o grupo y organización. Por esta razón, es importante desarrollar una plantilla de estudio de caso que actúe como guía durante todo el proceso de redacción y asegure la coherencia de la cobertura y el estilo, especialmente si se trata de un grupo de investigación. En este apartado se incluyen sub-apartados como la selección del caso, trabajo de campo, análisis de datos, redacción del informe final:

### **SELECCIÓN DEL CASO Y SU MUESTRA**

En esta sección, se deberán establecer algunos indicadores para la selección los cuales deben discutirse cuidadosamente con los encargados de llevar a cabo el trabajo, en función de los parámetros establecidos para los fines del estudio. Se pueden considerar algunos de los indicadores generales para la selección de casos de estudio propuestos por Stott y Ramil (2014): zona geográfica, área temática, tamaño, cobertura y alcance, modo de intervenir y resultados e impacto, dependiendo de la magnitud del estudio de caso, se determina el indicador o indicadores a tomar en cuenta.



Una vez definido el indicador de selección, se procede a generar criterios de selección los cuales deberán estar en concordancia con el caso de estudio que se desea investigar Coller (2000), refiere que una de las maneras de seleccionar y construir el caso es su contexto único, su carácter irrepetible o escaso y su relevancia social. Siguiendo el ejemplo del estudio de caso para este apartado se cita lo siguiente:

*Selección del caso de estudio:* En primera instancia se establecieron una serie de criterios de selección: a) localidad con producción de amaranto; b) potencial productivo susceptible de ser mejorado; c) existencia de un sistema de producción tradicional imbricado con elementos tecnológicos modernos; d) producción en terrenos de temporal y de riego; y e) amaranto como cultivo secundario [...] De esta manera, el municipio seleccionado que cumplió con dichos criterios fue San Matías Tlalancaleca, Puebla. Este se localiza en la parte centro-oeste del estado de Puebla. Sus coordenadas geográficas son los paralelos 19° 17' 30" y 19° 73' 48" de latitud norte y los meridianos 98° 27' 42" y 98° 37' 18" de longitud oeste (Inegi, 2015) (Sánchez et al., 2021, p. 231).

En esta sección siempre será sustancial delimitar indicadores y definir criterios de inclusión y exclusión para que el caso cumpla con residir en su contexto único, su carácter irrepetible o escaso y contenga relevancia social. Una vez que se define el contexto del caso, será primordial establecer quienes serán los sujetos de estudio y cuáles serán los criterios para considerarlos dentro del estudio de caso y qué técnica o herramienta se aplicará para la colecta de datos. Además, el investigador deberá con conocimientos básicos, para redactar tal cual se presenta la información en el contexto, saber escuchar correctamente todo lo que le expresan los sujetos de estudio, saber aplicar correctamente la técnica o herramienta para captar la información, tener capacidad de análisis, capacidad de reflexión para la interpretación de la información y habilidad para escribir el informe del estudio de caso.

Por lo tanto, antes de entrar directamente al trabajo de campo, es necesario realizar una revisión previa de la información existente tanto la relacionada al estudio como aquella del contexto en el que se llevara a cabo el estudio de caso. Además, el investigador deberá contactar a los informantes clave (aquellas personas que poseen información de primera mano) para el estudio de caso. Generalmente, los investigadores previa realización del estudio ya conocen a algunos informantes, no obstante, también durante la revisión documental se suelen descubrir buenos contactos locales que pueden ayudar en la investigación o que pueden ir haciendo el contacto con los informantes clave.

A pesar de que en el contexto del caso se pueden ubicar a los informantes clave a través de diferentes técnicas, para alcanzar una mayor confiabilidad es indispensable establecer el tamaño de muestra, que a diferencia de investigaciones más amplias y con inclusión de distintos contextos en las que se suele determinar la muestra con la aplicación de fórmulas estadísticas. En los estudios de caso generalmente la muestra se determina a través del establecimiento de criterios de inclusión y exclusión que contribuyen a establecer tanto el contexto como los sujetos de estudio y el instrumento de recolección de información que se utilizará.

[...] se establecieron una serie de criterios de selección: a) localidad con producción de amaranto; b) potencial productivo susceptible de ser mejorado; c) existencia de un sistema de producción tradicional imbricado con elementos tecnológicos modernos; d) producción en terrenos de temporal y de riego; y e) amaranto como cultivo secundario... Para la fase de campo se elaboró una entrevista semiestructurada la cual se aplicó a un pequeño grupo de productores de amaranto durante los ciclos agrícolas 2014, 2015 y 2016; los temas giraron en torno al cultivo de amaranto, conocimientos asociados al sistema, relevancia del conocimiento tradicional y moderno en el manejo del sistema y costos de producción. En cuanto al resto de la información, se consultó información documental y bibliográfica (secundaria) sobre el tema... Los sujetos de estudio fueron productores de amaranto, tomando como universo de estudio aquellos que se encontraban registrados en el padrón del PROCAMPO en 2014 del municipio (seis productores). De esta forma, el tamaño de muestra consideró a las seis personas que representan el total de la superficie que se cultiva (4 hectáreas) en el municipio en cuestión (Sánchez et al., 2021, p. 233).

En el párrafo, se puede observar de manera clara como el estudio de caso cumplió con cada uno de los criterios para la selección del contexto, herramienta de colecta de información y sujetos de estudio, a pesar que pareciera que es una tarea sencilla, el éxito de esta etapa dependerá mucho de la accesibilidad y existencia de información acerca del estudio de caso, pero sobre todo del acercamiento o cercanía que se tenga con el contexto y las relaciones con sujetos inmersos en el contexto de estudio.

### **EL TRABAJO DE CAMPO**

Establecido el contexto, la herramienta o técnica de recolección de datos (cuestionarios y encuestas, entrevistas, revisión de la documentación, observación participante, grupos focales / talleres, historias de vida y testimonios, audiovisuales) y la muestra para el estudio de caso, se procede a poner en marcha el trabajo de campo, que tiene por objeto producir los datos que permitirán reconstruir el proceso

vital del caso, a partir de la selección y recopilación. Para esta etapa se utilizan principalmente documentos personales: cartas, fotografías, biografías, diarios, historias de vida, observaciones, agendas, informes, registros, etc., y aplicando instrumentos de recolección de datos: encuestas, cuestionarios, entrevistas, etc., con el fin de indagar sobre los aspectos de interés de la investigación.

Para la fase de campo se elaboró una entrevista semiestructurada la cual se aplicó a un pequeño grupo de productores de amaranto durante los ciclos agrícolas 2014, 2015 y 2016... Los sujetos de estudio fueron productores de amaranto [...] aquellos que se encontraban registrados en el padrón del PROCAMPO en 2014 del municipio (6 productores)... que representan el total de la superficie que se cultiva (4 hectáreas) en el municipio en cuestión (Sánchez et al., 2021, p. 232).

Como se muestra en el párrafo, el estudio de caso referido como ejemplo, contiene cada uno de los elementos. Los estudios de caso deben cumplir con ciertos prerrequisitos establecidos con el propósito de garantizar el buen camino del proceso de investigación, la participación de los actores inmersos en ella, pero siempre contar con los elementos requeridos en este apartado para lograr la aceptación de la investigación y la captación efectiva de los datos requeridos para alcanzar el objetivo del estudio de caso.

### **EL ANÁLISIS DE LOS DATOS**

Una vez recopilados los datos e identificadas las ideas recurrentes y los conceptos clave, se continúa con el análisis que permitirá realizar inferencias descriptivas y explicativas para formular conceptos e incluso teorías. Toda la información recopilada en el sitio debe documentarse cuidadosamente con fechas y procedencia. De ello depende la precisión de los datos de la investigación y será lo que en gran medida permitirá generar soluciones, alternativas, incluso nuevo conocimiento.

Coller (2000); Stott y Ramil (2014), aluden que la triangulación de datos implica sintetizar los datos recabados durante la fase de campo y verificar la validez de la información recopilada por los investigadores. En los estudios de caso, esto requiere volver a examinar las fuentes primarias en el campo, así como fuentes de una gama más amplia de fuentes secundarias como documentos, estadísticas y otros materiales. Una revisión de documentos completada previamente es más útil en este punto, ya que los resultados de la visita de estudio de caso se pueden comparar con la revisión anterior.

Además, un sentido de equilibrio y perspectiva es esencial para una buena triangulación y síntesis de datos. Las decisiones sobre la

interpretación de los datos deben basarse en la evidencia, no en la opinión. También es importante comprender la visibilidad o invisibilidad de ciertos individuos y grupos y evaluar si se tienen claramente en cuenta cuestiones interrelacionadas como el género, el origen, la edad, etc.

De esta forma, para lograr un buen análisis de datos este deberá estar respaldado por algún método de análisis. En este sentido, al tratarse de un estudio de caso el método deberá ser de tipo cualitativo entre los que destacan: análisis del contenido, análisis narrativo, teoría fundamentada, análisis fenomenológico interpretativo, análisis del discurso, análisis temático, hermenéutico, etc. El método más apropiado será aquel que brinde mayor asertividad para el alcance del objetivo y que sea el que se más se adapte al estudio de caso, ya que cada método tiene sus propias particularidades, así como sus ventajas y desventajas.

Una vez obtenida la información e identificada la de carácter sustantivo, se procedió a su análisis, tanto descriptivo como hermenéutico. De acuerdo con Taberner (2002, p 21), este último busca interpretar los datos de un discurso, como un censo o registro empírico u opiniones en un contexto dado. Este método de interpretación busca traspasar el sentido superficial de los textos y discursos, para llegar al sentido profundo, inclusive oculto de los mismos (Habermas, 2002). El análisis y la sistematización de la información obtenida en las encuestas y en las observaciones de campo permitieron elaborar el informe de caso. Con el fin de entender el sistema del cultivo de amaranto como un sistema sociotécnico se recurrió a Davis y Cherns (1975); Rousseau (1977); y Sánchez y Argumedo (2015), quienes mencionan que este enfoque puede tener mayor influencia cuando es utilizado como fundamento para el análisis de los procesos organizativos, acciones y relaciones, especialmente las que se dan como parte de los procesos de producción (Sánchez et al., 2021, pp. 233-234).

En todo estudio de caso seleccionar el método de análisis de datos que mejor se adapte al estudio será crucial para brindar una interpretación del objeto de estudio, ya que de ello dependerá la validez del estudio y su entendimiento, en el párrafo antes escrito el método seleccionado fue el hermenéutico y se brinda información del método y como este contribuirá al análisis de los datos, ya que una vez que se realiza dicho análisis el siguiente paso será la redacción del documento y/o informe de caso.

## **EL INFORME DE CASO**

Esta etapa corresponde a la presentación y publicación de los resultados obtenidos durante la investigación. El informe de investigación

del estudio de caso intenta reflejar de forma clara y objetiva, el o los objetivos establecidos en la investigación, el método de ejecución, los resultados obtenidos, las conclusiones y recomendaciones realizadas tras la realización de la investigación. Principalmente porque surge del análisis cualitativo y es un proceso dinámico y creativo que se alimenta, fundamentalmente, de la experiencia directa de los investigadores en los escenarios estudiados.

Los resultados del estudio se presentan, por una parte, de manera descriptiva-explicativa en los datos relacionados al conocimiento tradicional que los productores aplican en el manejo del sistema del cultivo de amaranto. Los datos relacionados a los costos de producción y los referidos al beneficio económico se tabularon para su comparación y análisis de manera que se pudieran visualizar las diferencias entre los diferentes ciclos agrícolas a partir del caso seleccionado. El cálculo de los costos de producción se realizó cuantificando cada una de las labores culturales aplicadas al cultivo. Además, se realizó el cálculo del beneficio económico de acuerdo con la teoría económica y fórmula propuesta por McDonald y Morris (1984) (Sánchez et al., 2021, p. 234).

Los fragmentos del estudio de caso tomado como ejemplo para el presente estudio muestran de manera clara el cumplimiento de cada uno de los elementos establecidos para llevar a cabo una investigación de este tipo, y en esta última etapa el informe se vuelve decisivo para el entendimiento y solidez del estudio.

El informe de caso deberá ser redactado de forma objetiva, ya que en este tipo de estudios no se acepta la subjetividad (resultados influenciados por sentimientos personales, gustos u opiniones no fundamentadas o generalidades), además, se deberán mencionar todos los datos posibles de manera organizada para describir con el mayor detalle cada paso seguido, deberá contener citas de las fuentes de información que se han consultado. En este tipo de estudios se recomienda escribir párrafos cortos, claros, precisos y concretos.

## **CONCLUSIONES**

Los estudios de casos son una forma útil de analizar diferentes situaciones de la vida cotidiana, identificar fortalezas y debilidades en las relaciones entre los participantes de la investigación y sugerir soluciones y estrategias para mejorarlas.

En este tipo de estudio, cada investigación es un caso único, ya que, al ubicar a este tipo de estudio en el ámbito de las ciencias sociales ser requerirá de una revisión de literatura y/o una fundamentación teórica fuerte con el propósito de disminuir a subjetividad en la interpretación de objeto en cuestión.

Cualquiera que sea la metodología elegida, todos los investigadores que realizan estudios de caso deberán registrar su trabajo en algunos principios éticos, tales como los propuestos por Stott y Ramil, (2014) quienes sugieren: mantener los principios de forma coherente en el modo de llevar a cabo la investigación, respetar a los participantes, ser conscientes de las posibles consecuencias de la investigación, respetar la confidencialidad / anonimidad si se le solicita, verificar que las fuentes están de acuerdo con el modo en que se está empleando la información que hubieran facilitado. Es decir, el investigador en todo momento durante el desarrollo debe tener en cuenta qué información puede externalizar y cual debe mantenerse en el anonimato por respeto a los actores inmersos en el estudio de caso.

El estudio de caso es una técnica pertinente cuando se trata de estudios únicos y que llevarlo a cabo propiciará la generación de nuevo conocimiento que podría servir de referente teórico para otras investigaciones que se pudieran asemejar.

Finalmente, este estudio es un proceso complejo de integración de conocimientos, descubrimiento de talentos y construcción de la psicología individual, que se lleva a cabo de forma sistemática con el fin de formar personas que puedan aportar su granito de arena al mundo y a la reproducción social de los territorios donde se llevan a cabo este tipo de estudios.

## **BIBLIOGRAFÍA**

- Alonso, José Antonio (1998). *Metodología*. Ciudad de México: Editorial Limusa.
- Aramendi-Jáuregui, Pedro et al. (2014). *Estudio de caso y aprendizaje cooperativo en la universidad. Profesorado: revista de currículo y formación del profesorado*, 18(1), 413-429.
- Coller, Xavier (2000). Estudio de casos. *Cuadernos Metodológicos*, (30).
- Davis, Luis y Cherns, Albert (1975). *Problems, prospects, and the state of the art*. Nueva York: The Free Press.
- Gundermann, Hans (2001). *El método de los estudios de caso. Observar y comprender sobre la tradición cualitativa en la investigación social*. Ciudad de México: FLACSO/Colegio de México/Porrúa.
- Habermas, Jürgen; Fabra, Pere y Diez, Luis (2002). *Verdad y justificación*. Madrid: Trotta.
- Hernández Xolocotzi, Efraín (1988). La agricultura tradicional en México. *Comercio Exterior*, 38(8), 673-678.

- Hessen, Johannes (1996). *Teoría del conocimiento*. Ciudad de México: Porrúa.
- Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI) (2015). *Prontuario de información de los Estados Unidos Mexicanos*. Ciudad de México: Instituto Nacional de Estadística y Geografía.
- Janzen, Walter Walker (2016). Algunas consideraciones para el uso de la metodología cualitativa en investigación social. *Foro educacional*, (27), 13-32.
- López, Alfonso (1997). *Iniciación al análisis de casos, una metodología activa de aprendizaje en grupos*. Bilbao: Ediciones Mensajero.
- Macluf, Jesús Escudero; Delfín Beltrán, Luís Alberto y Gutiérrez González, Leonor (2008). El estudio de caso como estrategia de investigación en las ciencias sociales. *Ciencia administrativa*, (1), 7-10.
- McDonald, Bill y Morris, Michael (1984). The statistical validity of the ratio method in financial analysis: an empirical examination. *A Comment. Journal of Business Finance and Accounting*, 11(1), 89-105.
- Mora Gamboa, María Cristina (2017). Estudio de caso como estrategia didáctica para el proceso enseñanza-aprendizaje: retos y oportunidades. *Bio-grafta*, (4). 1533-1540.
- Platt, Jennifer (1992). Case study in American methodological thought. *Current Sociology*, 40(1), 17-48.
- Revelo Sánchez, Oscar; Collazos Ordóñez, Cesar y Jiménez Toledo, Javier (2018). El trabajo colaborativo como estrategia didáctica para la enseñanza/aprendizaje de la programación: Una revisión sistemática de literatura. *TecnoLógicas*, 21(41), 115-134.
- Sánchez Olarte, Josset et al. (2015). Conocimiento tradicional en prácticas agrícolas en el sistema del cultivo de amaranto en Tochimilco, Puebla. *Agricultura, Sociedad y Desarrollo*, 12(4), 533-551.
- Sánchez Olarte, Josset y Argumedo Macías, Adrián (2015). El sistema sociotécnico. Hacia un enfoque para la comprensión de los sistemas de cultivo agrícola: el caso del amaranto de Tochimilco, Puebla. *DELOS Desarrollo Local Sostenible*, 8(22), 1-15.
- Sánchez Olarte, Josset; Hernández Ruiz, Hayde y Méndez Espinoza, José Arturo (2021). *Combinación de conocimiento tradicional y moderno en el sistema sociotécnico del cultivo de amaranto*. Tlaxcala: Colegio de Posgraduados/Colegio de Tlaxcala.

- Silverman, David (1993). *Interpreting Qualitative Data: Methods for analyzing talk, text and interaction*. Londres: Sage.
- Stake, Robert (1998). *Investigación con el estudio de casos*. Madrid: Morata.
- Stake, Robert (1999). *Investigación con estudio de casos*. Madrid: Morata.
- Stott, Leda y Ramil, Xosé (2014). *Metodología para el desarrollo de estudios de caso. Centro de innovación en tecnología para el desarrollo humano*. Ciudad de México: ITD/UPM.
- Taberner Guasp, José (2002). *Sociología y educación*. Madrid: Tecnos.
- Van Wynsberghe, Rob y Khan, Samia (2007). Redefining case study. *International Journal of Qualitative Methods*, 6(2), 80-94.
- Vélez-Bermeo, Aleida María et al. (2022). El estudio de caso como metodología de enseñanza aprendizaje en la formación profesional de enfermería. *Polo del Conocimiento*, 7(11), 459-471.





# ESTATURAS DE POPULAÇÕES E PREÇOS DE PESSOAS ESCRAVIZADAS

## ELEMENTOS DE ANÁLISE DE REGRESSÃO

Luiz Paulo Ferreira Nogueiról

### INTRODUÇÃO

Esse capítulo apresenta, por meio de exemplos práticos, algumas possibilidades de pesquisa empregando-se análise de regressão em História. A análise de regressão é uma técnica estatística empregada por diferentes campos de conhecimento, como a Biologia, a Economia, a Sociologia etc. Em síntese, ela procura estimar os coeficientes das variáveis de uma função que pretende descrever o comportamento de uma determinada variável. Normalmente, ela faz uso do método dos Mínimos Quadrados Ordinários para minimizar as diferenças entre o comportamento da variável a ser explicada e o comportamento previsto pela função.

Uma das vantagens da análise de regressão empregando o método dos mínimos quadrados ordinários é que, apesar de haver estimativas de intervalo de valores para cada coeficiente da função, o que implica uma certa imprecisão em razão da própria natureza do método, tal intervalo normalmente indica se o impacto da variável explicativa sobre a variável a ser explicada é positivo ou negativo e, também, se em tal intervalo se inclui o valor zero. O valor zero incluído na estimativa do intervalo de um coeficiente de uma variável normalmente leva o pesquisador a excluí-la do rol de variáveis explicativas para o fenômeno em questão.

Para tornar um pouco mais palpável as possibilidades de uso da análise de regressão em História, optei por apresentar os resultados de duas pesquisas em que estive diretamente envolvido ao longo de minha trajetória acadêmica: um estudo sobre as variáveis relevantes para a definição dos preços das pessoas escravizadas em duas capitânicas/províncias brasileiras do século XIX (Minas Gerais e Rio Grande do Sul) e um estudo sobre a elevação da estatura dos brasileiros ao longo da industrialização brasileira, de 1938 a 1982.

Na próxima sessão, subdividida em duas partes, são apresentados ambos os estudos e os passos adotados para realizá-los. O objetivo é apresentar para o leitor com conhecimento mediano sobre métodos quantitativos, as opções metodológicas adotadas, assim como os resultados alcançados indicando a possibilidade de usar alguns métodos quantitativos para o estudo da História.

Na terceira sessão, também subdividida em duas, são apresentados alguns limites e cuidados que o historiador deve conhecer e adotar quando do emprego da análise de regressão e é apresentada a principal fonte inspiradora dos estudos empreendidos na segunda sessão: a Cliometria ou *New Economic History*. Embora contando com vários autores e já com no mínimo 50 anos de existência, optou-se por enfatizar algumas das contribuições das obras de Robert Fogel, assim como algumas críticas aos pressupostos teóricos desse autor laureado, em 1992, com o Prêmio Nobel em Economia.

Na última sessão são apresentadas as conclusões e algumas considerações finais, enfatizando-se a principal virtude do uso da análise de regressão em História: a possibilidade de identificar padrões de comportamento das pessoas e das sociedades a partir da reiteração dos mais variados atos, padrões esses normalmente desconhecidos pelas pessoas que os produziram.

## **ANÁLISE DE REGRESSÃO PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS ORDINÁRIOS — UMA INTRODUÇÃO**

No campo das Ciências Humanas e, especificamente em História, li-da-se com fenômenos multicausais, isto é, resultantes de várias variáveis, sendo normalmente muito frágeis os argumentos que atribuem determinado efeito a uma única causa. Além disso, aquilatar quais elementos são mais importantes e quais são irrelevantes costuma ser um procedimento que conta muito mais com a sensibilidade do pesquisador do que propriamente com métodos para medir e aferir importâncias e desimportâncias.

A Análise de Regressão por meio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários é um poderoso instrumento que, embora não imune a erros, permite agregar à sensibilidade do pesquisador uma certa

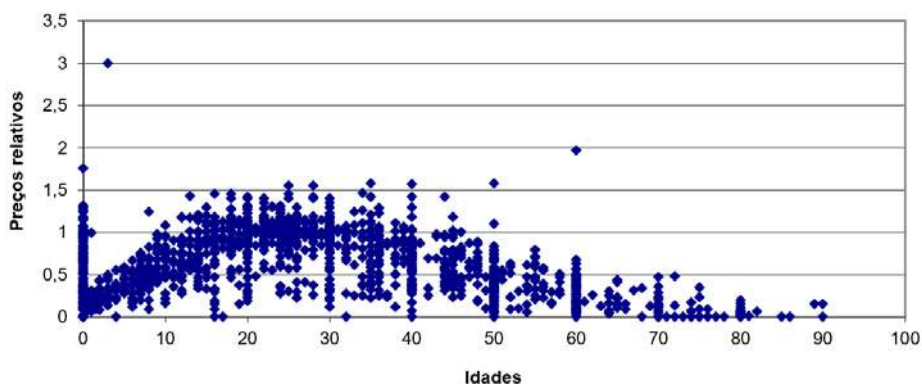
avaliação das variáveis a considerar quando do estudo de um determinado fenômeno.

Em termos bastante resumidos, tal método procura minimizar a diferença entre os resultados observados de determinado fenômeno e os que seriam estimados por meio de uma equação, que tanto pode contar com uma quanto com várias variáveis. No que se segue, são apresentados dois exemplos de pesquisas de que participou o autor do capítulo e nas quais foram feitas análises de regressão empregando-se o método dos Mínimos Quadrados Ordinários.

### **AVALIAÇÃO DE PESSOAS ESCRAVIZADAS EM MINAS GERAIS E NO RIO GRANDE DO SUL (BRASIL) NO SÉCULO XIX**

O Gráfico 1 é uma sistematização dos dados obtidos pelo autor em inventários *post-mortem* em Minas Gerais. Ele apresenta um padrão de preços relativos em função das idades das pessoas escravizadas. Tal padrão foi encontrado em diferentes lugares das Américas, nos séculos XVIII e XIX (Robert Fogel e Stanley Engerman, [1973] 1989; Stanley Engerman, Manoel Moreno Fragnals e Herbert Klein, 1988; Pedro Carvalho de Mello, 1978; Zélia Maria Cardoso de Mello, 1983; Carlos Newland e María Jesús Gómez de Cadiñanos San Segundo, 1994).

**Gráfico 1. Preços Relativos e Idades de Pessoas Escravizadas em Sabará. Minas Gerais (Brasil) entre 1800 e 1849**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Inventários do Cartório do Primeiro Ofício de Órfãos de Sabará.

Cada losango do Gráfico 1 representa o registro de uma pessoa que foi inventariada em Sabará, entre 1800 e 1849. No Brasil, assim como em diferentes lugares nas Índias de Castela, quando alguém morria e possuía patrimônio, era necessário fazer um processo judicial por meio do qual os bens do defunto eram transferidos aos herdeiros.

O Brasil, sendo uma sociedade escravista até 1888, possuía vários proprietários de pessoas escravizadas e quando tais proprietários faleciam, as pessoas escravizadas eram partilhadas pelos herdeiros por meio de um processo de inventário.

Tal processo normalmente se iniciava com um documento que identificava quem havia morrido e em quais circunstâncias. Em seguida, verificava-se a existência de testamento. Havendo testamento, normalmente estava previsto quem era o inventariante; se não havia testamento, o juiz de órfãos, quando algum dos herdeiros era menor de idade, ou outro juiz, quando não havia menores de idade, nomeava um inventariante.

Ao inventariante cabia em comum acordo com os herdeiros, entre outras tarefas, nomear dois avaliadores, denominados louvados. Eles se encarregariam de conhecer os bens do defunto e atribuir valor a cada um.

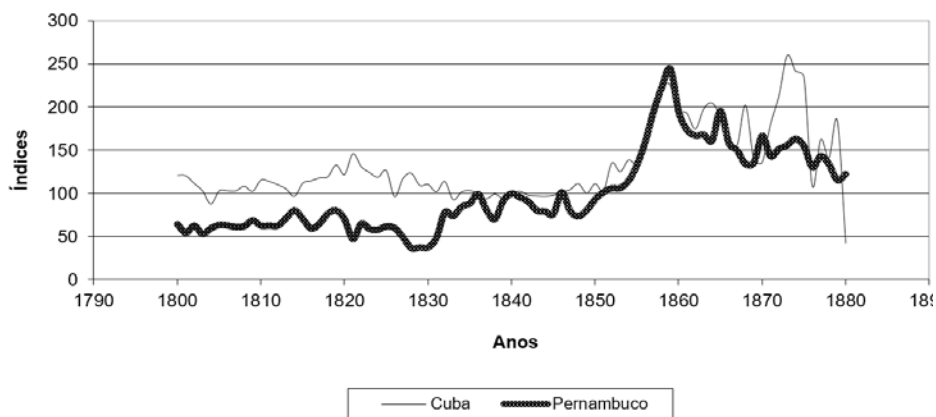
Sendo as sociedades de Antigo Regime pobres em comparação com as atuais, normalmente eram inventariados tanto bens de pouco valor, como panelas furadas, meias rasgadas, talheres, copos, etc., quanto de valores mais avultados, como pessoas, terras, benfeitorias, gado, etc.

O Gráfico 1 usou dados extraídos, portanto, de inventários *post mortem* confeccionados em Sabará, no atual estado de Minas Gerais, no Brasil. Nele é notável, entre outras coisas, a existência de um certo padrão de preços em função da idade que, grosso modo, se assemelha a uma letra “u”, assimétrica e de cabeça para baixo.

O padrão identificado possuía a seguinte explicação: as crianças recém-nascidas, de um modo geral, tinham um valor monetário muito baixo. Esse valor crescia com a idade e atingia um ápice na faixa etária de 20 a 25 anos de idade. Por fim, a partir dos 25 anos há um declínio que perde intensidade ao longo dos anos, conforme ilustrado pelo Gráfico 4, elaborado por meio de uma função estimada por meio de uma análise de regressão usando-se o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários.

O método dos mínimos quadrados ordinários busca encontrar a função que serviu para a elaboração do Gráfico 4, conforme indicado abaixo. Antes de apresentá-la, porém, é necessário transformar os preços de mil-réis, pelos quais as pessoas foram avaliadas, em preços relativos. Esse passo é necessário considerando que, ao longo do século XIX, no Brasil e nas demais sociedades americanas, os preços das pessoas variaram consideravelmente em razão da variação da conjuntura econômica, conforme ilustrado para o caso de Cuba e Pernambuco por Luiz Paulo Ferreira Nogueiról, Flávio Versiani e José Raimundo Oliveira Vergolino (2016):

**Gráfico 2. Índice de Preços de Pessoas Escravizadas em Cuba e em Pernambuco entre 1800 e 1880 (1840=100)**



Fontes: para Pernambuco, Nogueroíl, Versiani e Vergolino (2016); para Cuba, Laird Bergad, Fe Iglesias García e María Barcia (1995: tabela B-1).

Há quem interprete a elevação dos preços das pessoas no Brasil, na década de 1850, como efeito do fim do tráfico de pessoas escravizadas a partir da Lei Euzébio de Queiroz. Ocorre que em Cuba, onde restrições semelhantes foram impostas apenas a partir de 1866, houve também um significativo aumento de preços na década de 1850, o qual acompanha o comportamento dos preços registrados no Brasil<sup>1</sup>.

É indispensável, portanto, que antes de estimar a equação que descreverá os preços relativos em função da idade, que se estimem tais preços relativos. Repita-se: as pessoas eram avaliadas pelo padrão de preços local. No caso do Brasil, usava-se o mil-réis; em Cuba, pesos; nos Estados Unidos, dólares. Nos três lugares, os preços nominais apresentaram um comportamento semelhante e tanto subiram quanto declinaram ao longo do século XIX, sendo tal variação um empecilho para usar dados de uma amostra com dados produzidos ao longo de quase 100 anos para estabelecer as relações que houve entre a idade e os preços das pessoas.

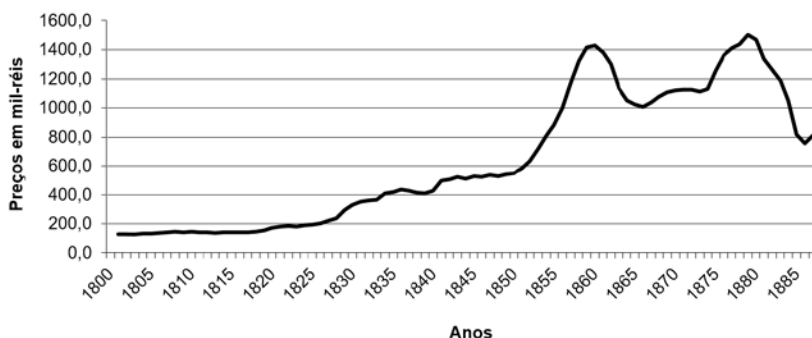
Para conhecer os preços relativos, é necessário estabelecer um padrão ao qual todos os preços das pessoas, de um determinado ano,

1 Por hipótese, tal variação acompanha a expansão da demanda por produtos feitos por pessoas escravizadas nas Américas: café, açúcar, algodão etc. Tais bens passaram por um processo de popularização em meio à Primeira e à Segunda Revoluções Industriais tornando mais lucrativo o empreendimento escravista e elevando os preços das pessoas, fenômeno decorrente do que se chamou segunda escravidão (Dale Tomich, 2004, pp. 3-32)

se referirão. No século XIX, em mais de uma ocasião, tal padrão foi referido em diferentes fontes, incluindo-se em anúncios de jornais brasileiros, com o seguinte termo: escravo de primeira-linha.

O que se denominava como escravo de primeira-linha era uma pessoa escravizada, de sexo masculino, contando de 20 a 29 anos de idade e sadia. Uma vez que nem sempre foi possível, para determinado ano, encontrar pessoas na faixa etária indicada, optou-se pelo uso de uma faixa etária mais larga: a média dos preços dos homens sãos, contando de 15 a 40 anos de idade, em Minas Gerais, o que se expõe no Gráfico 3.

**Gráfico 3. Preços de escravos homens de 15 a 40 anos, sãos, em Minas Gerais no século XIX (médias móveis trienais)<sup>2</sup>**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos inventários post-mortem do Cartório do Primeiro Ofício de Órfãos de Sabará.

Recapitule-se o que se fez até aqui para compreender como o Gráfico 1 foi elaborado:

1. Coletaram-se as informações sobre as pessoas escravizadas tal como registradas nos inventários *post-mortem* guardados no Museu do Ouro, em Sabará. Usou-se uma planilha eletrônica Excel para tabular as informações coletadas;
2. Procedeu-se à construção de um padrão de preços para essas pessoas a partir dos dados dos homens sãos, contando de 15 a 40 anos de idade em Minas Gerais. Tal padrão é a média dos preços, para cada três anos, dos homens com a faixa etária indicada, o que é ilustrado pelo Gráfico 3, acima;

<sup>2</sup> A moeda brasileira desvalorizou-se e valorizou-se consideravelmente ao longo do século; mas a evolução de preços em libras esterlinas segue essencialmente o mesmo perfil temporal.

3. Para a confecção do Gráfico 1, dividiu-se o preço nominal de cada pessoa pelo padrão indicado no passo 2, isto é, dividiu-se o preço de cada pessoa pela média trienal dos preços dos homens sãos, de 15 a 40 anos de idade.

Assim, no Gráfico 1, uma pessoa com preço relativo igual a 1 significa que ela tinha o preço igual ao preço médio de um homem sadio, contando de 15 a 40 anos de idade em Minas Gerais, no ano em que foi avaliada.

Obtidos os preços relativos e as idades, há que se considerar os elementos que faziam uma pessoa valer mais ou menos do que as outras. Como se pode ver no Gráfico 1, a variação de preços das pessoas de uma mesma idade é considerável, não sendo a idade o único fator a explicar-lhes os preços.

O que melhor explica a variação de preços das pessoas escravizadas era a avaliação dos lucros que elas poderiam gerar, principalmente por meio do trabalho. Tanto entre livres quanto entre pessoas escravizadas, vários eventos poderiam afetar a capacidade de trabalhar ao longo da vida, a exemplo das mais variadas doenças. De igual forma, um trabalhador especializado, como um pedreiro, um sapateiro etc. poderia gerar mais rendimentos para os seus senhores, enquanto uma pessoa livre ou liberta poderia obter jornais mais avantajados se especializada, em comparação com outras sem especialização alguma. No mercado de pessoas escravizadas, tais habilidades eram avaliadas positivamente tornando a pessoa mais cara porque ela poderia trazer maiores rendimentos, como indicado adiante.

Nos inventários consultados, não se mencionava quando uma pessoa era sadia, mas apenas quando possuía doenças físicas (quebrado das virilhas, cego, surdo, maneta, pernetta, etc.) ou psicológicas (bêbado, idiota, etc.). Às vezes se mencionavam problemas, do ponto de vista senhorial, comportamentais (fujão), mas isso era raro.

Tal como não se mencionava se a pessoa escravizada era sadia, mas apenas quando tinha algum problema de saúde ou comportamental, também não se mencionavam capacidades de trabalho normais<sup>3</sup>, mas apenas os ofícios que justificassem tanto uma mais fácil identificação quanto maiores preços. Assim, em Minas Gerais, foram mencionados ofícios como o de pedreiro, de sapateiro, de alfaiate, de cozinheira e de tropeiro, entre outros.

---

3 Está-se denominando capacidades de trabalho normais àquelas que as pessoas, sem maiores qualificações profissionais, normalmente possuíam, sendo capazes de executar tarefas não especializadas no mundo escravista de então.

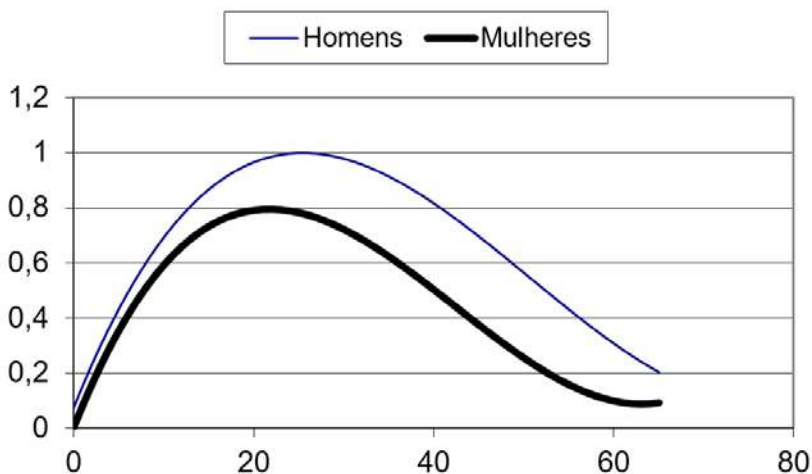


Deste modo, pode-se dizer que quando avaliadas para fins de partilha, as pessoas tinham os preços dados por variáveis tomadas, no século XIX, como determinantes da capacidade de trabalho e, portanto, de geração de lucros para os senhores, como as idades, as doenças e os ofícios, cabendo estimar o peso de tais variáveis.

A análise de regressão por meio do método Mínimos Quadrados Ordinários permite a avaliação dos pesos de tais variáveis na definição dos preços das pessoas. Não se detalhará abaixo as várias equações que se usam para tais estimativas. O objetivo desse capítulo é, antes, apresentar o método, sua utilidade e algumas de suas limitações, sendo necessário ao leitor que se interessar pelo devido aprofundamento, a leitura da bibliografia especializada.

Dando continuidade aos exemplos acima apresentados, segue abaixo primeiramente o Gráfico 4, que representa a relação entre preços relativos e idades de pessoas escravizadas em Sabará entre 1800 e 1849. Ele foi obtido por meio de uma estimativa da função que minimiza a diferença entre o valor estimado pela função e os valores verdadeiros, representados pelo Gráfico 1.

**Gráfico 4. Preços Relativos em função das Idades de Pessoas Escravizadas Sadias em Sabará entre 1800 e 1849**



Fonte: Elaboração própria a partir dos inventários guardados pelo Cartório do Primeiro Ofício de Notas de Sabará (Minas Gerais, Brasil).

No gráfico acima, estimaram-se as relações entre preços e idades para homens e para mulheres, separadamente. Isso porque o sexo biológi-

co também era uma variável importante para a definição dos preços das pessoas.

A equação empregada para desenhar ambas as curvas do Gráfico 4 é a seguinte:

$$\text{Equação 1}^4: \text{Preço relativo} = b_0 + b_1 \text{ idade} + b_2 \text{ idade}^2 + \dots + b_n \text{ idade}^n$$

Separados os dados dos homens e das mulheres, estimaram-se os coeficientes  $b_0$ ,  $b_1$ ,  $b_2 \dots b_n$ . Chamo a atenção do leitor para a importância e para o significado de tais estimativas: quando um dos coeficientes mencionados é igual a zero, isso significa que a variável associada a ele não interfere na definição dos preços das pessoas escravizadas, devendo-se eliminar a variável da equação.

Os coeficientes  $b_0$ ,  $b_1$ ,  $b_2 \dots b_n$  são estimados para conhecer qual é o melhor polinômio que representa os dados do Gráfico 1. As curvas que representam os preços dos homens e das mulheres são polinômios desconhecidos de grau  $n$ , sendo necessário precisamente estimar tais polinômios.

As estimativas obtidas, empregando-se o programa e-views 3.0, são as seguintes:

- Preço dos homens =  $0,071869 + 0,08209\text{idade} - 0,002155\text{idade}^2 + 1,42(10^{-5})\text{idade}^3$  e;
- Preço das mulheres =  $0,069462 + 0,082695\text{idade} - 0,002557\text{idade}^2 + 2,01(10^{-5})\text{idade}^3$ .

Os polinômios para ambas as curvas são de grau 3. Isto significa que em Sabará, na primeira metade do século XIX, a sociedade produziu uma relação entre preços e idades de grau 3, ou seja, não havia uma relação linear entre preços e idade, mas uma relação mediada por polinômios os quais precisamente admitem descrever curvas como as traçadas no Gráfico 4. Um polinômio de grau 4 ou 5, por exemplo, com os dados disponíveis, não minimizaria as diferenças entre os dados tais como transformados em preços relativos e os valores estimados em cada ponto das curvas presentes no Gráfico 4.

Dos resultados alcançados, pode-se afirmar que, no período, uma criança recém-nascida alcançava um preço positivo, diferente de zero. Atribuir um preço superior a zero a um recém-nascido significava que, do ponto de vista da sociedade escravista brasileira da época se esperava que, ao longo da vida, um recém-nascido traria lucros para

---

4 Nessa equação foram excluídas as informações sobre doenças e qualificação laboral, o que será usado adiante na equação 2.

quem o comprasse, sendo tal lucro estimado em aproximadamente 7,18% do preço de um escravo de 15 a 40 anos de idade, no caso dos meninos (o valor de  $b_0$  na estimativa da equação 1 para os homens), e de 6,94%, no caso das meninas (o valor de  $b_0$  na estimativa da equação 1 para as mulheres), em média.

Difícilmente, em Sabará, alguém do século XIX fez estimativas como as apresentadas. As pessoas de ontem e de hoje, porém, não precisam ter consciência do que fazem para agirem. Elas agiam atribuindo preços às pessoas por meio dos inventários, e os historiadores do século XXI podem conhecer parte do que faziam por meio de procedimentos como o aludido, descobrindo aspectos que elas possivelmente desconheciam.

Outras conclusões podem ser extraídas do que se apresentou. Por exemplo, é possível estimar as áreas entre as curvas e o eixo horizontal do gráfico. Para tanto, faz-se uso da integração de ambas as equações dentro de determinados intervalos de idade. De igual forma, é possível comparar as curvas de homens e de mulheres de Sabará para períodos distintos, visando avaliar o impacto, por exemplo, da Lei do Ventre Livre sobre os preços delas<sup>5</sup>, como no Gráfico 5.

Resumamos as considerações sobre as pessoas escravizadas a partir dos preços atribuídos a elas, ao longo do século XIX, se basearam nos seguintes passos:

1. Coleta de dados nos inventários *post-mortem*;
2. Criação de um padrão de preços para as pessoas escravizadas;
3. Identificação dos preços relativos de cada pessoa escravizada, assim como de seu sexo e idade;
4. Estimativa por análise de regressão, pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários, das funções que descreviam a relação entre preços relativos e idades em diferentes momentos do século XIX;

O quinto passo é o que permitirá verificar como as mudanças legislativas afetaram os preços das pessoas:

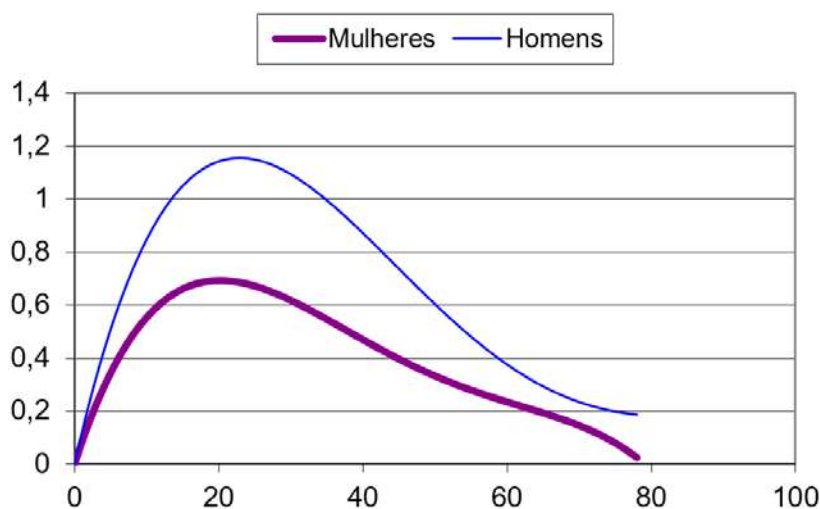
---

5 Normalmente se imagina que a Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, libertou imediatamente os filhos das mulheres escravizadas nascidos após sua promulgação. Entre outras coisas, o que a lei previa era a libertação apenas quando completassem os 21 anos de idade. Até lá, o termo que os denominava era *ingênuo* e a criança permanecia com a mãe, dividindo com ela a condição de pessoa escravizada. Nos inventários, às vezes, mães e filhos passaram a ser avaliados em conjunto. Não há como avaliar a eficácia da Lei, uma vez que a Abolição ocorreu em 1888 e apenas depois de 1892 as primeiras pessoas se tornariam livres em razão da legislação.

5. cálculo das integrais dos preços relativos em função das idades das pessoas, de diferentes conjunturas do século XIX, tendo em vista verificar como os preços das mulheres e das crianças foi afetado pela Lei Euzébio de Queiroz e pela Lei do Ventre Livre.

Como esperado, dado que os senhores agiam considerando, entre outras coisas, as chances de lucros com cada tipo de pessoa escravizada, verificou-se que a sociedade brasileira atribuiu preços distintos para as pessoas em razão das mudanças legislativas apontadas.

**Gráfico 5. Preços Relativos de Homens e de Mulheres Sadios, em Função da Idade, em Sabará entre 1873 e 1887**



Fonte: Inventários de Sabará entre 1873 e 1887.

Os Gráficos 4 e 5 são muito parecidos. Avaliá-los visando estimar a desvalorização das mulheres escravizadas em razão da Lei do Ventre Livre, apenas visualmente, seria um procedimento arriscado em razão das mudanças de escala do gráfico que muito facilmente um programa, como o Excel, introduz sem que o pesquisador o perceba. Assim, para conhecer qual foi a variação dos preços das mulheres em razão da Lei do Ventre Livre, calculam-se as integrais de cada uma das funções que geraram as quatro curvas presentes nos Gráficos 4 e 5.

A integral de uma função é uma operação matemática que pode servir para calcular a área da figura geométrica descrita pela mesma

função. No caso dos Gráficos 4 e 5, foram estimadas as integrais dos preços das mulheres e dos homens de Sabará dentro de determinados intervalos de idade, o que é reproduzido pela tabela 1.

**Tabela 1. Integrais dos Preços Relativos de Homens e de Mulheres por faixa etária e por período**

<b>Períodos/idades</b>	<b>0 a 14 anos</b>	<b>14 a 45 anos</b>	<b>45 a 60 anos</b>	<b>0 a 60 anos</b>
Homens entre 1800 e 1849	7,22	28,23	7,47	42,92
Mulheres entre 1800 e 1849	5,96	20,80	3,42	30,19
Homens entre 1850 e 1872	7,37	28,35	7,00	42,71
Mulheres entre 1850 e 1872	6,66	21,45	3,80	31,92
Homens entre 1873 e 1887	6,34	26,94	5,78	39,06
Mulheres entre 1873 e 1887	4,29	15,36	3,18	22,84

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos inventários *post-mortem* do Cartório do Primeiro Ofício de Órfãos de Sabará (MG).

A divisão do século XIX entre diferentes períodos objetivou perceber alguns dos efeitos produzidos, nos preços de homens e de mulheres, pelas alterações legislativas concernentes à escravidão no Brasil. Assim, até 1850 não há um combate efetivo ao tráfico de africanos, quando entra em vigor a Lei Euzébio de Queiróz. Sem o tráfico, a única possibilidade de recomposição da população escravizada era o crescimento vegetativo natural, o que poderia valorizar as mulheres. Esse caminho, se é que estava sendo trilhado pela sociedade brasileira, foi interrompido em 1871, com a aprovação da Lei do Ventre Livre, o que as desvalorizaria porque seus filhos seriam libertos ao completarem 21 anos de idade, como mencionado anteriormente.

Para saber quais eram as expectativas senhoriais quanto ao cumprimento da Lei do Ventre Livre, o cálculo das integrais pode ser útil. Essa mudança legislativa, assim como a que marcou a interrupção do tráfico afetaram os preços das pessoas escravizadas? No preço das mulheres estava incluída a capacidade de geração de filhos? Essa capacidade era avaliada positivamente pelo mercado? Até quando? Como isso afetava as vidas das pessoas?

A tabela 1 ajuda a responder parte das perguntas indicadas porque, a partir dela, elaborou-se a tabela 2, que apresenta a relação entre as integrais dos homens e das mulheres escravizadas nos três períodos, demarcados pelas leis que modificaram o mercado de pessoas escravizadas no Brasil.

**Tabela 2. Relações entre as Integrais dos Preços Relativos de Homens e de Mulheres Escravizadas em Sabará ao longo do Século XIX**

	0 a 14 anos	14 a 45 anos	45 a 60 anos	0 a 60 anos
Homens e Mulheres 1800-1849	121,14	135,72	218,42	142,17
Homens e mulheres 1850-1872	110,66	132,17	184,21	133,80
Homens e mulheres 1873-1887	147,79	175,39	181,76	171,02

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos inventários post-mortem do Cartório do Primeiro Ofício de Órfãos de Sabará (MG).

O que a tabela 2 indica é que as leis afetaram os preços das pessoas. A Lei Euzébio de Queiroz, ao motivar a interrupção do tráfico a partir de 1850, alterou a relação de preços entre homens e mulheres. Atribuímos tal efeito à valorização das crianças e, em consequência, das mulheres que poderiam gerá-las, sobretudo aquelas de até 45 anos de idade. Em comparação com o período de 1800 a 1849, a diferença entre os preços dos homens e das mulheres se reduziu, entre 1850 e 1872. Em tal período, eles valiam, em média, do nascimento aos 60 anos de idade (última coluna) 42,17% a mais do que elas. De 1850 a 1872, passaram a valer 33,80. A queda da diferença indica a valorização das mulheres e das crianças escravizadas. Com a Lei do Ventre Livre, tal diferença se alarga e atinge 71,02%.

Dividindo a amostra em diferentes faixas etárias, percebe-se que, entre 1800 e 1849, do nascimento aos 14 anos de idade, os meninos eram 21,14% mais valorizados monetariamente do que as meninas. De 1850 a 1872 essa valorização é sensivelmente menor (10,66%), indicando talvez uma maior demanda por mulheres antes de ser atingida a idade fértil, dada a extinção do tráfico. Com a Lei do Ventre Livre, em 1873, as mulheres escravizadas passaram por uma grande desvalorização e os meninos são bem mais valorizados. A diferença entre eles e elas passa a 47,79%. Tal valorização, seguida pela desvalorização das meninas antes da maturidade sexual, indica a percepção da sociedade brasileira com relação aos lucros futuros que adviriam com a geração de novos seres humanos a serem escravizados: depois de 1872 aparentemente dariam menos lucros para os senhores.

Essa variação se reproduz parcialmente nas demais faixas etárias, sendo menos pronunciada na dos 14 aos 45 e não sendo notada na dos 45 aos 60 anos de idade, quando a geração de novas crianças é mais improvável pelas mulheres. É provável que tais eventos, possivelmente não percebidos pelos que viviam à época, ou percebidos por

outros caminhos que não pelo uso dos métodos quantitativos indicados, tenha afetado a vida das pessoas.

Com a extinção do tráfico, é possível que a maior valorização do recém-nascido tenha impactado positivamente, do ponto de vista material, a vida das crianças e de suas mães, uma vez que a obtenção do lucro com a criação de um ser humano passou a ter uma probabilidade maior. Recorde-se que o trabalho de uma pessoa escravizada poderia se iniciar em uma idade muito tenra, aos 3 ou 4 anos de idade. Sendo incapaz de prover o próprio sustento, a criança escravizada dependia dos outros para sobreviver. Se ao senhor interessasse a sua sobrevivência, ainda que por razões monetárias, é possível que reduzisse a carga de trabalho da mãe para que a criança contasse com mais cuidados, o que talvez tenha ocorrido a partir de 1850 e até 1872.

De igual forma, a partir da Lei do Ventre Livre, a desvalorização das mulheres sugere que a possibilidade de gerar passou a ser contabilizada negativamente pela sociedade escravista brasileira, talvez dificultando a sobrevivência das crianças nascidas a partir de 1872.

Perceba-se que o que se indica acima são hipóteses para outras pesquisas, uma vez que a vida sexual e reprodutiva das pessoas escravizadas não era inteiramente controlada pelos senhores, se é que havia sobre ela algum controle. Pelo contrário, sabe-se que a escravidão envolveu negociações assimétricas nas quais, apesar dos pesares, não havia um polo passivo. Senhores e escravizados criaram uma cultura permeada por valores que representaram limites, embora não escritos, à violência senhorial.

Ainda no âmbito de tais limites, pode-se avaliar o quanto, economicamente, aos senhores interessava a preservação da saúde das pessoas de quem eram donos, assim como a formação profissional delas. Como dito anteriormente, nos inventários *post mortem*, eram registradas algumas das características das pessoas escravizadas, como características físicas e ofícios que exerciam.

A partir de tais informações, pode-se agregar à equação 1 dois termos a mais, como feito na equação 2.

$$\text{Equação 2: Preço relativo} = b_0 + b_1 \text{idade} + b_2 \text{idade}^2 + \dots + b_n \text{idade}^n + d_1 \text{doença} + d_2 \text{ofício}$$

Em termos práticos, atribui-se o valor 1 quando se mencionava alguma doença associada à pessoa escravizada, e o valor 0 quando não se mencionava. De igual modo, atribui-se o valor 1 quando se mencionava o exercício de algum ofício (marceneiro, pedreiro, cozinheira, domador, tripeiro, ferreiro, sapateiro etc.) e zero, em caso contrário.

Para o exercício da equação 2, foram empregados dados de inventários *post-mortem* do Rio Grande do Sul (Brasil), produzidos em seis comarcas distintas: São Leopoldo, Bagé, Rio Pardo, Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas. A historiografia sul-rio-grandense dos anos 1960 e 1970 ainda alegava que a escravidão era algo residual no período provincial porque o compartilhamento de fronteiras com o Prata supostamente não apenas facilitaria a fuga das pessoas escravizadas como dificultaria a existência da própria escravidão.

Que a escravidão existiu no Rio Grande do Sul, não há dúvidas. A abundância de registros nos inventários a atestam. Considerando, porém, que entre a capital, Porto Alegre, e a atual fronteira uruguaia medeiam mais de 600 km, a alegação soa exagerada. Pode-se admitir, porém, que nas comarcas fronteiriças, a exemplo de Bagé, talvez fosse mais fácil fugir da escravidão.

Se isso fosse verdadeiro, seria possível que as pessoas escravizadas de Bagé valessem menos do que nas demais comarcas pelo maior risco de perda da propriedade em razão do maior êxito de fuga. Para testar essa possibilidade, agregou-se à equação 2 um termo para as pessoas inventariadas na comarca mencionada, do que resultou a equação 3:

$$\text{Equação 3: Preço relativo} = b_0 + b_1\text{idade} + b_2\text{idade}^2 + \dots + b_n\text{idade}^n + d_1\text{doença} + d_2\text{ofício} + d_3\text{Bagé}$$

Fazendo uso do método dos Mínimos Quadrados Ordinários para a regressão acima indicada, separando-se os homens das mulheres e as pessoas inventariadas antes e depois da extinção do tráfico transatlântico para o Brasil, chegou-se aos seguintes resultados, resumidos pela tabela 3.

**Tabela 3. Estimativas dos Coeficientes para Doenças, Ofícios e localização em Bagé**

	Homens		Mulheres	
	1800-1849	1850-1887	1800-1849	1850-1887
Doença (d1)	-0,25	-0,25	-0,24	-0,16
Ofício (d2)	0,16	0,15	0,12	Não significativo
Bagé (d3)	Não significativo	-0,09	0,10	Não significativo

Fonte: Inventários *post-mortem* do Rio Grande do Sul guardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

O que se percebe, no caso das pessoas escravizadas no Rio Grande do Sul, é que o adoecimento das pessoas gerava prejuízos para os senhores, reduzindo-lhes os preços entre 16 e 25% ao longo do século XIX (terceira linha). Por outro lado, a aquisição de um ofício era algo que



elevava os preços, mas não no caso das mulheres entre 1850 e 1887 (última coluna). Por fim, entre 1800 e 1849, os preços dos homens escravizados em Bagé não eram significativamente menores do que nas demais comarcas analisadas do Rio Grande do Sul, mas entre 1850 e 1887, eram aproximadamente 9% menores. No caso das bageenses, por outro lado, elas valiam mais do que nas demais comarcas apenas na primeira metade do século XIX<sup>6</sup>, mas não na segunda metade.

Por meio dos exercícios acima foi possível usar fontes do século XIX para responder a algumas perguntas a respeito da escravidão em duas diferentes regiões da sociedade brasileira, quais sejam:

1. que havia uma certa lógica na definição dos preços das pessoas a qual, por hipótese, era dada pelas expectativas de lucros futuros a serem apropriados pelos senhores;
2. que em tal lógica os preços dos homens eram, em média, superiores aos das mulheres;
3. que as alterações legislativas afetaram os preços das pessoas em razão da alteração das expectativas de lucros que as mulheres escravizadas poderiam gerar, quando tinham filhos;
4. que a conjuntura econômica fazia os preços variarem;
5. que o risco de fuga para o Prata afetava os preços de homens e de mulheres, embora estivesse longe de impedir o uso de pessoas escravizadas no Rio Grande do Sul e, especialmente, em Bagé;

#### **VARIAÇÃO DAS ESTATURAS DOS HOMENS BRASILEIROS AO LONGO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA**

Um outro exemplo de uso da análise de regressão para estimar a relevância de variáveis para a explicação de um determinado fenômeno, de que participei como co-autor, foi a estimativa da variação da estatura média dos homens brasileiros, aos 21 anos de idade, ao longo de nossa industrialização (Leonardo Monastério, Luiz Paulo Ferreira Nogueiról e Cláudio Djesey Shikida, 2010).

Tal como no exemplo anterior, foram usados dados produzidos por outrem. No caso, recorreu-se aos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar de 2002-2003 (POF 2002-2003), tornados disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005). Em tal

---

6 Eu não saberia explicar tal resultado, uma vez que o esperado era que os homens e as mulheres de Bagé valessem menos, e não mais, do que nas demais comarcas. Pode ser um erro de estimativa, ou a existência de algum outro fenômeno que as tornavam mais valiosas.

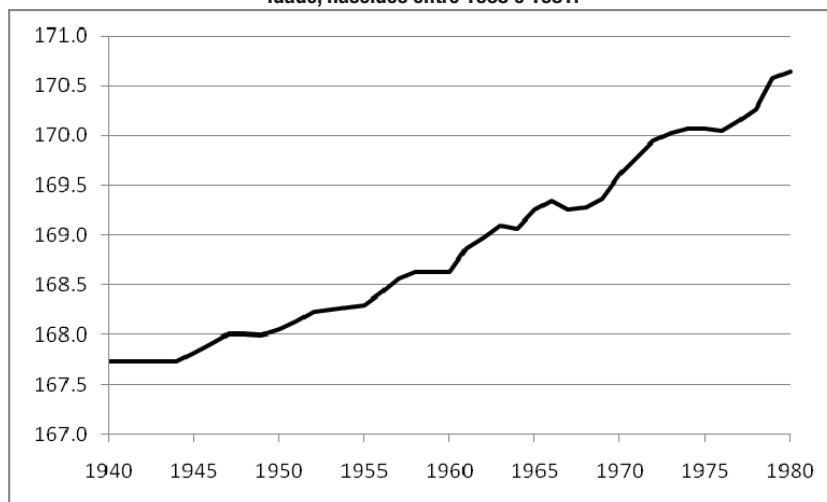
pesquisa há informações sobre mais de 180 mil brasileiros, sobre seus hábitos de consumo, estatura, peso, idade, local de moradia, escolaridade, renda etc.

A variação de estatura de uma dada população pode ser um poderoso indicador de seu bem-estar social ao longo do tempo e ao longo de gerações. Sabe-se que a brasileira é uma das sociedades mais desiguais do mundo e também é sabido que o desenvolvimento econômico possui múltiplas dimensões, sendo possível que por efeito dos ganhos de produtividade de uma economia, haja uma tal redistribuição dos benefícios que impacte positivamente o bem-estar material e psicológico das pessoas.

No caso brasileiro, o problema é que a desigualdade é um traço tão relevante para a nossa sociedade que, como demonstrado à farta pelo caso do Milagre Econômico, não há garantias de que o crescimento do PIB seja suficiente para que indicadores como os de educação, alimentação e saúde, entre outros, melhorem.

Procurando, portanto, verificar como se comportou a estatura dos brasileiros, tomada como indicador de bem-estar material, produziu-se o Gráfico 6:

**Gráfico 6. Evolução da Estatura dos Brasileiros homens, em centímetros, aos 21 anos de idade, nascidos entre 1938 e 1981.**



Fonte: Monastério, Nogueurol e Shikida (2010).

Os microdados da POF 2002-2003 apresentam as estaturas de todas as pessoas maiores de idade que responderam aos recenseadores. A partir dos 30 anos de idade, por várias razões, elas começam a perder

estatura. Portanto, para todos com 22 anos de idade ou mais quando recenseados pelos investigadores do IBGE, foi necessário estimar a estatura que possuíam aos 21.

Houve um ganho aparente de seis centímetros de altura ao longo do período de nossa industrialização<sup>7</sup>. É muito provável que o ganho tenha sido menor pelo seguinte motivo: em 2002-2003 foram recenseadas apenas as pessoas que se encontravam vivas. Dada a relação entre estatura e saúde na terceira idade, é razoável crer que os que enfrentaram as piores condições de vida na infância, e, portanto, atingiram estaturas menores em média, morreram mais cedo, não estando presentes quando da coleta de dados para a POF 2002-2003. Assim, considerados os que estavam ausentes, o ganho de estatura não seria tão expressivo.

Obtidas essas informações, procuraram-se variáveis quantitativas capazes de explicar o ganho ou a perda de estatura pelas pessoas. De um modo geral, a estatura de uma população depende do que ela consume ao longo do período de crescimento, mas depende também da capacidade de absorção de nutrientes.

A absorção de nutrientes pode ser bastante afetada por diferentes doenças e, particularmente, por verminoses. Assim, uma população que possui uma alimentação farta e variada pode não obter ganhos de estatura correspondente ao que ingere em razão, por exemplo, da falta de água tratada e de esgoto, assim como da ineficiência da inspeção de alimentos.

De igual forma, a absorção de informações sobre higiene pessoal e de alimentos pode ajudar os indivíduos a evitarem várias doenças. No caso, a ausência de um bom sistema de educação pode comprometer o desenvolvimento físico das crianças por várias vias.

O nível de renda dos pais pode afetar o desenvolvimento físico das crianças tanto porque ele é determinante para a aquisição de alimentos, mas também para o provimento de medicamentos e de cuidados médicos em caso de doenças. Por isso, em uma sociedade desigual, o esperado é que os ricos sejam mais altos do que os pobres.

Uma outra variável importante para a definição da estatura é a influência dos genes presentes na população. Entre indivíduos, essa é uma variável importante, mas no conjunto, dada a circulação deles entre as pessoas ao longo de diferentes gerações, o ganho ou a perda

---

7 Na realidade, os brasileiros nascidos em 1940 possuíam uma estatura média de 165 cm; os nascidos em 1980 atingiram 171 cm. Deve-se considerar que norte-americanos e noruegueses do início do século XX eram tão altos quanto os brasileiros do final do mesmo século. Em 1900, ingleses (168 cm), franceses (165) e holandeses (169) eram provavelmente maiores do que os brasileiros no mesmo ano.

de estatura relaciona-se com outras variáveis que não as genéticas, a menos que algum tipo de migração afetasse a determinação da estatura. O IBGE possibilita cinco opções de autoidentificação por raça/cor: brancos, pretos, amarelos, pardos e índios. Supondo que a estatura fosse correlacionada com a raça/cor da pele, seria possível que tais grupos tivessem estaturas médias distintas.

Uma outra variável, relacionada com a autoidentificação por raça/cor, é dada pelo racismo. Em princípio, os grupos discriminados atingiriam, aos 21 anos de idade, uma estatura menor do que a dos grupos não discriminados.

Para testar se as variáveis mencionadas influenciaram a estatura dos brasileiros, foi feita uma regressão linear usando o método dos mínimos quadrados ordinários com dados das seguintes variáveis tornadas disponíveis pela POF 2002-2003:

1. Idade;
2. Renda per capita familiar à época do recenseamento;
3. Raça/cor;
4. Macroregião brasileira em que o indivíduo se encontrava em 2002-2003;
5. residência em área rural;

Uma sexta variável foi incluída a partir das informações da POF 2002-2003, de modo indireto:

- renda per capita, aos 15 anos de idade, no estado da federação em que a pessoa foi recenseada;

Explicando-se cada uma das variáveis consideradas, entende-se que quanto mais velha era a pessoa, menor era a estatura que possuía aos 21 anos de idade, no intervalo de tempo considerado, isto é, entre os nascidos entre 1938 e 1982. Isso porque o desenvolvimento econômico se processou elevando a renda per capita dos brasileiros e, assim, em princípio, os mais velhos conheceram níveis de renda inferiores às dos mais novos.

A renda per capita familiar à época do recenseamento é uma variável importante porque, por hipótese, foram mais frequentes os casos de ascensão social do que o de queda. Assim, ainda que imperfeita, a renda per capita familiar em 2002-2003 deve ser altamente correlacionada com a renda per capita à época da infância para a maioria das pessoas.

Dadas as características do racismo à brasileira<sup>8</sup>, o esperado é que ele produza efeitos adversos tanto na obtenção de emprego e renda quanto na escolaridade e, também, no usufruto de serviços públicos de todo o gênero. Assim, procurou-se verificar se as estaturas das populações normalmente discriminadas em nosso país foram afetadas pelo racismo.

Uma vez que as regiões brasileiras possuem diferenças consideráveis não apenas de renda, mas também da cobertura da rede de água e de esgoto e de inspeção sanitária de alimentos, procurou-se verificar se a residência em diferentes regiões afetava a estatura das pessoas. O mesmo princípio se aplica a respeito da residência em área urbana ou rural, isto é, por piores que tenham sido as condições de vida nas cidades brasileiras ao longo de nossa industrialização, a vida na zona rural poderia afetar negativamente as estaturas das pessoas em razão da maior presença de redes de água e de esgoto no meio urbano.

Por fim, a renda per capita aos quinze anos de idade, no estado em que a pessoa foi recenseada, é uma variável considerada importante porque uma das hipóteses mais relevantes do estudo era a de que o desenvolvimento econômico afetou a estatura dos brasileiros e a variável mencionada devia correlacionar-se com a estatura.

Os resultados obtidos corroboraram as expectativas de Monasterio, Nogueiról e Shikida (2010). Todas as seis variáveis mencionadas mostraram-se significativas, sendo assinalável o fato de que os indígenas, independentemente dos rendimentos, eram de menor estatura do que as pessoas que se identificaram como brancas, amarelas, pretas ou pardas. Reconheceu-se que pretos e pardos têm estatura média menor do que brancos e amarelos, mas tal fenômeno se explica melhor pelo menor nível de renda que em média possuem. Uns e outros, quando possuidores dos mesmos níveis de renda, alcançam estatura semelhante, mas como há uma maior proporção de pretos e pardos pobres, do que brancos e amarelos, a estatura média daqueles é menor do que a destes.

Outras variáveis também foram levadas em consideração quando foram estimados os respectivos coeficientes, mas estes não se mostraram significativamente diferentes de zero. Assim, por exemplo, o grau de concentração de renda dos estados em que as pessoas foram

---

8 O racismo não se manifesta do mesmo modo em diferentes sociedades (Almeida, 2019:143). No caso brasileiro, como apontava Gilberto Freyre (1959, pp. 345-383), as pessoas reconhecem a existência do racismo, conhecem racistas, mas não admitem que são racistas. Além disso não houve, entre nós, leis como as que caracterizavam o *apartheid* da África do Sul ou as leis norte-americanas que impunham a segregação, conhecidas como Jim Crow. Apesar de tais características, o racismo à brasileira produz vários efeitos.

recenseadas foi considerado não relevante, para o caso da amostra pesquisada, a exemplo dos anos de educação formal.

A análise de regressão permite estimar, portanto, a relevância de determinadas variáveis para explicar determinados fenômenos. Há que se considerar, porém, que a escolha das variáveis a verificar é dada pela teoria disponível, a qual deve propor hipóteses que relacionam as variáveis explicativas àquela que se quer explicar.

No caso do exercício aludido, as seis variáveis indicadas foram capazes de explicar uma porção diminuta do fenômeno, isto é, aproximadamente 15% da variação da estatura dos brasileiros. Longe de exaustivo, o uso de regressões para verificar a associação entre as variáveis é apenas um instrumento a mais, reconhecidamente pouco usado pelos historiadores.

Explicar os porquês do uso restrito dos métodos quantitativos em História, assim como alguns limites da análise de regressão, é ao que me proponho em seguida.

## **HISTÓRIA E MÉTODOS QUANTITATIVOS — ALGUNS LIMITES E ORIGENS**

Por algum motivo não esclarecido, a proficiência em leitura dos alunos de 15 anos de idade, em todo o mundo, é maior do que em matemática e ciências, de acordo com os sucessivos testes do *Programme for International Student Assessment* (PISA<sup>9</sup>), não sendo tal fato alterado de acordo com a edição de 2018.

No caso dos estudantes brasileiros, normalmente classificados entre os que logram os piores escores nos três campos de conhecimento mencionados do PISA, a distância entre as notas de leitura e as de matemática são ainda maiores do que a diferença média mundial, indicando que o ensino voltado para a aquisição de habilidades em métodos quantitativos é pior do que o voltado para a aquisição de habilidades em leitura, no Brasil.

Por hipótese, tal fato se reflete na formação dos historiadores brasileiros. Isso porque, por experiência própria em diferentes congressos de História e em sala de aula, o que senti em mais de uma ocasião foi uma verdadeira ojeriza por simples tabelas e por singelas equações, como as apresentadas ao longo desse capítulo.

---

9 O PISA procura medir a proficiência dos estudantes de 15 anos de idade em três áreas, a saber, leitura, matemática e ciências. Aplicado desde 2000, os dados resultantes podem ser usados tanto para comparações internacionais quanto para comparações entre gerações de um mesmo país. Quando da confecção do presente capítulo, a edição de 2018 era a mais recente.

Não sei dizer se tal situação se reproduz no restante da América Latina e eu não teria qualquer elemento para explicar o fenômeno, caso ele se reproduza em outros países. De toda forma, parece-me importante ressaltar que não há qualquer incompatibilidade entre História e Métodos Quantitativos, conforme demonstrado ao longo desse capítulo.

Na realidade, embora incomum no Brasil e, aparentemente, no restante da América Latina, o uso de métodos quantitativos por outras historiografias que não a brasileira já conta com pelo menos 50 anos, a exemplo da norte-americana.

Aparentemente, entre os vários problemas do sistema brasileiro de educação, um dos que é necessário enfrentar é o da maior deficiência do ensino de habilidades quantitativas comparativamente ao de leitura. Por hipótese, tal deficiência explica a pouca intimidade dos brasileiros com a formalização de dados quantitativos. A isso se acrescenta um mito, não sei dizer se particular ao Brasil: o de que não é possível ter boas habilidades, simultaneamente, em leitura, matemática e línguas estrangeiras. Por experiência em salas de aula e em congressos de que participei, os historiadores brasileiros apresentam enorme resistência a qualquer quantificação.

Assim, além do problema de formação aludido acima, há que se considerar outros limites para o uso das análises de regressão em História

### **AMOSTRA E FREQUÊNCIA EM HISTÓRIA**

Uma das características da História é que ela lida, também, mas não somente, com fenômenos únicos e irrepetíveis. Basta pensar em quantas revoluções industriais inglesas houve, ou quantas abolições da escravidão ocorreram no Brasil ou, ainda, quantas foram as independências dos Estados Unidos. Para cada um dos processos e eventos mencionados, sabemos que eles ocorreram apenas uma única vez. Isso exclui a ocorrência de fenômenos que se repetem na História?

Pelo contrário, há fenômenos que se repetem no tempo, embora não todos. Basta pensar no cotidiano. Há quem diga, como Fernand Braudel (1987, p. 9), que passamos metade da vida agindo sem pensar, repetindo padrões que nos foram legados e sobre os quais não refletimos. Por exemplo, a maior parte dos brasileiros atualmente se alimenta com arroz e feijão. O primeiro dos dois alimentos chegou ao País em algum momento do século XVIII e deve ter-se generalizado ao longo do século XX. O segundo, por seu turno, era encontrado em diversas regiões das Américas e se tornou de consumo frequente ainda no período colonial, em diferentes lugares do que posteriormente seria o território brasileiro. Em uma refeição brasileira em um dia

comum, espera-se que os dois alimentos estejam presentes à mesa e, quando não estão, estranha-se a situação. De igual forma, os habitantes da bacia do Mediterrâneo alimentam-se comumente com trigo, uvas e azeitonas, e de seus derivados, presentes na alimentação dos povos daquela região desde antes da Última Ceia. Por fim, as populações andinas alimentam-se cotidianamente com batata e milho, tal como vários povos do leste da Ásia consomem arroz.

A culinária faz parte do cotidiano e se enquadra no que Fernand Braudel chamou de Longa Duração, isto é, fenômenos como o uso da língua, as práticas religiosas, as roupas usadas pelas pessoas, as regras de etiqueta, o uso de móveis e outros objetos que se repetem na vida dos seres humanos, contrastando com outros, irrepetíveis e únicos, como as revoluções e transformações sociais mencionadas anteriormente.

Em princípio, os métodos quantitativos abordados nesse capítulo relacionam-se principalmente com eventos que se repetem, não com o que é único. Isso porque boa parte dos métodos estatísticos necessários às análises de regressão fazem uso da noção de frequência, que pode ser resumidamente definida como a quantidade de vezes, por unidade de tempo por exemplo, que um determinado evento ou fenômeno ocorre.

Assim, identificar os padrões de preços das pessoas escravizadas, inventariadas em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, no século XIX, pressupôs uma amostra relativamente grande, formada por mais de 7 mil casos, da qual foram extraídas várias informações. De igual forma, o estudo da estatura dos brasileiros ao longo da industrialização foi feito por meio da análise de dados sobre mais de 180 mil pessoas. Enfatize-se: os métodos quantitativos empregados ao longo desse capítulo pressupõem a repetição de eventos. Os registros mais variados, como os inventários e a POF 2002-2003, se prestam para tais fins.

Sabe-se que é impossível reconstituir o passado em todos os seus aspectos, tal como o presente só pode ser parcialmente conhecido. A reconstituição parcial, seja do passado, seja do presente, por seu turno, não é a reprodução de qualquer realidade, mas uma visão parcial das coisas, por maior que seja o esforço do historiador para compreender o seu objeto de estudo e as múltiplas relações que mantém com o que não enfocou.

De certa forma, parte dos historiadores lida com amostras as quais, em princípio, podem corresponder a algo mais abrangente, a depender do objetivo da pesquisa. A amostra é uma parcela do todo que, no caso dos fenômenos que se repetem, pode possuir várias características do todo de onde foi extraída, mas não há qualquer garantia, a priori, de que seja representativa. Uma vez que comumente



é impossível conhecer o fenômeno em toda a sua extensão porque conhecê-lo dessa forma suporia custos muito elevados, além de métodos ainda desconhecidos, é necessário conformar-se com a obtenção de amostras e com as lacunas do conhecimento, ainda que empregando métodos quantitativos.

A seleção dos elementos que comporão a amostra depende dos objetivos da pesquisa. No caso da Pesquisa de Orçamento Familiar de 2002-2003, por exemplo, o IBGE entrevistou mais de 180 mil pessoas as quais seriam uma amostra da população brasileira da época, estimada então em aproximadamente 180 milhões de habitantes. O objetivo da instituição era conhecer os hábitos de consumo dos brasileiros de modo detalhado, assim como o nível de renda, a escolaridade etc. Certamente, não faria sentido que toda a amostra fosse extraída de uma mesma unidade da federação porque ela refletiria várias características dos habitantes da unidade escolhida e não da população brasileira. A seleção de uma amostra que queira captar várias características da população brasileira deve, em princípio, levar em consideração as diferenças regionais. De igual forma, não faria sentido que fossem entrevistados apenas os homens, uma vez que vários fenômenos sociais que dizem respeito à população feminina não seriam captados. De igual modo, a menos que o objetivo da pesquisa fosse conhecer os hábitos de consumo dos adolescentes, não faria sentido entrevistar apenas as pessoas de 13 a 18 anos de idade etc.

Assim, é indispensável considerar cautelosamente as variáveis que se quer conhecer para selecionar a amostra. Sem esse passo, apenas por acaso a amostra será representativa do fenômeno que se quer estudar. A análise dos resultados, por meio de diferentes medidas e testes estatísticos, sempre deverá levar em consideração as características de onde foram extraídas as amostras para que se possam fazer afirmações minimamente seguras.

A trajetória do uso de métodos quantitativos pelos historiadores, como dito anteriormente, possui mais de 50 anos. Na próxima sessão serão apresentadas algumas características da Cliometria, termo que se usou na década de 1970 para se referir ao uso de métodos quantitativos em História e cujos estudos pioneiros inspiraram os dois estudos de caso apresentados anteriormente.

#### **ELEMENTOS DE CLIOMETRIA — UMA ESCOLA HISTORIOGRÁFICA CARACTERIZADA PELO EMPREGO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS**

No início dos anos 1970, com o barateamento do processamento de dados, surgiu uma nova escola historiográfica caracteristicamente associada aos Estados Unidos: a *new economic history*.

De um modo geral, pode-se caracterizá-la pela aplicação de métodos quantitativos relativamente sofisticados, para a época, associados aos pressupostos da economia neoclássica (Peter Temin, 1973, pp. 7-8).

A economia neoclássica, por sua vez, é o ramo da Ciência Econômica voltado para o estudo do comportamento das firmas e dos consumidores a partir de pressupostos utilitaristas. Por hipótese, tanto elas quanto eles agiriam racionalmente com vistas aos fins, isto é, as firmas procurando maximizar os lucros e, os consumidores, a satisfação individual.

A partir de tais pressupostos metodológicos, parte dos adeptos da *New Economic History* dedicou-se ao estudo de diferentes aspectos da economia norte-americana do século XIX, como à construção de ferrovias (Robert Fogel, [1962] 1973), à lucratividade da escravidão etc.

Chegaram, por essas vias, a resultados surpreendentes que causaram grande impacto na academia, sendo ora rejeitados, ora saldados com entusiasmo. Com o passar do tempo, porém, tendeu-se para a aceitação dos métodos quantitativos em História nos EUA, sendo a *Economic History Association* (eh.net) uma das que mais estimula e aceita o uso de métodos quantitativos, ainda que predominantemente voltados para temáticas relacionadas com os campos de saber da Ciência Econômica.

Entre as mais surpreendentes contribuições da *New Economic History*, para o estudo da História, encontram-se os estudos de Robert Fogel e Stanley Engerman ([1974] 1989) a respeito da lucratividade da escravidão nos Estados Unidos, no século XIX.

Talvez o leitor estranhe que alguém tenha se dedicado ao estudo da lucratividade da escravidão e tenha concluído que, sim, a escravidão era lucrativa. Ocorre que, até os anos 1970, pesavam sobremaneira, entre os cientistas sociais, em geral, e os historiadores, em particular, os argumentos de Adam Smith, de Karl Marx e de Max Weber a respeito do tema.

O próprio Adam Smith ([1776]1993: 199 e 200) supunha ser mais vantajoso o trabalho feito por trabalhadores livres do que por escravos. Na mesma linha, Karl Marx ([1863]1988, livro 1:221) argumentava que os escravos, revoltados com a situação de cativos em que viviam, sabotavam tanto quanto possível a produção escravista. Por fim, Max Weber (1944: 132 e 133) forneceu uma lista completa sobre a ineficiência da propriedade escrava quando comparada com o uso de trabalhadores livres.

Ao afirmarem que a escravidão era lucrativa, Robert Fogel e Stanley Engerman puseram em xeque quase 200 anos de pensamen-

to social a respeito do tema e as reações foram, como mencionado, extremas, o que levou os autores a escreverem um posfácio, em *Time On the Cross*, explicando que descobrir que era lucrativa não era a mesma coisa que dizer que a escravidão era boa.

Parte da confusão relacionou-se a outros resultados da pesquisa feita pelos autores: segundo eles, materialmente, as pessoas escravizadas no Sul dos Estados Unidos no século XIX viviam com maior abundância de alimentos, roupas e abrigo do que os trabalhadores livres de centros urbanos como Nova York, Manchester e Londres (Robert Fogel e Stanley Engerman, [1974] 1989, pp. 107-158). Além disso, ao nascer, tinham uma expectativa de vida superior à de vários trabalhadores livres não apenas dos centros industriais mencionados, mas também à de várias populações que não eram escravizadas na mesma época, como a maioria dos camponeses europeus, por exemplo (Robert Fogel e Stanley Engerman, [1974] 1989, pp. 59-107).

Para Fogel e Engerman, a privação material, passados determinados limites, não seria uma atitude inteligente do senhor de escravos tendo em vista os lucros. Isso porque o ritmo de trabalho a que estavam sujeitas as pessoas escravizadas era tal que, como se sabe desde a Antiguidade Clássica, era melhor que comessem bem para terem energia suficiente para as tarefas a que estavam submetidas.

Além de tais achados, os autores identificaram um padrão para os preços das pessoas, em função da idade, em formato de uma letra “u” invertida e assimétrica, tal como ilustrada pelo Gráfico 1.

Talvez o aspecto mais polêmico do uso de métodos quantitativos pela Cliometria se relacione menos com tais métodos e muito mais com os pressupostos da economia neoclássica em algumas de suas versões mais extremas e simplificadoras.

Assim, se é razoável supor que os empresários nas sociedades capitalistas buscam maximizar os lucros manipulando os custos com trabalhadores, máquinas, matérias-primas etc., não é possível fazer uso dessa mesma suposição para as sociedades pré-capitalistas. Isso porque, em várias delas, como as indígenas do Brasil, não havia o objetivo de maximizar lucros, nem de produzir mercadorias, além de não serem sociedades de escassez permanente (Pierre Clastres, 1979, pp. 5-46).

De igual modo, o comportamento do consumidor em uma sociedade capitalista pode ser descrito, em linhas gerais, pelos pressupostos de que se trata de alguém que procura maximizar a satisfação individual por meio da aquisição de mercadorias que possuem preços. Ao consumidor cabe, assim, dividir a renda que possui com a aquisição de tais objetos.

Tal como não há firmas na maior parte das sociedades pré-capitalistas, o pressuposto de liberdade individual não se aplica às pessoas de tais sociedades. De igual forma, descrever o comportamento de todos os seres humanos, em todas as épocas, de modo semelhante ao do consumidor moderno, é um grave erro. Isso porque além da ausência de categorias como as mencionadas em muitas de tais sociedades (mercadorias, mercados, preços, satisfação individual, renda, etc.), não há pesquisas que sustentem a hipótese da busca da satisfação individual porque até mesmo a noção de indivíduo, como a conhecemos, é própria à sociedade em que vivemos.

Dessa forma, se é razoável estudar a escravidão moderna segundo o pressuposto de que o senhor de escravos via as pessoas de que era proprietário como forma de obter lucros, tal pressuposto teria pouca aplicação para a escravidão na Antiguidade.

De igual maneira, o exercício de história contrafactual feito por Robert Fogel ([1962] 1973), a respeito da irrelevância das ferrovias norte-americanas para o desenvolvimento econômico norte-americano, no século XIX, não pode ser levado a sério. Isso porque a realidade é enormemente complexa e não se pode contar uma história do que não aconteceu, assim como não se pode contar uma história do que poderia ter acontecido, a não ser como exercício literário. No caso da história contrafactual, o uso de métodos quantitativos não suprime os inúmeros problemas relacionados com o desconhecimento do comportamento das demais variáveis perante um comportamento distinto do que ocorreu com uma delas. Mais grave do que isso, do ponto de vista científico, não há métodos para pôr à prova as conclusões sobre a realidade alternativa.

Aparentemente, o próprio Fogel, ao longo de sua vida, absteve-se de dar continuidade aos estudos contra-factuais, restringindo-se à história, ainda que não se furtasse a previsões sobre o futuro<sup>10</sup> (Robert Fogel, 2004). Além disso, se ele manteve o emprego dos métodos quantitativos para o estudo da história econômica, também incurtiu pela história política e social (Robert Fogel, 1994 e Robert Fogel, 2003), sem usar tais métodos.

Despida da teoria neoclássica, quando abordando outras sociedades que não as capitalistas, a *New Economic History* ilustra a aplicação de métodos quantitativos ao passado. Isso, porém, não exige o historiador de expor os métodos empregados para conhecer o passado, como normalmente se faz.

---

10 Tais estudos padecem do mesmo problema da história contrafactual: não há método para verificar a adequação da teoria à realidade simplesmente porque a realidade futura ainda não existe.

## CONCLUSÕES

De um modo geral, pode-se afirmar que o emprego de métodos quantitativos, como a análise de regressão em História, é factível como são factíveis os empregos de outros métodos. Em cada um deles há limites que devem ser do conhecimento do historiador para que o conhecimento produzido tenha alguma validade.

Talvez a vantagem do uso dos métodos quantitativos, e particularmente da análise de regressão, é que determinados aspectos recorrentes do comportamento das pessoas, sobre os quais elas não tinham consciência, podem ser revelados a depender da pergunta que o historiador fizer.

Assim, por exemplo, como estudante de graduação em Economia e em História, na Universidade de Brasília entre 1987 e 1994, interessava-me investigar os argumentos em favor das reformas neoliberais implementadas no Brasil, naquele período. Argumentava-se, então, que os mercados eram capazes de resolver inúmeros problemas sem a intervenção do Estado, incluindo-se várias injustiças sociais que se atribuíam à própria intervenção estatal sobre a economia e sobre a sociedade.

Diante de tal argumentação, interessou-me saber como o mercado resolveria o problema da escravidão. Essa era a pergunta que me interessava responder. O que verifiquei é que, como em outros fenômenos, o que está por trás dos mercados são pessoas. Elas se relacionam umas com as outras por meio dos mercados e eles refletem a ética social de tais pessoas. Assim, em uma sociedade escravista, como foi a brasileira ao longo dos períodos colonial e imperial, as pessoas eram compradas e vendidas, alugadas, partilhadas, sequestradas, arrestadas, penhoradas, etc. como hoje se faz com bens imóveis e semoventes. Em outras palavras, os mercados não resolviam o problema da escravidão. Ela é que funcionava por meio de relações sociais mercantis.

Quem fez a Abolição, resolvendo o problema da escravidão, foi a sociedade que a criou, quando se decidiu que a existência de pessoas escravizadas atentava contra a dignidade humana. Talvez o emprego dos métodos quantitativos para o estudo do mercado de pessoas escravizadas tenha servido para compreender o quão acuradas podem ser as variáveis consideradas tendo em vista a maior extração possível de mais-valia.

Quanto ao estudo das estaturas dos brasileiros, o que realizei juntamente com Cláudio Shikida e com Leonardo Monastério, por quem não posso falar, serviu para apontar para alguns dos elementos de nosso atraso econômico e social. Supondo que os genes dos brasileiros tenham um potencial de elevação de estatura semelhante ao

de europeus e norte-americanos, pode-se atribuir nossa baixa média de altura às características da sociedade brasileira, as quais foram construídas ao longo do tempo, isto é, por meio de um passado que se agarra ao presente.

Tal passado, agarrado ao presente, é uma das maneiras pelas quais podemos usar a História para compreender o que somos.

## BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Silvio Luiz de (2019). *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen.
- Bergard, Laird; García, Fe Iglesias e Barcia, Maria C. (1995). *The Cuban Slave Market, 1790-1880*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Braudel, Fernand (1987). *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Clastres, Pierre (1979). *A sociedade contra o Estado*. Porto: Afrontamento.
- Engerman, Stanley; Moreno Fraginals, Manuel e Klein, Herbert (1988). The Level and Structure of Slave Prices on Cuban Plantation: Some Comparative Perspectives. *The American Historical Review*, 88(5), 1201-1218, Bloomington.
- Fogel, Robert (1973 [1962]). A quantitative approach to the study of railroads in American economic growth: a report of some preliminary findings. Em: Temin, Peter (Coord.), *New Economic History* (pp. 183-223). Baltimore: Penguin Books.
- Fogel, Robert e Engerman, Stanley ([1974] 1989). *Time on the Cross — The economics of American Negro Slavery*. Nova York: W. W. Norton & Company.
- Fogel, Robert (1994). *Without consent or contract — The rise and fall of American Slavery*. Londres: W.W. Norton & Company.
- Fogel, Robert (2003). *The slavery debates — A retrospective*. Baton Rouge: Louisiana State University.
- Fogel, Robert (2004). *The Escape from Hunger and Premature Death, 1700-2100*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Freyre, Gilberto (1959). *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2005). *Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003 — Microdados (2) [CD-Rom]*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Mello, Pedro Carvalho de (1978). Aspectos econômicos da organização do trabalho da economia cafeeira do Rio de

- Janeiro, 1850-88. *Revista Brasileira de Economia*, 2(1), 19-67, Rio de Janeiro.
- Mello, Zélia Maria Cardoso de (1983). Os Escravos nos Inventários Paulistanos na Segunda Metade do Século XIX. *Ensaios Econômicos*. São Paulo: IPE/USP.
- Monasterio, Leonardo M.; Nogueurol, Luiz Paulo Ferreira e Shikida, Cláudio D. (2010). Growth and Inequalities of Height in Brazil, 1939-1981. Em: Salvatore, Ricardo D.; Coatsworth, John e Challú, Amilcar (Orgs.), *Living Standards in Latin American History — Height, Welfare and Development, 1750-2000* (pp. 167-196). Londres: Harvard University Press.
- Newland, Carlos e San Segundo, María Jesús Gómez de Cadiñanos (1994). Un análisis de los determinantes del precio de los esclavos hispanoamericanos en el Siglo XVIII. *Revista de Historia Económica*, 12(3), 694-701, Madrid.
- Nogueurol, Luiz Paulo Ferreira; Versiani, Flávio Rabelo e Vergolino, José Raimundo Oliveira (2016). Preços de Escravos e Racionalidade Econômica. Em: Versiani, Flávio e Ferreira Nogueurol, Luiz Paulo (Coord.), *Muitos Escravos; Muitos Senhores — Escravidão nordestina e gaúcha no século XIX* (pp. 249-292). São Cristóvão, Brasília: Editora da Universidade Federal de Sergipe/Editora da Universidade de Brasília.
- Temin, Peter (1973). *New Economic History*. Baltimore: Penguin Books.
- Tomich, Dale (2004). *Through the Prisma of Slavery — Labor, capital and the world economy*. Oxford: Rowman & Littlefield.

## **SOBRE LAS AUTORAS, AUTORES Y EDITORES**

### **ALFONSO MYERS-GALLARDO**

Doctor en Estado de Derecho y Gobernanza Global, Universidad de Salamanca. Miembro postdoctoral del Centro de Investigación en Derechos Humanos y Políticas Públicas “Diversitas” de la Universidad de Salamanca. Líneas de investigación: análisis de contenido, derechos humanos, migración, políticas públicas, elecciones. Última publicación: *(In)cumplimento por el Estado español del Pacto Mundial de Migraciones. Cuestiones preliminares desde una perspectiva de género*. (Valencia: Tirant Lo Blanch, con Eva Picado y Nieves Sáenz). Correo electrónico: [amg99@usal.es](mailto:amg99@usal.es). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6567-698X>

### **ALFREDO EDMUNDO FERNÁNDEZ DE LARA GAITÁN**

Doctor en Ciencia Política y Magister en Ciencia Política por la Universidad de los Andes (Colombia), Maestro en Políticas Públicas Comparadas por FLACSO (México) y Licenciado en Relaciones Internacionales por la Universidad de Quintana Roo (México). Se especializa en procesos de transparencia y gobierno abierto en América Latina en perspectiva comparada. Correo electrónico: [alffer@gmail.com](mailto:alffer@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0074-3037>



### **AMARAL ARÉVALO**

Investigador asociado del Centro Latinoamericano en Sexualidad y Derechos Humanos (CLAM/UERJ). Postdoctorado en el Instituto Fernandes Figueira (IFF/FIOCRUZ), investigando sobre violencias y homicidios contra personas LGBTI+ de El Salvador; financiado por la *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)* (2023-2024). Postdoctorado en Salud Colectiva y Especialista en Género y Sexualidad por el Instituto de Medicina Social de la Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doctor y máster en Estudios Internacionales en Paz, Conflictos y Desarrollo por la Universitat Jaume I; y Licenciado en Ciencias de la Educación por la Universidad de El Salvador. Sus líneas principales de investigación son violencias y estudios LGBTI+ en Centroamérica. Consultor internacional en temáticas de crímenes de odio, género, masculinidades, emergencias en salud, sexualidad, fundamentalismos, derechos sexuales y reproductivos. Perito experto en casos de migración forzada por orientación sexual, expresión de género, VIH, maras y violencias en El Salvador. Autor del libro *Dialogando con el silencio: disidencias sexuales y de género en El Salvador 1765-2020* (Editorial universitaria, 2022). Analista del proyecto comunicacional O Istmo e investigador internacional del Grupo de Trabajo CLACSO “El Istmo Centroamericano: Perspectivas Epistemológicas Periféricas”. Correo electrónico: [arevalo.amaral@gmail.com](mailto:arevalo.amaral@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9949-4121>

### **CARLOS FEDERICO DOMÍNGUEZ ÁVILA**

Possui doutorado em História (2003), mestrado em Estudos Sociais e Políticos Latino-americanos (1999) e graduação em História (1995). Também realizou estágios de pós-doutorado em Ciência Política (Ufpe-2013, e Ufg-2017), em Relações Internacionais (Uerj-2022-2024, 2017), em Estudos Comparados sobre as Américas (Ceppac/Unb-2016), em História (UnB-2021), em Direito/Desigualdades Globais e Justiça Social/Diálogos Norte-Sul (Flacso-Brasil e UnB-2020), em Administração (Ufrgs, 2019), e Integração Contemporânea da América Latina (Unila, 2018). Pesquisador colaborador do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília. Participa nos seguintes Grupos de Pesquisa do CNPq: Laboratório de Estudos Republicanos (LER/UFF), Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina (NEPEC/UFRGS), e Estudos de História, Direito, Democracia e Estado na América Latina — GEHDDEAL (UCB). Colabora nos projetos e grupos de pesquisa internacionais: Variedades da Democracia, Rede de Estudos da Qualidade da Democracia na América Latina, Elites na América Latina/Alacip, Democratização em Perspectiva Comparativa/Alacip, e Political Representation,

Executives, and Political Parties Survey Tem experiência na área de Estudos Políticos e Sociais Latino-americanos, Qualidade da Democracia, e Direitos Humanos, Cidadania e Violência. Também tem experiência em Ciências Sociais em Saúde, Metodologia Científica, e História do Pensamento Político (Republicanismo Contemporâneo). Membro do Conselho Editorial da CRV. Colunista de *Latinoamérica21*. Produtor de #criticarepublicana (espacio de divulgación científica; 204 vídeos académicos disponibles en setiembre de 2023). Correo electrónico: [carlos.dominguez.avila@gmail.com](mailto:carlos.dominguez.avila@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2377-276X>

### **ERICK TAPIA MEJÍA**

Profesor investigador. El Colegio de Puebla A.C. Puebla, México. Posdoctorado en Planeación Estratégica y Dirección de Tecnología por la UPAEP; Doctorado en Desarrollo Regional por el COLTLAX, ambas instituciones pertenecientes al Programa Nacional de Posgrados de Calidad (PNPC); maestro en Administración de Pymes por la BUAP y licenciado en Mercadotecnia por la UMAD; especialidad en Métodos de Investigación y Análisis Sociopolíticos por la Universidad de Salamanca, en España. Su línea de investigación está enfocada al análisis multidisciplinario de las implicaciones del emprendimiento en la sociedad actual, abordando temas coyunturales como migración, innovación, sustentabilidad, cooperativas, intención emprendedora y emprendimiento social. Es autor de diversas investigaciones científicas en revistas nacionales e internacionales indexadas y arbitradas, libros y capítulos; además ha participado como organizador y ponente en diversos congresos nacionales e internacionales. Actualmente es miembro del Sistema Nacional de Investigadores (SNI) Nivel 1. Correo electrónico: [erik.tapia@colpue.edu.mx](mailto:erik.tapia@colpue.edu.mx). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1238-1168>

### **GISSELLE DE LA CRUZ HERMIDA**

Profesora investigadora de tiempo completo y coordinadora de Investigación de la Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, Chihuahua México. Es doctora en Ciencia Política por la Universidad de Salamanca, España; máster en Estudios Europeos por la Universidad de Siena, Italia; especialista en Derecho Constitucional por la Universidad Nacional Autónoma de México; licenciada en Derecho por la Universidad La Salle. Es miembro del Sistema Nacional de Investigadores del CONAHCYT. Entre sus publicaciones más recientes se encuentran: "Asociacionismo y participación ciudadana en Ciudad Juárez", en la revista *Región y Sociedad*; "Conflicto y cambio constitucional en América Latina, su comparación mediante fuzzy sets QCA". Sus líneas

de investigación son acción colectiva, cultura política, participación ciudadana y cambio institucional. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3972-6103>

### **JENNIFER CYR**

Profesora-investigadora asociada del Departamento de Ciencia Política y Estudios Internacionales en la Universidad Torcuato Di Tella. Posee un doctorado y una maestría en Ciencias Políticas por la Universidad de Northwestern y una maestría en Estudios Latinoamericanos y del Caribe por la Universidad Internacional de Florida, Estados Unidos. Su agenda de investigación se centra en la representación política, la estabilidad y el cambio institucional, y la democratización en América Latina. A su vez, escribe sobre métodos cualitativos y mixtos, en particular respecto al uso de grupos focales en Ciencias Sociales. Ha escrito dos libros: *The Fates of Political Parties: Institutional Crisis, Continuity, and Change in Latin America* (2017, Cambridge University Press), y *Focus Groups for the Social Science Researcher* (2019, Cambridge University Press). Ha publicado, también, artículos en varias revistas de los Estados Unidos, Europa, y América Latina, incluyendo *Comparative Political Studies*, *Comparative Politics*, *Studies in Comparative International Development*, *Sociological Methods and Research*, *Revista de Ciencia Política*, *Quality & Quantity*, y el *International Social Sciences Journal*. Correo electrónico: [jmcyr@utdt.edu](mailto:jmcyr@utdt.edu). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6453-9046>

### **JOSÉ ARTURO MÉNDEZ ESPINOZA**

Doctor en Geografía, Planificación Territorial y Desarrollo Regional por la Universidad de Barcelona, España. Maestro en Ciencias en Estrategias para el Desarrollo Agrícola Regional. Licenciado en Economía por la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. Profesor investigador titular del Colegio de Postgraduados, Campus Puebla. Su línea de investigación está enfocada al estudio y estrategias en el desarrollo rural sostenible, estrategias de reproducción social. Líder de la Línea Prioritaria de Investigación 10 “Desarrollo Rural Sustentable, del Colegio de Postgraduados. Actualmente es miembro del Sistema Nacional de Investigadores Nivel 2. Correo electrónico: [jamendez@colpos.mx](mailto:jamendez@colpos.mx). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9733-4175>

### **JOSÉ FREDMAN MENDOZA IBARRA**

Doctor en Ciencia Política. Profesor investigador en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Monterrey (UEM) en México. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores del CO-

NACYT, Nivel 1. Secretario Técnico del Instituto de Estudios Políticos de la UDEM. Líneas de investigación: Participación Política Indígena, Participación Electoral Indígena, Ciudadanía Étnica, Democracia y Movimientos Sociales. Última publicación: *De la práctica que nos lleva a la teoría. El papel de las mujeres indígenas en las zonas metropolitanas de México* (Monterrey: Editorial Ítaca, 2022, coordinado con Zenaida Pérez, Julieta Martínez y Néstor Aguirre). Correo electrónico: [jose.mendezai@udem.edu](mailto:jose.mendezai@udem.edu). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7071-6045>.

### **JOSSET SÁNCHEZ OLARTE**

Profesor investigador. Tecnológico Nacional de México, Campus San Martín Texmelucan, Puebla, México. Actualmente Posdoctorante en el programa "Estancias posdoctorales por México para la formación y consolidación de las y los investigadores por México" en el Colegio de Posgraduados Campus Puebla. Posdoctorado CONACYT en Planeación Estratégica y Dirección de Tecnología por la UPAEP. Doctor en Ciencias por el Colegio de Posgraduados. Maestro en Ciencias por el Colegio de Posgraduados, ambos posgrados pertenecientes al Programa Nacional de Posgrados de Calidad (PNPC-CONACYT). Especialista en Desarrollo de Sistemas Locales de Innovación y Transferencia de Tecnología y licenciado en Administración por la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. Su línea de investigación está enfocada en análisis económicos en sistemas de producción, innovación, transferencia de tecnología y emprendimiento. Es autor coautor de investigaciones científicas artículos en revistas nacionales e internacionales y Libro y capítulos de libro; participa como organizador y ponente en congresos nacionales e internacionales. Actualmente es miembro del Sistema Nacional de Investigadores (SNI) Nivel 1. Correo electrónico: [josset.sanchez@smartin.tecnm.mx](mailto:josset.sanchez@smartin.tecnm.mx). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4469-2726>

### **JUAN BAUTISTA LUCCA**

Doctor en Ciencias Sociales por FLACSO, máster en Estudios Latinoamericanos por la Universidad de Salamanca y diploma superior en Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño por CLACSO. Profesor de la Universidad Nacional de Rosario (UNR). Investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Miembro del Centro de Estudios Comparados de la UNR. Correo electrónico: [juanlucca@hotmail.com](mailto:juanlucca@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9017-8619>

### **JUAN CARLOS O'FARRILL JIMÉNEZ**

Licenciado en Psicología por la Universidad Central “Marta Abreu” de Las Villas, Maestro en Psicología Médica, por la Universidad Central “Marta Abreu” de Las Villas y Maestro en Psicología Educativa por la Universidad Autónoma de Ciudad Juárez. En la actualidad ha terminada la fase curricular del Doctorado en Ciencias Sociales, especializándose en Gobierno y Políticas Públicas encontrándose en la fase final de una investigación comparada que aborda las políticas educativas en torno a la deserción escolar en algunos países latinoamericanos. Desde hace cuatro años se desempeña como docente en la Universidad Autónoma de Ciudad Juárez. Sus intereses investigativos son las políticas educativas y la subjetividad de los actores políticos. Recientemente ha publicado el artículo: Intervención instruccional para el desarrollo de habilidades metacognitivas en estudiantes con riesgo de deserción escolar. Correo Electrónico: [juan.ofarrill@uacj.mx](mailto:juan.ofarrill@uacj.mx). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2389-7466>

### **HELIANA FARIA METTIG ROCHA**

Arquiteta e urbanista formada pela UFBA (1997), especializada em Geoprocessamento (1998), mestre (2007) e doutora em Arquitetura e Urbanismo (2017), com pesquisa na Universidade de Copenhagen (PDSE, 2015). Professora associada na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), leciona desde 2008 nos cursos de Arquitetura-Urbanismo e Engenharias. Coordenadora adjunta do grupo de pesquisa LabHabitar — Laboratório de Habitação e Cidade (UFBA). Pesquisadora associada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo — PPGAU/UFBA (Capes 6). Coordenou a 4ª edição (2020/2022) do Curso de pós-graduação em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade — Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E/UFBA), onde coordenou e lecionou a disciplina Metodologias e Técnicas para Projetos Participativos. Atualmente, está desenvolvendo pós-doutorado no PPG-FAU/UnB, com pesquisa sobre Convergências Socioecológicas em projetos urbanos. Neste período na UnB, colabora com o grupo de pesquisa e extensão Periférico — Trabalhos Emergentes (UnB) e é professora colaboradora do Curso de pós-graduação Residência em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS): habitat, agroecologia, economia solidária e saúde ecossistêmica e do Curso de pós-graduação em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística — Reabilita. Desenvolveu pesquisas em Visualização Urbana Digital 4D, Sistemas de Informação Geográfica (SIG), Arquitetura Bioclimática e Habitação (HIS). Atua como arquiteta e urbanista desde 1998, como colaboradora do escritório Synthesis Design em Vancouver-Canadá (2006) e, desde 2008,

em assessoria de projetos que têm a transformação socioespacial e a sustentabilidade urbana como princípios. Correio eletrônico: [heliana-mettig@ufba.br](mailto:heliana-mettig@ufba.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9954-9076>.

### **LEONARDO MORLINO**

Profesor emérito de Ciencias Políticas en LUISS, Roma, y ex presidente de la Asociación Internacional de Ciencias Políticas (IPSA). Ha publicado extensamente sobre teoría democrática empírica. Sus libros más recientes incluyen: *Disuguaglianza e Democrazia* (Mondadori, 2022), *L'illusione della scelta. Come si manipola l'opinione pubblica*, con M. Sorice (Luiss University Press, 2021), *Equality, Freedom, and Democracy. Europa después de la Gran Recesión* (Oxford UP, 2020), *Comparación. Una introducción metodológica para las ciencias sociales* (B. Budrich, 2018), *The Impact of Economic Crisis on South European Democracies* (Palgrave, 2017), *La calidad de la democracia en América Latina* (IDEA, 2016), *Changes for Democracy. Actores, estructuras y procesos* (Oxford UP, 2012). También ha sido uno de los tres directores de la *Enciclopedia Internacional de Ciencias Políticas* (8 vols., Sage Publications, 2011) y coeditor del *Handbook of Political Science* (3 vols., Sage Publications, 2020). Correio eletrônico: [morlino@luiss.it](mailto:morlino@luiss.it). ORCID: [0000-0003-3360-1091](https://orcid.org/0000-0003-3360-1091).

### **LUIZ PAULO FERREIRA NOGUERÓL**

Graduado em Economia e em História pela Universidade de Brasília (UnB) em 1994, possui mestrado em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), obtido em 1997, e doutorado em Economia Aplicada, com ênfase em História Econômica, pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), obtido em 2003. Foi professor na área de História Econômica do Brasil do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) entre 1999 e 2008, e é professor adjunto II do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB) desde dezembro de 2008, na área de História da América. Correio eletrônico: [luznoguerol@unb.br](mailto:luznoguerol@unb.br). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9176-3895>

### **MARÍA CRISTINA TAMARIZ ESTRADA**

Doctora en Ciencias Sociales con mención en Sociología por El Colegio de México (2014); maestra en Sociología Política por el Instituto de investigaciones Dr. José María Luis Mora (2010) y licenciada en Ciencias de la Comunicación y Periodismo por la UNAM (2007). Ha impartido cursos de diseño de investigación y metodologías cualitativas a nivel licenciatura y posgrado. Sus líneas de investigación se orientan

al diseño de investigación social, prácticas pedagógicas y culturales en contextos de violencia y vulnerabilidad. Cuenta con publicaciones científicas en temas de militancias clandestinas, prácticas culturales e identidades urbanas. Forma parte de la planta docente de la Universidad Autónoma Metropolitana unidad Cuajimalpa y de la Escuela de Periodismo Carlos Septién García. Correo electrónico: [xtina.tamariz@gmail.com](mailto:xtina.tamariz@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7014-1998>

### **RICARDO BORGES GAMA NETO**

Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. Atua em pesquisas nas áreas de Política Comparada, Métodos Quantitativos e Economia Política. Correo eletrônico: [ricardo.gamant@ufpe.br](mailto:ricardo.gamant@ufpe.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9361-9210>

### **RODRIGO STUMPF GONZÁLEZ**

Mestre (1994) e doutor em Ciência Política (2000), Professor do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de Ciência Política da UFRGS. Foi diretor de Cooperação Internacional da ABCP (2012/2013), Professor visitante da Universidad Nacional de Rosario (2013/2014) e da Universidad Autónoma de Madrid (2017/2018). Coordenador dos Convênios de Cooperação UFRGS/AMECIP e UFRGS/Universidad Complutense de Madrid. Membro do Núcleo de Pesquisas sobre América Latina da UFRGS e Editor da *Revista Debates*. Suas áreas de pesquisa são cultura política, qualidade da democracia e política comparada na América Latina. Correo eletrônico: [rodrigo.stumpf@ufrgs.br](mailto:rodrigo.stumpf@ufrgs.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5300-779X>

### **THIERRY MAIRE**

Investigador asociado del Centro de Estudios Franco-Mexicano Centroamericano, estudiante de doctorado en el Centro Maurice Halbwachs, magíster en Historia por la Universidad de Lorena (Francia) y egresado del Instituto de Ciencias Políticas de París, con un magíster en Ciencias Políticas. Profesor invitado de la Escuela Superior de Economía y Negocios de San Salvador, El Salvador e investigador internacional del Grupo de Trabajo CLACSO “El Istmo Centroamericano: Perspectivas Epistemológicas Periféricas”. Su investigación doctoral se centró en la politización de las iglesias evangélicas en Guatemala; también investigó el movimiento LGBTI salvadoreño, así como la democracia en este país. Ha publicado varios artículos y capítulos, entre los cuales: “La marcha del Orgullo en El Salvador: (Re) construcción de la memoria, entre el mito fundador y la realidad histórica” (*Revista Controversias*, 215, 2020) y “El Salvador: entre regresión democrática

y deriva autoritaria” (CERI, Sciences Po Paris, 2022). Correo electrónico: [thierrymaire477@gmail.com](mailto:thierrymaire477@gmail.com)

### **VIVIANE VIEIRA**

Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB). Doutora e Mestre em Linguística-Linguagem e Sociedade pela UnB com Pós-doutorado pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP. Membro da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED) e do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS-UnB). Vice-líder do Grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC-UnB/CNPq). Editora do periódico *Cadernos de Linguagem e Sociedade* desde 2017. Autora do livro *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa* (com Resende, Viviane, 2<sup>o</sup> ed., Campinas: Pontes, 2016). Desenvolve o projeto de pesquisa “Discurso e sistema colonial-moderno de gênero: letramentos críticos”. Correo eletrônico: [vivi@unb.br](mailto:vivi@unb.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4148-5414>





## COLECCIÓN GRUPOS DE TRABAJO

Este é um livro sobre métodos e técnicas de investigação diferente. Ao contrário da maioria dos trabalhos na área, que focam nas técnicas e métodos de pesquisa de uma forma geral, sem levar em conta os contextos histórico, político, culturais e sociais, este trabalho parte de uma abordagem completamente diferente. É um livro pioneiro, oportuno e absolutamente necessário a pesquisa social latino-americana. Há poucas coletâneas sistemáticas sobre o tema dos métodos de pesquisa específicos para o estudo de sociedades com altos níveis de desigualdade. Ele aborda o pluralismo metodológico que existe dentro das ciências humanas pelo desenvolvimento de uma epistemologia que busca permitir pesquisas acadêmicas comprometidas com o descortinamento das desigualdades e vulnerabilidades que existem nos diversos contextos sociais. Desenvolvido dentro do Grupo de Trabalho Clacso: “El Istmo Centroamericano: Perspectivas Epistemológicas Periféricas” é uma oportunidade ímpar para a melhoria da qualidade das pesquisas sociais no universo social latino-americano.

Ricardo Borges Gama Neto  
Universidade Federal de Pernambuco.

Patrocinado por



Agencia Sueca  
de Desarrollo Internacional



**CLACSO**

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais